UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Frederico Duarte Bartz

# Movimento Operário e Revolução Social no Brasil:

## ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922

Porto Alegre
Maio de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÒRIA

Frederico Duarte Bartz

# Movimento Operário e Revolução Social no Brasil:

ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.
Orientadora: Prof. Dr. Sílvia Regina Ferraz Petersen – UFRGS. Drª UNAM, México.

Banca examinadora:
Prof. Dr. Mathias Seibel Luce- UFRGS. Dr. UFRGS – Porto Alegre (RS),Brasil.
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad- UFSM. Dr. UNICAMP – Campinas (SP), Brasil.
Prof. Drª. Beatriz Ana Loner- UFPEL. Drª UFRGS – Porto Alegre, Brasil.
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira- UEPB. Dr. UFF – Niterói (RJ), Brasil.

Porto Alegre
Maio de 2014

# Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha orientadora Sílvia Regina Ferraz Petersen, que me acompanha desde o mestrado e foi, sem dúvida, uma das maiores responsáveis por ter me tornado um pesquisador autônomo ao longo destes anos. Agradeço acima de tudo a paciência que ela teve com este orientando, que muitas vezes quis escrever sobre “Deus e sua obra”, como diria a própria Sílvia, me incentivando à prática da seleção rigorosa e da análise crítica dos fatos. Mais do que uma orientadora, a Sílvia foi uma grande amiga e me conforta saber que, mesmo acabando a relação institucional da orientação, manteremos nossa amizade depois que este processo terminar.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e aos membros da minha banca de doutorado, os Professores Tiago Bernardon de Oliveira, Diorge Alceno Konrad, Beatriz Ana Loner e Mathias Seibel Luce, por aceitarem analisar meu trabalho e participarem desta arguição. Também faço um agradecimento especial ao Professor Benito Bisso Schimidt, que participou de minha banca de qualificação e cujas recomendações foram em sua maior parte incorporadas à minha pesquisa, ajudando na construção final de minha tese.

Também faço agradecimentos especiais às pessoas que me ajudaram na busca de fontes primárias e outros materiais sobre o movimento operário brasileiro e latino-americano. Agradeço especialmente ao Luís Alberto Zimbarg, do CEDEM da UNESP, por ter me cedido, com tanta boa vontade, as cópias digitais de parte substancial dos jornais operários que pesquisei, sem os quais seria muito difícil escrever esta tese. Também agradeço à Professora Socorro Abreu e ao Professor Michel Zaidan, ambos da UFPE, por terem me franqueado uma bibliografia ainda não conhecida por mim sobre o movimento operário pernambucano. Também desejo prestar uma homenagem especial ao Professor Universindo Rodrigues Diaz, que me recebeu com grande atenção e gentileza na Biblioteca Nacional de Montevideu, enquanto ainda preparava meu projeto de doutorado. Com seu falecimento, perdemos não apenas um grande historiador, mas também uma pessoa extraordinária, que dedicou boa parte de sua vida à luta pela democracia e pela justiça social.

Saindo do campo acadêmico, agradeço a todos os companheiros que compartilharam comigo, durante estes mais de quatro anos, os diferentes espaços de militância nos quais estive atuando. Agradeço aos colegas que estiveram ao meu lado no Projeto Educacional Alternativa Cidadã, o PEAC, como o Aníbal Alvarez, o Cássio Pires, o Samuel Marcolin, a Nathália Cadore, a Juliana Medeiros, o Ricardo Valentini, o Mathias Scherer, o Maurício Realli, o Marcos Machry, o Gabriel Torelly, o Rodrigo de Moraes Alberto, o Marcelo Messa, o Rafael Dall'Agnol, o Guilherme Lauterbach e outros professores que seguem construindo um pré-vestibular popular, prosseguindo nesta luta pela democratização do ensino superior e pelo acesso cada vez mais amplo à universidade pública.

Como servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que me permitiu financiar toda a pesquisa que deu origem à esta tese, também agradeço aos camaradas de nosso sindicato, a ASSUFRGS, como o Marcus Vinicius da Rosa, o Gabriel Focking, o Charles Florczak, o Daniel Escouto, o Gustavo Bobrzyk, o Rafael Berbigier, a Karen Wasen, a Amanda Correa, a Grace Tanikado, o Rafael Cecagno, o Jerônimo Menezes, a Mariane Quadros, o Ricardo Souza, o Jonir Mendicielli, o Fabiano Rosa, a Schirlei Cassel, o Jorge Torres, o Mário Pereira, o Rui Muniz, a Márcia Tavares, a Andrea Aquino, o Alexandre Bastos, a Antonieta Xavier, o Sílvio Correa, a Bernardete Menezes, além de tantos outros, por estarem ao meu lado em lutas tão belas e justas pela valorização dos trabalhadores da universidade pública e pela transformação de nossas relações de trabalho no âmbito da UFRGS.

Também desejo agradecer à alguns amigos como o Rodrigo Santos de Oliveira, o Carlos Fernando de Quadros, a Graziele Corso, o Carlos Casanova, a Soraia Dornelles, a Karina Melo, o Marcos Melo, a Mariana Neumann, o Filipe Conde, o Rafael Machado Costa, a Marília Frozza, o Celso Allegransi, a Aline Dallagnese, o Eduardo Araujo, a Sunamita Porte da Rosa e a Giselle Schnack; algumas figuras que cruzaram meu caminho e seguiram junto comigo nestes anos em que estive desenvolvendo minha pesquisa. Também agradeço de uma forma especial à Simone Ferrão, que tem feito destes últimos dias de doutorado um período de tempo muito mais feliz para mim! A todos estes e mais alguns que certamente esqueci, os meus mais sinceros agradecimentos e um pedido adicional de desculpa, por todas as vezes que aluguei a paciências de vocês falando sobre minha tese,

mesmo que o dia estivesse radiante para passear no parque ou a noite convidativa para alguma festa!

Ao final, mas, talvez por isso, mais importante, agradeço à minha família por todo o apoio que me prestou e pelo porto seguro que tenho encontrado neles, nos momentos mais difíceis. Agradeço à minha irmã Débora Bartz, à minha mãe Diná Duarte Bartz e ao meu pai, Frederico Bartz Netto, por todos os momentos que passamos juntos e que foram um incentivo para que prosseguisse em meu trabalho. Como já havia dito em minha dissertação de mestrado, este trabalho é dedicado especialmente a vocês.

# Resumo

A tese que eu apresento a seguir se chama "Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre os anos 1917 e 1922". Eu mostro nesta tese como a Revolução Social foi debatida durante um período marcado pelo crescimento da mobilização operária no Brasil e a influência da Revolução Russa sobre os militantes, que eram em sua maior parte de tendências libertárias (do anarquismo e do sindicalismo revolucionário).

Outro aspecto que eu analiso neste trabalho é a formação de projetos (que eu chamo de projetos políticos) para tornar real esta possibilidade de revolução, assim como a formação de partidos e de organizações comunistas, a divulgação de programas de ação e mesmo de ensaios de insurreições.

O terceiro aspecto de meu estudo tem ligação com a desagregação destas tentativas revolucionárias: os projetos fracassaram e o movimento se viu dividido por posições conflitantes, com os defensores das tradições libertárias em combate contra os novos aderentes ao bolchevismo e os militantes revolucionários lutando contra a participação dos socialistas reformistas nas organizações operárias.

Minha pesquisa se concentra principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, que eram os principais centros industriais do Brasil. Mesmo assim, a tese examina igualmente alguns fatos que se produziram em outras regiões do país, de forma esporádica.

Palavras-Chave: Movimento operário no Brasil, Revolução Russa, anarquismo, sindicalismo revolucionário, comunismo.

# Resumé

La thèse que j'apresente en suivre s'apelle “Mouvement Ouvrière et Révolution Sociale au Brésil: idées revolutionaires et projets politiques des travailleurs organisés au Rio de Janeiro, São Paulo, Recife et Porto Alegre parmi les années de 1917 et 1920”. Je montre en cette thèse comme la Révolution Sociale a etè debaté pendant une période marquè par la croissance de la mobilisation ouvrière au Brésil et l'influence de la Revolution Russe sur les militants, qui étaient dans la plupart partidaires de tendences libertaires (de l'anarchisme et du syndicalisme revolutionaire).

Autre aspect que j'analise en ce texte c'est la formation de projets (qui j'apelle de projets politiques) pour devenir réele cette possibilité de révolution, ainsi que la formation de partis et d'organisations communistes, de la divulgation des programmes d'action et méme des essais d'inssurections.

Le troisième aspect de mon étude a liasson avec le débacle de ces tentatifs revolutionaires: les projets echouent et le mouvement s'est vu divisé pour les positions conflitants, avec les defenseurs des traditions libertaires en combatte contre les nouveaux adherents du bolchevisme et les militants revolutionaires en lucte contre le participation des socialistes reformistes dans les organisations ouvriéres.

Ma recherche se concentre principalement dans les villes de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife et Porto Alegre, qui étaient les principaux centres industriels du Brésil. Néanmoins, la thèse examine également certains faits qui se sont produits dans d'autres régions du pays, de façon sporadique.

Paroles-Clés: Mouviment ouvrier au Brésil, Revolution Russe, anarchisme, syndicalisme revolutionaire, communisme.

Sumário

Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da incredulidade, foi a estação da Luz, foi a estação das Trevas, foi a primavera da esperança, foi o inverno do desespero, tínhamos tudo diante de nós, não tínhamos nada diante de nós, todos nós estávamos indo direto para o céu, todos nós estávamos indo direto para o outro lado – em suma, aquela era uma época tão parecida com a atual que nossas mais ruidosas autoridades insistem em que a comparação só é aceitável em grau superlativo, tanto para o bem, quanto para o mal.

Charles Dickens – *A tale of two cities*

# Introdução

Falar sobre o movimento operário brasileiro na Primeira República, parece, em um primeiro momento, incursionar por um tema já há muito debatido e por um período histórico quase esgotado no interesse dos historiadores, principalmente aquele marcado pelas greves gerais. Hoje, quando florescem as pesquisas que procuram descobrir a história da classe trabalhadora sob outras perspectivas, em períodos históricos antes pouco explorados, como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou as várias formas de militância no período populista, pode causar estranheza a volta a este terreno tão explorado. Da mesma forma, tratar dos militantes e de sua paixão pela revolução pode parecer bastante deslocado diante das atuais tendências dos estudos sobre o mundo do trabalho (noção que é, por si só, uma ampliação em relação à limitante "história do movimento operário"). De qualquer forma, não creio que isso seja um fator limitador, pois pretendo fazer uma análise que, a partir deste tema, proponha novos questionamentos e novas respostas para questões que foram até agora tratadas como exceções a uma regra estabelecida ou foram simplesmente negligenciadas.

Esta pesquisa vai tratar das ideias revolucionárias e dos projetos políticos constituídos pelos trabalhadores organizados entre 1917 e 1922. Como ideias revolucionárias, me refiro a todo o debate em torno das formas da Revolução Social e de suas possibilidades no país; quanto a projetos políticos, entendo as formas de organização, programas, partidos e tentativas insurrecionais que foram desenvolvidas a partir deste debate ou que se relacionaram de alguma forma com ele, como a formação de grupos comunistas ou maximalistas por parte de militantes libertários a partir do ano de 1918[1]. Neste sentido, meu estudo vai buscar a influência das tradições revolucionárias que se desenvolveram no movimento operário brasileiro, assim como o aporte de novos métodos de luta trazidos pelas revoluções que eclodiam na Europa, nos projetos constituídos pelos militantes naquele período histórico, tema ainda não estudado de forma sistemática pela

[1] É importante ressaltar que o termo "comunista" já era usado anteriormente por uma corrente do anarquismo, o "anarco-comunismo" ou "comunismo-anarquista", que teve importante penetração no Brasil. No caso desta pesquisa, os grupos comunistas estudados serão aqueles que adotaram o nome por referência ao comunismo russo. O termo maximalista é uma tradução portuguesa para bolchevismo e está aqui referida como sinônimo de bolchevismo ou comunismo russo.

historiografia brasileira.

O marco inicial da pesquisa será 1917, o ano que marca o início da Revolução Russa, que desde seu princípio já chamava a atenção dos militantes brasileiros, sendo tema de destaque na imprensa operária do país. Também é o ano que marca o início de um ciclo de grandes greves e mobilizações populares (como a greve de 1917 em São Paulo) que atingiram os principais centros industriais do Brasil. Tanto a emergência desta mobilização operária, quanto as notícias que vinham de Europa sobre a Revolução na Rússia, estimularam o debate sobre a viabilidade de um movimento similar no Brasil. O ano final da pesquisa, 1922, é marcado pela fundação do Partido Comunista do Brasil sob as orientações da Internacional Comunista, o que representou uma ruptura significativa entre aqueles que se identificavam com a proposta russa e outras correntes do movimento operário brasileiro: desta forma, a defesa do bolchevismo, por um lado, e do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, de outro, que muitas vezes eram feitas pelo mesmo grupo de militantes, passaram a ser objeto de conflito, configurando cada vez mais claramente dois caminhos opostos para uma futura revolução proletária no Brasil. Também é importante ressaltar que depois de 1922 existe uma intensificação da repressão aos trabalhadores organizados pelo governo de Arthur Bernardes, o que tornou cada vez mais difícil, por parte dos militantes operários, viabilizar um plano de Revolução Social.

A tese vai abarcar, em seus marcos espaciais, quatro centros principais: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Além disso, aparecerão, de maneira mais esparsa, referências sobre os principais centros urbanos e industriais do estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e mais esporadicamente o estado de Alagoas. Esta escolha se justifica pelo tema abordado, pois foram nestes lugares onde as organizações operárias mais debateram temas relacionados à Revolução Social e onde surgiram projetos que procuravam colocá-la em prática. Mais do que isso, foram os lugares onde mais encontrei referências sobre os temas aqui tratados (e isto explica o porquê de ter deixado de lado unidades da federação tão significativas quanto Bahia e Minas Gerais). Também foram nestes centros onde se consolidou, de forma mais clara, a ruptura entre antigos e novos padrões revolucionários, o que pode ser observado pelo processo mesmo de formação do Partido Comunista do Brasil[2].

---

[2] Quando me refiro a esta ruptura, procuro seguir também o que Marcos Del Roio chama de "núcleos

Tenho consciência que estas escolhas podem parecer arbitrárias e deformadoras. Mesmo assim, ao estudar a ideia de revolução e os projetos políticos para concretizá-la, acredito ser plenamente justificado me ater aos centros onde este debate foi mais frutífero e onde tais projetos se constituíram. Deste modo, ao estudar estes temas do movimento operário no Brasil, a pesquisa vai se deter nos lugares onde este processo foi mais significativo. Da mesma forma, em meu estudo existe um sentido que objetiva ir além do recorte regional, não apenas pela adição de mais regiões à "lista" de pesquisas, mas pelo desejo de observar as trocas entre os diversos centros e o que foi projetado para além destes espaços tomados como entidades isoladas.

De modo geral, o debate em torno da Revolução Social neste período está intimamente ligado ao impacto da Revolução Russa sobre o movimento operário brasileiro. A referência ao "entusiasmo" com a revolução é algo recorrente nas memórias dos militantes que viveram este período, mas este tema foi estudado de forma muito pouco sistemática até agora. Um dos motivos para isto talvez esteja no caráter aparentemente "contraditório" daquela conjuntura, com a defesa entusiástica por parte de militantes libertários de uma revolução liderada por um grupo marxista, mas também pelo caráter muito efêmero que alguns projetos nascidos sob esta inspiração tiveram, a exemplo dos primeiros grupos comunistas do país (inclusive muitos dos militantes que atuavam nestes grupos também se declaravam libertários). Talvez por este motivo os autores que estudam o período se limitam a considerar a formação de um PCB "libertário" em 1919, tratando aquele momento como uma "confusão ideológica" no interior do movimento anarquista[3]. Acredito, entretanto, que estas questões mereçam um estudo mais aprofundado, o que poderia ajudar a compreender melhor os projetos desenvolvidos pelos militantes brasileiros entre 1917 e 1922[4].

---

aglutinadores" que formariam o Partido Comunista do Brasil em 1922: Pernambuco, que teria ramificações por outras regiões do nordeste; Rio de Janeiro (Capital Federal), que, ligando-se a São Paulo, aglutinaria a região sudeste e o Rio Grande do Sul, cujo núcleo se abriria para os países platinos, possibilitando contatos internacionais. Ver DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. pp.19-24.

[3] Uma análise mais detalhada destes aspectos da historiografía do movimiento operário e de sua bibliografía vai ser realizada ao longo da tese, especialmente nas seções que inauguram os respectivos capítulos.

[4] Caso contrário pode-se cair no erro já apontado por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, de considerar determinada política das organizações operárias como "corretas" ou "incorretas" do ponto de vista de uma teoria. HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: orientação, lutas e controle, *Remate de Males*, Campinas, v.5, 1985, p.96.

O interesse que a Revolução Russa começou a despertar nos militantes operários brasileiros está ligado ao clima de grande mobilização vivido a partir de 1917. Naquele ano, ocorreram importantes greves contra a carestia de vida e por melhores condições de trabalho em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nestas mobilizações, destacavam-se os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários e foi a partir destas tradições de luta que a revolução passou a ser interpretada[5]. No *A Plebe*, o mais importante jornal operário de São Paulo, um pouco depois da greve geral de julho apareceram reportagens explicando o caráter dos grupos políticos atuantes na Rússia, no qual se destacavam os maximalistas ou bolchevistas, fração mais radical do Partido Social Democrata, além de destacarem a figura de Lênin, tido como mais importante líder socialista russo[6]. Foi também através dos órgãos de imprensa operária que começou a se propor a aplicação de alguns exemplos da Revolução Russa para a realidade brasileira. No mesmo *A Plebe*, diante da intensa repressão que seguiu à greve daquele ano, foram publicadas cartas chamando os soldados a apoiarem os operários no combate à burguesia, nas quais se enfatizava a experiência do soviet (conselho) de operários e soldados na Rússia[7]. No Rio de Janeiro, a imprensa operária também fez chamados à formação de um soviet de operários e soldados, sendo que na Capital Federal afirmava-se que muitos militares de baixa patente já estariam dispostos a aderir à experiência[8].

As referências destes jornais operários servem para relativizar e problematizar a interpretação de que os anarquistas e os sindicalistas revolucionários apoiaram a Revolução Russa por acreditar ser ela “comandada por libertários”, já que, desde 1917, existiam informações atestando o caráter socialista dos bolchevistas e de seus líderes (ou pelo menos de fração mais radical da social democracia). É interessante observar, neste caso, que tais

[5] Mesmo que a maior parte das organizações operárias na Primeira República não tivesse uma orientação ideológica clara ou pudessem ser identificadas como reformistas, destaco estas duas tradições (o anarquismo e o sindicalismo revolucionário) porque foram seus militantes que mais se salientaram nas grandes mobilizações daquele período e porque o radicalismo do “sindicalismo de ação direta” foi o que mais permitiu uma aproximação com o ideário da Revolução Russa. Sobre o reformismo ver, BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República, *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1990; sobre o anarquismo e sua relação com os sindicatos e organizações operárias, ver SFERRA, Giuseffina. *Anarquismo e anarcossindicalismo.* São Paulo: Ática. 1987; e sobre o sindicalismo revolucionário, ver TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
[6] *A Plebe.* São Paulo. p.2, 28, jul, 1917; p.2, 18, ago, 1917.
[7] *A Plebe.* São Paulo. p.4, 25, ago, 1917; p.4, 8, set, 1917.
[8] *O Debate.* Rio de Janeiro. p.7-8, 26, jul, 1917; p.11-12, 2, ago, 1917.

militantes, tradicionalmente contrários ao militarismo, "flertam" com os soldados, o que seria uma inflexão em suas práticas, acenando com a ideia do soviet. Naquele momento, depois das greves, sob o influxo da repressão, talvez fosse interessante tentar uma aliança com parte daquelas forças, até mesmo para se proteger. Além disso, há indícios de que os libertários desejavam ampliar seu campo de atuação neste momento[9]. Nesse sentido, uma das hipóteses da tese é a seguinte: o apoio à Revolução Russa e a transmissão de seus exemplos, em vez de ilusões dos militantes, poderiam estar respondendo a necessidades práticas e fornecendo respostas que as tradições brasileiras de luta não eram capazes de dar. Todavia, para melhor justificar tal interpretação, é imprescindível chegar mais próximo das experiências concretas dos militantes, e recusar o pressuposto de que eles estavam meramente "enganados".

A partir de novembro de 1917, depois da vitória dos bolchevistas na Rússia, as referências à revolução naquele país se tornam cada vez mais frequentes entre a militância operária. Alguns militantes passam a se identificar com o maximalismo, criando organizações que deveriam se guiar pelas novas ideias vindas da Rússia. Em Maceió, Octávio Brandão, farmacêutico livre-pensador que atuava no movimento operário, procurou referências da Rússia revolucionária, e encontrando apenas obras dos populistas (narodniks) do século XIX, passou a defender uma reforma agrária radical, fundando a Congregação Libertadora da Terra e do Homem[10]. Em Porto Alegre, o barbeiro libanês Abílio de Nequete, que tinha uma ligação afetiva com a cultura russa por sua origem ortodoxa, depois de um tempo militando entre os anarquistas da União Operária Internacional e após ter entrado em conflito com estes, decidiu fundar a União Maximalista, lançando um manifesto contra a guerra e o capitalismo[11]. Não deixa de ser interessante

---

[9] Tiago Bernardon de Oliveira percebe uma mudança na tática anarquista depois de 1917, quando os militantes tentam extrapolar os limites de sindicalismo, convocando um Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, que teria como objetivo unir os diversos grupos de tendência revolucionária em um esforço comum. Mesmo que não haja notícia de sua realização, esta chamada já era um indício de uma tentativa de ampliação do campo de ação anarquista, tendência que o autor vê também na tentativa de diálogo com os militares de baixa patente. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). pp. 113-127. Sobre o Congresso Geral de Vanguardas, ver *A Plebe.* São Paulo. p.2, 4, ago,1917; p.2, 18, ago, 1917.

[10] Sobre Brandão e a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, ver: BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega , 1978. pp.127-128.

[11] Sobre Nequete e a União Maximalista ver: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. pp.352-356. Ver também o artigo de minha autoria sobre a trajetória do militante:

comparar estas diferentes formas de se inspirar na Revolução Russa. Pode-se inclusive levantar a questão de quanto as diferentes condições locais (como a dificuldade de Brandão em encontrar referências russas em Alagoas) ou as características de seus fundadores (como a empatia étnica e religiosa de Nequete), podem ter sido importantes na formação dos primeiros grupos comunistas brasileiros.

No Rio de Janeiro, um movimento de reorganização mais amplo também estava acontecendo: os militantes cariocas fundaram a Aliança Anarquista em fevereiro de 1918, para dissipar as divergências entre os diversos grupos libertários e preparar as mobilizações para um futuro ambiente revolucionário. Em novembro de 1918, membros desta mesma aliança, entre os quais se destacavam José Oiticica e Astrojildo Pereira, prepararam uma insurreição operária para derrubar o Presidente Delfim Moreira e instalar no Brasil uma república de soviets operários. O movimento foi traído pelo contato militar do grupo, resultando o intento em violentos confrontos e prisão das lideranças envolvidas no plano[12]. Em março de 1919, estes militantes, alguns dos quais haviam participado da insurreição, decidiram fundar o primeiro Partido Comunista do Brasil. O programa da organização tinha grande influência libertária, mas defendia também o "socialismo integral", objetivando "educar a população para a conquista dos poderes públicos". Os organizadores enviaram o programa e circulares a vários centros de militância, surgindo a partir daí "núcleos" deste partido em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em julho daquele ano, entre os dias 21 e 23, foi chamada a Primeira Conferência Comunista do Brasil, do qual participaram 22 representantes de sete estados da federação. Apesar da interferência da polícia, as reuniões foram concluídas com moções de apoio à revolução, incumbindo-se o Núcleo de São Paulo da elaboração de um programa partidário[13].

A Revolução Russa também atraiu a atenção de alguns intelectuais, como o escritor Afonso Frederico Schimidt, que organizou o Grupo Comunista Zumbi, e Nereu Rangel Pestana, jornalista paulista que criou um personagem chamado Ivan Subiroff, representante da Rússia dos soviets, para criticar a oligarquia de seu estado. Em Recife, o professor

---

BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social (UNICAMP)*, v. 14/15, p. 157-173, 2008.

[12] Sobre a insurreição de 1918, ver ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2002 (edição revista e atualizada). p.101-144.

[13] Sobre este partido, ver o capítulo "O programa comunista dos libertários" em BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.227-236.

socialista Joaquim Pimenta, da Faculdade de Direito de Recife, se aproximou dos sindicatos durante o ano de 1919, atuando junto aos operários em importantes mobilizações. Também em Recife, da iniciativa de jovens estudantes e intelectuais vai surgir, em 1920, o Centro de Estudos Sociais, com o objetivo de unir trabalhadores manuais e intelectuais em um mesmo projeto de mobilização popular. Isto mostra não só a aproximação de grupos de fora da classe operária para apoiar a Revolução Social, mas também que distantes dos espaços de militância do centro-sul do Brasil, a existência de outras tradições de luta imprimiram características particulares à criação dos primeiros grupos comunistas[14].

A formação do primeiro PCB e estas outras iniciativas se deram junto a uma ascensão das mobilizações de classe e a intensas discussões sobre o futuro da Revolução Social. Percorrendo os jornais em que os militantes escreviam, encontram-se artigos sobre o caráter do maximalismo, o significado da ditadura do proletariado e a possibilidade da união de todas as correntes do movimento operário em uma mesma orientação[15]. Diante de tantos debates e de uma atividade militante tão intensa, é necessário estudar estes projetos a partir de outra lógica. Estudando-os como propostas realmente políticas, e não como propostas passageiras, estes "fenômenos" difíceis de explicar podem ser ligados a outros processos de mobilização: uma das origens do PCB de 1919, por exemplo, remontaria ao ciclo de greves de 1917. De forma semelhante, o seu enfraquecimento estaria associado a uma segunda tentativa de insurreição, que teria seu início em São Paulo, mas foi abortada pela explosão de uma bomba guardada na casa de um militante, na capital paulista, em outubro de 1919. Neste último caso, o estudo da atuação do primeiro PCB consegue lançar

[14] É importante ressaltar que o apoio dado à Revolução Russa não se iniciou com a participação destes intelectuais junto ao movimento operário, mas era significativa desde 1918, como pode ser visto pelas páginas do *Tribuna do Povo* de Recife, onde escreviam os sindicalistas da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco. Sobre este período ver REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco***:** *cooptação e resistência (1900-1922).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). pp.39-82.

[15] Para Marcelo Badaró Mattos, a Revolução Russa provocou uma inflexão nos termos dos debates entre os militantes operários naquele momento, do qual o maior exemplo seria a defesa da ditadura do proletariado pelos libertários. MATTOS, Marcelo Badaró. O manifesto comunista no Brasil, *Varia história*, Belo Horizonte, n. 22, jan. 2000, pp.173-175. Acredito que um exemplo deste tipo de inflexão, onde várias referências se cruzam, pode ser visto em um artigo de Manuel Ribeiro, publicado no *Spartacus,* em que este afirmava que o maximalismo, o sindicalismo e o anarquismo eram faces da mesma ação operária. E parece não ter sido um caso isolado neste cruzamento de influências, já que ele dizia haver *"um grande número de militantes operários que vêem no sovietismo uma expressão prática do sindicalismo revolucionário e no soviet um equivalente da bolsa de trabalho". Spartacus*. Rio de Janeiro. p.3, 6, dez, 1919.

luzes sobre um episódio muito pouco conhecido de nossa história[16].

Nos últimos meses de 1919 e princípios de 1920, a repressão intensificou-se e uma série de prisões debilitou o poder de mobilização das associações operárias. Além disso, começaram a circularem ressalvas e críticas de militantes anarquistas europeus contra o caráter autoritário do bolchevismo; também foram veiculadas notícias de que os libertários estariam sofrendo perseguições na Rússia, o que causou protesto por parte dos militantes brasileiros, alguns dos quais passaram a ver o maximalismo como mais uma forma de autoritarismo. Mesmo sob estas condições, grupos que ainda reivindicavam a possibilidade de uma Revolução Social continuaram surgindo. Um exemplo disso foi a Coligação Social, que procurava unir militantes operários a figuras políticas próximas aos trabalhadores, como o Deputado Federal Maurício de Lacerda, em um projeto que incluía propostas de participação eleitoral. Também surgiu o Grupo Social Renovação, mais próximo do anarquismo e do sindicalismo revolucionário do que a Coligação, mas defendendo a ditadura do proletariado[17].

A organização destas associações não foi algo pacífico, provocando uma série de questionamentos sobre os princípios de ação entre a militância. A participação cada vez mais presente de políticos e intelectuais reformistas vai ser um elemento de conflito para os militantes revolucionários. Como exemplo pode ser tomado o debate entre Ulrich D'Ávila e Octávio Brandão sobre a Coligação Social, que foi travado pelas páginas do jornal *Voz do Povo*, do Rio de Janeiro. Brandão, que chegara de Alagoas no ano anterior, criticava a proposta por ser ao mesmo tempo bolchevista, por adotar ideias autoritárias, e reformista, pelo seu caráter eleitoral. D'Ávila, que fora um dos organizadores do PCB em 1919, respondeu que a tática eleitoral era necessária, pois em um país como o Brasil, onde o

---

[16] As notícias desta insurreição, sua articulação em outros estados e o envolvimento do PCB (1919) com o levante, foram divulgados pelo *Correio Paulistano* entre os dias 20 e 22 de outubro de 1919. *A Plebe* negou o fato, referindo-se apenas à brutal repressão pela declaração de uma greve geral. Anos depois, no entanto, a insurreição e suas articulações apareceriam confirmadas por fontes distantes e não relacionadas: as memórias de Abílio de Nequete, escritas nos anos 1940 e um livro de Everardo Dias sobre o movimento operário brasileiro, escrito nos anos 1960. Ver: DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962. p.91 e PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. pp.370-371. O fato dos libertários da capital paulista lembrarem a data do acidente por dois anos seguidos com o lançamento de jornais (o *19 de Outrubro* em 1920 e o *Remember* em 1921), parece atestar a gravidade do episódio.

[17] Sobre este período, ver KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). pp. 26-39.

proletariado era pequeno, atuar apenas nos sindicatos seria um erro, além do que, caso uma revolução operária fosse vitoriosa, pela pouca força desta classe, a reação seria tão grande que levaria o país a uma ditadura pior que a dos bolchevistas na Rússia[18].

Tanto esta resposta, quanto as disputas entre críticos e apoiadores da Revolução Russa, parece não estar totalmente dissociada do momento em que os militantes viviam. Isto faz pensar nas diferentes formas tomadas pelo debate em torno de propostas revolucionárias em momentos de intensa mobilização e de dura repressão: se a discussão em torno das ideias revolucionárias e os diversos projetos políticos que foram surgindo naquele período podem ganhar sentido através das experiências de lutas dos operários, hipótese que estou aqui propondo, é necessário então levar em conta o desenvolvimento da própria luta para compreender algumas iniciativas, como a formação da Coligação Social, que de outra forma, pareceriam pouco compreensíveis ou seriam interpretadas apenas como desvios em relação à tradição libertária.

Com as consequências da repressão do governo e a hostilidade dos anarquistas e sindicalistas revolucionários, os militantes que se identificavam com as propostas maximalistas procuraram novas formas de articular suas lutas. A partir de 1921, a União Maximalista de Porto Alegre passou a entrar em contato com os comunistas uruguaios e argentinos, conseguindo um canal de comunicação com a Internacional Comunista e materiais de estudo de orientação marxista. No Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira e outros militantes fundaram em novembro daquele ano o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que entrou em contato com militantes de outros estados da federação, o que resulta no surgimento de grupos comunistas em Recife, Juiz de Fora, São Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói e Santos. Da ligação da União Maximalista, agora com o nome Grupo Comunista de Porto Alegre, com os comunistas platinos e da articulação do Grupo Comunista do Rio com os demais estados, formou-se, em abril de 1922, o Partido Comunista do Brasil sob as

---

[18] Em sua análise sobre o movimento operário santista no período entre guerras, Fernando Teixeira da Silva observa que, ao mesmo tempo em que ocorriam as grandes mobilizações no final dos anos de 1910, também eram ensaiados projetos de sindicalismo reformista e que estes iriam ocupar importantes espaços depois da onda repressiva de princípios dos anos 1920. Debates como estes em torno da Coligação Social, indicam que propostas revolucionárias e reformistas não só coexistiram neste momento, mas que em alguns casos dialogaram. Sobre alguns exemplos de coexistência de um sindicalismo revolucionário e projetos reformistas neste período, ver SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. pp.281-333. Sobre o debate entre D'Ávila e Brandão, ver, GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. pp.138-139.

condições da Internacional de Moscou[19]. Nascia então aquela que seria uma das organizações mais fortes e duradouras entre a classe operária brasileira[20].

Por outro lado, aqueles militantes que decidiram seguir libertários não ficaram imunes a efervescência de todo aquele período, tampouco de suas consequências. Era impossível retornar à situação anterior, até porque o monopólio da Revolução Social havia saído de suas mãos. Nesta situação, os anarquistas vão se afastar cada vez mais de qualquer tipo de atividade político-institucional. Na década de 1920, cada vez mais marcada pelas lutas políticas e pelo surgimento de diferentes projetos de poder (como, por exemplo, as revoltas tenentistas), os libertários permanecerão críticos a qualquer plano de conquista do Estado[21].

O que restou daquelas ideias e projetos, tão intensos e efêmeros, que marcaram aqueles anos? Hoje, os nomes da União Maximalista, da Congregação Libertadora da Terra e do Homem, do Partido Comunista do Brasil de 1919, do Centro de Estudos Sociais, da Coligação Social ou do Grupo Social Renovação soam estranhos e deslocados. Suas propostas, vistas à luz dos acontecimentos posteriores, parecem confusas. Mas, para aqueles que formaram estes grupos, não era assim. Suas lutas eram cheias de significado, suas propostas, formuladas através de suas tradições e seus códigos culturais, fecundadas por uma série de sonhos novos que apontavam no horizonte, apareceram como lutas possíveis para aqueles sujeitos. Acredito que seja necessário estudar estas mesmas ideias

---

[19] Sobre este processo ver, KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). pp.39-42.

[20] Mesmo que alguns dos militantes identificados com o comunismo russo tenham fundado o PCB de 1922, não se pode dizer que este tenha sido o caminho mais "natural" ou mais "legítimo" a todos aqueles que em algum momento se identificaram com o maximalismo ou apoiaram a Revolução Russa nos anos anteriores. Um exemplo interessante é o do Grupo Clarté do Brasil, identificado com a proposta da Internacional do Pensamento de Barbusse. Apesar do apoio dado aos bolchevistas russos através da sua revista, muitos de seus formadores (entre os quais se contavam militantes operários e políticos reformistas) não aderiram ao comunismo, mas acabaram posteriormente nas fileiras da Aliança Liberal, sendo incorporados ao projeto corporativista no pós-30. Sobre o Grupo Clarté, ver HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sergio "O grupo Clarté no Brasil: da revolução dos espíritos ao Ministério do Trabalho". In PRADO, Antonio Arnini (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[21] Tiago Bernardon de Oliveira aponta que, depois de 1922, a ação dos militantes libertários foi marcada por uma intransigência cada vez maior contra a política institucional. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niteroi: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). Alex Buzeli Bonomo, por sua vez, aponta para a cristalização do anarquismo depois dos anos 1920, o que teria contribuído para a diminuição de sua influência em um período em que as questões da política institucional tendiam a se impor até mesmo dentro do movimento operário. BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935).* São Paulo: PPG em História da PUCSP, 2007 (Dissertação de Mestrado).

revolucionárias e projetos políticos, nem os louvando por seu pioneirismo, nem os criticando por sua falta de clareza, mas analisando-os como parte importante da construção do movimento operário brasileiro.

O principal objetivo deste estudo é analisar como os debates sobre as possibilidades revolucionárias dentro do movimento operário brasileiro entre 1917 e 1922 fizeram surgir projetos para tornar a Revolução Social uma realidade. Da mesma forma, ao longo da tese também vou observar como as tradições ideológicas e organizativas existentes no movimento operário forneceram elementos para uma leitura destas revoluções e como estas leituras interferiram nestas mesmas tradições. Através deste processo, pretendo esclarecer como novos projetos políticos, por exemplo, a organização de um Partido Comunista ou a colocação em prática de uma insurreição, interferiram na articulação dos militantes e dos grupos de operários organizados em termos nacionais. Por fim, também desejo explicar como se deu, após a intensificação da repressão sobre os militantes e a difusão das notícias sobre as divergências entre anarquistas e bolchevistas na Europa, a reorganização da militância em tendências conflitantes e isto tendo em vista toda a carga de experiências acumuladas anteriormente.

O tema da Revolução Social é uma constante na história do movimento operário brasileiro; de qualquer forma, não são muito comuns os estudos que tenham se concentrado no debate em torno das ideias revolucionárias e dos projetos nascidos delas, pelo menos no período aqui estudado. O mais próximo de uma problematização deste tema foi feito através de um estudo que enfocava o impacto da Revolução Russa no movimento operário brasileiro: "*1917: O ano vermelho. Os reflexos da Revolução Russa no Brasil"*, de Luis Alberto Moniz Bandeira. Este livro foi escrito por ocasião do cinquentenário da Revolução Russa, em 1967, tendo por mérito trabalhar com muitas fontes primárias e tentar observar os "reflexos da revolução" em diversos centros de militância.

Mesmo assim, esta obra traz as marcas da sua época, como o valor dado a influência da revolução tendo em vista a fundação de um partido que representasse a classe operária (o PCB de 1922) e a penetração do marxismo como teoria mais adequada à luta de classe em uma moderna sociedade urbano-industrial[22]. O problema desta perspectiva é que ela

[22] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.274-275.

desvaloriza os projetos anteriores a esta data, desconsiderados pela orientação anarquista e sindicalista de muitos dos seus militantes. Um exemplo deste tipo de análise se encontra também no livro "*Formação do PCB",* de Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista, que chega a se referir a um "verdadeiro" PCB fundado em 1922, ao que o autor contrapõe a experiência de 1919, julgada como um erro[23].

Esta primeira historia do movimento operário foi alvo de críticas por parte de uma historiografia acadêmica que, principalmente a partir da década de 1980, procurava valorizar o papel dos militantes anarquistas na organização da classe trabalhadora durante a Primeira República. Ângela de Castro Gomes, no "*A Invenção do trabalhismo"*, por exemplo, critica Astrojildo Pereira por este relacionar o surgimento do PCB de 1922 a uma autocrítica da militância que teria redundado em um abandono do anarquismo. Mostrando que se vivia um momento de grande confusão sobre os destinos da Revolução Russa e que os militantes se perdiam em um "emaranhado de posições", Castro Gomes defende que não ocorreu uma mudança de tática, mas um enfraquecimento das organizações pela repressão. Desta forma, a fundação do PCB não teria marcado uma "bolchevização", mas foi a ação de um pequeno grupo, em um período de refluxo de lutas, que só experimentaria um crescimento posteriormente[24].

O trabalho de Castro Gomes avança muito em termos de crítica das fontes e na revisão das referências do período, mesmo assim, o deslocamento do olhar em direção ao

---

[23] PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.p.42-44. Dulce Pandolfi, ao estudar a construção da memória dos fundadores do PCB de 1922, percebe que o novo partido era destacado como o portador da linha correta, da clareza das ações, o que contrastava com o período anterior, marcado por erros e indefinições: *"neste sentido, não é de se estranhar que quase não haja registros ou menção sobre os diversos grupos comunistas existentes antes de 1922".* PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: historia e memória do PCB.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.73. Acredito que esta memória tenha contribuído para a formação de uma imagem pouco clara e até negativa dos primeiros grupos comunistas e maximalistas do Brasil.
[24] GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. pp.138-139, 150-154. Entre outros trabalhos deste período que também valorizam o papel do anarquismo para a organização da classe operária, pode-se citar: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1983; KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgar Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: PPG em História da USP, 1989 (Tese de Doutorado) e CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operária nos anos de 1917 a 1921.* São Paulo: Pontes/Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. Conforme Cláudio Batalha, esta produção historiográfica estaria inserida em uma ampliação de temas e enfoques da história operária, ocorrida especialmente a partir dos anos 1980. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2001. p.152-155.

anarquismo acabou fazendo com que a autora não analisasse o debate sobre a possibilidade da Revolução Social, tampouco os projetos elaborados pelos militantes de forma autônoma ou percebesse neles alguma mudança qualitativa de ação política. Neste caso, pode-se dizer que, apesar da autora ter percebido um "emaranhado de posições", ela não buscou separar os diversos "fios" que compunham esta "meada".

Ocupando um lugar indefinido entre o anarquismo e o comunismo, os debates em torno da Revolução Social, a formação dos primeiros grupos comunistas e as tentativas de insurreição não se transformaram em uma questão central para os historiadores do movimento operário. Por esta razão é necessário fazer uma comparação com pesquisas que se ocuparam de temas não tão próximos, mas que se assemelham, na abordagem, ao problema tratado nesta tese. Penso aqui especificamente em dois estudos que, apesar da distancia temporal, em um caso, e geográfica, no outro, podem estabelecer um paralelo com a minha pesquisa. O primeiro é a tese de Jean Rodrigues Sales, "*O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)".* Este estudo mostra como os grupos comunistas debateram intensamente a Revolução Cubana, o que deu oportunidade para reavaliar as possibilidades de uma modificação radical em seu próprio país e mesmo que os militantes não tenham seguido um modelo baseado naquela revolução, procuraram utilizar as contribuições oriundas de Cuba para a elaboração dos seus projetos políticos[25]. Apesar do contexto histórico muito diferente, esta abordagem permite pensar na apropriação seletiva dos referenciais da Revolução Russa (e de outras revoluções europeias) pelos militantes brasileiros, que interferiram em seus planos de organização e luta.

Mais próximo do contexto que analiso está a tese de Andréa Doeswjik, "*Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rio-platenses. 1917-1930",* que trata de grupos anarquistas e sindicalistas revolucionários uruguaios e argentinos que se identificaram com o bolchevismo. O que mais me atrai neste estudo é que as ações e os debates promovidos por este grupo são analisados como escolhas, que se relacionam as disputas entre as organizações e aos projetos que se queria levar adiante; além disso, o autor mostra como as novas ideias bolchevistas fecundaram a tradição libertária, fazendo com

[25] SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2005. (Tese de Doutorado.)

que surgissem concepções políticas bastante originais[26]. É claro, devem ser levadas em conta as diferenças entre o movimento operário no Brasil e no Rio da Prata; mesmo assim, a perspectiva adotada por Doeswijk, de entender as formas como os anarquistas se identificaram com a Rússia dos soviets através de preocupações e demandas locais, pode ser tomada como modelo para o meu estudo.

Um estudo recente, bem mais próximo de minha pesquisa em termos de conteúdo, é a tese de Tiago Bernardon de Oliveira, "*Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937)". Esta tese abarca um período muito mais longo que o tratado aqui, além disso, seu tema se concentra nas relações dos libertários com os sindicatos; de qualquer forma, quando o período das grandes mobilizações da Primeira República é abordado, ele vê um sentido político em ações como a fundação de partidos e a aproximação com setores de fora da classe operária, como militares e políticos de oposição, que em geral são tratadas de forma bastante passageira no contexto geral das greves. Para Oliveira, estas ações teriam o sentido de ampliar o campo de ação das lideranças libertárias para fora dos sindicatos, além de tornar mais orgânica sua ação dentro da classe trabalhadora. Neste caso, fenômenos pouco estudados ou considerados de forma isolada, ganham destaque quando associados à objetivos mais gerais dos militantes[27].

Para além das questões relacionadas aos temas especificamente tratados, tenho também como referência para minhas pesquisas os trabalhos cujas temáticas se inserem ou se aproximam da história social do trabalho. Aproximo-me desta perspectiva pelo objetivo, apontado por Cláudio Batalha em "*O movimento operário na Primeira República"*, de estudar os trabalhadores organizados tentando enfatizar sua "multiplicidade de experiências e pluralidade de expressões"[28]. Acredito também que continua sendo necessário seguir a orientação de Michael Hall e Paulo Sergio Pinheiro, no "*A classe operária no Brasil"*, de "recuperar o que foi deliberadamente ocultado", principalmente no que se refere aos sonhos revolucionários dos militantes operários[29]. Por este motivo, dialogo nesta tese com estudos

---

[26] DOESWJIK, Andréa. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rio-platenses (1917-1930)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1998. (Tese de Doutorado).
[27] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado).
[28] BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.7.
[29] HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: o movimento operário:*

que seguem esta perspectiva, especialmente aqueles que procuram valorizar o aspecto político das lutas sociais. Além disso, acho muito importante dialogar com pesquisas que buscam resgatar tradições de luta que foram subestimadas ou esquecidas pela história, que procuram analisar as organizações militantes não como grupos fechados, mas na sua relação com o restante dos trabalhadores e aqueles estudos que mostrem estas relações de classe de forma multifacetada, como espaço de solidariedade, mas também de rivalidade e conflito.

Para além desta Introdução, outros aspectos da revisão bibliográfica e da discussão historiográfica serão retomados nos diferentes capítulos, no que se refere aos objetivos específicos dos mesmos.

Quanto às referências analíticas, minha pesquisa está orientada a partir de marcos teóricos que tratam tanto da circulação e das representações sobre os temas revolucionários, quanto do caráter político e da legitimidade dos projetos constituídos pelos trabalhadores organizados. Também é fundamental neste trabalho a noção de experiência, a partir da organização e luta destes operários, como elemento articulador das apropriações feitas das informações que circulavam e os projetos de colocá-las em prática.

As informações que chegavam ao Brasil sobre a Rússia revolucionária e sobre as agitações sociais nos outros países europeus eram propagadas pelos operários organizados através de jornais, panfletos, programas políticos etc. Neste movimento, as ideias eram reelaboradas e reapropriadas pelos militantes, a partir de tradições de luta, como o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, que haviam dado sentido às suas experiências, de forma que não poderia se falar apenas de uma "influência" do exemplo dos revolucionários europeus sobre o movimento operário brasileiro. Por este motivo, prefiro trabalhar com a noção de circulação de ideias, como coloca Eduardo Devés Valdes:

> Categorias como "influência" ou "difusão" têm operado no interior do centro ou a partir do centro para a periferia, ainda que possam servir também para estudar o movimento das ideias no âmbito periférico. Entretanto, a noção de influência induz em grande medida à passividade do receptor, ao passo que a noção de "circulação" tolera melhor questões como os modos de recepção e reelaboração[30].

---

*documentos (1889-1930)* São Paulo: Alfa Omega, 1979. p.15.

[30] Categorías como "influencia" o "difusión" han operado al interior del centro o desde el centro hacia la

Estas informações, enquanto circulavam pelos meios militantes, eram recebidas reinterpretadas, ressignificadas: não era, pois, uma atitude passiva. Há também que se considerar que estas informações sobre a revolução não foram tratadas apenas como ideias cristalizadas; ao contrário, seu sentido era influenciado pela realidade em que viviam os militantes. Suas condições de luta também moldavam a forma como aquelas novidades, vindas de países tão distantes, eram compreendidas e podiam gerar uma reflexão sobre a realidade brasileira. As representações e as ações não são dicotômicas, mas são interdependentes. Como afirma Rodrigo Patto de Sá Motta, as representações "são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, frequentemente têm correspondência com interesses sociais". De forma análoga, também é verdade que "as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais"[31].

Também é importante deixar claro que, além do debate e da circulação das ideias, é necessário compreender o esforço por elaborar os meios de colocá-las em prática e para tanto, é fundamental reconhecer o caráter político dos projetos constituídos naquele período. Este enfoque político, relacionado ao combate a uma estrutura de poder constituída e às propostas para a construção de uma nova sociedade, não se opõe à história social cujos referenciais estão sendo aqui expostos. Como bem coloca Diorge Konrad, em sua tese sobre movimentos sócio-políticos e repressão no Rio Grande do Sul durante os anos 1930:

> Mesmo quando faço "história política", pressuponho que ela não é apenas história dos governos, mas se origina da luta política das classes e dos movimentos sócio-políticos; e quando faço "história social", suponho que ela se relaciona com as formas de poder político, tanto na sociedade política (o Estado como centro do poder de classe), como na sociedade civil (os sindicatos, os partidos, etc, como intermediários pela manutenção/conquista do poder)[32].

---

periferia, aunque pueden servir también para estudiar el movimiento de las ideas en el ámbito periférico. Sin embargo la noción de influencia conlleva en gran medida a la pasividad del receptor en tanto que la noción de "circulación" tolera mejor cuestiones como los modos de recepción y de reelaboración. VALDES, Eduardo Devés. El transpaso del pensamiento de América latina à África a través de los intelectuales caribeños, *História UNISINOS*, São Leopoldo, Vol. 4, n. 2, jul./dez. 2000. pp. 190-191.

[31] SÁ MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva, 2002. Introdução p. XXV.

[32] KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-politicos (1930-1937).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p.9-10.

Desta forma acredito que reconhecer o caráter político (mesmo que não institucional) daqueles projetos também é uma boa forma de escapar a uma história que poderia ser somente intelectual. Pode-se dizer que minha pretensão é fazer, em relação aos anarquistas, sindicalistas revolucionários e maximalistas brasileiros, o que Sergio Grez Toso disse que faria, em uma metáfora quase bíblica, em relação aos primeiros comunistas chilenos: "uma história social e ao mesmo tempo política do comunismo e dos comunistas chilenos, que tenta mostrar o caminho que tomaram suas ideias para se fazer carne entre as massas[33].

Mas, este "verbo" que os militantes pretendiam fazer "carne", não pode ser visto apenas como algo inconsequente, como uma série de ideias e projetos derrotados, que, pela dificuldade de "encaixá-los" em um sistema de ideias pode ser facilmente identificado com a falta de maturidade política. Para escapar desta crítica, é necessário incorporar outra perspectiva de análise à estas referências**:** as experiências destes sujeitos. É muito conhecido – mas nem por isso menos importante nessa pesquisa- o conceito de experiência em Thompson, que afirma que as pessoas:

> [...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mais nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada[34].

Os discursos embebidos de esperança revolucionária, o surgimento de associações que se identificavam com o maximalismo ou mesmo o sonho acalentado de insurgência, não podem ser explicados somente por um desejo de imitação ou por alguma apropriação mecânica. Estes militantes trataram estas questões a partir de seus *referenciais de luta* e muito de sua identificação com o sonho revolucionário só vai ter sentido a partir das *experiências* destes trabalhadores. Ao analisar as ideias e as ações daqueles militantes por esta perspectiva, elas se tornam legítimas, por serem legítimas para os próprios sujeitos.

---

[33] "...una história social y a la vez política del comunismo y de los comunistas chilenos, que intenta mostrar el camino que tomaran sus ideas para hacerse carne en las masas". TOSO, Sergio Grez. *História del comunismo em Chile: la era Recaberren (1912-1924).* Santiago: Lom Ediciones, 2011. p.9.

[34] THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 187.

Elas deixam de ser uma crença ingênua na possibilidade da revolução ou uma esperança infundada, mas passam a ter valor pelas ações que produziram no momento. Estes militantes deixam de estar eternamente condenados ao erro ou a estarem eternamente equivocados por serem anarquistas que fundaram um partido comunista, por terem articulado uma insurreição que pretendia instalar uma república dos trabalhadores ou porque acreditaram estar às portas de um novo mundo. Fazendo um paralelo com Thompson, ao falar da nascente classe operária inglesa, no século XVIII:

> Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas afirmações eram válidas nos termos da sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais[35].

Desta forma, tentando compreender as ideias revolucionárias e as ações inspiradas nelas como válidas nos termos das experiências dos militantes operários que procuro conduzir este trabalho.

Quanto às fontes, minha pesquisa se concentra na utilização de materiais primários, e entre estes, os jornais operários tem um lugar de destaque. A imprensa operária era o lugar privilegiado para a enunciação de denúncias, informações e projetos, já que ela tinha como função primordial conscientizar a classe. Através dos periódicos podem-se acompanhar temas tão diversos como os debates sobre a influência da Revolução Russa, a necessidade de uma nova forma de ação na militância ou as divergências entre a tradição anarquista e sindicalista e os novos aportes. Desta forma, pode-se rastrear como vai se modificando e que sentidos vão adquirindo o "ser revolucionário" no decorrer destes anos, pergunta fundamental para compreender as inflexões existentes nas mudanças de posição dos militantes. O jornal servia como elemento agregador, por isso é tão representativo das elaborações teóricas deste período. No jornal operário as lideranças se faziam ouvir, através de uma voz que, muitas vezes, não alcançava diretamente a rua, mas poderia passar de boca em boca, levada por aqueles que estavam pisando no chão da fábrica, nos botecos ou nas vielas dos bairros operários[36]. Para isso, os mais importantes jornais operários do período

---

[35] THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. V.1.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13.

[36] Para uma boa caracterização da imprensa operária em relação aos outros tipos de imprensas, ver

como *O Debate, Spartacus, Voz do Povo, Clarté, Renovação, Movimento Communista* (Rio de Janeiro) *A Plebe, A Obra, O Libertário* (São Paulo), *Tribuna do Povo, A Hora Social, O Diário do Povo* (Recife), *A Luta, O Syndicalista* (Porto Alegre) e *A Semana Social* (Maceió) dão o suporte necessário à pesquisa[37].

Também é por intermédio da imprensa operária que podem ser rastreadas as atividades das novas organizações que iam sendo formadas no período, como a União Maximalista, o Grupo Clarté ou o Grupo Social Renovação. Estas organizações tinham um baixo grau de institucionalização, por isso a maior parte delas não legou documentos que descrevessem seu funcionamento ou mesmo listas de militantes que nelas atuassem. Por intermédio da imprensa operária, no entanto, muitas de suas atividades podem ser localizadas, além do que, as notícias publicadas dão conta das redes de solidariedade que estavam atuando naquele momento. Exemplos disso são os jornais *Spartacus* do Rio de Janeiro e *A Plebe* de São Paulo. O *Spartacus* era editado pelo grupo fundador do PCB de 1919; também foi a partir da ação de militantes que trabalhavam no *A Plebe* que se formou o primeiro Núcleo do PCB em São Paulo. Por esta razão, eles informavam o surgimento de núcleos, excursões de propaganda e eventos em que estas associações estavam envolvidas. Em um momento posterior, quando as posições entre críticos e defensores da Revolução Russa estiverem se definindo, periódicos como *Movimento Communista*, do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, podem ser tomados como testemunhas de novas propostas de organização a que uma parte da militância estava aderindo, da mesma forma que *O Libertário*, editado pela Aliança Anarquista de São Paulo, pode ser visto como exemplo da fidelidade que muitos militantes mantiveram às ideias ácratas.

Outra fonte importante de informações são os opúsculos, programas e outros documentos produzidos pelas organizações. Os opúsculos e os livretos de autoria dos militantes são importantes para compreender como eram elaboradas e divulgadas as ideias dentro do movimento operário[38]. Os programas, no qual incluo como exemplo o

---

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

[37] A maior parte destes jornais se encontra no Centro de Documentação e Memória da UNESP, já digitalizados e disponíveis para cópia em mídia digital. Outros se encontram no Arquivo Edgar Leuenroth na UNICAMP, onde seus microfilmes e microfichas podem ser consultados e digitalizados pelos pesquisadores.

[38] Dentre estes opúsculos, que eram uma alternativa factível às organizações operárias que tinham dificuldade para editar livros, destaco *A Revolução Russa e a imprensa* (Rio de Janeiro – 1918) e *Uma obra necessária. Conferência sistemática em propaganda da Colméia, por Antônio Bernardo Canellas (resumo)* (Recife – 1920), ambos no arquivo do CEDEM.

*"Programa do PCB"*, de 1919, ganham valor pelo caráter prescritivo, pois eles explicitam os objetivos das organizações e suas expectativas em relação ao futuro, o que ajuda a identificar sua orientação[39]. Também na categoria dos documentos produzidos pelas organizações, incluo as cartas e os relatórios enviados à Internacional Comunista durante o processo de fundação do PCB de 1922[40]. Estas fontes ajudam a entender melhor como se dava o relacionamento dos militantes brasileiros com as organizações operárias internacionais, além de permitir uma maior compreensão do momento em se deu a fundação daquele partido.

Também destaco entre minhas fontes as memórias e os documentos pessoais. Alguns militantes como Octávio Brandão e Abílio de Nequete produziram escritos sobre sua atuação no período. Também existem acervos de documentos pessoais, como o de Astrojildo Pereira, no qual se incluem cartas, rascunhos e recortes de jornal[41]. As vivências de militantes como Brandão, Nequete e Pereira, a quem, por sua trajetória, considero sujeitos chave para minha pesquisa, podem exemplificar de forma mais clara, a partir de suas trajetórias, qual era o significado das ações e a dinâmica dos grupos onde atuavam. Por isso, além destes documentos pessoais, também acompanho de perto alguns militantes através de seus escritos nos jornais ou de suas atuações nas associações operárias. Desta forma, tais sujeitos podem dar vida a ideias e ações que não desejo mostrar como "descarnadas". A própria fragilidade com que os projetos políticos dos militantes foram constituídos neste momento, reforça aqui a importância da vivência dos seus participantes

---

[39] A maior parte destes programas encontra-se publicados nos jornais operários, mas alguns podem ser encontrados também de forma avulsa, como este *Programa do PCB* (1919) ou *O programa maximalista*, da União Maximalista de Porto Alegre, ambos anexados ao Processo Crime 1016 do Juri Sumário de Porto Alegre, movido contra militantes que participaram de uma manifestação em frente á Intendência Municipal em 7 de setembro de 1919.

[40] Estes documentos, como, por exemplo a Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, eviada de Montevidéu em 1º de fevereiro de 1922, são originários do RGASPI – Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovanii (Arquivo do Estado Russo de História Social e Política), mas se encontram atualmente no CEDEM da UNESP.

[41] Dos escritos de Brandão destaco *Combates e batalhas* e *O Caminho*, em que o autor escreve sobre sua trajetória pessoal e sobre sua participação no movimento operário brasileiro. Além disso, em 1977, uma entrevista foi concedida à pesquisadores do CPDOC em que o militante dá uma série de detalhes pouco conhecidos sobre sua atuação e o funcionamento das associações operárias no período. Abílio de Nequete escreveu, nos anos 1940, um caderno de memórias, que perdeu-se ao longo do tempo, mas cujas principais informações relativas a conjuntura aqui estudada, foram recopiladas pela professora Sílvia Petersen, que mantém as anotações em seu arquivo pessoal. Tanto Octávio Brandão quanto Astrojildo Pereira possuem documentos pessoais no AEL, Pereira também têm um arquivo organizado no CEDEM, no qual se destacam bilhetes, cartas e recortes de jornais.

para lhes descortinar os sentidos.

Finalmente, quanto à organização da exposição, minha tese está dividida em três grandes capítulos. Na primeira parte de meu estudo, *"A ideia de Revolução Social e seus múltiplos significados para os militantes operários no Brasil entre os anos de 1917 e 1919"*, abordo o período inicial das grandes mobilizações operárias, quando existe uma ascensão das lutas dos trabalhadores. O tema a ser debatido neste capítulo é a circulação das ideias revolucionárias, tanto a partir do impacto da Revolução Russa e de seus novos exemplos, quanto da tradição anarquista e sindicalista revolucionária, que dava sentido a estas discussões. Partindo de um primeiro momento, em que as informações que chegavam eram recebidas e algumas referências eram incorporadas às reivindicações do movimento, analisarei as inflexões que os debates sofreram, como por ocasião da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia e da Revolução Alemã de 1918, apontando para um caminho de radicalização e de problematização das formas de ação locais.

O segundo capítulo, *"Os principais projetos políticos constituídos pelos trabalhadores organizados e a possibilidade da Revolução Social",* trata da constituição de projetos políticos que dialogavam ou eram tributários do debate em torno de possibilidades revolucionárias, como a formação de organizações que se intitulavam maximalistas ou os planos insurrecionais para implantar uma república dos trabalhadores no país. O período aqui abarcado vai de O período aqui abarcado vai de 1917, quando, no contexto das grandes greves, surge a ideia de um Congresso de Vanguardas, até 1921, quando se estruturam os últimos grupos que ainda buscavam algum tipo de ação revolucionária e contavam com a participação de apoiadores da Revolução Russa e de libertários em seu interior, como a Coligação Social e o Grupo Social Renovação do Rio de Janeiro. Além disso, aqui também se examina a influência de ideias revolucionárias vindas de fora do movimento operário para a constituição destes projetos, como a tradição insurrecional que marcou o republicanismo brasileiro.

O terceiro capítulo, *"As divisões e as disputas em torno dos caminhos para chegar à Revolução Social no contexto da crise dos anos 1920"*, trata das cisões do movimento operário brasileiro causadas pelas divergências em torno do caminho para chegar à Revolução Social. Isto resultou na ruptura entre seguidores e críticos do modelo bolchevista, o que vai redundar no acirramento das divergências entre comunistas e libertários. Além

disso, neste capítulo também analiso as divisões provocadas pela ação de políticos e intelectuais reformistas junto ao movimento operário, o que vai trazer um impacto nos projetos constituídos pelos militantes operários. Aqui, é importante compreender a lógica das rupturas que marcaram aquele período, o que estas deveram a uma nova conjuntura internacional e como se relacionaram aos processos internos do próprio movimento, como o bloqueio dos projetos revolucionários pela violência da repressão estatal. Este capítulo também é dedicado a análise mais detalhadamente dos caminhos que os libertários e os comunistas escolheram após esta divisão, se este era um cenário claro para os militantes e qual o peso dos diferentes centros de militância nesta nova configuração de forças. O período aqui estudado vai de 1920, quando surgem as primeiras notícias de atritos entre anarquistas e comunistas na Rússia, até 1922, quando se dá a fundação do PCB, sob as regras da Internacional Comunista.

# 1. A ideia de Revolução Social e seus múltiplos significados para os militantes operários no Brasil entre os anos de 1917 e 1919

No Brasil, o movimento operário começou a se organizar a partir do final do século XIX, quando se intensificou o processo de industrialização nos principais centros urbanos do país. Este desenvolvimento foi diferente em cada região, com um peso maior para a tradição social-democrata dos imigrantes alemães no sul, a influência do Estado no sindicalismo reformista da Capital Federal (Rio de Janeiro), influências socialistas e republicanas, trazidas pelos imigrantes italianos, em São Paulo e alguma presença do sindicalismo católico em cidades como Recife. De qualquer forma, este amplo espectro de socialismos que dominava a ideologia das organizações operárias no final do século XIX e começo do século XX, com o passar do tempo começa a ser combatido pela presença cada vez mais significativa de militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários.

Estes militantes começam a se organizar de forma mais sistemática a partir do Congresso Operário Brasileiro de 1906, que daria origem à Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908. Eles não tinham um programa de ação ou uma ideologia homogênea, sendo influenciados por diferentes matrizes teóricas do anarquismo e práticas sindicais diversas, ainda estando em debate, por exemplo, se o sindicalismo revolucionário constituiu-se como corrente independente do movimento operário ou se foi usado, na maioria das vezes, como manobra tática para afastar a influência de grupos político-partidários dentro dos sindicatos. De qualquer forma, alguns aspectos ideológicos importantes caracterizavam estes militantes, que poderíamos incluir na categoria de libertários, tais como a ênfase na ação direta, a importância das greves como instrumento de luta, o desenvolvimento de uma cultura de resistência e uma ênfase muito mais significativa no papel da Revolução Social.

Diferente dos vários tipos de socialismos, que apostavam em pequenas reformas para a melhoria da vida dos trabalhadores ou então pensavam na Revolução Social como um acontecimento distante, para os militantes libertários a ideia revolucionária era muito significativa como instrumento de luta. Foi recorrente a concepção de que os trabalhadores deveriam se organizar para promover a revolução, através de uma grande insurreição

popular ou de uma greve geral que anulasse o poder do Estado, pilar da dominação burguesa, com o que também seriam destruídos o militarismo e o clericalismo, permitindo assim que o ser humano finalmente se desenvolvesse em liberdade. O papel que o sindicato desempenharia neste processo e na posterior reorganização da sociedade variava muito dependendo do grupo ou do militante. Disto pode-se depreender que, apesar da Revolução Social ser uma importante “ideia-força” para os libertários (às vezes quase mítica), não havia consenso de “quando” ela ocorreria, nem uma certeza absoluta de “como” ocorreria. Seja como for, todas estas concepções vão sofrer uma brusca guinada no período final da Primeira Guerra Mundial, mais precisamente a partir do ano de 1917.

No Brasil, uma grande onda de paralisações agitou os principais centros industriais do país, com mobilizações nunca antes vistas, como no caso de São Paulo, que chegaram a reunir 80 mil grevistas. De forma quase simultânea, começam a chegar ao país notícias de uma revolução operária de grandes proporções na Rússia, um dos países mais autoritários da Europa. Se as greves acabaram por refluir no Brasil, a Revolução Social na Rússia avançou até a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, alastrando-se, no final do ano seguinte, para diversos outros países como Alemanha, Áustria e Hungria.

De modo geral a Revolução Russa foi recebida com grande entusiasmo pelos militantes operários, que se referiam a este acontecimento nos diversos jornais que eram por eles publicados, traçando um paralelo entre as lutas travadas no Brasil e o movimento revolucionário em curso na Europa. Em alguns casos, acreditava-se que uma Revolução Social na Rússia só poderia ser obra de seguidores de Kropotkin e Bakunin, ou seja, de militantes libertários, daí o motivo para apoiar imediatamente aquele acontecimento. Anos depois, quando as divisões entre anarquistas e comunistas já estavam consolidadas, tornou-se recorrente a versão de que o entusiasmo pela Rússia dos soviets fora, na verdade, um engano dos militantes libertários que interpretaram apressadamente (e sem informações suficientes) o que estava acontecendo em terras tão distantes. Um olhar mais atento às fontes, no entanto, não permite que esta versão seja sustentada por muito tempo.

Durante o inverno de 1917, antes da queda de Kerensky, podem ser encontrados artigos no jornal paulistano *A Plebe*, editado por anarquistas, que tentavam explicar a dinâmica do movimento revolucionário russo e os grupos políticos nele envolvidos. Nestes textos ganha destaque a fração mais radical do Partido Social Democrata Russo (POSDR),

marxista, chamada de bolchevista ou maximalista, comandada por Lênin. As referências aos maximalistas aumentaram ao longo dos meses, até alcançarem o primeiro plano das manchetes internacionais dos periódicos operários após a Revolução de Outubro. O que importa destacar é que os maximalistas eram considerados a facção mais radical dos socialistas e a revolução que estavam encabeçando trazia uma série de novos elementos que não faziam parte do repertório dos libertários brasileiros, como a incorporação dos militares (soldados e marinheiros) aos grupos revolucionários, o papel do soviet como elemento organizador de uma nova sociedade e a importância do partido para levar adiante este processo.

Por mais que as interpretações da Revolução Russa estivessem encobertas por um incrível otimismo e uma inequívoca esperança pelo surgimento de um mundo novo, não se pode negar que muitos aspectos deste processo (e seus desdobramentos no restante da Europa) traziam questões bastante novas para os militantes libertários quanto à forma de se conduzir uma revolução. Um reflexo quase imediato desta "nova forma" de ação revolucionária pode ser visto já em 1917, nos apelos do *A Plebe* para que os soldados se juntassem aos seus irmãos operários nas greves de julho daquele ano. Esta influência também pode ser vista na atitude isolada do militante Abílio de Nequete (que não era anarquista, mas atuava junto com estes), quando tentou distribuir panfletos aos militares de baixa patente de um quartel de Porto Alegre, incentivando-os a formar um Comitê de Operários e Soldados. Nequete, posteriormente, seria um dos fundadores do PCB, no ano de 1922.

Se esta incorporação dos militares à base social da revolução não ia necessariamente contra os princípios de alguns militantes, outras questões eram muito mais delicadas. Neste sentido, a preservação da existência do Estado e sua utilização para levar adiante algumas mudanças necessárias para a vitória da revolução certamente iam contra a tradição do pensamento libertário e mais especificamente contra os princípios do anarquismo. O próprio maximalismo, como sinônimo de programa máximo do socialismo, também trazia problemas, já que tinha impacto sobre os pontos de referência ideológicos pelos quais os militantes lutavam, substituindo, em última instância, a esperança na destruição imediata do Estado pela conquista deste último!

Desta forma, acredito ser muito importante analisar como se desenvolveram os

debates em torno dos modelos de Revolução Social, pois ela estava ocorrendo em alguma parte do mundo e não era a mesma que os militantes libertários haviam esperado. Este descompasso entre um caminho apontado por uma tradição de luta e um exemplo concreto cujas notícias chegavam ao Brasil, ainda não foi estudado de forma sistemática. Alguns militantes, como Gigi Damiani, escrevendo no *A Plebe*, pensaram em uma frente comum das diversas tendências políticas (antigas e novas) até a vitória da revolução; outros como Manuel Ribeiro, escrevendo no *Spartacus* do Rio de Janeiro, não separaram estas tendências, pensando o maximalismo como parte de uma tática de ação operária, a ser adotada junto ao anarquismo e ao sindicalismo.

De qualquer forma, apesar da falta de consenso, o tema da Revolução Social pareceu estar na ordem do dia para o movimento operário naqueles anos. Mais importante que isto, entretanto, é que a escolha por determinado caminho revolucionário ou as possíveis mudanças neste caminho implicavam escolhas que eram não somente teóricas, mas interferiam nas formas de ação dos grupos militantes. Por esta razão, além de entender o debate em torno da revolução, é necessário analisar também quais projetos políticos estavam sendo construídos pelo movimento operário naquele contexto específico.

Mesmo que exista um grande número de trabalhos que se debruçam sobre este tema, não existe um consenso entre os historiadores sobre a ideia de revolução entre os militantes, nem sobre os caminhos através dos quais ela se concretizaria. Partindo da análise de algumas obras desta historiografia do movimento operário brasileiro, constituída inicialmente por memórias de militantes e estudos orientados partidariamente, até as análises mais recentes, que relegaram o debate sobre os caminhos da Revolução Social a uma posição quase marginal, procurei observar como a visão sobre as ideias revolucionárias e seus projetos políticos se tornaram mais complexas e multifacetadas ao longo do tempo. Além disso, procurei mostrar também como se estabeleceram as relações entre estas ideias sobre a revolução e determinadas correntes historiográficas, o que é fundamental para compreender as rupturas e continuidades na interpretação dos projetos políticos constituídos neste momento.

A seguir, passo a analisar como estas referências revolucionárias começam a aparecer nos órgãos de imprensa operária a partir do ano de 1917. Este ano marca a vinda à tona do tema revolução a partir de duas conjunturas específicas: a onda de protestos

operários no Brasil e a eclosão de uma grande revolta de caráter popular na Rússia. A partir destes acontecimentos, observo como o tema da revolução passa a ser tratado, destacando a forma como os militantes procuravam entender a "novidade" da Revolução Russa, suas origens e seus desdobramentos. Mais do que isto, aponto como o surgimento de novos modelos de ação são incorporado de forma muito precoce pelo movimento, neste caso, com o chamamento para que os soldados aderissem à luta operária, como ocorria nos soviets da Rússia. Para além do entusiasmo momentâneo, este exemplo parece marcar uma inflexão no objetivo dos militantes brasileiros, conectando os fatos mundiais com a luta cotidiana dos operários, o que significa uma ampliação dos horizontes destes sujeitos.

Este interesse pela Revolução Russa e os debates sobre os caminhos da Revolução Social, sofreram uma primeira grande mudança em novembro de 1917, quando os bolchevistas alcançam a liderança no Soviet de Petrogrado e derrubam o Governo Provisório. Com a vitória de um partido proletário e com a perspectiva do avanço do processo revolucionário, a imprensa operária vai aprofundar seu interesse sobre o tema, principalmente sobre as novidades trazidas pelo vitorioso levantamento russo. Neste contexto, surge um grande interesse pelos bolchevistas (ou maximalistas): qual sua origem, seus métodos e seus líderes; também se multiplicam as questões referentes ao soviet e ao destino da revolução. Igualmente se torna mais frequente a associação da Revolução Russa com o destino da Primeira Guerra Mundial, já que os militantes esperavam que o fim do conflito coincidisse com o transbordamento do espírito de revolta para os outros países da Europa, especialmente para a Alemanha.

Ligada a esta esperança na generalização da Revolução, os militantes brasileiros produzem paralelos com outras conjunturas históricas, das quais a mais notável é a da Revolução Francesa, que havia sido atacada por todas as potências reacionárias, mas conseguira exportar seu modelo revolucionário, em um processo que culminou com a conquista de toda a Europa.

Nos meses finais de 1918, já havia uma grande quantidade de informações sobre a Revolução Russa e os textos sobre os novos caminhos revolucionários já haviam alcançado uma densidade que permitia pensar na sua aplicação para uma realidade local. Em novembro deste ano, dois fatos vão provocar outra grande inflexão no debate sobre as possibilidades da Revolução Social no país: tem início a Revolução Alemã, que logo se

espalharia para outros países da Europa Central e foi organizada uma insurreição operária no Rio de Janeiro que visava derrubar o Presidente recém empossado, Delfim Moreira, para implantar uma república soviética no Brasil. O ano de 1919 vai ser marcado por uma retomada das mobilizações em diversos pontos do país, pela chegada ao Brasil de notícias sobre insurreições operárias em diversas partes do mundo e pela multiplicação dos meios de informação onde estas informações vão circular. A par disso, ocorreu uma reorganização do movimento operário em termos nacionais, o que se traduziu na formação de um partido, pela convocação de uma conferência e uma nova tentativa de sublevação.

A última parte deste capítulo, em que tento captar o debate sobre os caminhos da revolução no seu momento de maior efervescência, registra a mudança de concepção sobre uma revolução que estava na ordem do dia, como tema constante de debates e discursos, para uma revolução que se tornava cada vez mais próxima, palpável e concreta, como uma janela de possibilidade que se abria e forçava os militantes a desenvolver elaborações mais complexas. Devido a abundância de dados, faço aqui um recorte mais preciso, escolhendo os principais jornais ligados ao movimento operário nos centros de maior relevância, ou seja, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Percebe-se, então, um grande afluxo de documentos vindos da Europa e reproduzidos em nossos jornais; também uma ampliação das discussões acerca do caráter do bolchevismo e sua relação com outras correntes políticas (como o sindicalismo revolucionário e o anarquismo), a formação do Estado no país dos soviets e qual poderia ser o caminho seguido no Brasil para fazer com que o processo revolucionário se tornasse possível aqui também.

O capítulo se encerra em 1919, delimitação relacionada à onda repressiva instalada no Brasil após o fracasso da insurreição de 19 de outubro em São Paulo. Este ponto de encerramento também se relaciona às notícias sobre as divisões entre bolchevistas e anarquistas na Europa, que chegaram ao país nos primeiros meses de 1920, alimentando o clima de divisionismo que se instalou nos primeiros anos da próxima década. Em relação ao desdobramento da tese, acompanhar como a ideia de Revolução Social propagou-se neste momento de ascensão das lutas sociais se torna fundamental para entender a lógica dos projetos políticos que foram criados em paralelo a este debate, o que será o tema do segundo capítulo.

Para dar conta dessa problemática, o capítulo foi dividido em quatro seções: a

primeira intitulada *“As tradições de luta do movimento operário brasileiro e a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho”,* a segunda *“A mobilização grevista de 1917 e a revolução como horizonte visível”,* a terceira *“Os anos de 1918 e 1919: a revolução como uma possibilidade concreta”* e a quarta seção *““Chegou a hora dos fatos” Mas quais são os caminhos para a revolução?”.*

## 1.1 As tradições de luta do movimento operário brasileiro e a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho

De modo geral, se aceita que nas primeiras décadas do século XX, a tradição de luta mais marcante dentro do movimento operário brasileiro foi a libertária, reconhecida, em um primeiro momento, com o anarquismo. Com efeito, como já observei anteriormente, depois da formação da Confederação Operária Brasileira, em 1906, estes militantes vão ganhando cada vez mais organicidade e conquistando posições importantes nas sociedades operárias dos maiores centros industriais do país. Isto não quer dizer que eles fossem os únicos, nem que toda a massa de trabalhadores seguisse esta ideologia, a maior parte das organizações poderia, inclusive, ser denominada como reformista[42]. É certo, porém, que em 1917, às vésperas das grandes greves, os militantes libertários detinham a hegemonia, através de suas lideranças, de associações muito importantes nas principais cidades brasileiras.

Como meu objeto de estudo são as ideias revolucionárias e os projetos políticos constituídos pelos militantes operários, é nas ideias destes sujeitos e suas formas de organização que vou me concentrar. Nesta primeira sessão, em que discuto as relações das tradições de luta do movimento operário com a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho, vou dar destaque a pesquisas que abordaram a Primeira República, especialmente o período aqui estudado. Desta forma, mais do que uma análise geral da relação entre anarquismo e revolução no Brasil, esta seção do capítulo vai abordar como diferentes autores, ao longo do tempo, estabeleceram ligações entre determinadas matrizes ideológicas e as ideias revolucionárias no período aqui estudado.

A ideia de Revolução Social tinha um papel muito importante no conjunto de

[42] Sobre o sindicalismo reformista, ver BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências sociais hoje*, São Paulo, 1990. p. 117-127.

concepções que orientavam o movimento operário revolucionário, em seus mais diversos matizes. Os principais autores ligados às diferentes correntes, cujos textos eram reproduzidos e apropriados das mais diversas formas, tinham na ideia de Revolução Social parte central de suas formulações teóricas. Desta forma, muitos socialistas se remetiam à Marx e Engels, que defendiam a conquista do Estado através de um movimento revolucionário dos trabalhadores para a implantação da Ditadura do Proletariado, a partir da qual se chegaria à sociedade sem classes. Da mesma forma, os militantes anarquistas se referiam a autores como Bakunin e Malatesta, que preconizavam a derrubada do Estado através de uma ampla revolução popular e a organização dos trabalhadores através de associações livres de produtores. Quanto ao sindicalismo revolucionário, tinha na figura de Georges Sorel um dos seus principais teóricos, que acreditava que a busca pela greve geral funcionaria como um catalisador para uma grande revolta que abriria caminho para um processo revolucionário[43].

Como afirmei anteriormente, a maior parte dos militantes do movimento operário que cultivavam ideias revolucionárias na Primeira República (pelo menos até 1922) tinham alguma influência libertária. Havia algumas características em comum entre estes libertários (logo mais se verá que a classificação destes sujeitos como anarquistas, pura e simplesmente, é um tanto problemática), das quais se destacavam o repúdio à participação na política institucional, a crença de que a derrubada do Estado faria com que a sociedade se libertasse do sistema capitalista, a luta contra o militarismo e os preconceitos religiosos, além do engajamento em ações culturais e a participação ativa na luta sindical. A partir deste arrazoado, percebe-se que a ação política passava por fora de instituições tradicionais, como os partidos políticos, e a luta pela revolução seria uma luta contra o Estado, com o

---

[43] Os objetivos revolucionários dos comunistas alemães, liderados por Marx e Engels, já haviam sido publicados no Manifesto do Partido Comunista, de 1848. A fórmula da ditadura do proletariado, porém, seria melhor desenvolvida mais tarde, diante dos fatos concretos da insurreição operária da Comuna de Paris. Ver: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998 e MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011. Quanto aos anarquistas, apesar de uma série de pontos em comum, alguns autores, como os próprios Bakunin e Malatesta, divergiam quanto a autonomia das associações que surgiriam com a revolução e a forma de distribuição da riqueza entre os indivíduos depois da abolição do Estado e das classes sociais. Para exemplos de programas revolucionários destes dois teóricos, ver: Programa anarquista. In. MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008 e A Sociedade ou Fraternidade Internacional Revolucionária (1865). In. BAKUNIN, Michael Alexandrovich. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002. Sobre as concepções de George Sorel e o mito da greve geral revolucionária, ver: SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

objetivo de derrubá-lo; para tanto, os meios utilizados seriam principalmente os econômicos, como a greve, parte da tática de "ação direta". Aqui se encontra um problema: nem sempre a historiografia do movimento operário concordou com uma classificação tão simples, surgindo, enquanto se ampliavam os estudos sobre a área, uma série de conclusões que tornavam as afirmações acima difíceis de serem mantidas.

A história do movimento operário brasileiro começou a ser escrita de forma mais sistemática no início dos anos 1960, com a publicação de livros como *"História das lutas sociais no Brasil"*[44] de Everardo Dias e "*Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)",* de Astrojildo Pereira (fundador do Partido Comunista de 1922). Neste último texto, o dirigente comunista mostrava o período anarquista do movimento operário brasileiro como sendo marcado por valores típicos da fase artesanal da indústria, como o individualismo extremo, que impedia qualquer tipo de ação mais coordenada entre os trabalhadores [45] . Desta forma, a derrota das organizações operárias nas grandes mobilizações em finais da década de 1910, teria como uma das causas a falta de um partido dirigente centralizado, o que apenas seria alcançado com a fundação do PCB em 1922.

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema surgiram durante os anos 1970, como o livro de Sheldon Leslie Maran, *"Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro/1890-1920"*[46] e *"Trabalho urbano e conflito social"*, de Boris Fausto[47]. Estas obras trabalhavam com documentação e rigor científico muito maior que os dos primeiros memorialistas, mas incorriam na mesma análise depreciativa dos militantes anarquistas, vendo em sua falta de ação centralizada um dos problemas decisivos para que as grandes manifestações que os libertários lideravam não tivessem um efeito político consistente.

Estas interpretações seriam duramente criticadas no final da década de 1970 e durante a década de 1980, quando ocorreram uma série de mudanças nos estudos sobre o movimento operário das primeiras décadas do século XX. Surgem historiadores que resgatam a positividade do anarquismo, contrapondo-se às teses centralizadoras dos simpatizantes do PCB. Também havia influxos teóricos novos, como as obras do

---

[44] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit. 1962.
[45] PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928).* Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.
[46] MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
[47] FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo: DIFEL, 1977.

historiador inglês Edward Palmer Thompson, que chegavam ao Brasil fazendo com que os pesquisadores voltassem os olhos para aspectos antes pouco valorizados, como a luta cultural e a vida cotidiana. Além disso, ocorriam importantes mudanças na vida política do país, como o surgimento do novo sindicalismo, que se voltava contra a antiga dependência política dos sindicatos, o que era um incentivo a mais para estudar os anarquistas, já que era possível identificar estas novas práticas com características da tradição libertária. Deste período são obras como os dois volumes de "*A Classe operária no Brasil",* de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall[48], "*Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil"*, de Francisco Foot Hardman[49] e "*Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque"* de Sydney Chalhoub[50].

Esta reorientação, como observei, valorizava muitos aspectos da ação da militância libertária, entre os quais o fato destes militantes não se prenderem a um projeto político definido. O trabalho que talvez mais represente esta visão seja *"O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921"*, de Cristina Hebling Campos. Neste livro, a autora afirma que o anarquismo não era um projeto de poder, mas sim uma utopia, desta forma, as críticas apontadas pelos primeiros historiadores do movimento operário não se sustentavam. Neste sentido Campos afirmava, inclusive, que os libertários:

> Estes não tinham preocupação, aliás, rejeitavam, a tomada ou a participação no PODER - eles queriam destruí-lo. E destruir o PODER implicava em negar a estrutura em que este se montava, evitando, inclusive, a recuperação dos princípios básicos de organização nos sindicatos e associações políticas: a hierarquia e a subordinação das bases. Isto diferenciava comunistas e anarquistas[51].

Desta forma, o que era considerado uma falha, transformava-se em uma virtude. Isto influía inclusive na interpretação de fatos que fugiam a este esquema de ação. Por exemplo,

---

[48] PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel. *A classe operária no Brasil: o movimento operário: documentos (1889 a 1930).* São Paulo: Brasiliense, 1979 e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado: documentos (1889 a 1930).* São Paulo: Brasiliense, 1981.

[49] HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

[50] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense,1986.

[51] CAMPOS, Cristina Ebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921.* Campinas: Pontes/UNICAMP. 1988. p. 112-113.

quando notícias da Revolução Russa e de outras revoluções começaram a chegar ao Brasil, muitos aspectos relacionados com a tomada do poder e novas formas de organização foram debatidos, chegando-se a fundar um Partido Comunista entre militantes libertários. Algumas destas ideias novas foram tratadas pelos historiadores como confusões ou fruto do entusiasmo, mas nunca de forma tão séria a ponto de colocar em dúvida o caráter libertário do movimento. Um exemplo mais concreto disso pode ser encontrado no livro "*A insurreição anarquista no Rio de Janeiro",* de Carlos Augusto Addor, em que o autor trata este levantamento quase exclusivamente através das ideias libertárias, minimizando influências como a da Revolução Russa[52].

Estas modificações historiográficas acabaram por tirar o foco das questões relacionadas à derrubada ou a conquista do poder no qual estava envolvido o movimento operário. Projetos revolucionários, por exemplo, foram perdendo cada vez mais espaço e despertando cada vez menos interesse. Pode-se afirmar que, com a queda da União Soviética e a "morte" (provisória) dos projetos revolucionários socialistas, estes temas ficaram cada vez mais distantes. Um bom exemplo desta lógica está em "*Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)"*, de Paulo Sérgio Pinheiro, escrito em princípios dos anos 1990, que mostrava todos os projetos revolucionários do PCB, de 1922 até 1935, como enganos de um grupo político que se orientava mais pela linha de ação proposta por Moscou, do que através da compreensão dos mecanismos internos da sociedade brasileira[53].

Mesmo que o tema de Pinheiro não se ligue diretamente ao movimento operário, sua obra é de interesse, pois se insere em uma tendência mais geral de crítica ao projeto revolucionário dos comunistas, mas também está relacionada ao abalo das certezas que atingiu as esquerdas no começo da década de 1990. Quanto ao anarquismo, apesar de sua valorização, esta ideologia não estava isenta de um estudo mais crítico e da problematização da sua história pregressa. Neste contexto que se inicia um estudo mais detido das próprias ideias anarquistas.

Ainda nos anos 1980, Giuseppina Sferra havia escrito *"Anarquismo e*

---

[52] ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2002 (edição revista e atualizada). p.61-100.

[53] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935).* 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

*anarcossindicalismo",* tentando mostrar, através de dois jornais ácratas, *A Terra Livre* do Rio de Janeiro e *La Battaglia* de São Paulo, como se organizavam respectivamente duas tendências do movimento libertário: os anarquistas e os anarcossindicalistas. Para os primeiros, a associação dos trabalhadores deveria ser feita a partir de grupos livres, que respeitassem a vontade dos indivíduos, para que estes pudessem se preparar para o dia da revolução, quando o Estado fosse derrubado pela força dos produtores associados. Para os segundos, o sindicato era a melhor forma de organização para que, através de mobilizações e conquistas parciais, se pudesse chegar ao momento de formar um verdadeiro "partido do trabalho", cuja força, baseada no sindicalismo teria poder suficiente para derrubar a sociedade burguesa através da greve geral revolucionária[54].

Depois da matização do anarquismo feita por Sferra, a própria ideia de um anarco-sindicalismo como corrente autônoma do movimento operário passou a ser alvo de críticas mais consistentes. Em um artigo de 1994, intitulado *"O Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito historiográfico",* Adhemar Lourenço da Silva Júnior faz uma dura crítica ao termo, mostrando que durante a Primeira República ele nunca havia existido historicamente. Existiam os militantes anarquistas e havia os sindicatos, mas a atuação destes nas associações de classe não fizera surgir uma diretriz política nova em relação à outras correntes do anarquismos. Neste caso, a concepção teria surgido a partir de análises feitas pelos seus adversários políticos, como os comunistas, interpretando o movimento associativo como sendo repositório de uma ideologia naturalmente inculcada a partir "de fora" da classe e das organizações[55].

Esta hipótese foi seguida por outra autora, em uma tese defendida no ano de 2002 e publicada em 2004, chamada *"Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945"*, de Edilene Toledo. A pesquisa de Toledo tentava comprovar, através da militância intercontinental de três líderes sindicais italianos, a existência (e até a predominância) de uma corrente chamada sindicalismo revolucionário no movimento operário paulista, separada do anarquismo e que não poderia ser confundida com ele. Esta corrente teórica do movimento operário teria nascido na Itália de uma

---

[54]SFERRA, Giuseffina. *Anarquismo e anarcossindicalismo.* São Paulo: Ática. 1987.

[55] SILVA JR. Adhemar Lourenço. O Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito historiográfico. In. D'ANGELO, Ana Lúcia Vellinho. *Histórias de Trabalho.* Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994. p.151-159.

dissidência do Partido Socialista Italiano, sendo influenciada também pelo filósofo Georges Sorel e pela Confederation General du Travail (CGT) francesa. Seu principal ponto de ruptura em relação ao anarquismo residia no papel do sindicato na luta contra o capitalismo, ou seja, seu papel na Revolução Social. Para os sindicalistas, os sindicatos eram uma forma privilegiada de organização, pois ajudava os trabalhadores em conquistas cotidianas e ofereciam um modelo para a formação da sociedade futura. Para os anarquistas, como o italiano Errico Malatesta, os sindicatos tendiam à burocratização ou à consolidação de privilégios, obstaculizando a luta operária, mais do que a preparando[56].

Um dos efeitos desta relativização do caráter anarquista do movimento operário de São Paulo foi uma leitura mais matizada do estímulo revolucionário que alimentaria a ação dos militantes operários. De fato, enquanto os anarquistas tinham como objetivo o fim do Estado, os sindicalistas perseguiam este objetivo "ideal" em função de uma luta que não era necessariamente revolucionária, buscando melhorias pontuais como a redução da carga horária de trabalho ou o aumento de salário. Por esta razão, conforme Toledo, o movimento operário foi muito mais sindicalista revolucionário que anarquista, e, ao fim e ao cabo, mais sindicalista que revolucionário.

Alguns anos depois da publicação da pesquisa de Edilene Toledo, Wellington Barbosa Nébias realizou um estudo voltado para a presença do sindicalismo revolucionário no movimento operário carioca. Em sua dissertação *"A greve geral e a insurreição anarquista do Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores"*, de 2009, o autor estuda a relação entre os militantes anarquistas, organizados em associações próprias, com os trabalhadores que atuavam nos sindicatos por ocasião da revolta de novembro de 1918, que coincidiu com a deflagração de uma greve geral na capital da República[57]. As conclusões de Nébias apontam para uma dissociação dos dois movimentos, mostrando que os líderes anarquistas não tinham controle sobre os grupos sindicais e que suas aspirações revolucionárias, na maior parte das vezes, não se coadunavam com as melhorias econômicas que os sindicalistas buscavam. O anarquismo seria uma estrela de segunda grandeza no âmbito da luta dos trabalhadores. Sua atuação, no

---

[56] TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945).* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

[57] NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.* Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado).

episódio insurrecional, mais teria atrapalhado do que propriamente ajudado os operários na busca por melhores condições de trabalho.

Em relação aos estudos sobre o movimento operário na Primeira República e o tema da Revolução Social, pode-se estabelecer certo paralelo entre a dissertação de Nébias e o *"Estratégias da Ilusão"* de Paulo Sérgio Pinheiro, isto porque as ideias revolucionárias parecem estar definitivamente fora do lugar. O anarquismo, neste caso, perde seu caráter dinamizador e a busca por melhorias cotidianas aparece como um comportamento mais adequado aos interesses dos operários, que combinam certas doses de ideologia revolucionária com ações comandadas pelo pragmatismo. Neste caso, o resultado de uma separação tão estanque nos estudos históricos entre o sindicalismo e o anarquismo, talvez seja a supervalorização de uma ação sindical de desbotada coloração política, algo como um sindicalismo de resultado *avant la lettre*.

Não obstante a isso, as injunções entre movimento operário e ideias revolucionárias continuaram despertando interesses dos pesquisadores, fazendo surgir alguns trabalhos significativos durante os últimos dez anos. Alexandre Samis, em artigo intitulado *"Pavilhão negro sobre pátria oliva"*, de 2004, insiste no papel dinamizador da ideologia anarquista dentro do movimento operário brasileiro. Samis mostra em seu artigo que, mesmo tendo atuado na construção de sociedades de resistência que pregavam a não filiação a qualquer corrente política específica, os militantes libertários teriam dotado estas associações com uma finalidade revolucionária, já que se utilizavam destes organismos para sua agitação e propaganda. Esta finalidade revolucionária teria sido responsável por grande parte das mobilizações e conquistas do movimento dos trabalhadores, algo que poderia ser observado pelo fato de que tanto o anarquismo, quanto o sindicalismo revolucionário, teriam se eclipsado durante o mesmo período.

> Assim, pode-se entender porque, embora distintos, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo perdem ambos a expressão na mesma época. A luta pela liberdade, que se fazia mais clara e autêntica pela via classista, defendida pelos libertários, só teve a envergadura observada nos primeiros tempos porque os espíritos estavam voltados para a consecução de objetivos mais ousados. Na medida da institucionalização do movimento operário e da vinculação das lutas ao plano oficial e eleitoral, as perspectivas de transformação radical seriam gradativamente abandonadas, empurrando os anarquistas, a cada avanço das reformas, para os bastidores dos movimentos sociais. Embora as teses libertárias jamais tivessem perdido a atualidade, elas funcionavam melhor em um ambiente de intransigente

defesa da revolução[58].

O debate continuou nos anos seguintes, com a tese de Tiago Bernardon de Oliveira, "*Anarquismo, sindicato e revolução no Brasil: 1906-1937",* defendida em 2009. Apesar de não negar a existência do sindicalismo revolucionário, Oliveira aponta para um uso instrumental deste sindicalismo pela maior parte dos anarquistas, para penetrar nos sindicatos, declarando-os apolíticos, neutralizando assim seus inimigos socialistas. Desta forma, mesmo os anarquistas poderiam estar se valendo de formas diversas de atuação, que se afastariam de suas ideias originais, para alcançar determinados fins[59].

Apesar desta questão não ter centralidade em minha tese, me aproximo das diretrizes explicativas de Samis e Oliveira quanto ao anarquismo na Primeira República, considerando esta a corrente mais importante do movimento operário radical daquele período, admitindo que o sindicalismo revolucionário fosse, na maior parte das vezes, instrumento para a difusão das ideias ácratas. De qualquer forma, tentarei me referir, ao longo do texto, igualmente a militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, considerando a existência destes últimos de forma independente dos primeiros, mesmo que minoritários e em condições específicas, como as lideranças estudadas por Edilene Toledo. Da mesma forma, também vou me referir ao anarquismo e ao sindicalismo revolucionário como diferentes matrizes ideológicas que muitas vezes se interpenetravam nas formulações teóricas dos militantes. Na maior parte dos casos, porém, quando esta diferenciação não for necessária e os dois grupos puderem ser agregados a partir de uma lógica comum, farei um esforço para colocá-los sob a rubrica de libertários.

Ainda sobre a tese de Oliveira, o autor analisa mais precisamente o "direito à revolução" no período que vai de 1917 à 1919. Ele observa uma mudança nas propostas dos militantes anarquistas, com uma tentativa de formar alianças que permitissem uma ação comum entre vários grupos operários, além de abrir-se para fora do círculo do sindicalismo. A fundação de um Partido Comunista do Brasil em 1919 (que o autor chama de Partido Comunista do Brasil – Anarquista) e o chamamento aos soldados durante as mobilizações, seriam exemplos destas mudanças.

---

[58] SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva. In. COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004. p.181.
[59] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009. (Tese de Doutorado).

Para minhas pesquisas, estas conclusões são muito importantes, pois parto desta premissa de Oliveira, da existência de uma mudança em algumas concepções relacionadas à forma de ação dos militantes, para analisar os caminhos tomados para tornar efetiva a possibilidade de uma Revolução Social. De resto, pesquisas como a de Oliveira, além de textos como o de Samis, tem como grande mérito reconhecer a legitimidade da ação dos militantes revolucionários, que não são vistos como uma vanguarda desligada do restante dos trabalhadores; além do mais, nesta perspectiva os militantes de base também podiam ser influenciados por ideologias revolucionárias, não estando sempre contrapostos aos idealistas libertários, nem suas lutas ficavam restritas apenas à busca de conquista parciais ou à luta por direitos.

Minha maior crítica em relação ao trabalho de Oliveira é sua ênfase mesma no anarquismo. De fato, o autor não analisou o movimento operário para além de sua orientação anarquista e nem era sua intenção fazê-lo. No entanto, suas análises sobre alguns "projetos", como o próprio PCB ou o Congresso de Vanguardas, acabam sendo bastante rápidas, não os associando de forma sistemática a outros fenômenos organizativos. Além disso, o autor afirma que sua história é uma história das ideias, assim como a de Edilene Toledo, mais ainda, uma história das intenções que não alcançaram seu objetivo, a revolução, mas causaram muitos efeitos[60].

Quanto à influência externa, apesar de admitir a importância dos efeitos da Revolução Russa, seu impacto sob os preceitos anarquistas não são considerados muito decisivos, já que o autor ressalta a consciência e a coerência dos principais militantes quanto aos seus princípios libertários. Desta forma, os fundamentos do anarquismo não são questionados quando de sua análise, pois parece haver um núcleo duro de militantes que preservaria este arcabouço de ideias. Neste ponto Oliveira se aproxima de Alex Buzeli Bonomo, que escreveu a tese *"O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)"*. Este autor vê como principais causas da dissolução dos grupos libertários a cristalização de sua defesa da liberdade individual e da ação direta, em um momento em que os temas da organização do Estado estavam na ordem do dia; em sua análise, parece haver uma tentativa de mostrar a queda dos libertários de forma um tanto heroica,

---

[60] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p.7.

preservando sua pureza, preferindo extinguir-se a discutir temas como Estado e poder[61].

Meu desejo, seguindo mais de perto a análise de Oliveira do que a de Bonomo, é estudar esta ampliação das formas de ação entre os militantes operários que defendiam a Revolução Social naquele momento. Entretanto, pretendo analisar estas formas de ação entendendo-as como "projetos políticos", não apenas como ideias ou intenções, até porque, em minhas pesquisas, observei como os militantes levaram longe estas intenções, muitas vezes transformando-as em efetiva prática revolucionária. Para tanto, proponho sair de dentro dos marcos anarquistas, para observar como o movimento operário revolucionário daquela época era informado por diversas influências e tradições de luta, das quais o arcabouço de ideias libertárias (tanto anarquistas, quanto sindicalistas revolucionárias), poderia ser a principal, mas não era  a única. Uma das melhores maneiras de observar estas novas influências é através das notícias e debates sobre a Revolução Social.

## 1.2 A mobilização grevista de 1917 e a revolução como horizonte visível

A partir de 1917, se inicia um grande movimento de mobilização operária, que teve seu ápice no inverno daquele ano com as greves gerais ou generalizadas que ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife e outros centros urbanos importantes. Estas paralisações nem sempre terminaram de forma vitoriosa, embora greves gerais importantes, como a de São Paulo e Porto Alegre, tenham conseguido arrancar algumas concessões dos patrões e dos governos estaduais. De qualquer forma, aquela onda de mobilizações se tornaria um marco importante para o movimento operário brasileiro. Alguns autores, como Christina Lopreato, apontam a parede paulista como a grande greve anarquista, o ponto alto de um longo trabalho de educação das bases que resultou em uma massiva demonstração de força popular[62]; outros, como Claudio Batalha, possuem algumas ressalvas quanto a isso, mostrando como os comitês surgidos durante a greve para coordená-la, conseguiram força suficiente para negociar com o governo, o que, apesar de demonstrar o poder dos operários mobilizados, lançava uma sombra sobre o sindicalismo

---

[61] BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935).* São Paulo: PPG em história da PUCSP, 2007 (Dissertação de Mestrado).
[62] LOPREATO, Christina Roquette. *Espírito de revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

revolucionário e o anarquismo, marcando de forma contraditória a tradição visceralmente anti-estatista dos libertários[63]. As mobilizações massivas de 1917, além de todas estas interpretações possíveis, também tiveram um impacto muito profundo sobre a consciência que os militantes operários tinham sobre o próprio movimento, principalmente sobre sua força. Desta forma, é muito significativo observar as manchetes de um jornal como *A Plebe*, relatando paralisações que ocorriam em diversas partes do país, como uma espécie de termômetro da agitação trabalhista, tentando ser, ao mesmo tempo, um catalisador destas forças através das notícias que eram veiculadas por este periódico, distribuído para regiões bastante longínquas. Este jornal, assim como outros, era trocado através de uma vasta rede de intercâmbio de informações, o que dava maior coesão e senso de solidariedade aos militantes[64].

Se, de fato, existia uma ideia de que o movimento (e a própria classe operária) não estava isolado em seus respectivos centros regionais, também é verdade que ao ler os jornais da época ou as memórias dos militantes que viveram aqueles acontecimentos, têm-se impressão de que este espraiar-se de forças ia muito além das fronteiras nacionais. As notícias dos protestos em Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul dividiam colunas com as notícias dos desastres da Primeira Guerra Mundial, mas, principalmente, da Revolução Russa, com a decisiva participação de operários e soldados lutando contra a aristocracia dos Romanoff. Aqui ocorre uma junção profunda, que, se não é uma influência direta que impacta a ação (não parece que os operários entravam em greve pelo exemplo do que ocorria na Rússia), certamente influi nas formas de pensar esta ação. A Revolução Russa era a prova viva de que a classe operária poderia se levantar contra uma tirania de séculos, derrubar um governo e ainda participar decisivamente da construção de uma nova sociedade através das suas forças políticas.

É importante ressaltar que os operários, ao se manifestarem nas ruas e nas fábricas, mudaram os parâmetros pelos quais as ações eram pensadas, influenciando a forma como a própria ideia de revolução será imaginada a partir daquele momento. Considero, e procurarei demonstrar isso ao longo deste capítulo, que não se trata apenas de euforia ou

---

[63] BATALHA. Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[64] Exemplo disto é a chamada de página inteira *"O imponente despertar do movimento do operariado no país"*, de 4 de agosto, que tratava de paralisações e mobilizações operárias no Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além do interior de São Paulo. *A Plebe.* São Paulo. p.3, 4, ago, 1917.

entusiasmo fugaz, mas o início de um movimento que mudará profundamente o modo de pensar dos militantes, movendo seus objetivos e suas expectativas quanto ao futuro. Repito que, em minha opinião, esta relação não é imediata, nem direta, como acreditavam, por exemplo, alguns dos primeiros autores ligados ao Partido Comunista (como Astrojildo Pereira), mas, pelo contrário, estas mudanças assumem formas complexas e nem sempre muito claras, mas tem como ponto fulcral a possibilidade da Revolução Social no Brasil. Por esta razão mesma, a ideia de Revolução Social foi uma das que sofreu maiores modificações desde 1917, isto porque de uma ideia-força cuja existência era teórica, ela se tornava uma preocupação atual para os militantes, algo que era necessário planejar.

O primeiro número do *A Plebe*, de São Paulo, informava exatamente sobre o momento emancipador que se vivia, em um artigo do líder libertário Edgar Leuenroth intitulado "Rumo à Revolução Social"[65]. A ligação entre o que estava acontecendo em âmbito internacional e as demandas domesticas, a partir daí, não seriam difíceis de serem feitas. Em seu quarto número, o mesmo jornal contava um pouco da história da Revolução Russa em uma seção intitulada "Arrebol da liberdade: a grandiosa epopeia russa*"*, saído a 30 de junho de 1917[66]. Neste texto, o articulista explicava a formação dos soviets a partir da mobilização de trabalhadores e soldados organizados por juntas do Partido Social Democrata, e que os novos organismos tinham todo o apoio do povo. No artigo, muito a propósito, já aparece manifesta a esperança de que este movimento ajudasse a reunir todos os revolucionários sociais do mundo. O passo seguinte foi dado no sexto número do jornal, de 21 de junho de 1917, no texto "Um comitê de operários e soldados do Brasil", em que é comentada uma declaração feita pelo Deputado Federal Nicanor do Nascimento, na Câmara Federal, de que o povo continuaria passando fome até que se formasse um comitê de operários e soldados no Brasil, sendo que já era hora disto acontecer, no que concordava *A Plebe*:

> O comitê dos operários e soldados do Brasil ainda não se constituiu, mas a esta hora, já devem estar os soldados-proletários armados pela burguesia para defesa de seus interesses - convencidos do erro cometido de cumprir ordens, atirando sobre os seus irmãos de miséria, quando o povo descendo para a praça pública, veio defender os interesses de toda a comunidade, feridos, e conculcados por meia dúzia de especuladores.

---

[65] *A Plebe.* São Paulo. p.1, 9, jun, 1917.
[66] *A Plebe.* São Paulo. p.2, 30, jun, 1917.

> E, se persistir a especulação dos açambarcadores e a inércia dos que devem zelar pelo bem estar comum - pois se dizem representantes e eleitos do povo - não será de estranhar que voltando o povo a agitar-se, tenha ao seu lado os proletários soldados, e para então, como na Rússia, em poucos momentos impor sua vontade soberana[67].

Este tema, da necessidade dos soldados juntarem-se aos operários, como ocorria na Rússia, teria sua continuidade pelas próximas edições do jornal *A Plebe*. Em seu número 8, de 4 de agosto de 1917, em "O exército e a greve: houve soldados que se negaram a vir a São Paulo", conta-se o caso de alguns militares que haviam se recusado a ir à capital paulista reprimir a paralisação alguns dias antes, lembrando, muito à propósito, o tema abordado pelo discurso do Deputado Nicanor do Nascimento[68]. Da mesma forma, no dia 18 de agosto, têm-se a notícia de que "A causa dos trabalhadores é bem acatada no Exército"[69]; em 25 de agosto, no texto "Os soldados e os operários" existe a afirmação, no subtítulo do artigo, que a "salvação do povo depende da ação conjunta dos operários de farda e de blusa"[70]; em seu número 13, de 8 de setembro, se repisa a necessidade do estabelecimento de solidariedade entre estes dois grupos em um artigo de mesmo nome[71]. A partir deste ponto, a postura se torna novamente crítica contra os soldados que reprimiam os grevistas, mas estes artigos anteriores já apontavam uma importante mudança de postura dos militantes libertários.

O tema dos soldados pode-se justificar por uma necessidade de tentar aliciar as forças da repressão que eram jogadas contra os grevistas nas ruas, porém, como mostra Tiago Bernardon de Oliveira em sua tese, esta atitude demonstra algum tipo de inflexão no pensamento dos militantes, já que este tipo de mobilização não encontrava um paralelo na tradição do movimento operário influenciado pelos libertários[72]. Além disso, não se tratava apenas de convidar os militares para participar das manifestações, mas, como fica demonstrado pela fala de Nicanor de Nascimento, este era um tipo de projeto que se inspirava diretamente em um novo modelo político, os soviets de operários e soldados, base

---

[67] *A Plebe.* São Paulo. p.3, 21, jul, 1917.
[68] *A Plebe.* São Paulo. p.2, 4, ago, 1917.
[69] *A Plebe.* São Paulo. p.4, 18, ago, 1917.
[70] *A Plebe.* São Paulo. p.4, 25, ago, 1917.
[71] *A Plebe.* São Paulo. p.4, 08, set, 1917.
[72] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p.115-122.

social da Revolução Russa.

Neste mesmo período podemos encontrar um paralelo em outros jornais brasileiros sobre os mesmos temas elaborados no jornal paulistano. No Rio de Janeiro, *O Debate*, periódico no qual escrevia o líder anarquista Astrojildo Pereira, publicava em 26 de julho de 1917, "O exemplo da Rússia: graves revelações de um soldado", relatando a conversa que um jornalista teria ouvido de um militar, falando que alguns companheiros haviam se negado a atirar no povo, durante a greve paulista e que inclusive teriam ajudado a arrancar os trilhos dos trens; obviamente, o autor do artigo acaba se perguntando se teríamos no Brasil um comitê de operários e soldados[73]. No dia 2 de agosto, em "O exemplo da Rússia", *O Debate* vai um pouco mais longe e publica uma entrevista, retirada do *A Lanterna*, de São Paulo, no qual soldados e marinheiros do Rio de Janeiro afirmavam que seus companheiros não reprimiriam os trabalhadores e inclusive os ajudariam, se os operários organizassem as mobilizações. Neste mesmo número, em "Operários e soldados", são publicados dois manifestos dirigidos aos soldados e marinheiros[74]; no dia 16 de agosto, o jornal escreve sobre um manifesto do Centro Libertário do Rio de Janeiro às forças militares[75].

Mas estas manifestações não eram apenas emanadas do "centro" político e econômico do país. Em Maceió, *A Semana Social*, jornal fundado pelo jovem libertário Antônio Bernardo Canellas, no qual colaborava o farmacêutico Octávio Brandão, em um artigo intitulado "Só um comitê de operários e soldados é que salvará o povo", publicado no dia 6 de agosto de 1917, afirmava-se a necessidade da criação de um organismo que unisse os dois grupos, tendo em vista as atrocidades ocorridas em São Paulo, quando os militares perseguiram os trabalhadores[76]. Este artigo, muito a propósito, seria citado pelo *O Debate* do Rio de Janeiro, junto aos manifestos endereçados aos militares.

No final deste ano, em dezembro, na cidade de Porto Alegre, o barbeiro Abílio de Nequete, um imigrante libanês que se considerava um livre-pensador e atuava junto aos anarquistas, será preso ao distribuir entre os soldados de uma companhia da capital gaúcha, manifestos que convidavam a formação de um Comitê de Soldados e Operários Rio-

[73]*O Debate*. Rio de Janeiro. p.7. 26, jul, 1917.
[74]*O Debate*. Rio de Janeiro. p.11-12. 2, ago, 1917.
[75]*O Debate*. Rio de Janeiro. p.11. 16, ago, 1917.
[76]*A Semana Social*. Maceió. p.3. 6, ago, 1917.

Grandenses. A ação rendeu à Nequete alguns dias de prisão e um inquérito militar[77].

Este debate em torno da participação dos militares acaba nos levando à possibilidade do soviet, porque, ao fim e ao cabo, era isto que se estava propondo. No bojo desta proposta, vinha um novo modelo de revolução, que estava sendo "testada" na Rússia. A insistência com que me voltei às referências aos militares se explica por isso: existiam novos modelos revolucionários que os militantes desejavam conhecer e se apropriar. Estes modelos tinham como principal inspiração a Rússia dos soviets.

Já neste primeiro ano da Revolução Russa podem ser encontrados uma série de artigos importantes sobre as origens e características específicas daquele levantamento; esta intensa divulgação iria influenciar o debate sobre o modelo de revolução a seguir. No segundo número do *A Plebe*, já aparecia um artigo chamado "A Revolução Russa", de Hélio Negro (Antônio Candeias Duarte) que liga o acontecimento diretamente à conflagração na europeia[78]. No número 4 do mesmo jornal, saído a 30 de junho, na já citada seção "O arrebol da liberdade: a grandiosa epopeia russa" a informação que os responsáveis pela organização dos soviets teriam sido as juntas do Partido Social Democrata, que não haviam apoiado a guerra, é divulgada de forma clara:

> Por isso, logo que romperam os tumultos em Petrogrado - tumultos, a princípio, de caráter puramente econômico - os socialistas russos, amparados pela confiança da classe operaria, tomaram a direção do movimento revolucionário, que está longe de ter acabado. A Junta Central do Partido Social Democrático lançou um manifesto convidando os operários e os soldados a nomearem delegados a um Conselho, destinado a lutar contra as forças da reação e a fiscalizar os atos do governo provisório. Este Conselho, que tomou o lugar da Duma no palácio de Taurida, tem ininterruptamente exercido uma ação inovadora e revolucionária[79].

Isto é bastante surpreendente, principalmente quando contraposto à tese de que havia uma crença geral de que a Revolução Russa era obra de anarquistas. Tanto esta crença não se sustenta (pelo menos não de forma generalizada), que no dia 28 de julho, *A Plebe* no artigo "Algo sobre a Revolução Russa", lamenta a inexistência de um movimento anarquista forte no país dos czares, valendo-se de opiniões de deputados socialistas, publicados em jornais europeus, para traçar um perfil do movimento revolucionário em

[77] Inquérito Policial Militar 1432. Foro Federal. Porto Alegre, 1917.
[78]*A Plebe.* São Paulo. p.2, 16, jun, 1917.
[79]*A Plebe.* São Paulo. p.2, 30, jun, 1917.

curso[80]. No dia 18 de agosto, na página 2 do *A Plebe*, na seção "Arrebol da liberdade: ao redor da epopeia russa", foi traçado um rápido perfil de Lênin e de seu apelo contra a continuação da Guerra Mundial[81].

Estes textos mostram que a atitude dos anarquistas em relação à Revolução Russa deve ser problematizada. A situação na Rússia não era totalmente clara, pois naquele momento atuavam somente dentro do movimento operário russo uma gama tão diversa de tendências como os anarquistas, bolchevistas, menchevistas e socialistas-revolucionários; além disso, o Soviet de Operários, Soldados e Camponeses, neste momento, ainda dividia o poder com um Parlamento dominado pela burguesia liberal. No já citado jornal *A Semana Social*, uma das publicações que melhor debatem a Revolução Russa durante este ano de 1917, esta indefinição parece não ser totalmente desconhecida, pois no número de 26 de junho, no artigo "Pela desordem", assinado por Bazílio Torrezão, a Rússia é chamada de "saco de gatos", em que cada um iria para um lado, com seus comitês de operários e soldados convivendo com governos e ministros burgueses: para acentuar a "confusão", mostrava-se que até no Reichstag Alemão se falava em revolução[82]. No dia 14 de julho, na página 3, no texto "A Revolução Russa", de Gracindo Alves, noticiava-se que o país já se fazia República, mas era provável que a Rússia seria mais do que isto: "esperamos, pois"[83]. Se isto não diz muita coisa sobre a forma como a Revolução Russa era vista, ao menos mostra que existia um espírito crítico que convivia com a esperança quanto às expectativas de futuro da Rússia e que o entusiasmo, por maior que fosse ele, não era necessariamente acompanhado de ingenuidade.

Diante destes posicionamentos, deve ficar claro que mais do que uma interpretação equivocada por conta de exíguas informações, trabalha-se sobre uma gama muito grande de fatos, a partir dos quais se podem extrair notícias que incentivavam os militantes a acreditar no sucesso da Revolução Social, assim como se encontram pontos de vista que, se não discordam disto, ao menos parecem ser mais céticos. Esta "dualidade" continuaria existindo ao longo dos anos e uma de suas origens está neste leque muito vasto de informações. A grande variedade de notícias, associada às muitas referências vindas da literatura engajada,

---

[80]*A Plebe.* São Paulo. p.2-3, 28, jul, 1917.
[81]*A Plebe.* São Paulo. p.2, 18, ago, 1917.
[82]*A Semana Social.* Maceió. p.3. 26, jun, 1917.
[83]*A Semana Social.* Maceió. p.3. 14, jul, 1917.

podem explicar textos como “Abaixo a farsa política: o que o povo deve seguir”, publicado na *Semana Social,* em 27 de outubro de 1917: neste artigo, o autor afirma que “o socialismo anarquista, ou ao menos, a social democracia, deverá substituir a farsa política que hoje se representa”, enquanto faz referências simultâneas a Karl Marx, Bakunin, Malatesta e Tolstoi[84]. No momento em que isso era escrito em Maceió, *A Plebe,* em São Paulo, publicava a pequena biografia de Lênin, a que já fiz referência anteriormente, mostrando-o como um dos principais líderes da revolução e o militante João Baptista Noll, no comício que fundou a Liga de Defesa Popular (LDP) de Porto Alegre, em 1º de agosto, afirmava em seu discurso que “O povo da Rússia, dos cossacos, de Tolstoi, Gorki e Kropotkin, depois de uma escravidão quase infinita, conseguiu por si um regime de liberdade”[85] .

A revolução “concreta”, que ocorria na Rússia, cujos desenlaces os jornais de grande circulação informavam, junto às notícias da Primeira Guerra Mundial, não era um processo fácil de ser compreendido, inclusive pelo fato de que, desde fevereiro, os acontecimentos ocorriam com grande dinamismo. Desde o levantamento operário ocorrido no Dia das Mulheres (8 de março no Calendário Juliano), que resultara na queda do Czar, muitas coisas haviam acontecido, destacando-se a radicalização do processo revolucionário. Dentro dos soviets, a liderança inicial dos menchevistas e dos socialistas revolucionários estava perdendo espaço graças à sua tibieza em acatar as demandas das classes populares, o que abria espaço para a atuação de grupos mais radicais, dos quais os principais representantes eram os bolchevistas. Enquanto isso, Alexandre Kerensky, líder socialista-revolucionário que se tornara Presidente do Governo Provisório, manteve a Rússia na Guerra Mundial pelos compromissos que havia contraído com os aliados ocidentais, o que era motivo de grande desgosto, especialmente para as classes populares, que estavam sendo sacrificadas nos campos de batalha. Além disso, o Governo Provisório pouco fizera para fazer avançar a reforma agrária, que estava sendo espontaneamente realizada pelos camponeses[86].

---

[84] *A Semana Social.* Maceió. p.1. 27, out, 1917.

[85] Esta declaração foi dada em um dos maiores comício da greve de 1917, que reuniu mais de cinco mil pessoas na Praça Senador Florêncio, atual Praça da Alfândega, em Porto Alegre. BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho: ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional*. Porto Alegre: L&PM, 1979. p.36.

[86] Sobre as contradições e o processo que levou ao colapso do sistema de duplo poder entre os Soviets e o Governo Provisório, ver TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa: o triunfo dos soviets*. *3º Volume* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Sobre a formação do Estado Soviético após o triunfo da Revolução, ver também

Esta contradição entre o Governo Provisório e o Soviet de Operários e Soldados somente iria se resolver em 7 de novembro de 1917 (25 de outubro pelo calendário russo), quando o Soviet de Petrogrado, controlado pelos bolchevistas, declarou o Goveno Provisório ilegal. Com a queda do Governo Provisório, o Soviet tornava-se o principal órgão de poder da República Russa. Isto seria confirmado no Segundo Congresso de Operários, Soldados e Camponeses, que ocorreria logo depois da tomada do poder pelos bolchevistas. Este Congresso transformou a Rússia em uma República Socialista, adotou o Decreto da Paz, que propugnava a retirada imediata do conflito europeu e o Decreto da Terra, que acabava com a propriedade privada no campo. Estes acontecimentos teriam um impacto muito profundo sobre o movimento dos trabalhadores organizados ao redor do mundo e no Brasil não seria diferente.

Antes de outubro, os órgãos de imprensa do movimento operário noticiavam e debatiam uma revolução com nítido caráter popular, mas que não havia tomado o poder, pois este permanecia nas mãos da burguesia. Deste modo, o que mais causava impacto eram algumas formas novas de ação, como a formação do soviet e a participação ativa dos soldados, práticas incomuns para a tradição de luta do movimento operário brasileiro. Neste momento, não são muito extensas as discussões conceituais, ficando o futuro da revolução ligado ao destino do conflito mundial. Com a Revolução de Outubro o cenário muda: novas questões vão ser colocadas, como a origem e as práticas dos bolchevistas, quais as condições para a vitória de um grupo político operário em uma Revolução Social e quais os modos como esta revolução vitoriosa poderia ser reproduzida.

Quanto aos bolchevistas, já demonstrei que eles não eram de todo desconhecidos, pois *A Plebe* já havia dado informações sobre a ala mais radical da social-democracia russa através de suas páginas. Mesmo assim, não se pode afirmar com certeza o quanto esta informação estava publicamente difundida. Depois de novembro, porém, este grupo passaria a ocupar de forma cada vez mais constante as páginas dos jornais operários. Um fato interessante a destacar é que os militantes brasileiros não vão se referir aos bolchevistas por seu nome original e sim por maximalistas, maximistas ou massimalistas. "Maximalista" era a tradução, em língua portuguesa, do termo bolchevista, que significa

---

BROUÉ, Pierre, *União Soviética: da revolução ao colapso.* Porto Alegre: Síntese Universitária/Editora da UFRGS. 1996.

maioria, por esta fração ter conseguido o maior número de delegados no Congresso de Fundação do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em 1903. Por este motivo, é o termo maximalista que começa a surgir por todo o lado nos jornais operários daquele período. Desta forma, depois de novembro, a Revolução Russa, com seus soviets, seus soldados e seus maximalistas, torna-se presença cada vez mais constante nos órgãos de imprensa do movimento operário, problematizando a própria ideia que se tinha de Revolução Social.

*O Cosmopolita*, jornal do Centro Cosmopolita, sindicato dos empregados em hotéis da cidade Rio de Janeiro, é um exemplo deste interesse despertado pela radicalização do processo revolucionário. As notícias sobre os assuntos russos já estavam presentes antes de 7 de novembro, como prova a “Carta de Kropotkin aos trabalhadores ocidentais”, publicada em primeira página no primeiro dia daquele mês[87]. No dia 15, novamente em primeira página, sai um artigo chamado “A Revolução na Rússia”, de Virjílio Korkels, tentando explicar o processo que havia sido desatado pela derrota de Kerensky pelos maximalistas:

> Os combates que se travam entre partidários de Kerensky e os maximalistas, nada dizem sobre a solução que terá a Revolução. São lutas de uns que querem governar e de outros que querem impedir a organização de qualquer governo, de cujos atos possam resultar a aclimatação das coletividades.
> Daí os maximalistas estarem no seu justificado movimento de "conservação-revolucionária"; isto é, a manutenção da Revolução destruindo as leis e os privilégios, de modo a criar novos ambientes aos quais se vão adaptando os indivíduos.
> A Revolução propriamente dita, só terá começado com a destruição das leis e da propriedade privada. E uma vez que os indivíduos adaptados às circunstancias criadas pela abolição do Estado armado e do "isto é meu", em pleno gozo da felicidade, do direito à vida e da ausência da exploração do trabalho, a Revolução terá seu curso relativo e perfeito, sem possibilidades de reação burguesa. A reação burguesa, sempre escudada nas leis novas ou velhas[88].

A análise sobre a Revolução Russa e sobre seus personagens (os partidários de Kerensky e os maximalistas) ainda são bastante vagas, muito mais apoiadas na tradição libertária do que em alguma prática nova. As informações mais detalhadas, no entanto, começariam a chegar através dos periódicos europeus, que passavam a repercutir nas opiniões de um espectro maior de militantes dentro do movimento operário brasileiro.

---

[87] *O Cosmopolita.* Rio de Janeiro. p.1. 1º nov, 1917.
[88] *O Cosmopolita.* Rio de Janeiro. p.1. 15, nov, 1917.

No dia 1º de dezembro foi publicado o artigo “Os Massimalistas”, de autoria de A.G. (provavelmente Antônio Gramsci), traduzido do periódico socialista *Il Grido del Popolo*, de Turim, pelo jornal português *Aurora*. Neste texto os maximalistas são mostrados como se encarnassem a própria Revolução Russa, pois eles levaram adiante a ideia revolucionária, não pararam no tempo, não se institucionalizaram, não eram apenas jacobinos e não estavam olhando para trás; eles são mostrados como socialistas que não compactuavam com o evolucionismo: “encarnam a ideia limite do socialismo: são “todo o socialismo”. Além disso, o texto também informava que eles eram alimentados pelo marxismo[89].

Por mais que estas informações reflitam os problemas internos do Partido Socialista Italiano (PSI), como a divisão entre reformistas e radicais, é interessante observar sua chegada e circulação no Brasil, o que é uma prova de que os militantes podiam ter acesso bastante rápido aos materiais que estavam sendo produzidos na Europa e a debates que estavam sendo desenvolvidos dentro do movimento operário europeu. Também começava a haver um interesse pelos personagens da revolução. No dia 15 de dezembro, o jornal *O Cosmopolita* traz uma biografia de Trotsky em “Sobre a Revolução Russa”[90] e no dia 15 de janeiro de 1918, aparece o texto “Estrangeiro na própria pátria”, com uma biografia de Lenin, em que o líder bolchevista é apontado como o líder da social democracia russa e um fervoroso defensor das ideias de Karl Marx[91].

Tomando ainda o exemplo d'O *Cosmopolita*, observam-se novas referências aos revolucionários russos durante o início do ano de 1918. No dia 25 de março, o jornal publica uma carta de Trotsky ao líder socialista francês Jules Guesde, retirado do jornal *A Sementeira*, de Portugal[92]. Em 22 de maio, é veiculada uma reportagem sobre Máximo Gorky, falando de sua vida e ilustrada com sua foto. Neste mesmo dia também publica-se uma retificação à biografia de Lênin, saída no dia 15 de janeiro (inclusive de uma curiosa foto de Lênin, bastante cabeludo, que havia sido publicada por engano naquela ocasião), acompanhada de uma ilustração verdadeira do líder[93].

Desta forma, se inicia um processo de acúmulo de informações que permitirá apropriações e reflexões mais críticas, o que vai servir para alimentar a luta concreta dos

[89]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1. 1º dez, 1917.
[90]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1-2. 15, dez, 1917.
[91]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1. 15, jan, 1918.
[92]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1-2. 25, mar, 1918.
[93]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1-2. 22, mai, 1918.

militantes. Em 1918, as novas formas de ação social já começam a ser confrontadas com problemas do movimento operário brasileiro, o que torna mais evidente uma mudança qualitativa nas formas de se pensar o movimento. No dia 1º de fevereiro, *O Cosmopolita* por ocasião da fundação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, vai publicar um "Apelo aos anarquistas", escrito por Astrojildo Pereira. Neste texto, o líder libertário refere-se à proximidade de um processo revolucionário mundial e que, voltando-se para o exemplo da Rússia, era necessário adotar uma forma mais resoluta de ação:

> A revolução bate-nos à porta e é nosso dever - dever livremente, espontaneamente contraído por nós próprios, pelas nossas convicções - é nosso dever, dizia, pormo-nos de guarda, atilados e prontos para o que der e vier. O que não é possível, é continuarmos no bateboca das tricas, na lavagem da roupa suja, quando uma altíssima missão histórica nos chama à ação e à ação - a ação tenaz, constante, ardente, crepitante, numa palavra, a ação revolucionária - preparatória, por agora, e daqui a pouco, não sabemos a quanto tempo, mas talvez amanhã mesmo, ativa, acelerada, concreta, demolidora e reconstrutora[94].

No *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, lançado por ocasião de sua fundação em fevereiro de 1918, são publicadas duas passagens de autores antigos que teriam "profetizado" a revolução na Rússia: Marx e Bakunin. Também são publicados documentos "produzidos" pela Revolução Russa, como o Decreto que dissolveu a Assembleia Constituinte, em janeiro daquele ano, e a Declaração de Fundação da República dos Soviets[95]. O mais interessante destas publicações é o fato da Aliança colocar em dúvida a palavra "autoridade dos Soviets" e a necessidade de transferir a propriedade dos bancos para o Estado. É muito provável que esta dúvida se ligue à orientação anarquista (logo, antiestatista) do grupo, pois os autores do texto chegam a supor que se tratava de um erro do periódico *O Imparcial*, de onde havia sido copiada a notícia. Isto mostra que esta apropriação poderia ser problemática, quando se chocava com as tradições de luta locais, mas não impedia que os militantes vissem a revolução como incentivo à terem de se preparar para sua possível chegada ao país, como avisava Astrojildo Pereira n'*O Cosmopolita*.

Também começam a surgir exemplos, bastante precoces, embora desarticulados, de

---

[94] *O Cosmopolita.* Rio de Janeiro. p.2. 1º fev, 1918.
[95] *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. p.3-4. Fev, 1918.

identificação com o maximalismo. No dia 20 de julho, no artigo "Os massimalistas", um membro do grupo vencedor das eleições do Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro definiu sua chapa como "massimalista" e não porque os trabalhadores em hotéis fariam uma revolução, mas porque queriam o máximo de conquistas sociais e desejavam fazer uma obra renovadora.

> Não se trata de começar uma revolução russa fomentada por trabalhadores em hotéis. O nosso intuito foi definir dois grupos que disputam a vitória eleitoral. E como nós temos a certeza que trabalhamos pelo máximo das conquistas da classe, apropriamo-nos da expressão "massimalista", que sustentaremos apesar da grita dos vencidos, que tanto interesse tem demonstrado em comprometer-nos com as autoridades.
> Somos "massimalistas" porque queremos sustentar o que está feito e fazer obra renovadora[96].

É interessante observar esta atitude do membro do Centro Cosmopolita quando define sua chapa como "massimalista", pois quando vai explicar esta definição, se remete ao máximo de conquistas. Existem alguns exemplos da interpretação contraditória deste termo, dos quais o mais curioso, apontando por Luís Alberto Moniz Bandeira, no livro *1917: Ano Vermelho*, seria o de seguidores de Máximo Gorky; a definição de defensores de um programa máximo do socialismo, no entanto, será uma das mais recorrentes[97]. É esta definição que permite a identificação de militantes anarquistas com esta vertente do socialismo e torna plausível, em um panfleto da Aliança Anarquista, a existência de referências à Marx e à Bakunin, lado a lado, prevendo a Revolução Russa. Se isto não significava uma adesão ao bolchevismo para *substituir* o anarquismo, abria a porta para uma aceitação do maximalismo *em convívio* com o anarquismo.

Mas não se pode falar apenas do que ocorria na Rússia. Na verdade, o modelo russo

---

[96] *O Cosmopolita.* Rio de Janeiro. p.2. 20, jul, 1918.

[97] Moniz Bandeira, ao comentar em *O ano vermelho*, o "Programa comunista dos libertários", chega a escrever que "O bolchevismo – maximismo ou maximalismo – traduzia-se apenas, para eles (os libertários), na reivindicação do programa máximo: a realização imediata da etapa suprema, a anarquia" (p.227). Mesmo não concordando com a afirmação que o maximalismo seja apenas a instauração imediata da sociedade ácrata, pois trazia uma série de novos fatores como o surgimento de determinado tipo de Estado, considero muito pertinente a interpretação do maximalismo com um programa maximo de socialização, como será mostrado ao longo do texto. Quanto ao maximalismo como fração política liderada por Máximo Gorky, conforme o mesmo Moniz Bandeira, este engano foi cometido pelo jornal *A Razão*, do Rio de Janeiro (p.118). BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004 (1ª edição: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).

(posteriormente soviético) acabou se tornando a principal referência ao longo do tempo, pois este foi o processo revolucionário que sobreviveu e se institucionalizou. Neste momento inicial (1917-1918), o exemplo russo refletia o símbolo da vitória sobre as forças da burguesia e da nobreza, mas não se esperava que este movimento estancasse na Rússia e isto pode ser percebido desde o início do processo. Assim, no primeiro número do *A Semana Social*, de 30 de março de 1917 (ou seja, logo após a Revolução de Fevereiro), já aparece um artigo intitulado "A Revolução Russa: a suas causas e possíveis consequências", em que o autor do texto afirma que o acontecimento só poderia ser analisado sob a "lente do materialismo histórico", explicando que o levantamento tinha suas raízes na Guerra Mundial e na política expansionista da Alemanha; apesar disto, os social-democratas na Alemanha e seus companheiros em outros países também seriam atingidos pelo gérmen da revolta e acabariam com a carnificina[98].

Assim como neste artigo, bastante precoce, que tentava interpretar o que ocorria na Rússia, outro texto, de 29 de junho, chamado "A convulsão mundial", também ligava o movimento russo à Primeira Guerra Mundial: a revolução estava tomando um rumo anárquico (no sentido político do termo), pois as armas que a burguesia havia entregue aos camponesas iriam ser levantadas contra esta mesma burguesia; além disso, a guerra, que se espalhara por todos os territórios, iria levar a um processo revolucionário que também se espalharia, trazendo um novo tempo de paz à humanidade[99].

A ligação com o conflito mundial e a esperança de uma revolução que seguisse o rastilho da guerra, acabando com esta luta, mas também baqueando o capitalismo, é uma imagem que será recorrente até o fim do conflito na Europa. Lendo estas manchetes do jornal alagoano, assim como acompanhando as notícias do *O Debate* e *A Plebe* durante o ano de 1917, percebe-se que a grande aceitação que a Revolução Russa teve depois da vitória bolchevista em novembro fora antecedida por uma série de expectativas construídas nos meses anteriores. Muitas destas expectativas apoiavam-se no caráter global que o conflito de 1914 havia adquirido, como uma grande carnificina que sacrificava especialmente a classe operária, engajada nos exércitos nacionais. A Revolução Social em um país acabaria com a guerra, mas não seria apenas isso: também prepararia a libertação

[98]*A Semana Social.* Maceió. p.1. 30, mar, 1917.
[99]*A Semana Social.* Maceió. p.1. 19, jun, 1917.

de todos os povos sacrificados no conflito. É importante ter isso em mente para compreender a reação dos militantes de diversos pontos do Brasil quando os bolchevistas venceram na Rússia e quando os trabalhadores começaram a se levantar no centro da Europa, pois seria a confirmação daquilo que havia sido almejado.

Como se pode perceber nas notícias sobre a Guerra, havia uma esperança de que os levantamentos populares ocorressem também na Europa Central (Alemanha e Áustria-Hungria); tais expectativas vão se generalizar durante o ano de 1918. As notícias da *Tribuna do Povo*, de Recife, permitem ver isso com muita clareza. No dia 10 de março de 1918, no texto “Porque a Alemanha ataca a Rússia”, um articulista comenta as hostilidades alemãs e o fato de que suas tropas até poderiam tomar o território russo, mas a Alemanha seria fatalmente conquistada pelos maximalistas[100]. No dia 20 de março, em “A paz russo-alemã”, justifica-se o Tratado de Brest Litovsky, afirmando-se que a paz havia sido feita para que os maximalistas pudessem manter o território russo, mesmo perdendo algumas províncias, mas os socialistas alemães iriam se levantar também, ocasião em que o Kaiser e o Czar seriam conjuntamente expulsos[101].

No dia 20 de abril, este tema seria desenvolvido de forma mais clara no artigo “Porque demora a revolução europeia”, em que o mesmo periódico explicava que a pressão alemã sobre os russos estava barrando o maximalismo e o movimento revolucionário na Europa, que seria a base da revolução mundial:

> E porque demora a revolução europeia?
>
> Demora justamente porque os povos da Europa Central estão demorando a sacudirem o jugo autocrata que os traz dominados e os maneja criminosamente.
>
> Porque, se a revolução russa é a introdução da revolução europeia, a revolução alemã é dela o primeiro ato. Os atos seguintes já estão preparados na França, na Itália, na Espanha e na Inglaterra - mas como poderão desenrola-se sem que se desenrole o primeiro?
>
> Essa demora no desenvolvimento do seu primeiro ato vem até prejudicar a introdução do drama. Quem não vê que a revolução russa está encontrando dificuldades em seu desenvolvimento porque na Europa Central a democracia ainda não elevou sua voz?[102].

Neste mesmo número do jornal, era publicada uma biografia de Krylenko, líder

[100]*Tribuna do Povo*. Recife, p.2-3. 10, mar, 1918.
[101]*Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 20, mar, 1918.
[102] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, abr, 1918.

bolchevista colocado ao lado de Trotsky e de Lênin. No dia 20 de maio o tema é retomado, em “A situação da Rússia”, que comentava a fraqueza do país frente à Alemanha (que estava avançando sobre seu território): o articulista, porém, fazia uma ressalva de que esta força seria apenas passageira, já que os maximalistas estavam em processo de organização, enquanto o restante da Europa estava se desorganizando[103].

Deve-se compreender que este é um tema constante do período. Havia o desejo, além da esperança, de que o processo se espalhasse para o resto do mundo, mas a Primeira Guerra Mundial seguia na Europa e a Rússia dos revolucionários sofria uma enorme pressão dos Impérios Centrais, que depois do Tratado de Brest Litovsky haviam conseguido abrir largas brechas dentro do território russo. Além disso, vivia-se a Guerra Civil entre o Exército Vermelho e o Exército Branco, este formado por contingentes fiéis à velha ordem czarista. Mesmo em situação tão difícil, era necessário manter a expectativa em uma revolução mundial, sendo assim, era preciso voltar os olhos para outras partes da Europa, como a Alemanha, de onde se esperava um grande levantamento proletário.

Outro centro onde também se discutia sobre o destino da Revolução Social para um futuro próximo era Porto Alegre. No dia 28 de março de 1918, a União Operária Internacional, influenciada predominantemente pelos anarquistas, iniciava a publicação do jornal *A Luta*. Em seu primeiro número, o tema “revolução” já ocupa boa parte do periódico, pois mais da metade da publicação está dedicada a fatos relacionados à Rússia. A identificação da revolução na Rússia com a Guerra Mundial era bastante clara, como se pode observar no editorial de lançamento do jornal: “É da Rússia que vem o vendaval destruindo tronos e privilégios para estabelecer sobre a terra o reinado da justiça pelo qual há tantos séculos aspiram os corações generosos e ao qual tantas vidas tem sido sacrificadas”. Entretanto, este vendaval era tributário de algo anterior, que lhe havia preparado terreno para que ele soprasse para fora da Rússia: “O sangue derramado pela loucura burguesa saneou o berço aonde nasceu para a humanidade a nova aurora redentora”[104].

O que se percebe, especialmente lendo estas últimas palavras publicados pelos libertários de Porto Alegre, é que a Revolução Russa não era vista como um fim em si

[103] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 20, mai, 1918.
[104] *A Luta*, Porto Alegre, p.1, 28, mar, 1918.

mesmo, nem parece ter sentido acreditar que o processo se encerraria em si mesmo. Por este motivo, se torna bastante esclarecedora a analogia feita por alguns militantes entre a Revolução Russa e outros períodos históricos, principalmente a Revolução Francesa. O já referido texto publicado na *Tribuna do Povo*, que tentava explicar a demora da eclosão de uma revolução europeia por uma questão de tempo (pois os alemães estavam impedindo seu desenvolvimento), pode ser relacionado com uma análise publicada no *A Luta*, que compara o processo russo com a Revolução Francesa de 1789, ao afirmar que:

> Tenhamos esperança que apesar dos pesares assim como a Revolução Francesa foi invencível, assim é invencível a Revolução Russa; todas as forças do mundo, poderão abafa-la aparentemente, mas não a vencerão jamais, não deterão a sua marcha; ela é a Revolução Social e vencerá fatalmente, irrevogavelmente. Essa é a nossa fé...[105].

Este paralelo entre as duas revoluções será muito recorrente e estava presente antes mesmo da vitória bolchevista. Um texto publicado em 14 de Julho de 1917, no *A Semana Social*, já apontava a necessidade do levantamento russo completar a Revolução Francesa, promovendo a igualdade econômica, para além da igualdade somente jurídica ou política[106]. Como se trata de uma comparação cheia de significado, a relação entre as duas revoluções merece ser analisada com mais cuidado.

A Revolução Francesa tinha como seu motor principal a revolta da burguesia contra os privilégios da nobreza e do clero, em 1789. Este processo, iniciado em 1789, deu origem à Assembleia Nacional Constituinte, com o Terceiro Estado (a burguesia), tomando o controle do poder. Assim como na Rússia, um período constituinte inicial dera lugar à radicalização, quando o Rei Luis XVI foi deposto e constituiu-se a Convenção, sob o controle dos jacobinos de Robespierre. Este período foi marcado por uma intensa guerra de várias potências europeias, comprometidas com a manutenção do poder da nobreza, que se voltaram contra a França, movendo-lhe uma série de campanhas com o objetivo de restaurar o Antigo Regime. Assim como os jacobinos, os bolchevistas representavam um dos grupos mais radicais da Revolução Russa; quando estes assumiram o poder, assim como na França, imediatamente iniciou-se uma guerra civil, que foi apoiada pelas principais potências estrangeiras. Nos territórios entregues aos alemães, como a Ucrânia,

---

[105] *A Luta*, Porto Alegre, p.3, 28, mar, 1918.
[106] *A Semana Social*. Maceió. p.1. 14, jul, 1917.

Finlândia e Bielo-Rússia, as tropas brancas (reacionárias), encontravam apoio para reorganizar-se, recebendo suporte das elites que haviam sido destituídas no processo revolucionário. Além disso, logo após o fim da Primeira Guerra, muitas outras potências se somariam para tentar esmagar a Rússia, o que reforçava a imagem das forças coligadas para apagar a chama da Revolução Social.

Esta analogia, entre a França e a Rússia, fornece outra chave explicativa de como os militantes viam o processo naquele momento, que vai além da pressão das potências reacionárias sobre um povo insurrecto. Após o período da Convenção, os jacobinos foram afastados do poder, sendo substituídos pela burguesia conservadora, que inaugurou o governo do Diretório. Neste período, foi barrada a radicalidade do processo político, que poderia desencadear mudanças mais profundas na sociedade francesa. Mas as guerras que as grandes potências moviam continuaram e nestas lutas logo se destacou Napoleão Bonaparte, que assumiria mais tarde o título de Cônsul e Imperador da França. Enquanto os franceses lutavam contra seus vizinhos europeus, a revolução espalhou-se, chegando à Itália, Suíça, Alemanha e Polônia. Em parte resultado de levantamentos locais, em parte por imposição dos ocupantes franceses, a Europa modificou-se rapidamente, como resultado de uma revolução que, se não se expandiu com seu modelo original, teve como resultado uma profunda mudança do mundo a sua volta[107].

Era de se esperar que ocorresse algo similar com a Rússia, já que o processo de levantamento que acontecia neste país não poderia ser considerado apenas um fenômeno nacional, pois a classe operária russa sofria com os mesmos problemas de exploração que seus companheiros do restante da Europa. Esta ideia, que esta por trás das análises dos militantes operários, toca em um ponto fundamental da tradição libertária no Brasil: o internacionalismo. No *A Luta*, inclusive, havia um artigo de Maximiliano Guerra dedicado ao tema na edição de 28 de março: “O momento perante a história e o internacionalismo”[108]. Este também é o sentido das palavras de Abílio de Nequete (sob o pseudônimo de Máximo Evidente), ao escrever, no mesmo jornal, em 10 de outubro de 1918, que não se tratava

[107] É bom lembrar que a identificação do movimento operário brasileiro com a Revolução Francesa não era uma novidade na ocasião, tendo sido a principal referência revolucionária até a vitória do bolchevismo. Sobre este tema, ver BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Nós, filhos da Revolução Francesa’, a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX”. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, vol. 10, n° 20, 1990. Sobre a Revolução Francesa e seus desdobramentos, ver HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1849).* 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
[108] *A Luta*, Porto Alegre, p.3, 28, Mar, 1918.

mais de uma revolução somente russa, "mas sim revolução maximalista, para que se compreenda como revolução da humanidade, não circunscrita apenas à raça russa ou eslava"[109].

Desta forma, a Revolução Russa e o maximalismo haviam perdido seu caráter local: abria-se uma possibilidade de identificação deste fenômeno distante com uma realidade próxima, que podia ser apropriada pelo comprometimento dos bolchevistas com as mudanças sociais de caráter radical. Na edição de 1º de maio do *A Luta,* aparece um artigo de Hélio Fulgente intitulado "O socialismo russo e o socialismo alemão", em que se critica violentamente a social-democracia, identificada como um socialismo "burguês e politiqueiro", que procurava apoiar-se no governo e traía a classe operária. A identificação aqui se dirige aos militantes que controlavam naquela ocasião a Federação Operária local e que se contrapunham aos anarquistas[110]. Um dos principais líderes deste grupo era Francisco Xavier da Costa, que fora um destacado militante social-democrata de Porto Alegre no início do século XX. Entende-se, então, a posição do articulista quando propõe a seguinte relação: "Socialismo alemão, social democracia, socialismo político e de estado: -socialismo burguês. Socialismo russo: maximalismo, anarquismo, sindicalismo:-socialismo operário"[111]. Este trecho é fundamental para compreender o que estava acontecendo, porque não só permite observar a auto-identificação com um grupo político cuja notoriedade era muito recente, mas também uma classificação de seus adversários, promovendo uma completa reestruturação da "topografia" (na falta de um termo melhor) do campo político em que os militantes operários atuavam.

Seguindo esta lógica, pode-se avançar na comparação com a Revolução Francesa. No dia 20 de julho, a *Tribuna do Povo,* publicou, por ocasião da data de 14 de julho, uma analogia entre o que ocorria na Rússia e o que ocorrera na França em 1789, mostrando que a obra dos maximalistas seria sua atualização: "Diante da Revolução Russa, cesse tudo quanto a antiga musa canta"[112]. Mais que uma atualização da Revolução Francesa (como apontava *A Semana Social*), ela seria sua *superação,* pois inaugurava novos padrões de conduta e novas formas de ação para os revolucionários do mundo, fazendo cessar os

---

[109] *A Luta*, Porto Alegre. p.4, 10, out, 1918.
[110] *A Luta*, Porto Alegre, p.2, 1º, mai, 1918.
[111] *A Luta*, Porto Alegre, p.2, 1º, mai,1918.
[112] *Tribuna do Povo*. Recife, p.3. 20, jul, 1918.

parâmetros antigos.

Ainda sobre a guerra europeia e a revolução, um dos temas que surgem é o da veracidade das informações acerca do que estava ocorrendo na Europa. Existia um grande fluxo de informações que chegavam pelas diversas agências jornalísticas, como a Havas, a France Press e a United Press. Estas notícias, que eram transmitidas por cabo submarino, recebiam um determinado tratamento na imprensa de grande circulação. Este tratamento, quando era dispensado aos acontecimentos revolucionários, quase sempre era negativo. Também havia outros circuitos de informação, a partir da chegada ao Brasil de jornais produzidos pelos militantes europeus ou norte-americanos (isto será discutido com mais cuidado no final desta seção) que apresentavam outras versões, e, inclusive, publicavam textos de sujeitos que haviam estado na Rússia ou mesmo documentos de participantes do processo revolucionário.

Uma das acusações feitas aos bolchevistas (e aos revolucionários russos por extensão) era a de que seu levantamento havia sido financiado por autoridades alemãs, que haviam subornado Lênin (em outras versões este seria mesmo um agente alemão), para que tirasse seu país do conflito mundial, deixando a frente leste do exército germânico liberada para enviar tropas à Europa Ocidental. O Tratado de Brest Litovisky, com a entrega de grande extensão territorial aos alemães em troca da paz, confirmaria esta versão. Os jornais de grande circulação foram especialmente sensíveis a este boato, já que o Brasil havia entrado na Guerra, em 1917, ao lado das forças da Entente. Aliavam-se, assim, nas páginas da “imprensa burguesa”, o nacionalismo do período da Guerra, com o preconceito contra as forças políticas revolucionárias e os grupos operários em geral.

Um dos militantes que mais se preocupou com este aspecto da propaganda negativa sobre os feitos revolucionários era justamente um jornalista libertário: Astrojildo Pereira. Ele era especialmente sensível à forma como os jornais de grande circulação tratavam aquele acontecimento, passando a escrever cartas defendendo a revolução, apontando as diversas falhas dos jornais burgueses. Como ninguém aceitasse publicá-las, ele mesmo as reuniu em forma de folheto, lançando no início de 1918 um opúsculo chamado *"A Revolução Russa e a Imprensa"*, com o pseudônimo de Alex Pavel. Este pode ter sido a primeira tentativa sistemática de defesa da Revolução Soviética e crítica aos "jornais burgueses" no país. Mas, junto às preocupações jornalísticas, Pereira também tinha uma

participação muito ativa junto ao movimento operário carioca, o que lhe fazia conferir um caráter de classe a postura da imprensa:

> Jamais, jamais se viu na imprensa do Rio tão comovedora unanimidade de vistas e de palavras, como, neste instante, a respeito da revolução russa. Infelizmente, tão comovedora quanto deplorável, essa unanimidade, toda afinada pelas mesmíssimas cordas da ignorância, da mentira e da calúnia. Saudada quando rebentou e deu por terra com o czarismo dominante, a revolução russa é hoje objeto das maldições da nossa imprensa, que nela só vê fantasmas de espionagem alemã, bicho perigoso de não sei quantos milhões de cabeças e garras. Provavelmente os nossos jornais desejariam que se constituísse na Rússia, sobre as ruínas do Império, uma flamante democracia de bacharéis e negociantes, como a que tem por Presidente o Sr. Wilson, ou como esta nossa, presidida pela sabedoria inconfundível do Sr. Wenceslau[113].

As críticas de Pereira, colhidas sobre materiais produzidos entre novembro de 1917 e fevereiro de 1918, se intensificaram bastante nos meses posteriores. Desta forma, se justificavam as palavras do *A Luta*, de 28 de março, na seção "Rússia", quando afirmava peremptoriamente que "nós que estudamos as questões sociais, não podemos e não devemos calar; precisamos esclarecer a imprensa fraldiqueira, desmentindo as suas calúnias, esclarecendo os trabalhadores e fazendo justiça aos maximalistas"[114]. Nesta mesma linha segue a *Tribuna do Povo*, no dia 1º de junho de 1918, quando publicou o artigo "Esclarecendo", de um militante chamado Ariel, em que este procurava rebater as acusações que fez o *Diário de Pernambuco* contra o presumido financiamento alemão à revolução de Trotsky e Lênin[115]. No dia 10 de julho, aparecia o artigo "Os maximalistas e os jornais burgueses" que continuava a rebater a crítica que a grande imprensa fazia à "traição russa", mostrando que não havia nenhum sentido nesta acusação, pois a Rússia revolucionária derrubaria a Alemanha e o restante da Europa capitalista[116]. No dia 20 de julho, em "O discurso do Conselheiro", também de Ariel, a *Tribuna do Povo* ataca as posições de Ruy Barbosa contra a revolução na Europa[117] e na edição de 1 º de agosto, mais duas críticas: "Sobre a Revolução Russa", em que os militantes rebatem as acusações

---

[113] PAVEL, Alex. (Astrojildo Pereira) *A Revolução Russa e a imprensa*. Rio de Janeiro, 1918. p.3. O opúsculo está reproduzido em BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 405-424

[114] *A Luta*, Porto Alegre, p.2, 28, mar, 1918.

[115] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 1º, jun, 1918.

[116] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2-3. 10, jul, 1918.

[117] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, jul, 1918.

burguesas atacando a própria burguesia que difamava a revolução e "A Rússia cômica", em que o articulista Zeferino analisa uma notícia informando que em Sinferapol fora nomeada Ministra da Educação (provavelmente uma Comissária) uma moça de 19 anos e o fato do Ministro do Interior do Cáucaso ser um analfabeto:

> A burguesia quer dar a entender a gente que agora a Rússia é o mesmo que aquilo da Maria Joanna. É a masorca! O cúmulo da insensatez!
> Tudo por despeito de se ver derrotada! Porque intimamente ela sabe perfeitamente que hoje na Rússia se respira uma atmosfera política de liberdade, igualdade e justiça, em virtude do triunfo da revolução socialista que botou abaixo o regime do privilégio, proclamando a abolição da propriedade privada - o que trouxe, como consequência, o desaparecimento da miséria. Além disso, com o triunfo do socialismo libertário, todos os cidadãos e cidadãs entraram em gozo dos seus direitos políticos. Aqui, porém, devo frisar o seguinte: a política que hoje se faz na Rússia segue uma orientação diferente da política burguesa[118].

Esta torrente de notícias difamando a Revolução Russa e as outras revoluções europeias não iria mais parar. Em seu livro *"Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)",* Rodrigo Patto Sá Motta mostra que a reação à Revolução Russa por parte da imprensa, depois de 1917, acusando seus líderes de traírem os países da Entente e implantarem a desordem social, foi um ingrediente importante das primeiras manifestações anti-comunistas desenvolvidas naquela época[119]. Ao ler os jornais da grande imprensa, podemos encontrar muitas outras acusações, mas de forma permanente encontraremos nos periódicos operários um serviço de "contra-informação", que procurava esclarecer os fatos com base em dados favoráveis aos revolucionários. Isto não quer dizer que, na maior parte das vezes, estes militantes estivessem totalmente cientes do que estavam defendendo e até surpreende, pela sinceridade com que é descrita, esta defesa do "espírito" da revolução feita por Zenon (provavelmente Zenon de Almeida) no *A Luta,* de 1º de maio de 1918, ao afirmar que "se nada soubéssemos sobre a mesma, quanto a seu fim, uma coisa nos bastava para que o nosso dever, dever dos trabalhadores, fosse defendê-la a outranse: é o fato de ter contra si toda a burguesia do mundo"[120]. Esta "defesa contra toda a burguesia do mundo" era reproduzida no Brasil quando os militantes escreviam defendendo a Revolução Russa, no que acreditavam já estar fazendo um trabalho revolucionário.

---

[118] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 1º, ago, 1918.
[119] SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva, 2002. p.4-5.
[120] *A Luta*, Porto Alegre, p.2, 1º de maio de 1918.

A associação do radicalismo operário com a influência da Revolução Russa não era feita apenas pelos militantes, mas era produzida também pelos grandes jornais. Isto se observa no artigo "Está conforme", publicado em 22 de maio de 1918 em *O Cosmopolita*, que analisava um texto do jornal carioca *A Noite* (de grande circulação), crítico dos trabalhadores do comércio por se recusarem a fazer horas extras e estarem "abusados" por influência do bolchevismo[121]. Este tipo de argumento reforçava a campanha dos militantes contra a postura dos jornais burgueses e deveria dar mais força para que estes tentassem desconstruir as notícias impressas nestes meios de comunicação. No mesmo jornal, no dia 15 de junho, Ulrich D'Ávila, liderança anarquista da Capital Federal, criticava de forma irônica em "Carta aberta" um artigo de Assis Chateaubriand sobre a Rússia[122]. Isto mostra também o início de uma disputa pelo sentido da revolução, permitindo que militantes confrontassem publicamente figuras destacadas, levando as lutas sociais que ocorriam nas ruas e nas fábricas para as páginas dos jornais.

Para defender os exemplos da revolução, estes militantes dispunham de informações favoráveis que chegavam e circulavam por diversos meios. É importante ressaltar que as notícias que nutriam o jornalismo militante não se originavam necessariamente nos grandes jornais. Era possível ter acesso a elas por diversos meios, alguns bastante surpreendentes. Já foi aqui citado um texto publicado na Itália e que chegou à Portugal, para depois ser divulgado no Rio de Janeiro. Outro exemplo pode ser tomado do artigo "O bolshevike", publicado na *Tribuna do Povo*, em 19 de setembro de 1918[123], mas que já havia aparecido anteriormente no *Jornal do Povo*, de Belém do Pará, em 24 de agosto deste mesmo ano[124]. Este texto teria sido publicado por um jornal de Porto Rico chamado *Justicia*, cujo redator entrevistou um comandante russo que trouxera auxílio pecuniário para operários americanos presos. Este comandante explicava a Revolução Russa como sendo o resultado de uma grande coalizão de forças sociais integrada por anarquistas, socialistas e maximalistas. Afirmava também que os russos estavam ansiosos por alcançar a liberdade e desejavam ilustrar-se, mas também que algumas características do antigo regime permaneciam na nova sociedade, como a circulação de dinheiro, por exemplo. Outra

---

[121]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.1. 25, mai, 1918.
[122]*O Cosmopolita*. Rio de Janeiro. p.2. 15, jun, 1918.
[123] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 19, set, 1918.
[124]*O Jornal do Povo*. Belém, p.1, 24, ago, 1918.

afirmação que chama atenção é que o entrevistado considerava não existir grandes diferenças entre anarquistas e partidários do socialismo no âmbito revolucionário.

Assim como muitas outras informações, não se pode afiançar, com certeza, a veracidade de seu conteúdo, mas se tomarmos como verdadeira a forma como a notícia chegou ao Brasil, ela seria testemunha da complexa rede de informações que alimentava os militantes. Além disso, a entrevista em si toca em pontos importantes, como algumas características do funcionamento da sociedade que estava surgindo, o que deveria ser de enorme interesse para os militantes operários.

Ao analisar as formas como a Revolução Russa estava sendo divulgada por estes periódicos, percebe-se, de parte dos militantes que estavam escrevendo, uma identificação com este processo, como se eles compartilhassem de uma causa comum com os revolucionários russos, posição esta que é devedora do internacionalismo proletário tão marcante nas tradições de luta dos libertários brasileiros. A Revolução Russa, muitos já sabiam, não era obra dos libertários, mas dos maximalistas, pouco conhecidos até então, mas que estavam liderando a revolução proletária na Rússia, com métodos que ainda era necessário conhecer e debater. Este é um ponto importante que deve ser destacado neste processo de recepção, pois apenas este fato já seria suficiente para mover os fundamentos através das quais os militantes brasileiros pensavam a Revolução Social, abrindo espaços a novas sínteses de ideias e a novos projetos políticos.

A Revolução Russa era considerada um acontecimento inédito, mas, como mostrei anteriormente, ela podia ser relacionada com outros processos precedentes, como a Revolução Francesa. Assim como o 14 de julho 1789, esperava-se que o 7 de novembro de 1917 inaugurasse um novo tempo e uma nova civilização. As incompletudes da revolução burguesa em garantir a fraternidade e a igualdade entre os homens deveriam ser sanadas pela revolução proletária. Por enquanto, a revolta estava confinada a um país distante e cercada de inimigos, mas ela tinha todas as possibilidades de ganhar o coração do continente europeu, onde havia uma classe operária que também era explorada. A expansão da revolução seria questão de tempo, e, uma vez que ela alcançasse a Europa Central, um dos centros do mundo capitalista, não seria difícil chegar aos outros países e desta forma alcançar o Brasil.

Tudo isto fazia da Revolução Russa um dos assuntos mais urgentes para serem

conhecidos. Além disso, a situação das organizações operárias brasileiras não se restringia ao papel de observadoras do que ocorria no exterior. Se a situação europeia era marcada pela Guerra Mundial e por uma esperança de que o levantamento que se verificara na Rússia tomasse o restante do continente, no Brasil os militantes não eram apenas espectadores do grande teatro universal da luta de classes. Desde 1916 se verificavam greves esporádicas; em 1917, uma grande onda de paralisações atingiu as maiores cidades brasileiras com um saldo de conquistas para algumas categorias, que foi sucedido por uma desorganização no movimento. Alguns ganhos salariais não se sustentaram por muito tempo, já que os patrões faziam com que os vencimentos voltassem ao patamar anterior. As organizações policiais e as organizações patronais, por sua vez, criaram listas negras e praticavam demissões seletivas. Percebe-se um recuo nas mobilizações também por causa da propaganda nacionalista do governo e do estado de guerra, o que tornava mais difícil uma atividade contestatória naquela conjuntura. Além disso, as condições de trabalho não haviam melhorado. A guerra continuava a provocar inflação e os salários não eram repostos. O primeiro impulso de contestação, iniciado em 1917, iria ser retomado neste ano de 1918, com greves e mobilizações em cidades como Porto Alegre, Niterói e Rio de Janeiro.

A situação econômica e as condições de trabalho dos operários brasileiros continuavam sendo um combustível para o espírito de revolta dos militantes. As organizações de resistência, muitas vezes restritas a uma atuação regional, discutiam agora sobre uma base mais ampla, com informações mais abundantes sobre o que ocorria no resto do mundo e em diversos pontos do território nacional. O debate em torno das possibilidades da Revolução Social havia se generalizado na imprensa operária, cujos articulistas aguardavam ansiosamente os próximos passos de um movimento revolucionário universal. No mês de novembro de 1918, o debate em torno deste tema tomaria outros contornos e se abririam novas perspectivas para o movimento, porque a revolução deixava de ser somente um tema para debates e sua realização se tornava concretamente muito mais próxima.

### 1.3 Os anos de 1918 e 1919: a Revolução Social como uma possibilidade concreta

A Guerra Mundial havia tomado um novo rumo a partir de setembro de 1918: os Impérios Centrais passaram a sofrer reveses cada vez maiores e os países da Entente

tomaram a ofensiva. A Bulgária, o Império Otomano, o Império Austro-Húngaro e o Império Alemão capitularam, decidindo negociar as condições de paz. As reações, dentro do Império Alemão, caminharam para a Revolução Social: após considerar as condições de paz inaceitáveis, os comandantes militares resolveram retomar a ofensiva, mas os soldados não aceitaram o retorno à luta. No início de outubro, os marinheiros que estavam estacionados na cidade de Kiel e que deveriam realizar um novo ataque sobre o Canal da Mancha, se revoltaram. Os insurrectos depuseram seu Comandante Militar e elegeram um Conselho (Räte) de Soldados e Marinheiros, aos quais se juntaram, logo depois, representantes dos trabalhadores. Mesmo com a intervenção apaziguadora do Partido Social Democrata (SPD) na revolta, foi impossível impedir que as notícias se espalhassem e que outras guarnições aderissem rapidamente. Em pouco tempo a Revolução Alemã tomava corpo e chegava ao centro do poder, Berlim.

A situação se radicalizou e o Kaiser Guilherme teve de fugir para a Holanda. A república foi proclamada dia 9 de novembro, ou melhor, duas repúblicas: enquanto os membros mais moderados do SPD, como Friedrich Ebert, apressavam-se para fundar a República Alemã, a Liga Espartaquista (dissidência radical da social democracia), liderada por Karl Liebknicht e Rosa Luxemburgo, proclamava a República Socialista Livre Alemã. Esta duplicidade permaneceria por algum tempo, com grupos radicais e moderados lutando para dar forma a esta nova Alemanha. Enquanto isso ocorria, levantamentos similares vão se repetir na Áustria, na Hungria, na Bulgária, na Eslováquia, na Baviera e na Alsácia Lorena. A Revolução Social espalhava-se rapidamente, em alguns lugares com mais consistência do que em outros, mas era difícil ignorar as previsões que vaticinavam uma Europa saída da guerra reabilitada pela força dos operários e soldados revolucionários[125].

No dia 10 de novembro, a *Tribuna do Povo* noticiava, em "O Movimento Operário", os acontecimentos na Europa, informando que estava se dando o desenlace do grande drama da humanidade, e, já que não podiam apoiar os revolucionários de armas na mão, os brasileiros estariam em espírito com eles[126]. Na página 3 do mesmo jornal era publicada a sugestiva chamada "O mundo maximalisa-se!", que dava conta de movimentos

---

[125] Sobre a Revolução Alemã ver ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do fascismo*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.25-30. Sobre o período final da Primeira Guerra e suas consequencias para a Europa, ver. HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.66.

[126] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 10, nov, 1918.

revolucionários em várias regiões do mundo[127]. No dia 20 de novembro, o mesmo *Tribuna do Povo* estampava, na primeira página, sob o título de "No limiar da nova era", um texto que iniciava com estas comoventes palavras:

> Felizes os homens de hoje, pois seus olhos se vão recrear no mais imponente espetáculo da História: o triunfo da Liberdade sobre a Tirania. A vitória das ideias socialista-anarquistas, que representam a causa da Liberdade, é coisa de que em boa fé já não se pode mais duvidar. Esta guerra, que representava as mais altas esperanças da burguesia, está dando resultado inteiramente diferente do que convinha aos interesses dos que a desencadearam. Supunham os burgueses que desta luta colossal entre os principais países do orbe o seu poder saísse prestigiado e consolidadas ficassem suas sagradas instituições. Mas a guerra suscitou tantas e tão variadas questões; pôs em jogo tão variados interesses e criou uma situação tal, que a organização burguesa terá de abrir falência. E à falência da organização burguesa sucederá o estabelecimento de uma sociedade socialista, que se iniciará com o mesmo programa do maximalismo russo.

A partir deste ponto, explicava-se o avanço e vitória das forças "socialistas-anarquistas" em âmbito mundial: "Agora, admitida como está a implantação do bolshevikismo em todos os países, inclusive o Brasil, certamente sobressai a inadiável necessidade de por todos os trabalhadores brasileiros ao corrente do grupo de ideias que constitui a teoria maioritária ou bolsheviki". O bolshevikismo ou o maximalismo seriam, conforme o jornal, a concepção máxima da teoria socialista[128].

No dia 1º de dezembro, o mesmo jornal publicava "?O maximalismo no Brasil?", comentando notícia sobre um movimento revolucionário no Rio de Janeiro. Os autores do artigo afirmavam não terem recebido nenhuma notícia sobre o ocorrido, mas achavam natural que o maximalismo chegasse ao país "e o meio do povo conquistar a felicidade, já se sabe: é formar soviets, é unir-se a soldados e marinheiros contra os políticos e açambarcadores", porque "não é uma utopia a implantação do maximalismo no Brasil"[129]. Nesta mesma edição, no artigo "Propriedade privada e comunismo", aconselhava-se: "Operários, soldados e camponeses, organizai-vos em conselhos"[130].

A notícia sobre o maximalismo no Brasil referia-se à tentativa de levantamento de 18 de novembro de 1918, no Rio de Janeiro. Nesta data, a principal organização libertária

---

[127] *Tribuna do Povo*. Recife, p.3. 10, nov, 1918.
[128] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, nov, 1918.
[129] *Tribuna do Povo*. Recife, p.4. 1º, dez, 1918. No dia 10 de dezembro o jornal publicaria o artigo *"Pontos de vista",* sobre a tentativa de revolução na Capital Federal, confirmando-a. *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 10, dez, 1918.
[130] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 1º, dez, 1918.

da Capital Federal, a Aliança Anarquista, tentou articular uma revolta que se iniciaria com uma greve geral e deveria receber a adesão de soldados e marinheiros. A ideia era fazer um "assalto" ao Palácio do Catete, para derrubar o Presidente Delfim Moreira, que havia assumido o poder fazia poucos dias e proclamar uma república soviética do Brasil, nos moldes do que estava se constituindo na Rússia. O intento foi frustrado pela traição de um Tenente da Marinha, que era um espião da polícia, o que acarretou a prisão ou o exílio dos principais líderes do movimento[131].

Acredito que este momento represente um ponto de inflexão importante na forma como se pensava a Revolução Social no movimento operário brasileiro. Além do impacto da Revolução Alemã e das perspectivas que ela abria para o futuro, esta primeira tentativa de insurreição no Rio de Janeiro vai tornar as possibilidades de revolta menos teóricas e mais reais, ou seja, cada vez mais parte do "possível", não apenas do "desejado". Esta inflexão vai se traduzir em um aumento de informações sobre o que ocorria fora do país, mas também em uma maior especulação sobre os modelos de mudança social que estavam em curso. Todos estes fatores vão resultar no aprofundamento do debate sobre os rumos da revolução no Brasil, qual seu caráter e quais instrumentos para levá-la adiante.

Um exemplo disso, ainda na *Tribuna do Povo*, é o artigo "A ditadura proletária", em que se procura diferenciar o socialismo burguês, que tratava apenas de manter a democracia e o capitalismo, da ditadura proletária, alcançada a partir do maximalismo:

> Para maior esclarecimento da questão, apresentamos aqui a definição exata do maximalismo. O MAXIMALISMO É A APLICAÇÃO DO MÁXIMO DAS CONCEPÇÕES SOCIALÍSTICAS, POR MEIO DA DITADURA PROLETÁRIA.
> A diferença que vai entre maximalistas e os socialistas de Estado é a de que estes falam em "prévio desenvolvimento do capitalismo" e em "democracia" ao passo que aqueles querem a realização IMEDIATA do socialismo e a exclusão das classes burguesas dos encargos da administração pública. Por aí se vê que os maximalistas é que estão com a boa doutrina e são quem defende o socialismo puro. Esses socialistas que vão cumprimentar Wilson e que aplaudem a fórmula wilsoniana da Liga das Nações... Burguesas, não passam de cínicos embusteiros.
> [...]
> Política Operária? Sim, o operário deve ter política. Mas a política operária não deve ser a dos parlapatões republicanos, porem uma política conforme seus interesses e as suas aspirações. Estes interesses resumem-se nisso: assegurar a sua

[131] Sobre a Insurreição no Rio de Janeiro, ver ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2002 (edição revista e atualizada). pp.101-144 e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.157-200.

> felicidade. E esta só poderá ser assegurada quando na sociedade não houver nenhum poder político contrário a do operário. Para isto, é necessário a ditadura da nossa classe[132].

Não deixa de ser surpreendente, da parte de um jornal ligado a militantes anarquistas e sindicalistas, este tipo de afirmação; afinal, a ditadura do proletariado ou a "ditadura de nossa classe", não fazia parte das reivindicações dos militantes libertários, nem de suas tradições. Além disso, para maior perplexidade de quem esperaria uma fidelidade aos preceitos libertários, documentos políticos que davam conta do funcionamento do Estado na Rússia dos soviets também começaram a circular no país. No dia primeiro de janeiro de 1919, a *Tribuna do Povo* publicou o *"*Pacto Fundamental da República dos Soviets", documento copiado do jornal *A Sementeira* de Portugal, composto de sete pontos que davam conta dos princípios políticos do novo país[133]. Em novembro de 1918, já haviam sido publicados no jornal *O Inflexível*, de Porto Alegre, os artigos da Constituição Soviética, que regulamentavam o funcionamento do novo Estado Russo[134]. Curiosamente, este jornal era editado pelo já citado Francisco Xavier da Costa, líder operário ligado ao Partido Republicano, que combatia os militantes mais radicais, o que pode demonstrar que os documentos produzidos pela Revolução Russa poderiam atrair o interesse de vários grupos e ser objeto de divulgação mesmo por seus críticos.

Na verdade, mesmo os socialistas, que podiam ser identificados como moderados (como era o caso de Xavier da Costa em Porto Alegre), também passaram a dar atenção à Revolução Russa. No Rio de Janeiro, a *Folha Nova*, jornal do Partido Socialista Brasileiro, publicou, no dia 4 de janeiro de 1919, uma declaração afirmando não ser o PSB uma agremiação maximalista, mas seu jornal se propunha defender a Revolução Russa das calúnias da imprensa burguesa[135].

Uma das posições mais interessantes, de parte dos socialistas, sobre a Revolução Russa se encontra em *A Vanguarda,* periódico dos socialistas de São Paulo. No dia 2 de julho a folha socialista iniciou a publicação do Manifesto Comunista de Karl Marx, para que todos soubessem quais as bases das "doutrinas socialistas atuais", o que parece demonstrar um desejo de se filiar ao bolchevismo e conseguir legitimidade ante outras

---

[132] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, dez, 1918.
[133] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 1º, jan, 1919.
[134]*O Inflexível*. Porto Alegre. Nov, 1919 (vários números).
[135] *Folha Nov*a. Rio de Janeiro, p.5. 4, jan, 1919.

correntes do movimento operário:

> Enquanto todo o mundo se ocupa de socialismo, muitos ignoram completamente quais são as bases da crítica socialista à sociedade atual, e como esta sociedade tenha de inevitavelmente cair para dar lugar a novas firmas, mais justas que as de hoje, de convivência social.
> Para contribuir a divulgação dos princípios básicos da crítica à sociedade burguesa, iniciamos a publicação do manifesto dos comunistas, escrito em 1848, por Carlos Marx, em colaboração com Frederico Engels[136].

Esta filiação, no entanto, podia se dar de outras formas, algumas talvez contraditórias, dependendo do grupo político que a fazia. *O Rebelde*, editado por um grupo de sócios da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, estampava uma foto de Lênin na primeira página da edição de 1º maio de 1919, com a frase: "Admirá-lo sempre! Idolatrá-lo nunca!". Logo em seguida, em "O Estado...e a Revolução Social", de João Bovio, o jornal defende vigorosamente o fim do Estado e que jamais acabariam as desigualdades sociais, caso este também não fosse extinto:

> Uma vez que a revolução promete apresentar-se com caráter social, partido social revolucionário por excelência deve ser anárquico, deve mostrar-se adversário não desta ou daquela forma de governo, senão de todos os governos; porque quem diz Estado ou governo, diz privilégios e miséria, diz dominadores e súditos, senhores e escravos, ricos e deserdados; diz política e não justiça, diz códigos e não direitos, diz cultos dominantes e não religiões, exércitos e não defesas, diz escolas e não educação, diz o extremo luxo e a extrema carência: e todo pontífice, rei, presidente, diretório, ditador, representa o Estado, que divide em duas a comunidade, com um ou outro nome, mais domina[137].

Ou seja, em um mesmo espaço, há uma negação de qualquer tipo de Estado e o elogio ao líder do Estado revolucionário russo. Algumas páginas depois, poderia ler-se, em um chamado ao 1º de maio: "Vermelho dia de afirmações revolucionárias e de protestos vibrantes contra a sociedade burguesa! Abaixo a festa do trabalho! Viva a Ditadura Proletária! Ave! Rússia macimalista!"[138]. Ao mesmo tempo em que faz referência aos líderes do Estado Russo e à ditadura do proletariado, *O Rebelde* repudia a estrutura estatal, de uma forma que remete imediatamente à tradição anarquista e sindicalista revolucionária.

---

[136] Tive acesso apenas ao segundo número do jornal, não pude descobrir se *A Vanguarda* publicou integralmente, nos outros números, o Manifesto Comunista. *A Vanguarda.* São Paulo, p.2-3. 2, jun, 1919.
[137] *O Rebelde*. Rio de Janeiro, p.1-2. 1º, mai, 1919.
[138] *O Rebelde*. Rio de Janeiro, p.4. 1º, mai, 1919.

Também podem ser encontradas formas intermediárias de identificação, como no jornal *"A Razão"*, de Bauru, que no dia 30 de agosto de 1919 publicou o artigo "O bolchevismo". Neste texto, um militante de pseudônimo J.A (provavelmente J. Alves, editor do jornal) afirmava que o que ocorria na Rússia dava passo a grandes discussões entre os militantes, pois os bolchevistas haviam instituído um governo operário como forma transitória para uma sociedade livre. No caso russo, a ação dos bolchevistas teria uma "semelhança" com o anarquismo (talvez no sentido de uma mesma família política), mas, no Brasil, estas medidas não seriam necessárias, pois aqui se poderia passar diretamente para a anarquia, já que não haveria um partido socialista-coletivista como na Rússia.

> Afirma-se que o bolchevismo, em seus princípios, em sua realização prática, é nada mais nada menos que o advento do comunismo-anarquista.
> Há alguma semelhança, não resta dúvida, entre os dois princípios, mas a sua finalidade, mesmo a realização prática, é diferente.
> O bolchevismo, em suas diversas manifestações, estabelece como base, embora provisória, segundo afirmam os seus propagandistas, a ditadura governamental das classes operárias, ao passo que o comunismo-anarquista tem como fundamento a dissolução do estado e das classes, divisão arbitrária inerente ao sistema capitalista.
> [...]
> Propriamente, o bolchevismo é o governo da maioria ou o "governo do povo pelo povo", antiga aspiração do partido socialista-revolucionário da Rússia, o que não passa de um governo, embora das classes operárias.
> O Comunismo anti-governamental rejeita qualquer forma de governo, de estado, pois nada adianta dissolver o estado capitalista e organizar o estado proletário[139].

Desta forma, neste período, podem ser encontrados socialistas que reivindicavam o bolchevismo pela sua herança marxista, havia libertários que rejeitavam qualquer tipo de poder estatal e grupos que procuravam diferenciar as duas correntes, embora vissem alguma semelhança entre elas. Como pano de fundo, está o esforço para compreender os caminhos da Revolução Social e o que fazer para concretizá-la, com qual grupo identificar-se, que teoria seguir neste momento que o futuro parecia estar tão próximo.

Como foi visto até aqui, uma das maneiras de melhor acompanhar estes debates é seguir os grandes jornais operários editados na época. O volume das notícias, além dos comentários publicados e a velocidade de sua divulgação, fazem estas fontes insubstituíveis para o tipo de análise que estou aqui desenvolvendo, tendo em vista o objeto da tese. Por esta razão, vou continuar me dedicando na próxima sessão à análise dos maiores jornais dos

[139] *A Razão*. Baurú, p.1. 30, ago, 1919.

principais centros de militância do Brasil, tendo em vista observar como se desenvolveram os debates sobre os temas relacionados com a Revolução Social no momento de maior agitação operária do período.

## 1.4 "Chegou a hora dos fatos". Mas quais são os caminhos para a revolução?

A partir de 1919, depois de um período de reorganização das forças militantes, as sociedades operárias se reestruturam e as mobilizações são retomadas com muita força em diversos pontos do país. Uma das características desta reestruturação é o lançamento (ou relançamento) de jornais produzidos pelos militantes que tinham grande circulação como *A Plebe* em São Paulo, *O Syndicalista*, em Porto Alegre, *Spartacus*, no Rio de Janeiro e a *Tribuna do Povo* e a *A Hora Social*, no Recife.

Existe uma relação bastante íntima entre as mobilizações e o aparecimento de periódicos com importantes tiragens nos principais centros urbanos do país. Era necessário mobilizar os grupos de operários, prepará-los para a greve e colocá-los a par do que estava acontecendo durante estas mobilizações. Exatamente no período aqui analisado, a função dos jornais operários, de agregação e formulação, se torna mais significativa, pois os escritos deveriam organizar a voz que emanava das ruas e ser um canal de transmissão para as palavras que chegavam do exterior[140]. O jornal aparece, em relação aos militantes brasileiros, como um tradutor das forças históricas que atuavam entre o proletariado universal. Pode-se fazer um paralelo deste jornalismo engajado com a função de periódico apontado por Lênin no *"O que fazer?"*, que seria basicamente servir de instrumento político em um momento onde as instituições com funções políticas não estavam ainda desenvolvidas[141]. No caso brasileiro, o debate teórico acompanha a tentativa de constituição de instrumentos políticos adequados a uma nova realidade e a novos objetivos, mas isto será visto mais adiante.

Destes jornais, um dos mais importantes do período foi o *Spartacus*, surgido no Rio de Janeiro, à época, o Distrito Federal. Os militantes cariocas foram responsáveis pela

---

[140] Sobre a imprensa operaria no Brasil, ver FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil.* São Paulo: Editora Ática, 1988.

[141] Desta obra de Lênin, ver especialmente o capítulo "Plano de un periódico político dedicado a toda Rússia". LÊNIN, Vladmir Illich Ulianov. *?Que hacer?: problemas candentes de nuestro movimiento (estudio introductorio por Atílio A. Boron).* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005. p.255-281.

tentativa insurrecional de novembro de 1918, que resultou na prisão de lideranças e uma momentânea desarticulação das organizações. Não obstante a isso, foi na capital da República onde se deram os mais importantes passos para o estabelecimento de novas formas de organização durante o ano de 1919: foi do núcleo de lideranças libertárias daquela cidade que surgiu a ideia da formação do primeiro Partido Comunista do Brasil, em março de 1919 e foram estes militantes que promoveram também a Primeira Conferência Comunista do Brasil, em julho daquele ano, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

O *Spartacus* funcionava como jornal deste primeiro PCB, tendo este periódico importância fundamental para a divulgação das ideias deste grupo. O caráter "libertário" deste partido sempre foi reafirmado pela historiografia do movimento operário. Problematizarei de forma mais pormenorizada as características desta associação e de seus projetos no segundo capítulo, por enquanto, a observação de suas análises sobre a Revolução Social, que parecia estar em curso, pode ajudar a matizar o caráter puramente libertário para o período aqui analisado.

O primeiro número do jornal, de 2 de agosto de 1919, já trazia uma grande "Carta de Lênin aos trabalhadores do mundo" ocupando toda a quarta página do jornal, além de chamadas relacionadas com temas revolucionários, como "Pelo comunismo" e "A Revolução Social na Inglaterra"[142]. Neste último texto, o tema era a união dos três maiores sindicatos ingleses e a preparação de uma greve geral naquele país, além do apoio que estas associações davam ao bolchevismo. Esta notícia pode ter ecoado em uma edição seguinte, pois, no dia 9 de agosto é publicado o texto "Prenúncios de tempestade", de Antônio Fernandes, cujo tema é exatamente a orientação das associações de classe no Brasil, discorrendo sobre a necessidade de se acabar com o caráter beneficente destas para formarem-se sociedades de resistência e luta[143]. A relação entre as demandas brasileiras e o movimento revolucionário internacional faz sentido se for observado que os textos ligados a estes temas ocupam um grande espaço no jornal. Apenas nesta segunda edição do *Spartacus*, por exemplo, aparece publicado na primeira página um longo texto chamado "Mal-estar", de José Oiticica, que apontava os efeitos da guerra e sua relação com o espírito de revolta dos trabalhadores; também existem notas sobre as várias revoluções e

[142]*Spartacus.* Rio de Janeiro, p.3-4. 2, ago, 1919.
[143]*Spartacus.* Rio de Janeiro, p.2. 9, ago, 1919.

agitações operárias que estavam ocorrendo ao redor do mundo, além disso, noticia-se a queda de Bela Khun na Hungria em "Viva o comunismo" e na quarta página havia um "Boletim da guerra social". Em meio a isto tudo, podia-se ver uma grande gravura da "Mãe anarquia" na primeira página do jornal[144].

No dia 16 de agosto foi publicada uma longa conferência de Fábio Luz, uma das principais lideranças anarquistas do Rio de Janeiro, em que este, ao dissertar sobre a imprensa, criticava a atitude de Lênin por haver fechado os jornais burgueses na Rússia, pois seria preferível que os periódicos de oposição continuassem existindo. Também faz referência ao futuro da sociedade anarquista, pois pensava na "Viabilidade futura do comunismo anárquico, tão bem encaminhada pela revolução marxista – da qual a Revolução Russa dos soviets é um preparo e um encaminhamento". Como exemplo histórico, criticando a interpretação de um jornalista do *Jornal do Brasil* sobre o processo revolucionário, recorre ao paralelo com a Revolução Francesa; Fábio Luz, no entanto, enxerga o futuro da Rússia com um fim diferente do que havia ocorrido na França, onde o radicalismo foi contido pelo Período Napoleônico:

> Se do terror saiu o domínio napoleônico, veio depois de novo a República. É bem possível portanto que do Terror russo tendo vindo a República dos Soviets, a República coletivista, desta venha a República comunista anárquica, sem que se repita exatamente um fato histórico. As razões que encontra o notável jornalista para não aceitar o comunismo anárquico, se baseiam na repugnância que lhe causa uma sociedade em que não haja ambições, nem combates, nem vitórias, em que tudo fique sendo tédio, amargura e nojo por ser a paz uma coisa insuportável, a vida uma monotonia com essas absurdas serenidades[145].

Nesta mesma edição, em outro artigo, "A revolução", afirmava-se que um processo revolucionário comunista-anarquista seria mais fácil no Brasil quando o mesmo fosse vitorioso na Europa[146].

Sobre a hipótese construída por Fábio Luz, ela guarda alguma semelhança com aquela levantada pelo *A Razão*, de Bauru, que fazia do bolchevismo uma etapa (não necessariamente correta) para se chegar à anarquia. A vantagem deste tipo de interpretação é que ela preservava o anarquismo como ponto de chegada, mas não dogmatizava seu

[144] *Spartacus.* Rio de Janeiro, pp.1-4. 9, ago, 1919.
[145] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.4. 16, ago, 1919.
[146] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.2. 16, ago, 1919.

caminho, deixando-o em aberto. De qualquer forma, esta atitude dificilmente poderia ser tomada antes de 1917, assim como dificilmente poderia ser considerada puramente libertária, mas sim híbrida. No dia 30 de agosto, um artigo chamado "Rerum Novarum: Ditadura proletaria" criticaria o termo ditadura, acreditando até que ele poderia ter sido criado pela burguesia; além disso, o autor do texto argumentava que o predomínio de uma classe sobre a outra não poderia ser chamada de ditadura.

> Se houvesse ditadura na Rússia, a constituição política que todos conhecemos, não teria a menor razão de ser e seria mesmo incompreensível. Mas o que esta constituição nos diz é que todos os cargos públicos, na Rússia, são o resultado da livre vontade dos trabalhadores reunidos nos seus respectivos soviets. É aí que eles decidem o que lhe convém, elegem ou demitem, confirmam ou revogam mandatos.
> Depois, devemos considerar nesta coisa realmente simples: se a Rússia é uma ditadura proletária, todos os demais países do mundo não passam de ditaduras burguesas. Mas, ainda neste caso, o que se dá é o predomínio de uma classe chamada - burguesia - sobre uma outra classe chamada - proletariado.

No final do texto, o articulista Roberto Feijó termina por abominar a ditadura burguesa e aplaudir a ditadura do proletariado[147]. Mesmo que boa parte dos argumentos pudesse ser identificada como sendo originados do anarquismo (como a ideia da formação de comunas livres), os pontos ressaltados por Feijó parecem indicar uma amálgama entre uma tradição de luta libertária e aportes novos, que torna mais amplo o alcance desta tradição. Por esta razão, não deve ser considerado estranho, nesta conjuntura, este elogio à forma de eleição de cargos públicos, de uma constituição política e mesmo do predomínio de uma classe sobre a outra.

Durante a segunda metade do ano de 1919, o *Spartacus* vai publicar uma série de textos que debatiam temas ligados à Revolução Social, destacando-se nesta temática: a natureza da Revolução Russa e do bolchevismo, sua relação com a tradição libertária e o caráter da ditadura do proletariado. Fazendo-se uma rápida menção de alguns artigos, percebe-se também que posições de apoio e de ressalva convivem lado a lado. No dia 11 de outubro, é publicado "O bolshevismo ante a atitude anarquista", do francês Sebastien Faure, em que o autor afirma não saber ao certo qual atitude tomar diante dos bolchevistas, dizendo entender o momento da Guerra, mas, se a ditadura permanecesse, ele seria

---

[147]*Spartacus.* Rio de Janeiro, p.2. 30, ago, 1919.

contrario a ela[148]. Nesta mesma edição, publica-se “A barbárie bolshevista”, de Boris Souvarine, um título irônico que elogiava o estado das ciências na Rússia[149] e no dia 25, é publicado um texto chamado “Sou bolshevista”, sob o pseudônimo de João Humilde, que defende ardorosamente os socialistas russos[150]. Já no dia 1º de novembro é publicado “Do bolshevismo”, em que Fernando Rosalba incita entusiasticamente os trabalhadores a seguir o exemplo dos russos: “Aprendei com eles o espírito de sacrifício e o entusiasmo santo dos heróis”[151].

Neste mesmo dia, aparece o artigo “Registrando”, em que José Oiticica, ao comentar a eleição para intendentes (vereadores) do Rio de Janeiro, exclama que no mundo há uma obra revolucionária e que muitos partidos estavam se cindindo para transforma-se, aderindo ao bolshevismo: *“*Há, de um lado, a burguesia amedrontada a fazer concessões... de outro, os comunistas, rubros ou cor-de-rosas, bolchevistas e anarquistas, secundados pelos camponeses”[152]. No dia 8, outro texto, “Bloco revolucionário”, se aproxima desta posição, fazendo referência à adesão dos vários tipos de socialistas e anarquistas ao bolshevismo[153]. Estes dois artigos tocam em um ponto bastante delicado naquele momento: a relação entre as diversas correntes revolucionárias do movimento operário.

No dia 29 de novembro, aparece o artigo “Definições: bolchevismo, anarquismo, sindicalismo”, em que o militante Manuel Ribeiro tentava explicar as diferenças entre as correntes como uma divisão de trabalho na Revolução Social: o anarquismo alimentaria a ideia, o que se adequaria à educação da classe operária; o sindicalismo seria um tipo de organização econômica e o bolchevismo uma forma de se unir para arrancar o poder à burguesia. O intercambio de termos se justificaria, pois “há um grande número de militantes que veem no sovietismo uma expressão prática do sindicalismo revolucionário e no soviet o equivalente da bolsa de trabalho”:

> O anarquismo é a base, uma função doutrinária, educadora e filosófica, atuando nos espíritos e nas consciências, quase como foros de religião. É um evangelho, um sacerdócio, e não tem nada com a organização sindical, nem com os interesses econômicos das classes.

[148] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 11, out, 1919.
[149] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.4. 11, out, 1919.
[150] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.3. 25, out, 1919.
[151] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.3. 1º, nov, 1919.
[152] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 1º, nov, 1919.
[153] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 8, nov, 1919.

> O sindicalismo é a organização prática, é o regime econômico e administrativo das coisas na sociedade comunista.
> Bolchevismo, maximalismo, espartacismo, significam ação, preparação, organização revolucionária para a destruição violenta da sociedade burguesa e instituição de um poder proletariano, - a ditadura operária. Sovietismo é a organização econômica desta fase transitória do governo dos proletários.
> O fim do anarquismo é educar, é formar mentalidades sãs, caracteres nobres e elevados que hão de amanhã constituir a sociedade nova. O fim do sindicalismo é organizar o trabalho, os sindicatos, as profissões fora da ação patronal, é garantir a produção para que nada falte na sociedade comunista-anarquista. O fim do bolchevismo e do sovietismo é arrancar o poder à burguesia, é destruir as raízes da grande árvore secular; é desbravar o caminho ao sindicalismo e à anarquia; é, em resumo, fazer precipitar revolução social. O sindicalismo é o trabalho, o labor, a riqueza material: é o pão. O anarquismo é a evangelização do bem, do amor e da virtude: é a paz. Bolchevismo, maximalismo significam ação revolucionária para a conquista daqueles alvos. Bolchevismo é guerra - ai de nós inevitável - para se chegar à paz. Porque, de duas uma: ou evolução de colaboração com a burguesia, ou revolução armada com o povo contra a burguesia[154].

No fundo, estes seriam rótulos para um mesmo tipo de ação, o que é surpreendente e teoricamente revolucionário, pois acabava com os conflitos no campo das ideias para pensar um mesmo tipo "híbrido" da forma de ação política no mundo operário. Esta talvez tenha sido a mais criativa formulação teórica de todo este período.

Além da relação entre os grupos, as formas de poder sob a qual se estruturava a Revolução Russa, com os soviets e a ditadura do proletariado, também eram alvos especiais de atenção do *Spartacus*. No dia 6 de dezembro, é publicada uma "Carta de Kropotkin", em que este se opõe a ditadura de uma "fração do Partido Social Democrático", comparando-o ao jacobinismo[155]. Nesta mesma edição Manuel Ribeiro retoma o tema das novas formas revolucionárias publicando "O Que é Sovietismo", afirmando que era necessário acabar com as louvações e partir para a análise do sistema social nascido da Revolução Russa, pois o debate e a crítica eram necessários, até porque "os bolshevistas passam, como passam todos os partidos políticos, mas o sovietismo fica, e é este que começa a interessar". O soviet seria a forma concreta da ditadura do proletariado: "Tem se escrito muito sobre a ditadura do proletariado, mas não se previa exatamente como ela havia de realizar-se. A Revolução Russa mostrou-nos a forma precisa desta Ditadura"[156].

No dia 13 de dezembro, seria publicado "Em torno das ditaduras", defendendo a nova forma de governo russo. O autor, Isidoro Augusto, retoma o argumento de Roberto

---

[154] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 29, nov, 1919.
[155] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 6, dez, 1919.
[156] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.6. 6, dez, 1919.

Feijó no texto publicado dia 30 de agosto, ponderando que já se vivia a ditadura burguesa e a ditadura proletária seria o domínio da classe operária sobre a burguesia. Desta forma, a ditadura proletária acabaria com a luta de classes e poria fim a todas as outras formas de ditaduras:

> Vendo que a ditadura proletária é uma genuína consequência da luta de classes, eu, como anarquista, escola socialista que sempre se mostrou irredutível como partidária dessa luta, concluo, sem receio de metáfora, que a ditadura tem mais de anarquista do que de marxista. E como tal, quando interrogado sobre a minha atitude para com ela, direi: não tenho atitude a tomar. À nós, que não queremos o socialismo pela colaboração de classes, a ação leva-nos forçosamente à ditadura sem outras perspectivas[157].

Além destes artigos, publicaram-se reportagens e documentos de pensadores europeus como Sebastien Faure, Pierre Monate, Piotr Kropotkin, Henri Barbusse e Arthur Ransome. Também apareceram textos da recém-fundada Internacional Comunista, como o "Manifesto de fundação da III Internacional", publicado no dia 8 de novembro. Todas estas referências mostram que os militantes trabalhavam com um arcabouço vasto e recente de materiais para debate. Também mostra que, em determinado momento (e isso parece ser mais claro a partir de 1919), os militantes passaram a ter um acesso mais fácil e direto aos debates que o ciclo revolucionário provocou dentro do movimento operário europeu.

Os textos produzidos pelos militantes brasileiros e publicados em um jornal como o *Spartacus* são influenciados por estes debates internacionais, mas este processo de apropriação não reproduz os termos destas referências fielmente, isto porque existe uma seleção de fatos e ideias pelos militantes nacionais: são estas escolhas que podem jogar uma luz sobre as preocupações dos trabalhadores organizados naquele momento. Alguns temas tem mais visibilidade, especialmente a relação (e o futuro) do anarquismo e do sindicalismo perante o bolchevismo e as formas que iria tomar a Revolução Social dali para frente. Neste sentido, os militantes parecem ser especialmente sensíveis a temas relacionados à tomada, organização e execução do poder. Já havia um debate prévio (quase fundador), do anarquismo com o socialismo marxista, na divisão da I Internacional (AIT), em que se defrontaram Marx e Bakunin. Esta divisão, no entanto, não pode ser supervalorizada, já que debates ferrenhos também existiram dentro de tendências consideradas libertárias, como os

---

[157] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.1. 13, dez, 1919.

sindicalistas revolucionários de Pierre Monatte e os anarquistas de Malatesta. De qualquer forma, as discussões neste momento estavam colocadas em outro patamar, pois se realizavam baseados em processos históricos do seu "tempo presente" e no qual os sujeitos acreditavam estar intimamente envolvidos.

Como já comentei, o *Spartacus* era o jornal do grupo que havia tentado a insurreição de novembro de 1918, fundado o PCB em 1919 e que também havia convocado a Primeira Conferência Comunista para julho daquele mesmo ano. Este protagonismo colocava estes militantes em um papel de centralidade nas ações do movimento operário brasileiro. Sua localização, na Capital Federal, centro político do país, talvez lhe facilitasse debater questões delicadas como o exercício do poder. Cabe ver se nos outros centros as preocupações também eram as mesmas e como se articulava o discurso dos trabalhadores organizados.

Outro centro de grande importância para o movimento operário era São Paulo, local de um dos maiores parques industriais do Brasil e lar de uma numerosa classe operária. No ano de 1919, o jornal *A Plebe*, que havia tido importante papel nas mobilizações de 1917, vai voltar a ser editado. Neste jornal também encontramos, como no *Spartacus*, referências abundantes à Revolução Russa e às outras revoluções europeias. Em sua edição de número 6, de 29 de março, foi publicada uma matéria sobre a "Revolução Social na Hungria" e outro sobre a "Nova Rússia", com uma descrição de diversos aspectos da vida naquele país. Ainda nesta edição aparece também "O maximalismo alastra-se" escrito sob o pseudônimo de Uranus e outro texto chamado "Problemas de atualidade: pela concentração dos partidos proletários", de Gigi Damiani, anarquista italiano que era um dos principais líderes libertários da capital paulista[158]. Este último texto tem extrema importância, porque toca em um problema já abordado pelo *Spartacus*, que é a relação entre os diversos campos políticos do mundo operário; no entanto, sua preocupação está na junção de todos os grupos socialistas em uma causa comum, o que pode estar ligado a uma urgência política daquele momento, com a construção do Partido Comunista do Brasil.

Tanto no *Spartacus*, quanto no *A Plebe*, abundam as notas sobre a constituição dos núcleos do PCB, o que certamente influenciava o debate sobre as formas de organização, já que não podemos pensar este debate apenas atrelado a questões externas. Ao debater como

---

[158] *A Plebe*. São Paulo, p.1-4. 29, mar, 1919.

estavam se construindo os caminhos que levariam à revolução, os militantes não faziam apenas exercícios teóricos (de expectativas em relação ao futuro), mas tratavam de problemas concretos, como a aglutinação de diversas forças políticas, o que tocava na sua própria noção de identidade como grupo (no caso de Gigi Damiani, como militante anarquista), além da sua relação com outras correntes do movimento operário.

Neste sentido, o referido texto de Damiani é exemplar: "Será possível a concentração de todas as forças proletárias para um fim único de imediato alcance? Anarquistas, socialistas, sindicalistas poderão constituir um único organismo revolucionário sem que haja na luta dispersão de energias ou esforço contraditório?":

> Os partidos de vanguarda, em todo o mundo, estão, por isso, se aproximando, impelidos pela vontade proletária. As tendências reformistas tornam ao seio da grande mãe barregã – a democracia burguesa, porque as multidões operárias querem apressurar-se à conquista da história e não prestam mais ouvidos às sereias do pouco a pouco eterno e insubstancial.
> Será, pois, possível, a concentração de todas as forças proletárias que professam um ideal de reivindicações sociais?
> Sim, é possível, desde que não haja equívocos.
> Ontem era lícito discutir sobre parlamentarismo, salários mínimos, propaganda pelo fato, ação direta e insurrecionalismo...
> E era lícito, também, traçar contornos indefinidos de uma sociedade considerada longínqua.
> Hoje o problema é bem diverso.
> Passou-se a época dos discursos e chegou a hora dos fatos. Quem possui raciocínio e não vive na lua, deve confessar a si mesmo que os fatos, na sua maturação, exigem uma concepção positiva do que se deve fazer.
> [...]
> Agora, o dilema que nos apresenta a débâcle da sociedade burguesa é este: pelo socialismo ou contra o socialismo[159].

O texto também contém uma crítica ao comportamento dos próprios anarquistas, pois lança a estes uma acusação de terem se encerrado em uma torre de marfim; mesmo assim, Damiani concede ao anarquismo um papel dinamizador: "O anarquismo, no movimento socialista e mesmo no seio da sociedade atual, representou uma força propulsora, mesmo na sua parte negativa. O anarquismo é dinamismo social. Foi-o ontem, e sê-lo-á amanhã, mesmo vigorando a república dos soviets..." Apesar deste convite para a ação conjunta, o autor faz uma ressalva quanto ao papel dos militantes ácratas no contexto da futura revolução: "Isto não impede que hoje nos irmanemos, anarquistas, socialistas e

[159] *A Plebe*. São Paulo, p.4. 29, mar, 1919.

sindicalistas para fazer a revolução e socializar a propriedade... Depois... se o carro parar... nós continuaremos a impeli-lo para a frente."[160]

Esta afirmação poderia dar margem a uma série de interpretações, inclusive reforçar a ideia que militantes ácratas tinham consciência de sua individualidade como grupo e defendiam a pureza da "sua" revolução ante o modelo bolchevista. No caso de um militante experiente e com grande preparação teórica, isto parece ser bastante provável; neste texto, entretanto, chamo atenção para algo que era muito mais importante naquele momento: o reconhecimento da existência de uma "família" socialista, na qual Damiani admite a presença dos maximalistas, sindicalistas e anarquistas, que seriam os arquitetos da revolução. É bem provável que o militante italiano tivesse noção dos problemas advindos de alianças heterogêneas, mas pensá-las como possíveis e imaginar um diálogo entre as tendências aproxima sua posição àquelas vistas no *Spartacus,* como a do socialismo repartido em três, maximalista, anarquista e sindicalista ao mesmo tempo.

Outro texto similar aparecerá na edição do dia 26 de abril, "O Significado histórico do maximalismo", publicado a partir de uma conferência do argentino Jose Ingenieros. Em sua conferência, o filósofo explicava de maneira bastante dinâmica a forma de difusão da nova doutrina ao redor do mundo:

> O momento histórico atual é dos que se produzem uma vez em cada século, determinando uma atitude geral favorável a todo iniciativa renovadora: o maximalismo é a aspiração de realizar o máximo de reformas possíveis dentro de cada sociedade, tendo em conta suas condições particulares. Não pode concretizar-se em uma fórmula única, sendo antes uma atitude que um programa. Não é legítimo pensar que as nações civilizadas quererão ensaiar as inovações discutidas desde há meio século? Muitas delas não se têm já experimentado nestes anos de guerra sem que ninguém pense em voltar atrás? Longe de nos inspirar o menor receio, o maximalismo deve considerar-se como um desenvolvimento integral do minimalismo democrático enunciado por Wilson.
> [...]
> Não haverá um maximalismo uniforme e universal, mas tantos programas maximalistas quantos são os núcleos sociológicos que recebem o benéfico influxo da presente revolução social"[161].

Se, por um lado, pensar em um maximalismo que se adaptaria ás condições locais pode resguardar as individualidaes de anarquistas e sindicalistas revolucionários, não os exime de modificações ou de influências. Textos como o desta conferência deviam chamar

[160] *A Plebe*. São Paulo, p.4. 29, mar, 1919.
[161] *A Plebe*. São Paulo, p.4. 26, abr, 1919.

a atenção de muitos operários, principalmente daqueles militantes que começavam a se declarar maximalistas; por outro lado, isto poderia preocupar lideranças mais experientes e com posições consolidadas como defensores do anarquismo. Se isto, em um primeiro momento, parece concordar com a "confusão" de que se acusa os militantes do período, também abre a possibilidade dos militantes se conscientizarem sobre as mudanças ideológicas em curso. Mais do que isto, a publicação destes artigos tornava acessível aos trabalhadores de base um debate filosófico muito dinâmico, principalmente se levarmos em conta a ampla divulgação que alguns destes textos tiveram em diversos jornais.

As notícias sobre a revolução na Europa e os documentos produzidos nos centros revolucionários continuaram a ser publicados, como o "Pacto Fundamental da República dos Soviets", que saiu no dia 5 de abril[162]; "A Revolução Social no centro da Europa" aparece no dia 12 de abril[163]; no dia 5 de junho surge um documento intitulado "A República Socialista Federal dos Soviets. Aos soldados de todo mundo"[164]; em sua edição de 19 de julho é publicada "A situação da Rússia bolchevista"[165] e a 22 de novembro, em um número especial sobre a repressão policial, um artigo de Alexandre Guerra indicava "O 2º aniversário da Revolução Russa"[166].

Assim como no *Spartacus* do Rio de Janeiro, os temas mais recorrentes dos artigos, quando se referem à Revolução Social, são as características das novas revoluções, dos grupos que as promoviam e as relações dos grupos revolucionários entre si. Desta forma, pode se perceber uma sintonia entre os principais centros de militância do país e a recorrência de alguns temas específicos em seus debates.

Outro centro importante que se destacou nas mobilizações de 1919, foi a cidade de Recife. A capital de Pernambuco era o principal espaço onde se debatia a Revolução Social no nordeste do Brasil; além disso, sua importância transcendia o âmbito estadual pelas ligações que tinha com centros regionais mais próximos, transformando-se em um pólo dinamizador das agitações operárias.

No ano de 1919, assim como já ocorria desde 1918, o jornal *Tribuna do Povo* continuou publicando muitos artigos relacionados aos temas da Revolução Social. Além de

---

[162] *A Plebe*. São Paulo, p.2. 5, abr, 1919.
[163] *A Plebe*. São Paulo, p.3. 12, abr, 1919.
[164] *A Plebe*. São Paulo, p.2. 5, jul, 1919.
[165] *A Plebe*. São Paulo, p.2. 19, jul, 1919.
[166] *A Plebe*. São Paulo, p.2. 22, nov, 1919.

ser necessário analisar os textos produzidos neste centro de mobilização, inclusive pela pouca atenção que se têm dado a ele no período, é importante ressaltar que o movimento operário de Pernambuco (assim como do Rio Grande do Sul), tinha características próprias, que não podem ser rapidamente assimiladas às do centro do país, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Estudar as notícias e os debates sobre os caminhos da revolução nestes diferentes espaços é um importante exercício para desfazer a impressão subalterna de suas relações com o "centro", mostrando-os como dinâmicos, principalmente a partir da circulação de informações.

Neste sentido chama atenção a quantidade considerável de informações relacionadas às revoluções europeias e documentos provenientes destes centros revolucionários. No dia 1º de janeiro são publicados os sete pontos do "Pacto Fundamental da República dos Soviets"[167], no dia 1º de abril publica-se uma carta de Lênin intitulada "O operariado russo ao operariado norte-americano"[168], no dia 24 de maio é publicado um poema como se fosse o "Novo hino russo (canto da revolução)"[169], no dia 30 de maio aparece "Um vibrante manifesto de Karl Liebknecht"[170] e no dia 7 de junho um texto "Sobre a Revolução Russa", de autoria de John Reed[171].

Também são publicadas polêmicas relacionadas às notícias que circulavam sobre a Revolução Russa e sobre as outras revoluções europeias, partindo de uma reflexão sobre o jornalismo burguês. No dia 1º de março, foi publicada uma "Justificação da Revolução Russa", a partir de uma série de artigos de grandes jornais, muitos dos quais de autoria de Assis Chateaubriand, que se mostravam favoráveis ao que estava ocorrendo na Europa, o que fazia chegar à conclusão de que se os próprios burgueses já encaravam aspectos positivos da revolução, isto fazia cair por terra boa parte de suas calúnias[172]. Por outro lado, na edição de 20 de abril, o texto "Mentiras e verdades", de Astrojildo Pereira, é um ataque às opiniões dos jornais cariocas sobre o maximalismo[173], assim como "Nós e a Rússia" de J. Carto, publicado em 24 de maio, em que se debatem as críticas burguesas aos

[167] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 1º, jan, 1919.
[168] *Tribuna do Povo*. Recife, p.4. 1º, abr, 1919.
[169] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 24, mai, 1919.
[170] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 31, mai, 1919.
[171] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 7, jun, 1919.
[172] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 1º, mar, 1919.
[173] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, abr, 1919.

revolucionários[174].

O que se pode destacar, desta breve seleção de materiais sobre a revolução, é que a "praça" de Recife se encontrava tão bem servida de fontes de informações quanto o Rio de Janeiro e São Paulo. Isto não só reforça a opinião que existiam canais muitos diversos para a circulação das notícias, mas também mostra a amplitude com que as novas ideias atingiram o país, o que justifica uma necessária ampliação dos horizontes a partir dos quais a história do movimentro operário brasileiro vem sendo considerada. Também em Recife, em continuidade com o que acontecia nos anos anteriores, estas notícias provocaram debates sobre as formas e os atores que protagonizariam a Revolução Social. A *Tribuna do Povo* seguia, em boa parte de seus números, a lógica que a havia marcado no ano anterior, de depositar grande esperança no desenrolar da revolução mundial.

Em 1º de março, uma mensagem aparece estampada em letras garrafais na quarta página do jornal, afirmando que "Ao impulso da Revolução Social todo o mundo está caminhando para a vitória dos operários. Tudo e todos por esta Santa Causa"[175]. No dia 20 de abril, o jornal informava sobre uma "Epidemia maximalista", com a adesão, inclusive, do Partido Socialista Italiano à nova prática[176]. No dia 7 de junho se anunciavam os "Prenúncios de vitória", sobre como estava próximo o dia do triunfo da classe operária[177] e no dia 28 deste mesmo mês, aparece um texto, com a assinatura de Mauro, sobre "A necessidade da revolução"[178]. Como a vitória do maximalismo parecia estar próxima, também surgem referências sobre a forma como isso se daria: no dia 10 de abril de 1919, um pequeno texto intitulado "Só a ditadura operária...", mostrava que esta era a única forma de tirar o poder da burguesia:

> Diante das perseguições governamentais, diante da clamorosa situação da carestia dos gêneros de primeira necessidade provocada pela especulação comercial e amparada pelo Estado, diante da atitude dos srs. patrões em não atenderem os reclamos da massa trabalhadora: - só a ditadura operária, só deitando a burguesia por terra para não mais se erguer, é que o operário e com ele demais membros da família humana poderá viver de acordo com as suas necessidades. Desejamos a paz social, mas uma paz em que a classe produtora não seja esmagada pela classe parasitária. Não queremos a guerra social, mas os nossos inimigos conduzem-nos

[174] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 24, mai, 1919.
[175] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 7, jun, 1919.
[176] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 20, abr, 1919.
[177] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 7, jun, 1919.
[178] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1-2. 28, jun, 1919.

> a luta. Cerremos pois as nossas fileiras[179].

Assim como nos seus congêneres do Rio de Janeiro e São Paulo, o bolchevismo também aparecia como tema a ser explorado, cheio de questões que deveriam ser esclarecidas. No dia 5 de julho, o texto "O que é bolchevismo", reproduzido da *Revista Nacional*, do Rio de Janeiro, era uma tentativa de explicar as divisões entre Lênin e Martov na formação do Partido Social Democrata Russo[180]; no dia 14 de julho, publica-se a continuação do "O que é bolchevismo", esmiuçando sua origem a partir das teorias de Karl Marx[181], em uma sequencia de textos que continuaria pelos próximos números do periódico[182]. "Um dos mais interessantes textos deste período estava intitulado como "As caduquices do velho órgão: o mal entendido do "Diário"", pois fazia uma detalhada crítica às opiniões do Diário de Pernambuco sobre a Revolução Russa". Neste artigo existe uma referencia à Kropotkin, afirmando que ele havia chorado por causa dos rumos tomados pelo processo revolucionário. O articulista duvidava da informação, mesmo assim criticava a suposta atitude do líder anarquista, afirmando que ele teria sido menos sábio que Máximo Gorki, que teria transigido com o próprio ideal para aderir ao regime sovietista. A conclusão a que o militante chegava é que seria natural que a sociedade passasse por diversas fases, não podendo sair diretamente do regime capitalista para a anarquia, o que justificaria a atitude de Gorki:

> Para terminar tiramos o último ponto: duvidamos muito que o sábio Kropotkin houvesse chorado em Moscou como uma criança. Mas se de fato chorou, foi nessa hora menos sábio do que o seu discípulo Gorki, que para salvar a obra humanitária da Revolução transigiu com o próprio ideal, aderindo ao regime sovietista, na certeza de que para a Anarquia caminha a história, e que ela, a Anarquia, como ideal puro que é, pressupõe um estado social de relativa perfeição, não podendo realizar-se de uma só vez, integralmente, tanto mais quanto produto do determinismo sociológico, está por isso mesmo à mercê da vontade humana, é certo, mas também dependente das contingencias da vida, e do meio, e das leis que presidem a formação e ao evoluir das sociedades[183].

---

[179] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1. 10, abr, 1919.
[180] *Tribuna do Povo*. Recife, p.3. 5, jul, 1919.
[181] *Tribuna do Povo*. Recife, p.3. 14, jul, 1919.
[182] Ao que pude verificar, foram estes textos foram publicados do número 47, de 5 de julho de 1919, até o número 54, de 23 de agosto deste ano. Não tive acesso aos números subsequentes.
[183] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2. 14, jul, 1919.

No mês de outubro surge um novo jornal operário em Recife, *A Hora Social*, que substituiu a *Tribuna do Povo* como órgão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco. Assim como na *Tribuna do Povo*, havia um vasto noticiário sobre a revolução mundial, especialmente sobre a situação da Rússia. No dia 27 de outubro aparece publicado "Os intelectuais e o movimento social", em que se transcreve um manifesto de intelectuais europeus a favor da paz e da emancipação humana[184]; "A indústria na Rússia", surge em 5 de novembro[185]; "Na República dos Soviets da Rússia", um apanhado de informações retirado de entrevistas, cartas e artigos, aparece no dia 11 de novembro[186]; "A Inglaterra confessa o fracasso da intervenção na Rússia" sai em 14 de novembro[187], a "Carta de Kropotkin", aparece em 16 de novembro[188]; a "Constituição Soviética" é publicada a partir de 18 de novembro[189] e notícias sobre "A guerra social", dando conta de manifestações e levantamentos na Alemanha, Eslováquia e Estados Unidos, são lançadas no dia 20 deste mês[190].

Mais revelador, entretanto, são alguns textos de caráter opinativo ou doutrinário que pareciam indicar um deslocamento nas posições libertárias. Na apresentação do jornal em 26 de outubro, por exemplo, se exalta a importância do sindicalismo, Marx, porém, é citado duas vezes, uma delas como referência importante: "Mais práticos, mais verdadeiros, apoiamos nosso ideal nos ensinamentos positivos da ciência; e não perdemos, uma vez sequer, a noção da realidade fenomenal da vida, como ensina Karl Marx".[191].

No dia 11 de novembro, na seção "Na república dos soviets da Rússia", explicam-se algumas características da formação do estado socialista a partir dos soviets, destacando a importância do poder pessoal de Lênin e dos bolchevistas, mas isto não aparece como algo negativo[192]; no dia 12 de dezembro publica-se um texto de José de Oiticica que comentava a carta de Kropotkin, ressaltando que os bolchevistas não eram anarquistas, mas a

[184] *A Hora Social*. Recife, p.3. 27, out, 1919.
[185] *A Hora Social*. Recife, p.1. 5, nov, 1919.
[186] *A Hora Social*. Recife, p.3. 11, nov, 1919. A seção de informações parece continuar em outros números aos quais não tive acesso.
[187] *A Hora Social*. Recife, p.1. 14, nov, 1919.
[188] *A Hora Social*. Recife, p.1. 16, nov, 1919.
[189] *A Hora Social*. Recife, p.3. 18, nov, 1919.
[190] *A Hora Social*. Recife, p.3. 20, nov, 1919.
[191] *A Hora Social*. Recife, p.1. 26, out, 1919.
[192] *A Hora Social*. Recife, p.3. 11, nov, 1919.

centralização de poderes poderia ser compreendida pelo momento da guerra[193].

O texto de Oiticica faz uma reflexão sobre a situação da Rússia, justificando suas idiossincrasias pela excepcionalidade do conflito em que o país vivia; apesar disso, ele também situa o bolchevismo como uma corrente que não poderia ser assimilada facilmente ao anarquismo. É difícil avaliar o impacto deste tipo de texto, pois, ao mesmo tempo em que uma grande liderança anarquista como José Oiticica fazia esta ressalva, em outros textos poderia ser encontrada uma análise positiva da construção do estado socialista. As citações à Marx na apresentação de um jornal que defendia o sindicalismo também torna muito problemática a negação do bolchevismo apenas pelo seu caráter "não-libertário", que, de resto, já era conhecido desde 1917. Mesmo assim, não se pode descartar a hipótese que lideranças mais tradicionais do anarquismo, como Oiticica, estivessem tentando preservar a individualidade dos ideais libertários diante de teorias novas, mesmo que ainda não fizessem campanha aberta contra elas. É tentador ver nas ressalvas de Oiticica, assim como na publicação das cartas de Kropotkin e Sebastien Faure, os germens da crise posterior que dividiria o movimento operário: neste sentido, é sempre bom ressaltar que as divergências sempre existiram entre os militantes. Este tema, a propósito, será mais bem desenvolvido nos capítulos posteriores.

Se os temas relacionados à revolução na Europa e ao bolchevismo, aparecem na *Tribuna do Povo* e no *A Hora Social*, assim como nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, cabe ver ainda como isto repercute em outro centro importante: Porto Alegre. Neste local, também havia um processo de reorganização de forças, com a fundação do jornal *O Syndicalista* pela Federação Operária local, que vai funcionar, de certa forma, como arena de debate para boa parte das organizações e militantes sindicais.

Percebe-se, desde o início da publicação do jornal, em 1º de abril, que os militantes tentavam alinhar-se ao que ocorria no resto do mundo. Na apresentação do periódico, já é clara a intenção de participar, de alguma forma, daquele grande processo mundial:

> Na hora trágica em que o mundo se debate no roldão imenso da mais ensanguentada das guerras que nos registra a história do rosário de crimes com que se locupletam as classes burguesas, multiplicando espantosamente os seus capitais; na hora crepuscular em que o desabamento do mundo velho nos enche o coração de esperança na expectativa de vermos surgir um novo mundo dos

[193] *A Hora Social*. Recife, p.1. 21, nov, 1919.

> escombros crepitantes onde há de ficar sepultada a história da escravidão moderna; nesta hora, em que os trabalhadores de todos os países se agitam para restabelecer o equilíbrio social necessário à vida humana, não é lícito que nós, partícula mínima da grande massa trabalhadora do Planeta, nos aquietemos na cômoda posição de espectadores mudos e inconscientes do grande drama que se desenrola aos nossos olhos.
> […]
> Podemos e queremos prestar o nosso contingente à grande obra de libertação que as classes trabalhadoras vêm realizando por todos os países, estendendo os braços por cima das fronteiras, estreitando o mundo num largo abraço de solidariedade, derruindo privilégios para estabelecer por todos os recantos do globo o domínio pleno, fecundo e exuberante dos sagrados direitos humanos baseados na liberdade e bem estar de todos[194].

Um pouco antes, em janeiro daquele ano, a União Maximalista de Porto Alegre havia lançado um programa em que afirmava: "Talvez, que ao circular este nosso boletim, estará tremulando em toda a Alemanha a bandeira vermelha. Daí será transportada para a França, a Itália, a Inglaterra, em suma para o resto do Mundo..."[195].

A partir desta concepção universalizante, que pode ser percebida em todos os grandes centros de militância, vão ser divulgadas notícias vindas do exterior ou reproduzidas matérias publicadas em jornais de outros estados. Assim, no dia 1º de maio, aparece a "Mensagem de Máximo Gorky aos trabalhadores do mundo"[196] e na coluna "Pelo mundo" são lançadas notas sobre o movimento sindical italiano, a formação do Partido Comunista naquele país e a reorganização dos Partidos Socialistas argentinos em direção à radicalização[197]. No dia 2 de agosto, publicou-se uma longa reportagem, "A Revolução Social na Rússia e a calúnia burguesa", em que membros do Partido Socialista Francês (SFIO) descreviam a capital russa, Petrogrado, como uma cidade com uma intensa vida cultural[198].

Neste mesmo dia aparecem duas biografias, de Friedrich Libknecht e Rosa Luxemburgo, personagens elogiados em sua trajetória, principalmente pelo desligamento do Partido Social Democrata (SPD) e pela criação da Liga Spartacus[199]. Na edição de 3 de setembro é apresentada uma biografia de Emil Eichorn, do Partido Social Democrata

---

[194] *O Syndicalista.* Porto Alegre. p. 1. 1º abr, 1919.
[195] *Ao povo: o programa maximalista*. Porto Alegre, jan. 1919. Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.
[196] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.4, 1º de maio, 1919.
[197] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.2, 1º de maio, 1919.
[198] *O Syndicalista.* Porto Alegre. p.1-2, 2, ago, 1919.
[199] *O Syndicalista.* Porto Alegre. p.2, 2, ago, 1919.

Independente (USPD), que, mesmo sendo Chefe de Polícia em Berlim, ficara ao lado dos espartaquistas quando a repressão se abateu sobre os revolucionários[200]. Ainda no dia 2 agosto, também havia sido publicado no "Folhetim sindicalista" o texto "Uma cena no céu", conto humorístico em que o Capitão Satanás (Friedrich Kniestedt) descrevia a chegada dos dois líderes ao paraíso, em uma clara atitude de afronta a Deus[201].

O maior número de textos sobre a Alemanha pode estar condicionado ao grande número de operários de origem germânica que viviam em Porto Alegre ou pela presença de alemães como Friedrich Kniestedt na Federação Operária, o que certamente ajudava na obtenção e na tradução das informações. Esta questão não implica dizer, entretanto, que a Revolução Russa, dentre as outras revoluções europeias, não merecesse um lugar de destaque. Isto pode ser percebido claramente em uma série de críticas que *O Syndicalista* fez ao "jornalismo burguês", voltadas principalmente contra o *"Correio do Povo",* um dos maiores jornais do estado. Estes ataques (não somente contra o *Correio do Povo*, mas contra a grande imprensa de forma geral), que se combinavam à defesa da Revolução Russa, vão aparecer em matérias como "Jornalismo de fancaria"[202], de 1º de abril, "A nacionalização das mulheres"[203], de 27 de maio e "Como se escreve a história...", de 11 de julho[204].

Em outro centro de militância do estado, Pelotas, verificou-se um debate aberto entre posições pró e anti-maximalistas através do jornal *O Rebate*. Na sua "Coluna operária", entre maio e junho daquele ano, ocorreu um duro confronto entre leitores sobre o militarismo, cujo principal tema girava em torno da Revolução Russa e o fim da Primeira Guerra Mundial. Isto aponta para uma tendência (vista também em outros centros) de defesa da Revolução Russa como uma espécie de patrimônio do operariado mundial na luta contra a burguesia[205]. Apesar de este enfrentamento ser um exemplo isolado, ele mostra que estas posições, de defesa e combate aos ideais revolucionários, poderiam ser tomadas também pelos leitores dos periódicos, fazendo com que esta "luta" extravasasse o âmbito

---

[200] *O Syndicalista*. Porto Alegre, p.2, 3, set, 1919.
[201] *O Syndicalista*. Porto Alegre, p.4, 2, ago, 1919.
[202] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.3, 1º, abr, 1919.
[203] *O Syndicalista*. Porto Alegre, p.3, 27, mai, 1919.
[204] *O Syndicalista*. Porto Alegre, p.1, 11, jul, 1919.
[205] *O Rebate,* apesar de não ser um jornal operário, abria suas páginas aos militantes de Pelotas, o que propiciou o encontro de diferentes tipos leitores, com suas respectivas opiniões sobre a Revolução Social. Este debate deu-se entre os dias 29 de maio e 18 de junho, através de nove edições do jornal.

das redações dos jornais e chegasse até o grande público.

Temas relacionados à revolução também são tratados em textos de caráter mais teórico de *O Syndicalista.* Em "Luta de classes", de 17 de junho, defendia-se que o papel dos sindicatos deveria ser a destruição do capitalismo, para que estes se transformassem nas bases da sociedade futura[206]; o mesmo tema é retomado em 11 de julho no texto "O caminho para a libertação do proletariado"[207]; outro texto, de 3 de setembro, chamado "O que nós, os comunistas, queremos", também defendia a formação de uma sociedade futura a partir dos grupos operários organizados, mas desta vez há uma defesa mais renhida dos princípios anarquistas: "Pretendendo, porém, todas as aspirações comunistas de outrora, a constituição de um complicado Estado econômico, é preciso, até na denominação que adotamos, constatar a nossa opinião profundamente divergente e por isso nos chamamos comunistas anarquistas"[208].

Todos estes textos são da autoria de um mesmo militante, Friedrich Kniested, que se notabilizou, posteriormente, pela oposição ao maximalismo no Congresso Operário de 1920. Mas nem todos que escreviam em *O Syndicalista* parecem ser adeptos desta posição. No artigo "A revolução operária", de 1º de maio de 1919, Polidoro Santos, um dos principais líderes anarquistas do Rio Grande do Sul, comentava a decisão de partidos e associações operárias inglesas, de se unificarem para aderir à III Internacional de Moscou. O autor saudava isto como grande exemplo, afirmando que:

> Os operários ingleses, apesar de o seu governo ter estabelecido uma série de reformas que escandalizariam os nossos burgueses, compreendem que isso não basta e francamente arvorou a bandeira da revolução operária na sua conferência anual, iniciada a 20 do corrente, e na qual se fundiram todos os partidos e organizações operárias. Nesse importante congresso foram aprovadas moções preconizando o regime dos soviets para a Grã-Bretanha e a filiação dos trabalhadores britânicos a terceira internacional estabelecida em Moscou.
> Isso demonstra a disposição em que se encontram os trabalhadores em não se contentarem com reformas transitórias que deixam as coisas de pé para depois voltar tudo à mesma.
> É a revolução operária que se assenta e em breve proclamará no mundo a paz e a liberdade entre os povos da terra.
> Saudemo-la.[209].

[206] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 17, jun, 1919.
[207] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 11, jul, 1919.
[208] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.2, 3, set, 1919.
[209] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 1º, mai, 1919.

No dia 3 de setembro, na mesma edição em que foi publicado "O que nós comunistas queremos", que faz uma franca apologia aos princípios libertários, aparece também o artigo "Quem ri por último, ri melhor", assinado por Spartacus do Sul (Zenon de Almeida). Neste texto o militante defendia a necessidade de medidas revolucionárias para resolver alguns problemas permanentes dos trabalhadores, ou seja, aqueles que eram originados da exploração capitalista. Neste sentido, a Revolução Social seria o único modo de dar uma solução definitiva à insatisfação generalizada dos operários:

> A revolução social.
> Único meio de terminar com as greves e a carestia da vida. A expropriação geral, o soviet, o comunismo enfim, serão o termo fatal e necessário desta evolução composta de greves incessantes, obstinadas e contínuas, em que o povo não encontra lenitivo aos males que o afligem, não conseguindo melhorar a situação aflitiva em que vive, a não ser momentaneamente.
> A revolução social será o termo fatal e salvador desta epopeia dolorosa, cheia de opróbrio, de dor e de fome, desta tragédia secular em que o povo se debate contra o explorador capitalista que o amordaça e o oprime.

Sobre a ideologia norteadora, o autor cita que "É anarquismo, é bolchevismo, é maximalismo que se infiltrou entre o operariado? O que é não importa como se chama", o que importaria, naquele momento, era o desejo de viver melhor, o que impeliria o povo para a frente, fazendo-o levantar o "pendão rubro de suas sublimes reivindicações"[210].

No dia 8 de novembro, foi publicado um novo artigo de Friedrich Kniestedt sobre o destino da Revolução Social chamado "Problemas futuros do sindicalismo operário", que criticava a ideia de uma solução política para os problemas sociais, repisando a prioridade do sindicato: "Queremos realizar uma revolução social e não uma revolução política, são dois fenômenos inteiramente distintos e a tática que nos aproxima de um, nos afasta de outro. Para o fim que temos em vista significa qualquer desvio para o terreno político a perda de força propagandística em favor da boa causa". Este texto, muito a propósito, já antecipava alguns debates que dividiriam o movimento operário no ano posterior[211].

Tanto quanto em outros centros, os temas relacionados ao futuro do anarquismo e do sindicalismo, além das formas que tomaria a Revolução Social, são fundamentais no debate do movimento operário. Se os temas da organização do poder não aparecem de forma tão

---

[210] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 3, set, 1919.
[211] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 8, nov, 1919.

evidente em *O Syndicalista*, aparecem, por exemplo, nos panfletos que a União Maximalista de Porto Alegre lançava e que circulavam nos mesmos meios. Este descompasso de opiniões, que encontramos também em veículos de informação de outros centros de militância, aponta para as divergências entre os sujeitos (especialmente as lideranças) sobre os temas relacionados à Revolução Social. Se neste momento as diferenças parecem não implicar algum prejuízo para um chamamento a uma ação comum, não será sempre assim. Este tema, porém, será mais bem desenvolvido no último capítulo desta tese.

* * *

Do conjunto desta exposição observamos que ao longo dos primeiros anos após a eclosão das grandes greves e do início da onda de levantamentos operários na Europa, a palavra revolução foi uma constante nos periódicos dos trabalhadores organizados no Brasil. Conforme foi mostrado aqui, de uma repercussão inicial da Revolução de Fevereiro, na Rússia, em que os exemplos de mobilização de soldados foram utilizados como mote para fazer uma chamada a este grupo para uma participação conjunta nas mobilizações operárias (o que foi, em parte, abandonado pela evidência da participação destes soldados na repressão), passa-se a um enorme interesse pelo que estava ocorrendo na Europa quando os bolchevistas tomam o poder. Da velha Europa, castigada por anos de guerra fratricida e pelo sacrifício de sua classe operária nos campos de batalha, vinha a "boa nova", que anunciava a derrubada do governo aristocrático, e depois burguês, por esta mesma classe sacrificada.

A esta "boa nova", veio se juntar um interesse quase imediato pelo grupo político que encabeçava a Revolução Russa, os bolchevistas, ou, melhor dito, os maximalistas, sua filiação ideológica, seus métodos e objetivos. Além disso, também interessava as novas formas tomadas pela sociedade no complexo processo revolucionário, quais leis novas eram criadas e quais instituições surgiam. Isto era ainda mais urgente quando se sabia que a guerra não havia acabado e que os trabalhadores russos sofriam ataques dos Impérios Centrais, além de serem punidos com uma grande perda de território. A esperança, neste caso, recaia exatamente sobre os mesmos vilões que avançavam sobre os russos: os olhos

voltavam-se para a Alemanha, porque de lá vinha a grande possibilidade de uma revolução que se espalhasse pela Europa. Fazendo um paralelo histórico, muitos militantes trabalhavam com a hipótese de que a Revolução Russa completaria as tarefas deixadas pela Revolução Francesa, no sentido de criar um mundo mais igual e mais justo. Assim como o 14 de julho, o 24 de outubro (ou 7 de novembro) haveria de extravasar suas fronteiras nacionais e alcançar o resto do mundo. Por um instante, isto pareceu ser verdadeiro.

Em novembro de 1918, a Revolução Alemã se inicia com a participação ativa de grupos dissidentes do Partido Social Democrata, os espartaquistas, que pretendiam radicalizá-la. A revolta espalha-se pela Hungria, Áustria e Bulgária, além disso, intensas mobilizações são deflagradas em países como Itália e Espanha. No Brasil, grupos libertários do Rio de Janeiro tentam derrubar o Presidente da República e instalar uma república dos soviets no país. Se o período final de 1918 e o ano de 1919 apresentam uma nova conjuntura mundial, no Brasil, estas mudanças vão se traduzir em um interesse cada vez mais intenso dos militantes pela Revolução Social.

Ao longo deste período, as notícias sobre a revolução na Europa crescem em número, assim como crescem suas referências na grande imprensa, o que faz com que os militantes operários tomem a defesa dos movimentos revolucionários (especialmente da Revolução Russa), frente ao que é chamado, em alguns momentos, de "calúnia burguesa". Também se multiplicam documentos vindos dos países revolucionários, como a Constituição Soviética e notas da formação da III Internacional, assim como declarações de intelectuais e líderes operários europeus das mais diversas origens políticas e matizes teóricos. Neste grande volume de informações, que ocupam boa parte do espaço dos jornais operários, destacam-se duas temáticas principais: as novas formas de organização política que esta Revolução Social traria junto consigo e o futuro das ideias que haviam norteado o movimento operário até aquele momento.

Estas duas questões estão intimamente ligadas. A Revolução Russa, pela sua proeminência, por ter sido a primeira a eclodir e a que conseguiu manter-se ao longo do tempo, foi o "pivô" destes debates. A bem da verdade, estas duas questões estiveram presentes no Brasil desde princípios de 1917, alcançando, no ano de 1919, um enorme destaque nos escritos dos militantes operários. Discutia-se principalmente a formação do Estado na Rússia revolucionária, com o modelo dos soviets e com a ditadura do

proletariado, encabeçada pelos bolchevistas. As consequências teóricas deste "novo modelo" de revolução era o abandono de uma parte das convicções dos militantes libertários, tanto anarquistas, quanto sindicalistas revolucionários, que viam na derrubada do Estado o objetivo maior da luta operária.

O que se observa, no movimento operário do Brasil durante o período, é uma "transgressão" das tradições libertárias, junto a sua manutenção, em diferentes graus de intensidade. Havia sido assim quando os militantes incorporaram a chamada aos "companheiros" de farda e chegaria ao paroxismo em algumas construções teóricas (que são as mais interessantes do período), que advogavam uma etapa de transição ditatorial para chegar à sociedade anárquica ou então procuravam conciliar anarquismo, sindicalismo e bolchevismo em uma grande família socialista, cujos aspectos poderiam até mesmo ser complementares.

Ao ler o que os militantes escreviam, é muito difícil sustentar que neste momento eles se orientassem apenas por preceitos "libertários"; ao invés disso, o que parece é que as tradições anarquistas e sindicalistas revolucionárias foram influenciadas por novas proposições e práticas, que deslocaram (mas não superaram ou fizeram abandonar) as ideias dos militantes em relação às suas antigas concepções. Este deslocamento é uma das causas daqueles debates. Entretanto, esta mudança tem uma razão de ser, que não reside apenas no deslumbramento com uma revolução vitoriosa que parecia anunciar o novo mundo, mas baseava-se em algumas lacunas sérias que a tradição libertária tinha em relação a duas questões que se tornava cada vez mais urgente pensar: a conquista e a organização do poder.

Não havia, na tradição libertária, as respostas para a organização do poder ulterior à revolução. Neste sentido, as revoluções europeias (especialmente a Revolução Russa) ofereciam um exemplo concreto de organização política, principalmente a partir da ação dos bolchevistas, que se alçaram ao poder defendendo a ditadura do proletariado e implantando um tipo de administração baseada na formação dos soviets. Também é importante ressaltar que nem todos os militantes foram influenciados da mesma forma pelos novos modelos de revolução, sendo mais correto afirmar que conviviam, pelas páginas dos jornais, opiniões favoráveis à ditadura do proletariado e à anarquia, inclusive porque muitos não consideravam estes modelos necessariamente contraditórios. As críticas

e tentativas de afastamento se tornarão mais claras a partir de 1920, quando as primeiras notícias de choques entre anarquistas e bolchevistas, na Rússia, começam a chegar ao Brasil, assim como opiniões de importantes lideranças anarquistas contra o bolchevismo.

Estas linhas gerais de interpretação e debate em torno da Revolução Social tiveram presença significativa nos mais diferentes centros de militância, chegando a surpreender a sintonia em que estas debates se davam nas mais diferentes regiões, o que deve-se também aos meios de circulação das informações entre os diferentes locais. Desta forma, pode-se caracterizar o período como um momento de grande efervescência dentro do movimento, em que as ideias e projetos eram debatidos com muita intensidade. Mas, além de um debate de ideias sobre o poder, havia também uma mudança nas propostas de organização e de ação política destes militantes, fato que muitas vezes passa despercebido pelos historiadores do movimento operário brasileiro.

De forma paralela a estas notícias e a este debate que problematizava questões como poder e instituições, os mesmos militantes foram criando propostas de ação que se distanciavam da tradição do movimento operário brasileiro. Ao mesmo tempo em que se discutia sobre as formas de alcançar o poder em um período revolucionário, alguns militantes começaram a pensar como isto poderia ser aplicado no Brasil. Acreditou-se, em determinado momento que chegava a hora da revolução mundial e os brasileiros deveriam se preparar para isso.

A mobilização dos operários brasileiros e a situação internacional propiciou a criação de novos projetos políticos, com objetivos se afastavam da luta apenas econômica e cultural. Alguns marcos destes projetos são as ligas operárias de 1917, a ideia de um Congresso de Vanguardas neste mesmo ano; a formação da Aliança Anarquista, da União Maximalista e a insurreição de novembro de 1918; o Partido Comunista do Brasil, a Conferência Comunista e a insurreição de outubro de 1919. A maior parte destas iniciativas aparecem apenas como dados curiosos ou tentativas efêmeras (quando aparecem) na maior parte dos estudos sobre o período. Em minha opinião, estas iniciativas são chaves preciosas para se compreender algumas mudanças de atitude, principalmente em relação à tomada e à organização do poder. Ao invés de meras curiosidades, apresentarei, no próximo capítulo, algumas destas iniciativas tentando entendê-las como projetos políticos.

## 2. Os principais projetos políticos constituídos pelos trabalhadores organizados e a possibilidade da Revolução Social

O segundo capítulo tratará da constituição de projetos políticos que dialogavam ou eram tributários do debate em torno de possibilidades revolucionárias, como a formação de organizações que se intitulavam maximalistas ou os planos insurrecionais para implantar uma república dos trabalhadores no país. O período aqui abarcado vai de 1917, quando, no contexto das grandes greves, surge a ideia de um Congresso de Vanguardas para tornar mais orgânica a ação dos militantes para além de seus contextos locais, até 1921, quando se estruturam os últimos grupos que ainda buscavam algum tipo de ação revolucionária e contavam com a participação de apoiadores da Revolução Russa e de libertários em seu interior, como a Coligação Social e o Grupo Social Renovação do Rio de Janeiro. Além disso, também será examinada a influência de ideias revolucionárias vindas de fora do movimento operário para a constituição destes projetos, como a tradição insurrecional que marcou o republicanismo brasileiro. A seguir, ainda com a finalidade de introduzir os conteúdos referentes ao período que será tratado neste capítulo, apresento, resumidamente, algumas das questões que serão analisadas ao longo do texto.

Como mostrei ao longo do capítulo anterior, o debate em torno da Revolução Social não se restringia a uma discussão de possibilidades distantes, mas implicava também escolhas por caminhos para a ação, tanto por se acreditar em uma revolução mundial em curso, quanto pelas mobilizações intensas que ocorriam entre os trabalhadores brasileiros. Se havia um momento para efetivamente interferir no futuro da classe trabalhadora, o momento era aquele! Era necessário pensar não só no combate à exploração por parte do Estado e da burguesia, mas também na constituição de planos de intervenção para a mudança da sociedade, ou seja, considerar a revolução como atividade prática. Para tanto, deveriam surgir projetos políticos que tornassem isso possível.

Tratar de projetos políticos para o movimento operário neste período não é algo simples, isto porque os discursos dos militantes libertários pregavam o combate a qualquer tipo de participação na política institucional da Primeira República, no que faziam questão de se diferenciar dos socialistas. Já houve, por esta razão, quem tentasse caracterizar este

movimento como antipolítico. Quero deixar claro que, por projeto político, entendo um plano para ação coletiva na sociedade, indo além do caráter puramente institucional que por vezes se confere a esta palavra. Tenho consciência que estou usando este termo para designar algo que os militantes contemporâneos certamente não chamariam assim; mesmo com esta ressalva, a utilização desta categoria vai me ajudar a analisar uma série de fenômenos sem necessária ligação uns com os outros, mas que, em minha opinião, apontavam para objetivos comuns.

A idéia de projeto político traz outra complicação em relação àquele contexto, pois quando me refiro a projetos políticos, também faço referência a projetos de poder. Os anarquistas e os sindicalistas revolucionários combatiam a institucionalização do poder, daí terem sido caracterizados como ácratas. Esta característica de sua militância foi acentuada depois da divisão entre anarquistas e comunistas, já que estes últimos se distinguiam por pregar a conquista do Estado para realizar seus objetivos revolucionários. Apesar da ênfase libertária nos discursos dos militantes daquele período e no posterior reforço da tese de que algumas atitudes tomadas naquele momento (como o entusiasmo pela revolução soviética e a formação precoce de um Partido Comunista) terem sido fruto de uma confusão que não comprometeria o caráter libertário das mobilizações, observei ao longo daqueles anos uma série de indícios que apontavam para o surgimento de projetos políticos que contemplavam a face positiva do poder.

Como será exposto logo adiante, este movimento se iniciou no contexto das grandes greves de 1917. A solução encontrada para gerir estes grandes movimentos de massa foi a formação de comitês populares, que já vinham se constituindo no Rio de Janeiro, mas tiveram seu melhor exemplo na cidade de São Paulo, com a formação do Centro de Defesa Proletária (CDP) durante a greve geral de junho daquele ano. Minha preocupação, neste caso, será não tomar o resultado organizativo do movimento de São Paulo como algo puramente isolado, tampouco analisar o movimento paulistano como se ele representasse o auge da experiência operária na Primeira República. Em verdade, esta ideia, por si só, representaria um problema, já que em minha opinião, se não podemos falar de um apogeu, ao menos pode-se trabalhar com a ideia de um acúmulo de experiências e a construção de alternativas políticas cada vez mais complexas. Neste sentido, minha análise vai se direcionar para o acompanhamento de formas cada vez mais amplas de solidariedade

política, além de uma elevação das expectativas sob as quais os militantes trabalhavam. Se a greve geral de São Paulo, apesar de seu caráter massivo, não representa o ponto mais alto da militância libertária na Primeira República, ela é o primeiro degrau que levaria a experiências mais audaciosas na busca pela Revolução Social.

A partir da experiência vivida em São Paulo e de outras mobilizações simultâneas acontecidas no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Maceió, vou seguir os projetos que os militantes constituíram tendo em vista a força mostrada pelas mobilizações e as notícias que chegavam do exterior dando conta que a Revolução Social poderia se concretizar. Desta forma, acompanharei algumas "intenções", como a formação do Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, que deveria se realizar em outubro de 1917, mas também experiências que se concretizaram em diferentes partes do Brasil.

Seguindo esta lógica, vou me ater a alguns projetos que considero fundamentais para o estudo do movimento operário revolucionário no Brasil. Mais que uma lista de planos, este capítulo está dedicado a analisar as realizações destes militantes em termos organizativos e os resultados de suas ações políticas. Desta forma, coloco em destaque os primeiros grupos que foram organizados tendo em vista a defesa e a difusão dos novos modelos revolucionários, principalmente a partir de uma reflexão sobre o modelo russo. Nesta categoria podem ser colocadas a União Maximalista de Porto Alegre e a Congregação Libertadora da Terra e do Homem de Maceió. Também nesta categoria, pode ser colocada a primeira tentativa de converter em realidade o sonho revolucionário dos militantes brasileiros, a insurreição operária de 18 de novembro de 1918, planejada pela Aliança Anarquista do Rio de Janeiro.

A partir destes primeiros projetos, parto para o estudo da experiência organizativa que considero a mais importante de todo aquele período: o Partido Comunista do Brasil de 1919. Seguindo suas pistas a partir dos jornais operários, das cartas trocadas pelos militantes e mesmo dos relatos construídos "a posteriori", reconstruo as redes de solidariedade que deram origem a esta grande frente de vanguardas revolucionárias formadas a partir de um núcleo muito ativo de militantes libertários do Rio de Janeiro. Além de reconstruir a formação desta organização, também dedico parte generosa deste capítulo para analisar como se articulou um segundo plano revolucionário, que teria inicio em São Paulo e se expandiria para outros estados brasileiros.

Para chegar a estes projetos, investigo os vários “mananciais” que ajudaram a alimentar estes planos revolucionários, como a tradição libertária brasileira, a influência das revoluções europeias e mesmo as tradições de revoltas republicanas. Acho importante ressaltar que afirmando isto não quero diminuir o papel da ideologia anarquista e sindicalista revolucionária nestes projetos revolucionários, mas estou tentando dar visibilidade a elementos pouco estudados quando se trata destes projetos, cujo acento dado ao anarquismo pela historiografia, ao longo do tempo, acabou tornando pouco visível.

É importante ressaltar que, quando me refiro aos projetos políticos do período e aos caminhos pensados para alcançar a revolução, não penso em planos totalmente fechados, mas sim em ideias que iam mudando ao longo do tempo, em consequência de vários fatores. Um destes fatores importantes para a mudança dos projetos era a intensidade da repressão: depois da insurreição de 1918, a repressão ao movimento operário incentivou os militantes a construírem um grupo como o PCB, levando a questão da organização e da tomada do poder a outro patamar; por outro lado, depois da insurreição de 1919, a perseguição aos trabalhadores se tornou mais inclemente, levando a uma dispersão de forças. Em minha opinião, a passagem da década foi marcada por um profundo golpe sobre a organização dos militantes, o que vai se refletir nos projetos e na forma de pensar a Revolução Social. Sob este golpe vão ser constituídos outros projetos, como o Centro de Estudos Sociais, a Coligação Social e o Grupo Social Renovação, cuja formação vai ocupar a parte final deste capítulo.

Para melhor compreensão, este capítulo de minha tese, ele foi dividido em quatro seções: a primeira, *“A possibilidade de estudar as articulações inter-regionais no período e a ideia de projeto político como instrumento de análise para o movimento operário brasileiro”*; a segunda, *“As greves de 1917, o surgimento dos primeiros projetos político identificados com a Revolução Russa e a insurreição operária de novembro de 1918, no Rio de Janeiro”*; a terceira, *“A constituição do Partido Comunista do Brasil e a insurreição operária de outubro de 1919, em São Paulo”* e a quarta, *“As tentativas de criação de novos projetos políticos em um momento de refluxo revolucionário”.*

## 2.1 A possibilidade de estudar as articulações inter-regionais no período e ideia de "projeto político" como instrumento de análise para o movimento operário brasileiro

Nesta seção vai ser desenvolvida a ideia de projeto político como um conceito válido para estudar o movimento operário brasileiro; além disso, aqui também vai ser analisado como alguns destes projetos extrapolavam o âmbito regional, tendo como objetivo uma mudança política articulada em nível nacional. Estas duas questões, pelo menos no que concerne ao meu estudo, estão bastante interligadas, já que a construção de um projeto revolucionário também resultou em um adensamento dos laços de solidariedade entre os militantes de diversos estados. Os trabalhadores, principalmente suas lideranças, elevaram suas expectativas para além de um campo de ação local, incorporando uma perspectiva nacional em suas estratégias e suas táticas revolucionárias.

A primeira questão que desejo discutir é a da possibilidade dos projetos políticos pensados no movimento operário irem além do âmbito regional. Esta discussão é necessária, já que minha análise não tem um recorte regional fixo e estudos locais foram uma tendência predominante nas pesquisas sobre os trabalhadores organizados durante a Primeira República. Devido a esta tendência dos estudos históricos e a importância que a ação inter-regional possui em minha pesquisa, se faz necessária uma pequena revisão historiográfica para colocar em tela a problemática da articulação espacial dos militantes operários.

Em um período inicial dos estudos sobre o movimento operário brasileiro, o recorte nacional não era algo incomum. O grande problema é que tal recorte levava aqueles que escreviam a tomar uma parte pelo todo: analisando os grandes centros formadores de sentido, como Rio de Janeiro e São Paulo, se depreendia a partir daí algumas características que eram em seguida generalizadas para todo o país. Por um lado, estes centros eram tidos como geradores de tendências que seriam seguidas por centros menores; por outro lado, estes centros menores, pelo seu isolamento ou número menos significativo de militantes, não eram levados em consideração e isto porque supostamente não interfeririam nas lógicas das praças principais. Deste modo, a história do movimento operário brasileiro, apesar de ter uma pretensão totalizadora, não passava de generalizações de algumas histórias regionais, com a única diferença que estas regiões eram econômica e politicamente dominantes.

Tome-se como exemplo um dos livros fundadores da história do movimento operário brasileiro, *História das Lutas Sociais no Brasil* de Everardo Dias. Apesar de o título indicar uma abordagem que deveria ter como objeto um fenômeno nacional, o autor (que se baseia em parte na própria experiência como militante para escrever o livro), enfoca preferencialmente o estado de São Paulo[212]. Neste sentido também é exemplar a atitude do historiador americano Leslie Sheldon Maran, na introdução de seu livro *"Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil: (1889-1920)",* quando afirma explicitamente que iria centrar sua análise em dados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Capital Federal), pois esta análise seria suficiente para dar conta do cenário nacional. Conforme Maran, até poderiam existir algumas expressões significativas do movimento operário fora do centro do país, mas estas não teriam força suficiente para direcionar nacionalmente o movimento, ficando sua importância restrita apenas ao âmbito regional[213].

Depois que a história dos trabalhadores ganhou espaço no meio acadêmico e as pesquisas se multiplicaram, estes novos trabalhos se concentraram em experiências locais. Pela complexidade mesma das pesquisas acadêmicas, se tornou muito difícil levar adiante estudos de um movimento operário "brasileiro" para este período da Primeira República. Depois da década de 1980, também se verificou uma multiplicação nos objetos de interesses dos historiadores, que não se restringiam mais somente a vida dos partidos políticos e ao movimento sindical. Em alguns casos, isto ajudou a restringir o alcance espacial dos estudos, como pode ser visto no mergulho feito no cotidiano dos trabalhadores cariocas realizado por Sidney Chalhoub em *"Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Epoche"*[214].

A partir dos anos 1990 e dos anos 2000, com a expansão dos programas de pós-graduação em história (e de sociologia) em diversos pontos do país, esta tendência em direção ao local se combinou com outro movimento: o aparecimento de pesquisas sobre regiões que eram ignoradas pela história do trabalho mais tradicional. Beatriz Loner, por exemplo, vai fazer um minucioso estudo sobre a formação da classe trabalhadora na cidade

---

[212] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.
[213] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1889-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 11.
[214] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Epoche.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

de Pelotas, na zona sul do estado do Rio Grande do Sul[215]. Osvaldo Acioly Maciel, em outro ponto do país, vai estudar o papel dos tipógrafos na construção da identidade da classe trabalhadora de Maceió [216]. Aldrin Castelucci, também estudando a Primeira República, analisou em sua tese a ação dos grupos socialistas e operários de Salvador no jogo político e eleitoral do seu estado[217].

Estes são apenas alguns exemplos, do qual poderiam ser citados outros, como estudos que enfocaram espaços tão diferentes como Minas Gerais, Paraíba, Ceará e Mato Grosso. A partir deste momento, porém, surge também uma tendência que questiona esta pulverização, ressaltando uma preocupação com a ligação destas mesmas histórias regionais em relação a um panorama mais geral das lutas da classe operária no país. Sílvia Petersen toca neste ponto ao alertar para a dificuldade de se falar de uma história regional do movimento operário, quando este tratava de temas que não se restringiam a este marco: *“*[...] em vários aspectos parece não ser possível conceber a história operária como uma “história regional”, pois há processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional, não conseguem receber significado pelos pesquisadores[218].”

Este alerta tem sido seguido por alguns historiadores. Tiago Bernardon de Oliveira, ao fazer sua tese sobre o anarquismo e os sindicatos no Brasil, procurou cruzar informações de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em uma mesma análise articulada. Diorge Konrad também compartilhou desta preocupação ao estudar o processo de repressão aos movimentos políticos de esquerda durante os anos 1930 no Rio Grande do Sul, procurando conjugar esta análise com o que ocorria no Rio de Janeiro e São Paulo. Tratando do problema da articulação regional, o autor afirma que: “buscar estas múltiplas determinações pode ser o trajeto mais difícil, mas ainda é o mais seguro para que realmente possamos passar do simples para o complexo”[219].

---

[215] LONER, Ana Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937.* Porto Alegre: PPG em Sociologia da UFRGS, 1999 (Tese de Doutorado).
[216] MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió.* Recife: PPG em História da UFPE, 2004 (Tese de Doutorado).
[217] CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República.* Salvador: PPG em História da UFBA, 2008 (Tese de Doutorado).
[218] PETERSEN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania.* São Paulo: Scritta, 1997. p. 89.
[219] KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-politicos (1930-1937).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p.8.

No que se refere a este estudo, pretendo orientar minha pesquisa nesta mesma direção, através de uma análise que extrapole o limite regional. Não se trata, é claro, de tentar abarcar tudo o que ocorreu com os trabalhadores organizados dentro do território nacional em determinado período. Ao se propor realizar um recorte nacional, o pesquisador sempre vai fazer escolhas que vão deixar de fora alguns centros menos representativos do objeto que se pretende estudar. Pode-se argumentar então que se a escolha por Rio de Janeiro e São Paulo era arbitrária, porque a simples adição de mais alguns centros corrigiria esta arbitrariedade? Porque minha pesquisa se arroga o direito de enfocar o movimento operário brasileiro, se deixa de fora estados tão importantes como Minas Gerais e Bahia?

Apesar de me propor a estudar os projetos políticos e a ideia de Revolução Social no Brasil, não desejo estudar o país como um todo e neste sentido, a escolha dos centros terá, sim, um caráter deformador. Por outro lado, ao estudar as ideias revolucionárias e os projetos políticos surgidos sob o desejo de fazer a revolução, vou me ater aos centros onde este debate foi mais frutífero e onde tais projetos se constituíram. Assim, ao estudar estes temas do movimento operário "no Brasil", minha pesquisa vai se ater aos lugares onde aquele processo foi mais significativo. Mesmo assim, existe um sentido em minha pesquisa que objetiva ir além da lógica regional, não apenas pela adição de mais regiões à lista de pesquisa, mas pelo desejo de observar as trocas entre os diversos centros e o que foi projetado para além destes espaços pulverizados.

Não desejo pesquisar os movimentos operários gaúcho, pernambucano, carioca e paulista como se fossem histórias separadas e paralelas. Também não se trata de uma história comparativa de quatro centros diferentes, mas sim uma pesquisa que busca preferencialmente as confluências entre os diversos centros. Um bom exemplo de quando isso ocorre são os momentos de grande agitação noticiados pelos jornais operários. *A Plebe*, quando estourou a onda grevista de 1917, publicava em suas páginas notícias de vários estados do Brasil e do interior de São Paulo de forma simultânea, mostrando que a agitação dos trabalhadores não estava restrita apenas aos habitantes da capital[220]. A ideia de um movimento que se espalha irresistivelmente, como um rastilho de pólvora, é uma imagem

---

[220]. Exemplo disto é a chamada de página inteira, já citada em outra parte desta tese, *"O imponente despertar do movimento do operariado no paíz"*, de 4 de agosto, que tratava de paralisações e mobilizações operárias no Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além do interior de São Paulo. *A Plebe.* São Paulo. p.3, 4, ago, 1917.

comum nas agitações populares, fato que ainda se verifica nos dias de hoje. Esta propaganda da agitação que se espalha ajuda a coesionar o movimento, mostrando que os trabalhadores do lugar não estavam sozinhos em suas lutas; mas também ajuda a criar uma noção mais alta de solidariedade, uma consciência que sua luta não era apenas "paulistana", mas podia ser também brasileira.

Ainda tomando os jornais como exemplo, uma rápida passada de olhos no *Spartacus* do Rio de Janeiro, durante o ano de 1919, vai mostrar uma preocupação em debater temas que não se voltavam apenas ao operariado carioca. Prestando um pouco mais de atenção, o pesquisador pode chegar à seção de "pacotes" e "correspondência" do jornal, observando que o envio de exemplares para regiões tão distantes quanto Rio Grande e Belém do Pará fazia com que o periódico tivesse um impacto que ia muito além de sua dimensão local. Um exercício interessante, a partir desta observação, seria fazer uma busca nos grandes jornais dos diferentes centros para analisar a circulação das notícias entre os lugares: certamente se chegaria a um movimento muito intenso de troca de informações ou mesmo à construção coletiva de propostas.

Para além deste aspecto de trocas de informações, também era muito importante a circulação física dos militantes. Levando em consideração que muitos trabalhadores envolvidos na ação organizativa tinham como missão viajar para outras cidades, para divulgar ideias e ajudar na construção de associações, seu campo de ação não ficava restrito à um único lugar. Da mesma forma, as constantes perseguições policiais obrigavam os militantes à uma vida transumante, fazendo com que estes sujeitos carreassem suas experiências de um ponto a outro do território nacional. Sob esta perspectiva que o caráter regional perde muito de sua força. Se o estudo se volta à construção da classe em seu cotidiano ou à vida dos sindicatos, buscar informações com alcance local tem todo o sentido; mas no caso desta pesquisa, que analisa o debate em torno da Revolução Social e as propostas políticas decorrentes deste debate, tal recorte é um limitador. Em meu estudo, o local se torna estreito para o tema estudado, por isso um recorte mais amplo tem de ser privilegiado[221].

---

[221] Sobre a circulação da imprensa militante no Brasil daquele período, ver PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operaria brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIROS, Cesar de. e ARAVANIS, Evangelia. (Org.). *Cultura operaria: trabalho e resistências.* Brasília: Ex-Libris, 2010. Sobre a mobilidade fruto das perseguições durante a Primeira República, ver PETERSEN,

Passando do recorte ao tema, a ideia mesma de projeto político, como já havia colocado antes, é bastante complicada para este período (pelo menos para o caso dos trabalhadores organizados). Como foi mostrado anteriormente, quando estava discutindo as mudanças da historiografia em torno do tema "revolução", a noção de um movimento libertário afastado de uma ação política institucional (ou mesmo de qualquer projeto de poder) se tornou um lugar comum na história do movimento operário brasileiro. Se em um primeiro momento esta imagem era tomada pela sua negatividade, especialmente através das lentes dos comunistas, no momento posterior, com a vinda à tona dos novos movimentos sociais, este afastamento foi tomado como positivo.

Por este motivo, gostaria de esclarecer novamente que entendo por projeto político as diversas ações que se relacionam com um projeto coletivo para a sociedade. Sigo, para a ideia de projeto, a definição do antropólogo Gilberto Velho em seu livro *"Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas",* uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, formuladas em um campo de possibilidades, que teria uma dimensão sócio-cultural como espaço para a formulação e implementação destes projetos[222]. Em relação ao fator político, pode-se tomar a posição de René Remond, que, tratando da "nova história política", alarga este campo de estudo para as diversas formas de relação dos sujeitos com o poder, tanto em referência à sua conquista, quanto à sua contestação, o que seria intimamente relacionado com as particularidades dos grupos sociais e às tradições de pensamento existentes[223].

Para citar alguns exemplos concretos, poderiam ser entendidos por projetos políticos tanto a fundação de um partido, como a divulgação de um programa ou mesmo a formação de um sindicato, quando este não tivesse a estrita função de luta econômica. Mesmo enfatizando o elemento político deste estudo, é importante ressaltar que não imagino esta pesquisa fora do âmbito do que ficou conhecido como história social do trabalho. Não acredito (como já explicitei na introdução) haver algum tipo de oposição entre a história política e social, da mesma forma que não existe em princípio oposição entre a história

---

Sílvia Regina Ferraz. Fugitivos ou deportados: percursos e efeitos da circulação de agitadores indesejados no movimento operário brasileiro. *Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. João Pessoa, 2003.

[222] VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.40.

[223] REMOND, Renè. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p.13-36.

nacional e regional. Como demonstra Diorge Konrad em sua tese, não se trata de estudar estes elementos separando-os. O historiador que analisa as formas de manutenção e resistência ao poder não privilegia unicamente o fator político institucional, mas todas as formas de poder espraiadas na sociedade (mas não ignora que o centro deste poder se organiza a partir do Estado). Para o historiador que escolheu um tema como ideias e projetos revolucionários, não há outra saída senão considerar todos estes elementos em conjunto.

Partindo deste pressuposto, seria possível reconstruir as alternativas históricas propostas pelas classes subalternas. Mesmo se tratando de lutas fragmentárias, perpassadas muitas vezes por visões de mundo conservadoras, seria possível reconstruir este processo; porém "só é possível reconstruí-lo fora de uma leitura localista, "regional" e fragmentária e dentro de uma leitura das lutas sociais e políticas entrelaçadas pelas contradições horizontais e verticais das mesmas"[224]. Mesmo levando em conta que o estudo de Konrad se dedica à análise de outro momento histórico, estas colocações servem de exemplo à minha pesquisa, pois é exatamente o debate de ideias e a constituição de projetos que extravasam o âmbito local que procuro observar.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que estudar os diversos projetos constituídos pelos operários não é a mesma coisa que estudar suas *ideologias*. Neste capítulo, não é minha intenção analisar, por exemplo, as ideias anarquistas, mas estudá-las em função de planos e estratégias que foram pensados por militantes que defendiam estas ideias. Um grupo de militantes que se diziam anarquistas poderiam constituir projetos bastante diferentes de outro grupo que defendiam o mesmo ideal, já que seus projetos não deveriam ser necessariamente informados apenas por este arcabouço de ideias. Foi visto no capítulo anterior o quanto a Revolução Russa teve influencia sobre o pensamento dos militantes deste período. O fato de muitos libertários terem sido atraídos pelo maximalismo influía nos projetos constituídos por estes sujeitos, tornando seus planos de ação mais diversos e multifacetados. A maneira como estes fatores se combinavam, porém, mudava de grupo para grupo e muitas vezes de sujeito para sujeito. Isto ajuda a pensar que ideias e projetos não é a mesma coisa, e estudar o primeiro destes aspectos não é o mesmo que assimilá-lo

---

[224] KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-politicos (1930-1937).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p. 9-12.

ao outro.

Projetos políticos foram constituídos pelos trabalhadores desde que estes começaram a se organizar. Estes projetos cresceram e se modificaram ao longo dos anos, acompanhando as diferentes formas de organização e as diferentes ideologias políticas que eram defendidas pelos militantes. Analisando o período que vai da queda do regime imperial até as greves de 1917, percebe-se que os trabalhadores brasileiros foram protagonistas de uma gama muito grande de projetos, tendo acumulado uma experiência de luta significativa ao constituí-los. Como se verá a partir de agora, a construção das alternativas revolucionárias não se deu sobre um terreno inexplorado de experiências políticas.

O período inicial do regime republicano no Brasil foi um momento cheio de novas esperanças que resultou na constituição de diversos projetos políticos. Com a abolição da escravidão em 1888 e o fim do regime monárquico no ano seguinte, se abriam novas possibilidades para que os cidadãos interferissem no futuro do país. Aqueles primeiros anos eram vistos com bastante indefinição por diferentes atores sociais, fazendo com que emergissem uma série de planos para a República recém-fundada. Nesta conjuntura, os apoiadores do federalismo, de uma ditadura militar, de um regime positivista e de uma república parlamentarista disputavam os destinos do regime. Dentre estas possibilidades, havia também propostas que procuravam representar a nascente classe operária brasileira: estes eram os socialistas e sua principal forma de atuação foi a formação de partidos operários.

Logo nos primeiros anos, alguns antigos abolicionistas e defensores de propostas mais populares para a República, uniram-se para a criação dos primeiros partidos voltados para os trabalhadores. Estes projetos estavam influenciados pelo socialismo da Segunda Internacional, mas também pelo positivismo e pelo jacobinismo, que empolgava alguns republicanos no começo dos anos 1890. Em uma sociedade que havia sido tão duramente marcada pela escravidão e que considerava o trabalho manual uma mácula social, estes primeiros socialistas tinham a tarefa de valorizar a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que deveriam ser um canal de representação política para os grupos populares, algo que não havia existido durante o Império.

> A última década do século XIX foi fortemente marcada por um clima de otimismo, expectativa e anseio de participação política gerado na classe operária brasileira em virtude da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, levando à fundação de organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas em vários centros urbanos do país, muitas vezes acumulando e articulando, de forma complexa e original, funções mutualistas, beneficentes, recreativas, sindicais e político-partidárias numa época em que praticamente não existiam sindicatos[225].

Este projeto partidário dos socialistas não estava isento de disputas e desde o início a luta pela representação das classes laboriosas, como se dizia na época, dividiu o movimento em duas facções. No ano de 1890, Luiz da França e Silva formou o Partido Socialista Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, organização que deveria estar voltada apenas para os trabalhadores, criticando duramente os elementos externos que tentavam cooptar o apoio da classe operária. Suas tentativas de formar uma agremiação classista falharam por falta de apoio entre os próprios operários. A outra facção era liderada pelo Tenente Vinhaes, militar que participou da Proclamação de 15 de novembro e ganhou popularidade dirigindo os Correios e Telégrafos. Depois que fundou o Centro do Partido Operário na Capital da República, elegeu-se Deputado Federal e alcançou algumas conquistas importantes para os trabalhadores, como barrar a criminalização do direito de greve, agindo também como mediador em alguns movimentos paredistas. Sua atuação foi interrompida quando tentou mobilizar os operários da Central do Brasil contra o governo de Floriano Peixoto, em apoio à Revolta da Armada. Vinhaes teve de fugir do país e logo após seu Partido Operário se dissolveu[226].

Tanto o projeto político de França e Silva, de criar uma organização política classista, quanto o projeto de Vinhaes, de organizar os trabalhadores através da colaboração com o governo, fracassaram pelas condições mesmas em que se constituiu o poder na Primeira República: um sistema político oligárquico e excludente em relação aos grupos que não faziam parte da elite agrária do país. Ao longo daquela década de 1890, outros projetos partidários e grupos socialistas continuaram surgindo. Na cidade de São Paulo, organizações socialistas tentavam congregar as diferentes nacionalidades que formavam a

---

[225]. CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República.* Salvador: PPG em História da UFBA, 2008 (Tese de Doutorado). p.45.

[226]. Sobre a atuação dos partidos socialistas no Distrito Federal nestes primeiros anos do novo regime ver PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, 1985. p. 163-192.

classe operária paulistana[227]. No Rio Grande do Sul, lideranças operárias com forte influência alemã organizavam partidos socialistas sob a inspiração da social-democracia deste país[228].

Algumas figuras, entre estes militantes, se destacaram, conseguindo atuar como representantes políticos da classe operária em nível municipal ou estadual. Em Porto Alegre, Francisco Xavier da Costa, líder social-democrata, foi escolhido Conselheiro Municipal (cargo correspondente ao de vereador) pelo Partido Republicano no início dos anos 1910[229]. No mesmo período, no estado de Pernambuco, o líder socialista Ezequiel Oliveira foi escolhido Deputado Estadual com apoio do Presidente do Estado, General Dantas Barreto[230]. De qualquer forma, estes eram fatos isolados, que serviam na maior parte das vezes para angariar o apoio dos trabalhadores para alguma facção da oligarquia no poder e que redundavam em poucos ganhos para o conjunto da classe operária. Este é um dos motivos pelos quais começou a crescer nos principais centros urbanos do país a militância libertária, através da propaganda das ideias anarquistas e socialistas revolucionárias.

Alguns militantes anarquistas já atuavam no Brasil desde o final do século XIX, mas estes libertários só começaram a ganhar espaço a partir das primeiras grandes mobilizações de trabalhadores, como a greve de 1903 no Rio de Janeiro, a greve de 1906 em Porto Alegre e a greve de 1907 em São Paulo. Pode-se dizer que sua atuação se tornou mais estruturada a partir de 1906, quando ocorreu o 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado na Capital Federal. Neste Congresso, organizado inicialmente por militantes socialistas, os libertários tomaram a frente das decisões e propuseram a formação da Confederação Operária Brasileira (COB), que foi fundada em 1908. Esta confederação se estruturaria a partir da interligação de sindicatos locais e federações regionais, tendo como

---

[227] Para o exemplo dos socialistas italianos em São Paulo e a questão da nacionalidade, ver BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1090-1920).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado). p. 113-170.

[228] Sobre os social-democratas alemães no Rio Grande do Sul deste período, ver PETERSEN, Silvia R. F. *Que a união operária seja nossa pátria. Histórias das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 55-133.

[229] Sobre este episódio da militância de Xavier da Costa, ver SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. p. 321-349.

[230] Sobre a aproximação de Ezequiel Oliveira com a política oligárquica de Pernambuco, ver REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco**:** cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p. 53-61.

seu porta-voz o jornal *A Voz do Trabalhador*[231].

Os principais articuladores da COB tinham uma proposta baseada na *Carta de Amiens*, da Confederation General du Travail (CGT) francesa, que defendia que os sindicatos deveriam representar os trabalhadores sem estarem ligados a qualquer tipo de partido político, nem representar qualquer ideologia específica. Como a classe operária estava dividida por diferenças étnicas, culturais, ideológicas e religiosas, a neutralidade política garantiria a atuação de todos os militantes, que se uniriam apenas pela luta econômica. Além disso, neste tipo de organização sindical, defendia-se a ação direta, ou seja, não deveria haver representação através do apoio a algum candidato ou intermediário que intercedesse pela classe trabalhadora junto ao governo: os trabalhadores deveriam se organizar e atuar por si mesmos através da propaganda, da greve ou da sabotagem.

Estes princípios eram característicos de uma corrente política chamada de sindicalismo revolucionário, que estava se desenvolvendo na Europa através de uma dissidência do Partido Socialista Italiano e da atuação de membros da CGT francesa. No Brasil estes sindicalistas tiveram uma participação significativa, principalmente no movimento operário paulista através de imigrantes italianos. A formação da COB (e de seus ramos regionais), entretanto, seria fruto da ação de militantes anarquistas que utilizaram esta ideologia de forma instrumental. Conforme Tiago Bernardon de Oliveira, estes militantes, ao encamparem uma série de ideias do sindicalismo revolucionário, teriam conseguido neutralizar a atuação dos socialistas (ligados a partidos políticos) dentro dos sindicatos, apresentando-se como politicamente neutros:

> Em um contexto de incipiente construção de relações efetivas entre os movimentos anarquista e operário, e de forte presença de correntes reformistas nas organizações sindicais do país, sobretudo no Rio de Janeiro, a opção pela neutralidade política e religiosa dos sindicatos surgiu, então, como uma solução tática adequada para impedir a sua instrumentalização pelos adversários.
> Ao mesmo tempo, permitia aos militantes libertários poderem continuar a participar da vida no interior das associações de trabalhadores, e, assim, contribuir para torná-las meios revolucionários. A partir daquele momento, o sindicalismo revolucionário consolidava-se como a principal estratégia de ação anarquista no Brasil, até, pelo menos, 1921. [232].

---

[231] Sobre este Congresso, com suas resoluções e documentos, ver HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: o movimento operário: documentos (1889-1930).* São Paulo: Alfa Omega, 1979. p.41-58.

[232]. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In. QUEIRÓS, Cesar de e ARAVANIS, Evangelia. (Org.). *Cultura operaria: trabalho e resistências.*

Esta proposta seria parte de um projeto específico para a penetração dos libertários no mundo sindical. Como parte de uma tática ou estratégia, podemos considerá-lo um projeto político, na medida em que se trata de um plano de ação para o futuro (mesmo que não se refira a toda sociedade), que pretendia tornar sua posição hegemônica entre os trabalhadores. Estes militantes conseguiram ampliar sua influência em diversos estados através das federações operárias locais. No Rio de Janeiro, militantes como José Oiticica, Astrojildo Pereira e Santos Barboza tinham grande influência na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ); em São Paulo, figuras como Edgar Leuenroth e Luigi Damiani exerciam papel de destaque na Federação Operária de São Paulo (FOSP); no Rio Grande do Sul, Polidoro Santos, Orlando Martins e Zenon de Almeida atuavam na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e, em Pernambuco, José Elias da Silva e Santos Minhocal foram alguns dos organizadores da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco (FRCTP)[233]. Esta é a "geração" de militantes que vai receber, em 1917, o principal impacto da Revolução Russa e é entre eles que se dará de forma mais prolífica o debate em torno das possibilidades de Revolução Social no Brasil.

Mesmo que estes militantes mantivessem uma liderança entre os grupos mais radicais do sindicalismo, propostas e projetos de orientação diferente da sua continuaram existindo. No ano de 1912, por exemplo, o Deputado Federal Mário Hermes, filho do Presidente Hermes da Fonseca, organizou um Congresso que reuniu associações dispostas a

---

Brasília: Ex-Libris, 2010. p.183.

[233]. A relação entre formação da COB e a influência dos libertários nas diferentes federações locais não pode ser considerada nem de forma automática, nem igual em todos os lugares. A FORJ foi criada em 1906, no mesmo ano que se realizou o Congresso Operário Brasileiro e dois anos antes da organização da Confederação, mas esta associação teria uma existência intermitente, logo sendo desorganizada para voltar a funcionar de 1907 até 1910, sendo recriada logo depois, em 1912. Ver, BATALHA. Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 19. A FOSP fora fundada em 1905, um ano antes da formação do Congresso Operário Brasileiro, por sindicalistas revolucionários; a delegação paulista, inclusive, aparece como uma das mais atuantes neste Congresso. Ver TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 282-302. A FORGS teve sua fundação no mesmo ano em que foi criada do Congresso Operário e dois anos antes de organizada a Confederação, mas passaria um bom tempo sob a hegemonia dos socialistas, até que, em 1911, os anarquistas tomariam a frente da Federação. Ver PETERSEN, Silvia R. F. *Que a união operária seja nossa pátria. Histórias das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 203-319. A FRCTP, por sua vez, foi fundada em 1914, em decorrência direta de uma delegação enviada pela COB, para dar mais organicidade ao sindicalismo de resistência no estado de Pernambuco. Ver REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco**:** cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p. 68-87.

colaborar com o governo. O objetivo era fundar um partido que fosse um elo entre os operários e os poderes públicos (o que poderia remeter a tradição dos socialistas). Deste Congresso nasceu a Confederação Brasileira do Trabalho (CTB), que não resistiu ao fim do mandato presidencial de Fonseca e foi duramente criticada pelos militantes da COB, exatamente pelo comprometimento político com que este projeto havia sido constituído[234].

A maior parte das lideranças anarquistas que atuavam no sindicato apoiou a neutralidade política durante aquele período, mas esta não foi uma postura unânime ao longo do tempo. Havia anarquistas que criticavam o papel do sindicalismo e desejavam manter a pureza das suas ideias através de associações especificamente anarquistas. Houve também dissidências entre aqueles anarquistas que desejavam atuar nos sindicatos. Isto mostra que o movimento libertário não era monolítico e que projetos que haviam sido vitoriosos em determinado momento poderiam ser questionados logo adiante. Neste caso, o questionamento foi feito pela Federação Operária Local de Santos (FOLS), com uma declaração de princípios elaborada em 1913, que defendia abertamente a quebra da neutralidade dos sindicatos e a assunção do anarquismo como doutrina oficial daquela federação sindical.

A declaração provocou um forte debate entre os militantes libertários: João Crispim, escrevendo em um jornal anarquista da cidade de São Paulo, criticou o sindicalismo neutro para defender a tomada de posição política em favor do anarquismo por parte destas organizações; Neno Vasco, militante português que havia participado intensamente do 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, respondeu desde Lisboa criticando a quebra da neutralidade, o que poderia afastar os trabalhadores que não compartilhassem desta ideologia. Esta divergência continuou no II Congresso Operário Brasileiro, ocorrido naquele mesmo ano, em que João Crispim e Rafael Muñoz, da FOLS, questionaram a orientação apolítica dos sindicatos. A maior parte das respostas a este questionamento seguiu a direção da neutralidade política, reforçando a posição do I Congresso de 1906 e reafirmando o projeto que havia sido constituído pelos militantes que fundaram a Confederação Operária Brasileira[235].

---

[234] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p. 87-89.

[235] Apesar da declaração de adesão ideológica feita pela FOLS e da diferença com o projeto político constituído pelos dirigentes da COB, isto não se traduziu em uma limitação de sua penetração entre os

Depois do II Congresso, os militantes libertários (tanto anarquistas, quanto sindicalistas revolucionários), continuaram seu trabalho nos sindicatos. O projeto de garantir a neutralidade política das associações, colocando os trabalhadores organizados sob a hegemonia destes militantes, teve bastante sucesso, visto que ao longo da década sua influência penetrou cada vez mais no meio operário. A partir de 1914, os militantes libertários passaram a fazer intensa campanha contra a Primeira Guerra Mundial, exatamente em um momento em que crescia o sentimento nacionalista e ganhava força a campanha pela entrada do país no conflito.

A guerra teve um profundo impacto sobre a classe operária brasileira. Ao mesmo tempo em que subiam os preços dos insumos básicos da alimentação, já que produtos como arroz, feijão, trigo e carne congelada eram destinados aos países em conflito, a indústria nacional sofria um processo de reconversão: impossibilitados de importar manufaturados do velho continente, os industriais brasileiros iniciaram um processo de substituição de exportações, no qual o capital da classe dominante seria reinvestido para a produção de bens que começaram a faltar no mercado nacional[236].

Esta expansão da indústria se traduziu em um aumento no número dos operários, criando uma massa de sujeitos descontentes pela alta no custo de vida, que era provocada pela falta de alimentos nos mercados e pela inflação decorrente deste processo. Este seria o fermento para as gigantescas greves que eclodiram em diversos pontos do país no ano de 1917, mostrando a capacidade de mobilização dos trabalhadores em uma proporção nunca antes vista. Aliado a este fator, as notícias que chegavam da Europa mexeriam com os sonhos dos militantes revolucionários de todo o Brasil, mudando radicalmente os projetos

---

trabalhadores (no que não se diferenciava de outros defensores do sindicalismo de ação direta). Conforme Fernando Teixeira da Silva "Sua continuada propensão de buscar o apoio da maioria da classe trabalhadora difere de outras experiências em que determinados oficios qualificados tendiam facilmente a se fechar em um sindicalismo de "conscientes minorias militantes" e não de "grandes massas insconscientes"". SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.* Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p.60. Sobre o debate antes e durante o Congresso de 1913, ver OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p. 72-79. Especificamente sobre a formação da FOLS e sua atuação neste período, ver GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo: Editora da UNESP e Prefeitura Municipal de Santos, 1992. p. 64-74.

[236] SIMONSEN. Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da USP. 1973. p. 20. Também sobre a crise, mas privilegiando os efeitos contraditórios desta sobre a classe trabalhadora do Rio de Janeiro, ver VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). p. 40-79.

que estes haviam pensado até aquele momento para o triunfo da Revolução Social, o que será objeto da seção seguinte.

## 2.2 As greves de 1917, o surgimento dos primeiros projetos político identificados com a Revolução Russa e a insurreição operária de novembro de 1918, no Rio de Janeiro

Nesta seção, vão ser analisados alguns dos primeiros projetos políticos que se identificaram com os exemplos revolucionários que vinham da Europa, como, por exemplo, a constituição União Maximalista de Porto Alegre. Além disso, também aparecem com destaque outras iniciativas para reorganização do movimento operário, como a formação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, processo que culminou com uma tentativa de insurreição na Capital Federal em novembro de 1918. Naturalmente, estes primeiros projetos não serão analisados de forma isolada em relação a outros processos, mas serão entendidos a partir das particularidades dos locais em que foram constituídos, assim como serão relacionados com a trajetória de alguns militantes que foram decisivos para a construção destas iniciativas pioneiras. O objetivo desta seção é observar os primeiros movimentos em direção a um novo processo organizativo provocado pelas possibilidades de Revolução Social que se descortinavam no horizonte.

Estas novas possibilidades passaram a ser pensadas a partir da grande onda grevista que marcou o inverno de 1917. Como vimos anteriormente, no primeiro capítulo, esta conjuntura mexeu profundamente com os militantes, que buscavam exemplos no que ocorria na Rússia para pensar o movimento operário brasileiro. De forma paralela a isso (mas não necessariamente ligada à propostas revolucionárias), os trabalhadores organizados passaram a experimentar formas diversas do tradicional “sindicalismo de ação direta” no contexto daquelas grandes paralisações.

A principal greve do ano de 1917 ocorreu na cidade de São Paulo: em finais de junho daquele ano, os trabalhadores do Cotonífício Crespi declararam uma grande paralisação, no que foram reprimidos pela Força Pública paulista. O incidente aumentou a adesão dos operários à greve e ajudou a espalhar o conflito para outras fábricas. O movimento generalizou-se depois do assassinato do sapateiro Antônio Martinez pela polícia, fazendo com que cerca de cem mil trabalhadores cruzassem os braços nos dias seguintes. A

greve geral, no entanto, não foi "gerida" por algum sindicato ou federação sindical, mas por um Comitê de Defesa Proletária (CDP), criado em 9 de julho, composto principalmente por lideranças anarquistas e por alguns militantes socialistas. Os proletários paralisaram a capital paulista de forma tão completa que os empresários e o Presidente do Estado, Altino Arantes, tiveram de negociar os termos para o fim da greve. Na proposta de negociação enviada pela CDP, haviam reivindicações voltadas especificamente para a classe operária, como proibição do trabalho para menores de 14 anos e aumento de salários entre 25% e 35%; mas também haviam reivindicações mais amplas, voltadas às classes populares como um todo, como o barateamento dos itens básicos de alimentação e a diminuição no preço dos aluguéis. Pode-se dizer, neste caso, que o Comitê "falava" em nome de toda a população paulistana como interlocutor direto com o governo. Neste caso, o governo e os empresários aceitaram parcialmente as reivindicações da CDP, fazendo com que o movimento se encerrasse, e, pelo menos em parte, fosse percebido como vitorioso[237].

Em Porto Alegre, a greve geral eclodiu no final de julho e princípios de agosto. A exemplo do que ocorreu na capital paulista, também se formou um comitê *ad hoc*, por fora da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Na capital gaúcha, formou-se a Liga de Defesa Popular (LDP), composta por anarquistas experimentados na luta sindical e por alguns militantes com pouca experiência de luta. A Liga lançou um manifesto ao "povo" e aos "trabalhadores", com uma pauta de reivindicações específicas, como o aumento dos salários dos operários, e gerais para toda a população, como a diminuição no preço dos alimentos, das passagens de bonde e a instalação de mercados livres nos bairros operários. Assim como em São Paulo, os operários porto-alegrenses promoveram uma mobilização massiva que paralisou a vida da cidade entre 31 de julho a 4 de agosto de 1917. Neste caso, porém, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, foi mais longe que seu colega Altino Arantes, recebendo uma comissão da LDP no Palácio do Governo, se comprometendo a adotar medidas para controlar os preços dos alimentos e aumentar o soldo dos operários a serviço do estado (no que esperava ser seguido pelos empresários). Com isto, o movimento perdeu força e a greve acabou sendo encerrada[238]. Ainda no estado

---

[237] LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. p.29-68 e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) –Vol. I – O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.226-237.

[238] SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n.5,

do Rio Grande do Sul, um padrão similar se repete na cidade de Pelotas, com a paralisação ocorrida entre os dias 9 e 17 de agosto. Nesta cidade, houve a formação de uma Comissão de Defesa Popular, com episódios que rapidamente evoluíram para confrontos violentos, fazendo com que o governo estadual enviasse o Chefe de Polícia para mediar o conflito, tendo a paralisação se encerrado com um saldo positivo para os operários[239].

Outra paralisação importante ocorreu em Recife, a partir de 14 de agosto, quando são apresentadas uma série de reivindicações em um comício chamado pelo Sindicato de Ofícios Vários (SOV). Entre as reivindicações, encontravam-se pedidos pelo estabelecimento da jornada de 8 horas, a equiparação dos salários entre homens e mulheres, e medidas de higiene nos locais de trabalho. Da mesma forma que nos casos anteriormente citados, também haviam pedidos que beneficiariam toda a população, como a diminuição dos alugueis, dos preços dos gêneros alimentícios e das taxas de transportes terrestres e fluviais. A greve se alastrou, inclusive pela ação da comissão de greve criada a partir das reuniões do SOV, que eram coordenadas por militantes ligados ao sindicalismo de resistência. O governo estadual, na pessoa do Presidente Manoel Borba, criticou duramente o movimento, provocando um recrudescimento da perseguição policial. Nesta conjuntura e com a prisão de várias lideranças, o Chefe de Polícia iniciou negociações com a Confederação Operária de Pernambuco (COP), que era adepta de um sindicalismo colaboracionista e era aliada ao governo. Como mediador do conflito, entrou em cena o Congresso Acadêmico, representante dos estudantes da Faculdade de Direito de Recife. O resultado destas negociações foi o encerramento da greve, sem ganhos para os operários, em 15 de setembro de 1917[240].

No Rio de Janeiro havia sido fundado em janeiro de 1917, um Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra a Carestia e o Aumento de Impostos (CCAPCCAI), promovido pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e pelo Centro Libertário. Em julho, quando ocorreu um grave acidente em um hotel que resultou na morte de 38 trabalhadores, muitos operários paralisaram seus serviços, ocorrendo choques entre

---

julho, 1996. p.183-205 e QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da primeira república em Porto Alegre (1917/1919).* Porto Alegre: PPG em História UFRGS, 2012 (Tese de Doutorado). p.45-50.

[239] LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUFPel, 2001. p.308-315.

[240] MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007, p. 45-70.

membros do CCAPCCAI e a polícia. De qualquer forma, por resistência de sindicalistas reformistas que colaboravam com o governo, não foi possível deflagrar uma greve geral, nem formar um comissão para gerir algum tipo de paralisação, podendo-se considerar o que ocorreu no Rio de Janeiro uma greve "apenas" generalizada[241]. Já em Maceió, mesmo sem a ocorrência de uma greve, formou-se em agosto um Comitê de Defesa Proletária (CDP), como havia ocorrido em São Paulo. Esta comissão foi organizada com a participação de representantes de diversas categorias de trabalhadores, elaborando um memorial destinado ao governo do estado, visando resolver os problemas dos altos preços aluguéis das casas, sugerindo também um maior controle sobre o comércio de alimentos. Tanto o governo estadual, quanto o municipal, se comprometeram a tomar medidas para combater a carestia de vida, mas não foi possível verificar se elas foram efetivadas[242]. Neste mesmo período, ocorriam paralisações similares em outros estados como Paraná, Bahia e Pará. Levando em conta o padrão e a extensão destas mobilizações, o que se pode deduzir em relação aos projetos políticos dos militantes operários naquele momento?

Estas greves podem ser consideradas excepcionais pela massividade e pela abrangência que tiveram, mas também pela forma como foram conduzidas e pelas reivindicações que os militantes apresentaram. Neste sentido, a greve geral de São Paulo pode ser considerada paradigmática: ela iniciou-se com incidentes isolados, que se disseminaram com uma grande mobilização que atingiu toda a cidade, paralisando os serviços, fazendo com que os trabalhadores tomassem o controle do espaço público. Além disso, a forma como ela foi conduzida também lhe confere um caráter bastante diferente das greves anteriores: no lugar de representantes da federação local ou de uma comissão de greve, foi criado um Comitê de Defesa Proletária, com a participação das lideranças anarquistas e de militantes socialistas. As propostas deste CDP não se restringiam às pautas levantadas pelos trabalhadores em greve ou ao cotidiano dos operários das fábricas, mas dirigiam-se também à população em geral, fazendo com que a Comissão "falasse" em nome da população. Além disso, o próprio governo estadual aceitou mediar as negociações com os patrões e ele mesmo se comprometeu a acatar algumas medidas que estavam sendo propostas pela CDP, o que legitimava ainda mais o papel deste organismo recém-criado.

---

[241] VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). p. 80-147.
[242]*A Semana Social*. Maceió, 18, ago, 1917. p.3; 25, ago, 1917. p.4; 16, set, 1917. p.2.

A greve de 1917 em São Paulo acabou se tornando quase mítica para a história do anarquismo no Brasil. Christina Lopreato em seu livro *"O espírito de revolta: a greve geral anarquista de 1917"* enfatiza o papel dos libertários na eclosão do movimento, mostrando que a ação destes militantes, através das ligas operárias dos bairros, nos meses anteriores à paralisação, tiravam o caráter espontâneo da greve, justificando seu papel de porta-voz do povo da cidade de São Paulo[243]. Mesmo levando em conta estas características, parece claro que a ação da CDP era algo novo no movimento operário brasileiro. Além disso, a ação da Comissão junto ao governo estadual também podia ser visto como uma mudança de tática por parte dos militantes libertários, pois quebrava não só o paradigma de não reconhecer o poder estatal como legítimo, mas também ia de encontro a ideia de representação política que sempre havia sido criticada pelos defensores do sindicalismo de ação direta, que só reconheciam esta prática nas associações de trabalhadores. Levando este fato em conta, se justificaria a dura análise de Cláudio Batalha em relação à Greve de 1917, que "acabou por lançar sombras sobre o modelo de organização operária e de luta sindical que vinha sendo proposto desde o 1º Congresso Operário Brasileiro"[244].

Existem algumas características na greve geral de Porto Alegre que a aproximam do movimento paulistano, mas tanto esta "representação" dos interesses da população, quanto a intermediação do governo no desenlace dos acontecimentos, aparecem de forma muito mais explícita. Os militantes porto-alegrenses fundaram uma Liga de Defesa Popular (LDP), o que traz a mente um espectro da população muito mais amplo que o termo "proletário", normalmente ligado aos operários industriais. Como mostra Adhemar Lourenço da Silva Jr. em seu artigo "A greve geral de 1917 em Porto Alegre", a LDP clamava diretamente ao "povo", para além dos próprios "trabalhadores", quando lançava suas reivindicações[245]. Entre a pauta de negociações havia reivindicações muito amplas, algumas bem distantes do mundo das fábricas, como o estabelecimento de mercados livres nos bairros operários. A formação do Comitê de Defesa Proletária de Maceió também se guiava por esta lógica, o

---

[243] LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2000. p.97-124.

[244] BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.52.

[245] SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n.5, julho, 1996. p.188-189. Sobre a greve no contexto das mobilizações e agitações populares daquele ano, ver SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *"Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1994. (Dissertação de Mestrado).

que pode ser observado em suas demandas quanto ao preço dos aluguéis e à venda de alimentos. Neste último caso, o fato de ter sido criado fora de uma greve apenas acentuava seu caráter "popular".

Tomando um terceiro exemplo de grande paralisação, o da greve geral de Recife, se observa que este padrão em parte também se repete e isto é um indício da forte ligação existente entre os vários centros de militância do país. No caso da capital pernambucana, não se criou uma organização *ad hoc* para gerir a greve, tendo se constituído uma Comissão de Greve dentro de Sindicato de Ofícios Vários, que passou a atuar junto a muitos outros sindicatos, não apenas entre os filiados ao SOV. Mesmo assim, as reivindicações da Comissão continham itens de interesse geral da população, o que faz crer que sua atuação também visava defender o "povo" do Recife, não somente os operários[246]. Talvez por esta dificuldade de organizar uma representação popular, a Comissão tenha alcançado menos legitimidade frente aos poderes públicos. De fato, o governo estadual não se propôs a dialogar com os grevistas, mas procurou, por intermédio do seu Chefe de Polícia, encontrar um intermediário "mais dócil" na Confederação Operária Pernambucana (COP). Da mesma forma, também buscou entre os estudantes universitários possíveis negociadores que pudessem ser mais sensíveis à causa operária diante dos patrões[247]. O resultado é que os patrões não foram tão sensíveis às negociações, com piores resultados para os trabalhadores do Recife.

O que se pode dizer é que não foi somente pelo grau de mobilização que as greves de 1917 se tornaram um marco importante para o movimento operário naquela conjuntura. Pelas características descritas acima, estas paralisações se constituíram em uma experiência importante para a percepção do potencial político, para além de simplesmente sindical ou cultural, que os trabalhadores teriam diante da sociedade. Existe aqui uma dupla ação que é proposta pelos militantes, especialmente de parte das lideranças anarquistas: para dentro do próprio movimento, com o intuito de unificar os diversos grupos em um propósito comum e para fora do movimento, com um fim de estender suas ações para o restante da sociedade[248].

---

[246] MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007, p. 45-70.
[247] REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *A Classe Operária em Pernambuco: cooptação e resistência – 1900-1922*. PPG em História da UNICAMP, 1981. p.75-84.
[248] Oliveira aponta em sua tese três frentes distintas nas quais as lideranças anarquistas atuariam a partir deste momento: 1. Dentro de seus próprios grupos libertários. 2. Através do sindicalismo, visando retomar seus

Não seria incorreto pensar que os líderes das diversas "frentes" de mobilização passassem a levar em conta, a partir daquele momento, o potencial político que o movimento operário poderia adquirir perante toda a sociedade.

O surgimento do CDP e a força que este organismo adquiriu durante a greve paulistana, pareciam sugerir um "modelo" que permitisse exercer algum tipo de hegemonia sobre os trabalhadores e mesmo sobre o restante da população. Este modelo teve tanto sucesso que foi replicado em lugares tão distantes quanto Porto Alegre, Pelotas e Maceió. Isto mostra que as greves de 1917 atestavam não só a capacidade mobilizatória dos militantes libertários, mas projetavam para o futuro uma articulação mais orgânica para uma militância que agia na maior parte das vezes, de forma dispersa. Neste contexto que apareceu a primeira tentativa de constituir um organismo que permitisse uma mobilização mais articulada de todas as forças de vanguarda do país. A iniciativa partia justamente do Comitê de Defesa Proletária da cidade de São Paulo:

> Para uma ação conjunta.
> Congresso geral da vanguarda social do Brasil.
> Preparem-se todas as associações obreiras e avançadas.
> O grande movimento obreiro que está agitando o elemento proletário do Brasil, evidencia a necessidade de serem, com a máxima urgência, estabelecidas as bases de uma ação conjunta entre todas as sociedades operárias, agremiações libertárias, centros socialistas e de estudos sociais existentes no país.
> Atendendo a essa premente necessidade, o Comitê de Defesa Proletária vai promover um congresso geral de toda a nossa vanguarda social.
> Que todas as agremiações obreiras do país realizem imediatamente os trabalhos necessários para nele se fazerem representar[249].

No dia 18 de agosto, o mesmo jornal *A Plebe* anunciava que recebera de diversos pontos do país manifestações de interesse para a realização deste Congresso. Também anunciava um convênio com a Confederação Operária Brasileira (COB) para a organização do evento, que seria realizado na cidade do Rio de Janeiro em outubro daquele mesmo ano[250]. Pode-se compreender que os militantes de São Paulo tenham procurado se ligar a uma organização com mais tradição e legitimidade dentro do movimento para executar esta ideia: a COB poderia oferecer, além de um espaço e recursos financeiros, uma grande rede

---

trabalhos na COB e nas federações estaduais. 3. Em ações conjuntas para além do sindicalismo, com outros elementos "avançados" da sociedade. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos* e *revolução* no *Brasil (1906-1936).* Niterói: PPG em História da UFF, 2009. p.114.

[249] *A Plebe.* São Paulo, 4, ago, 1917. p.2.

[250] *A Plebe.* São Paulo, 18, ago, 1917. p.2.

de contatos que poderia ser utilizada para garantir uma ampla abrangência ao Congresso. A tentativa não chegou a ser concretizada, mas esta foi o primeiro intento de dar um caráter mais orgânico a uma onda de mobilizações que estava ocorrendo em vários pontos do país, mas que não era coordenada para um objetivo comum. É difícil afirmar, com tão poucas evidências, que este primeiro *projeto* que se levantava para além dos limites locais tivesse um caráter revolucionário, mas é bem provável que as alternativas para fazer com que a Revolução Social se concretizasse fariam parte dos debates do Congresso, caso ele fosse realizado.

É muito provável que o Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil não tenha saído do papel pela hostilidade da repressão que se instalou depois das greves, situação agravada pelo clima nacionalista que se seguiu à entrada do Brasil na Guerra Mundial. De fato, apesar da grande mobilização e dos resultados favoráveis que marcaram algumas destas paralisações, muitas vezes estas conquistas não conseguiram ser mantidas de forma perene. No caso de São Paulo, os ganhos do Centro de Defesa Proletária (CDP) não sobreviveram ao caráter efêmero da própria organização: após o fim da greve, muitos membros do CDP foram perseguidos pela polícia e a jornada de oito horas, além do aumento dos salários, foram revertidos algum tempo depois que os trabalhadores se desmobilizaram[251].

Em Porto Alegre, ao contrário de São Paulo, a Liga de Defesa Popular (LDP), conseguiu sobreviver ao próprio contexto da greve de 1917, por isso merece um pouco mais de atenção nesta análise. A Liga cresceu com a entrada dos sindicalistas moderados da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em sua nominata. Ao contrário do que poderiam esperar os anarquistas que fundaram a LDP, esta organização acabou servindo de suporte para que o antigo líder socialista Francisco Xavier da Costa (Conselheiro do Partido Republicano) aumentasse sua influência no movimento operário de Porto Alegre [252]. Esta institucionalização é tão significativa que a LDP chegou a ganhar um espaço no *A*

[251] LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. p.153-197.
[252] A situação da FORGS, antes da greve de 1917, não é muito clara, mas parece que os anarquistas, que haviam tomado o controle da Federação no início da década de 1910, se encontravam afastados e a associação estava momentaneamente enfraquecida, sob a influência de sindicalistas moderados. Depois da greve, estes moderados teriam colaborado com Xavier da Costa e com o governo municipal, visando a construção de um Ateneu Operário da FORGS, em troca da instalação de uma Linha de Tiro no local. Sobre a FORGS neste período, ver PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p.328-332.

*Federação*, jornal do Partido Republicano Riograndense. Os anarquistas de Porto Alegre, distantes da FORGS, decidiram combater a Federação a partir da União Operária Internacional (UOI), sua tradicional associação na capital gaúcha.

A luta entre estes dois grupos manteve-se viva bem depois da Greve Geral de 1917, tendo a LDP desempenhado um papel fundamental neste conflito. Em março de 1918, logo depois da UOI ter se desligado da FORGS, os anarquistas chamaram uma reunião da LDP para se defender de uma série de acusações lançadas pelos dirigentes da Federação contra os membros da União. Como resultado desta reunião, os representantes da Liga encaminharam esta moção de apoio à UOI: "Os membros da Liga de Defesa Popular, reunidos à convite da U. O. Internacional, não reconhecem razão alguma na acusação feita pela atual diretoria contra os sócios da U. O. Internacional." Esta posição foi reforçada com acusações de que a FORGS estava desvirtuando os princípios do Segundo Congresso Operário, aceitando "dádivas do governo, instalando linhas de tiro etc."[253]

A Liga de Defesa Popular surgiu como instrumento para os libertários fomentarem a greve geral de Porto Alegre em 1917. Depois do movimento paredista, ela se tornou espaço para os dirigentes ligados ao Partido Republicano ampliarem sua influência dentro do movimento operário gaúcho. Depois de ter assumido este papel, ela passou a ser o lugar onde os anarquistas poderiam se defender (ou atacar) os dirigentes da Federação. Todos estes diferentes "papéis", que fazem a LDP parecer um funâmbulo, só foram possíveis pelo caráter extremamente amplo e indefinido deste tipo de organização. Em julho de 1918, quando eclodiria uma nova greve em Porto Alegre, não haveria a formação de nenhuma Liga, mas os libertários retomariam o controle da Federação, apesar do fracasso do movimento.

Pode-se dizer, com razão, que o fim do CDP em São Paulo explica-se pela situação adversa que os trabalhadores viveram ao fim da greve, onde a repressão impôs condições adversas para que os militantes continuassem a atuar. Mas no caso de Porto Alegre, porque uma organização popular que se fortaleceu ao final da greve, servindo de campo de atuação tanto para os sindicalistas moderados, quanto para os anarquistas, desapareceu sem deixar rastros? O mais provável é que aquele tipo de organização, tão ampla e com um caráter político dúbio, não servisse mais aos propósitos dos libertários (podendo até se tornar um

---

[253] *A Luta*. Porto Alegre, 1º, mai, 1918. p. 3.

risco para eles) quando estes tomaram o controle da FORGS, em julho de 1918. De qualquer forma, o “destino” destas duas organizações, que mobilizaram massivamente a população e conseguiram controlar dois dos maiores centros industriais do país, pode ter se tornado um exemplo de limitação de um projeto alicerçado sobre laços tão frouxos e preocupações tão imediatas. Os libertários de São Paulo, que coordenavam o Comitê de Defesa Proletária parecem ter tido indícios disto, quando tentaram convocar o Congresso de Vanguardas para o mês de outubro. A reversão das mobilizações depois da onda de paralisações, no entanto, parece ter frustrado qualquer plano de criar algum projeto conjunto a partir das organizações surgidas durante aquela greve.

Se o fim daquelas mobilizações pode ter aportado alguma experiência às lideranças do movimento operário, os debates que ocorriam sobre os caminhos da Revolução Social também influenciaram estes militantes. Como mostrei no primeiro capítulo, o interesse pela Revolução Social crescia a medida que as mobilizações aumentavam, mas também sofria uma inflexão quando ocorriam mudanças no movimento revolucionário europeu, como depois da vitória dos bolchevistas na Rússia. Foi neste contexto, partir do final do ano de 1917 (e durante o ano de 1918), que começaram a surgir os primeiros planos que propunham finalidades revolucionárias no movimento operário brasileiro e que eram fundados deliberadamente para difundir os modelos de luta que estavam surgindo na Europa.

Para acompanhar este surgimento, vou analisar três projetos revolucionários que se constituíram ao longo do ano de 1918. Os dois primeiros são a União Maximalista de Porto Alegre e a Congregação Libertadora da Terra e do Homem de Maceió, cujas histórias são indissociáveis de seus respectivos fundadores: Abílio de Nequete e Octávio Brandão. Por esta razão, analisarei estes dois projetos a partir da trajetória destes dois militantes e da relação que eles estabeleceram com a ideia de Revolução Social. O terceiro projeto, a insurreição operária de 18 de novembro de 1918, no Rio de Janeiro, foi articulada de forma muito mais coletiva, embora algumas figuras como José Oiticica e Astrojildo Pereira tenham desempenhado um papel preponderante em seu planejamento; isto fará com que minha análise recaia muito mais em algumas ações que antecederam a revolta, como a formação da Aliança Anarquista, do que em alguma trajetória específica.

O primeiro exemplo a ser acompanhado se dará a partir da trajetória de Abílio de

Nequete, um imigrante libanês que havia chegado ao Brasil no ano de 1903, com 15 anos de idade254. Vivendo primeiramente no interior do Rio Grande do Sul, Nequete se mudou para Porto Alegre em 1910, passando a morar no bairro São João, no Quarto Distrito da capital gaúcha, a zona industrial da cidade. Nos cadernos de memórias que escreveu muitos anos mais tarde e que nunca foram publicados, ele se descreve como um autodidata, interessado por filosofia, sociologia e história, o que poderíamos definir como um "livre-pensador". Além disso, em Porto Alegre ele havia aderido ao espiritismo, apesar de sua religião original ser ortodoxa grega. Durante o ano de 1917, a trajetória de Abílio de Nequete vai sofrer algumas mudanças importantes, que se ligam diretamente às mobilizações operárias e ao movimento revolucionário internacional: durante a greve geral de agosto, ele se aproximou do movimento operário, aderindo à Liga de Defesa Popular (LDP), órgão no qual cumpriu o relevante papel de editor do efêmero jornal *A Época*. É provável que sua curiosidade intelectual e os contatos pessoais que sua profissão facultava, tenham favorecido a indicação de seu nome para um papel tão importante dentro da Liga. De qualquer forma, a esta aproximação com a militância operária se agregaria o impacto que a Revolução Russa teve em suas concepções políticas.

Abílio de Nequete dizia-se um admirador da cultura russa, tanto por questões étnicas, quanto religiosas: sua religião original era o cristianismo ortodoxo e sua condição de súdito otomano fazia com que ele visse a Rússia como uma referência importante[255]. Durante muito tempo, o Império Russo se colocou como "protetor" dos cristãos do Oriente Médio e Nequete afirma ter sofrido muito com as derrotas infligidas contra as tropas russas no decorrer da Primeira Guerra. Quando eclodiu a Revolução de Outubro, Nequete transformou esta Rússia protetora dos cristãos do Oriente Médio na pátria redentora da

---

[254] Os cadernos de memórias que Abílio de Nequete escreveu nos anos 1940, aos quais eu não tive acesso direto, foram consultados por Sílvia Petersen e por Helena Haas Rosito. Muitas das informações iniciais da vida de Nequete foram conseguidas através das anotações de Petersen e da monografia de Rosito sobre o pensamento político de Nequete. *Anotações dos Cadernos de Abílio de Nequete feitas por Silvia Petersen*. Datilografado. s/d e ROSITO, Renata I. H. *O pensamento político de Abílio de Nequete*. Porto Alegre: PUCRS, 1972. (Monografia para a Cadeira de Política do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais). A trajetória de Nequete, para além deste período, foi abordada por mim em um artigo em que escrevo sua biografia, tendo por fio condutor sua militância. BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social (UNICAMP)*, v. 14/15, p. 157-173, 2008.

[255] O filho de Abílio, Edison Nequete, escreveu um livro de memórias dedicado à seu falecido pai onde deu vários exemplos da importância que a cultura libanesa teve para ele durante toda a sua vida. Sobre a influência da Rússia sob os ortodoxos, neste mesmo livro o autor afirma que, quando criança, Abílio de Nequete teria estudado em uma escola ortodoxa financiada pelo Czar da Rússia. NEQUETE, Edison. *Herança da luta de Abílio de Nequete*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, p.124-125.

classe operária. Desta forma, ele se tornará um defensor ardoroso do bolchevismo, aproximação que deve ter sido impulsionada também por toda a experiência com o movimento operário durante a greve de agosto de 1917, na qual participou como membro ativo da LDP.

Em dezembro de 1917, Abílio de Nequete foi preso distribuindo panfletos entre os soldados de baixa patente de um quartel da capital gaúcha. O folheto se chamava *"Ao povo rio-grandense"* e vinha assinado pelo Grupo de Operários e Soldados Brasileiros. O teor deste texto era bastante nacionalista, procurando mostrar aos soldados a miséria da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que exortava estes dois grupos sociais a atuarem juntos. Entre as propostas, estavam algumas medidas que lembravam as da Liga de Defesa Popular, como a suspensão dos aluguéis dos operários, mas outros se afastavam delas, como a instituição de uma taxa de 5% destes aluguéis para ajudar a Cruz Vermelha na guerra e impulsionar o desenvolvimento da aviação. Durante o inquérito que seguiu a sua prisão, Nequete foi acusado de promover reuniões secretas na sua casa e de ser um anarquista admirador da Rússia. Perguntado sobre o Grupo de Operários e Soldados, o militante respondeu que "sendo livre pensador, amigo do proletariado e do militarismo, e compreendendo que a vida da caserna é, pelas classes operárias, mal-vista por ser encarada por um falso prisma, pensou, assinando daquele modo o referido boletim, congregar as duas classes"[256].

A partir de 1918, Abílio de Nequete passou a atuar junto aos anarquistas da União Operária Internacional (UOI), colaborando no jornal *A Luta*, onde escrevia artigos com o pseudônimo de Máximo Evidente. A relação que tinha com os anarquistas da União, no entanto, não era muito pacífica. Nequete tinha referências e convicções diferentes dos militantes libertários, além disso, ele era religioso, o que provocava uma reação bastante negativa de parte de alguns militantes. Ele mesmo afirma em suas memórias que Zenon de Almeida, importante liderança libertária, escarnecia de seu "espiritualismo orientalizante". Este tipo de conflito deve ter sido um incentivo para que Nequete se afastasse da UOI: em novembro de 1918, ele vai fundar a União Maximalista de Porto Alegre, organização criada para defender a Revolução Russa e propagar suas ideias. Alguns anos mais tarde, seu

[256] *Grupo de Operários e Soldados Brasileiros. Ao povo rio-grandense*. Porto Alegre, 1917. Inquérito Policial Militar 1432. Foro Federal. Porto Alegre, 1917.

fundador vai lembrar o processo que levou a criação da nova associação desta maneira:

> Em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em Novembro de 1918, um grupo de três companheiros tomou a si o encargo de lançar um manifesto aos trabalhadores, dando como causa da pandemia, então chamada espanhola, a organização ultra-criminosa do Capitalismo e incitava as massas a que se apoderassem de tudo, porque tudo era criado por seu seu esforço. Este manifesto levava em seu cabeço o seguinte:
>
> MANIFESTO DA UNIÃO MAXIMALISTA AOS TRABALHADORES. E desde então o referido grupo considerou-se como entidade revolucionária que, embora falho de conhecimentos doutrinários, apoiava em todas as oportunidades os feitos da gloriosa Revolução Russa. Uma das causas principais do grupo usar o nome de UNIÃO MAXIMALISTA, foi a hostilidade que já começavam a desenvolver os anarquistas da UNIÃO OPERÁRIA INTERNACIONAL a qual pertenciam, como afiliados os três membros fundadores da UNIÃO MAXIMALISTA.[257]

Os três membros da associação, além do próprio fundador, eram Francisco Merino e Otávio Hengist. O manifesto que marcava a criação da União Maximalista se chamava “Do Canhão à Peste- Até que os operários tenham consciência de si próprios...”. Neste texto, não existe nenhuma novidade em termos de projeto, mas há uma crítica feroz contra os políticos oportunistas que procuravam o apoio da classe operária, além de um protesto contra a Guerra e as condições de vida dos trabalhadores, o que fazia com que a Gripe Espanhola encontrasse um terreno fértil para se espalhar (daí a explicação para o título)[258]. Apenas em janeiro de 1919, a União lançou um manifesto em que expunha o “Programa Maximalista”, identificado como sendo o programa dos comunistas russos. Este programa era composto de 7 pontos: 1, socialização da produção; 2, expropriação dos bens; 3, abolição das castas privilegiadas; 4, nacionalização do fisco; 5, revolução como único meio de luta; 6, soviet como organizador da vida social e 7, necessidade da correspondência ativa entre os soviets para suprimento e defesa mútua. Neste manifesto já está claramente explícito que o *soviet* é a forma de organização da sociedade futura. Aqui não é um genérico governo dos produtores, mas é uma *nova forma de poder* com atribuições

---

[257] *Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista*. Montevidéu, 1º de fevereiro de 1921. Esta carta encontra-se no RGASPI – Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovanii (Arquivo do Estado Russo de História Social e Política). Uma cópia eletrônica dela me foi cedida pelo pesquisador Arthur Duarte Peixoto.

[258] *Do canhão à Peste- Até que os operários tenham consciência de si próprios*, Porto Alegre, 1º nov, 1918. Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.

específicas[259].

A União Maximalista participou de forma muito ativa no movimento operário de Porto Alegre, apoiando categorias como a dos sapateiros, serralheiros e metalúrgicos. Durante estas mobilizações, Nequete conseguiu inclusive atrair o Presidente do Sindicato Metalúrgico, Carlos Tóffolo, para sua associação.

A fundação da União Maximalista é um marco muito importante do movimento operário brasileiro, pois ela foi a primeira associação do país que justificou sua fundação no apoio à Revolução Russa e apresentou um programa político, que era também um projeto para o futuro da sociedade, que se remetia diretamente àquela revolução. Tomando como ponto de partida esta militância que gera um projeto revolucionário, podemos encontrar um paralelo da atuação de Nequete em Porto Alegre com Octávio Brandão na cidade de Maceió. Assim como Nequete, Brandão também escreveu suas memórias, mas diferente do barbeiro maximalista, o militante alagoano teve oportunidade de publicar duas versões de sua história de vida: *O Caminho,* em 1950 e *Combates e Batalhas* em 1978. Desta forma, aqui temos uma narrativa já estruturada sobre suas ideias e projetos, o que ajuda a entender o contexto do seu interesse pela Revolução Social e da fundação da Congregação Libertadora da Terra e do Homem.

Octávio Brandão nasceu em 1894, na cidade de Viçosa, no interior de Alagoas. Seu pai era filho de camponeses e tornou-se um "farmacêutico prático" naquela cidade; sua mãe vinha de uma família de senhores de engenho, tendo morrido muito cedo. Sua família materna, os Brandão, teria um papel muito importante na sua formação, pois foi a partir da ajuda de seus tios que ele vai ter oportunidade de estudar farmácia em Recife, entre 1912 e 1914. Também foi na farmácia de seu tio Manuel Brandão que ele teve seu primeiro emprego, no qual permaneceu até 1915, quando partiu para Maceió e abriu seu próprio negócio[260]. Além de sua formação profissional, Brandão afirma que foi no Recife onde encontrou referências literárias que permitiram seu "despertar" intelectual: no ano de 1912, teria encontrado em uma livraria a obra *"Force et Matière"*, de Louis Buchner. Com esta leitura teria iniciado seu interesse pelo materialismo filosófico, tornando-se ele um livre

---

[259] *Ao Povo. O programa maximalista*. Impresso da União Maximalista. Porto Alegre, 1919. Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.
[260] BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 43-84.

pensador, crítico do clericalismo que marcava a cultura brasileira na época. Em Recife, Brandão leu Heráclito, Democrito, Epicuro, Lucrécio, Giordano Bruno e Spinoza, além de Diderot e Holbach, com os quais teria fortalecido seu materialismo, motivo pelo qual entraria em conflito com a família materna, que era católica e tradicional (e que havia financiado seus estudos).

Além do materialismo, Brandão também se interessava pelas ciências naturais, pela condição da terra e dos seus recursos, realizando incursões pelo interior do estado de Alagoas para conhecer suas paisagens naturais. Destas incursões nasceu uma série de conferências que ele vai realizar na capital alagoana durante o ano de 1917 e que vai dar origem ao livro *"Canais e Lagoas"*. Foi neste ano de 1917 que Octávio Brandão diz ter entrado em contato com o movimento operário, no mesmo período em que na Rússia se iniciava a revolução socialista. Em seus livros de memórias, este contato se dá através de um jovem militante libertário, o tipógrafo Antônio Bernardo Canellas, que editava *A Semana Social*. É provável que a relação entre os dois seja inclusive anterior, pois em 1916, Canellas já publicava o jornal *Tribuna do Povo* na cidade de Viçosa, terra natal de Octávio Brandão[261].

Na *Semana Social* vão ser publicadas diversas notícias sobre suas conferências, além de textos produzidos por ele, que tinham como tema a literatura e a filosofia[262]. Também na *Semana Social* de Maceió seria noticiada a fundação da "Sociedade dos Irreverentes", definida como formada por "gente de língua afiada e demolidora, uma sociedade idêntica às sociedades alemãs como Os Emancipados de Berlim, gente libertária, insubmissa, revolucionária e sobretudo, irreverente[...]"[263]. Os Irreverentes era um grupo formado por operários e empregados do comércio, que se reunia nos fundos da farmácia de Brandão, onde seus membros discutiam problemas sociais e faziam propaganda do ateísmo combatente[264]. Em novembro, Brandão e Canellas tiveram de fugir para Viçosa em virtude das perseguições políticas; de volta a capital alagoana, ele recebeu a notícia da vitória dos bolchevistas na Rússia, o que vai lhe influenciar profundamente.

---

[261] A Farmácia Brandão era uma das anunciantes do jornal de Canellas.
[262] “A Mãe. Máximo Gorki”. *Semana Social,* Maceió, 27, out, 1917. p.2 e “A palavra dos Deuses”, *Semana Social.* Maceió, 3, nov, 1917. p.2-3.
[263] *Semana Social.* Maceió, 27, out, 1917. p.1.
[264] BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 116.

Este caminho de Brandão em direção às ideias revolucionárias e ao movimento operário deve ser relativizado quanto ao voluntarismo de suas decisões, pois não pode ser pensado como uma ação apenas individual. O jovem farmacêutico vivia em Maceió, onde não havia um grande parque industrial, mas existia uma tradição de organização operária desde o começo do século XX. Além disso, sua atuação se deu em um ambiente em que a mobilização dos trabalhadores e sua organização estavam se ampliando. Em 1917, havia sido fundado um Centro de Defesa Proletária em Maceió, imitando o modelo de São Paulo e durante o ano de 1918, a organização dos trabalhadores continuava avançando em Alagoas. Pela *Tribuna do Povo* de Recife, jornal fundado pelo mesmo Canellas que havia sido amigo de Brandão em Maceió, podia-se acompanhar o movimento operário alagoano, que crescia com a fundação de novos sindicatos e de um grupo de propaganda socialistas[265].

Assim como ocorreu com o livre-pensador Abílio de Nequete em Porto Alegre, esta aproximação se deu em um momento em que os trabalhadores se mobilizavam, o que dava força à identificação destes militantes com as novas ideias revolucionárias. No caso de Brandão, a emergência da Revolução Russa atiçou sua curiosidade, fazendo com que ele procurasse referências do pensamento social daquele país na capital alagoana. A única referência que Brandão encontrou foi um livro chamado *"Rússia Subterrânea"*, do populista (narodnik) Stépniak-Krachinsky, que o impressionou pelos relatos de luta e heroísmo. Desta forma, inspirado pelos populistas do século XIX, Octávio Brandão concluiu que era necessário ir ao povo[266]. Foi neste contexto que ele iniciou sua luta pela reforma agrária, através do lançamento de um ensaio intitulado "Um deserdado da verdade", em que fazia um apelo pela divisão da terra e o respeito aos recursos naturais[267]. O resultado desta campanha foi a fundação da Congregação Libertadora da Terra e do Homem, em julho de 1918. Esta luta tem seu ponto alto com sua "ida ao povo", como faziam os populistas russos, quando o jovem farmacêutico passou a percorrer os engenhos de açúcar do interior do estado, tentando convencer a população rural da necessidade da divisão da terra e da libertação social. Esta passagem da vida de Brandão é contada no livro *"O Caminho"*:

---

[265] *Tribuna do Povo,* Recife. Edições de 20 de maio, 1 de julho, 10 de agosto, 20 de agosto, 1 de novembro.
[266] BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p.127-128.
[267] O Apelo que Octávio Brandão faz em Maceió é comentado pela *Tribuna do Povo* de Recife, na edição do dia 1 de julho de 1918. Alguns trechos deste texto se encontram na sua biografia *Combates e Batalhas.*

> - É preciso "Ir ao Povo", como na Rússia do século XIX!
>
> Tomou a decisão:
>
> - É necessário lutar diretamente, no seio do povo, contra o atraso e a rotina, a apatia e a estagnação, a miséria e o despotismo!
>
> Vestiu uma roupa de brim, pôs umas alpercatas, um lenço ao redor do pescoço e um chapéu de palha de ouricuri à cabeça.
>
> Num saco, um pouco de pão. No bolso direito da calça, um pouco de dinheiro. À mão, um lápis e um caderno de notas.
>
> E procurando infatigavelmente O Caminho, o Lidador "foi ao povo"...
>
> Dionísio [pseudônimo de Octávio Brandão] saiu pelos engenhos de açúcar de Alagoas, a fazer propaganda da palavra de ordem:
>
> - Divisão das terras! A terra – ao trabalhador da enxada![268]

Esta tentativa não teve sucesso, pois Brandão passou a ser perseguido pelos proprietários de terra, tendo de voltar para Maceió. O significado do projeto político representado pela Congregação Libertadora, no entanto, é bastante original para este período em que os planos revolucionários se voltavam especialmente para o proletariado urbano. Apesar de Brandão valorizar a referência dos populistas para a sua decisão de "ir ao povo", deve-se destacar que ele tinha um particular interesse pela relação do homem com a natureza e convivera com os trabalhadores pobres no interior de Alagoas desde sua infância. Além disso, os debates sobre as condições dos trabalhadores rurais não estavam totalmente ausentes do movimento operário durante este período, como mostram alguns artigos publicados na *Tribuna do Povo* de Recife durante o ano de 1918 (textos os quais Brandão poderia ter acesso)[269]. A originalidade deste projeto está no protagonismo que os trabalhadores rurais teriam no processo de libertação social, aspecto que não estava tão presente nos projetos constituídos nos grandes centros industriais do centro do Brasil.

Durante o ano de 1918, Brandão fundou o jornal *O Povo*, que provavelmente tinha ligação com o projeto da Congregação, já que o periódico trazia em seu cabeçalho "A redenção da terra: o regionalismo não exclui o socialismo" e "A redenção do homem: apesar de tudo... também tenho pátria". Em seu primeiro número Santacruz Lima aparecia

---

[268] BRANDÃO, Octávio. *O caminho*. Maceió: Edufal, 2007. p.292-293.
[269] A escravidão no interior. *Tribuna do Povo*. Recife, 1º mai, 1918. p.3; O problema rural, *Tribuna do Povo*. Recife, 10, mai, 1918. p.1; A escravidão das usinas. *Tribuna do Povo*. Recife, 20, dez, 1918. p.1.

como redator-chefe e João Bittencourt como gerente, mas as referências à Brandão, além de seus textos, estavam muito presentes. Neste veículo ele continuou lançando manifestos à revolta, como "O monopólio"[270] e "Sob o tremular da bandeira socialista"[271]. Depois da insurreição operária de novembro daquele ano no Rio de Janeiro, José Oiticica, um dos principais articuladores da rebelião, exilou-se em Alagoas e esteve em contato com Octávio Brandão. Isto mostra que a rede de contatos dos militantes funcionava para dar apoio àqueles que tinham de sair de seus locais de militância; além disso, este contato pode ter propiciado a oportunidade para que militante alagoano fosse recebido pelos sindicalistas cariocas quando chegasse seu momento de exilar-se. Isto ocorreu em maio de 1919, depois do recrudescimento da repressão em Alagoas: após ser preso e ter sua vida ameaçada, Brandão teve de se retirar de Maceió, partindo para o Rio de Janeiro, onde se integraria ao grupo de militantes libertários da Capital Federal.

Tanto o projeto em que Nequete, quanto o que Brandão esteve envolvido, tem características que os tornam bastante particulares em sua forma de aproximação com a ideia de Revolução Social. Inicialmente, estes militantes não eram lideranças do movimento operário, nem eram partidários do anarquismo ou do sindicalismo, mas se consideravam livre-pensadores, mesmo assim eles tiveram um grande interesse pela revolução, formulando propostas de organização e ação que eram revolucionárias em seus objetivos. A legitimidade que estas lideranças conseguiram, apesar de sua falta de experiência, também aponta para outra característica daquela conjuntura: a abertura que momentos de intensa mobilização permitem para o surgimento de novas lideranças e novas elaborações. A relação com outros militantes (no caso de Nequete) ou o lugar onde as propostas eram elaboradas (no caso de Brandão), afastaram seus projetos das concepções dominantes no movimento operário da Primeira República, mas isto só prova como um período rico em acontecimentos, em que o devir aparecia como algo em construção, permite a criação de propostas que rompiam com lógicas já estabelecidas.

O terceiro projeto a ser analisado, a insurreição operária de 18 de novembro de 1918, foi fruto de um planejamento muito mais coletivo que os exemplos anteriores, mesmo que algumas lideranças libertárias tivessem um papel mais destacado na articulação deste

[270] *O Povo.* Maceió, 4, ago, 1918. p.1-2.
[271] *O Povo.* Maceió, 2, set, 1918. p.1.

levante. Para compreender como a ideia de uma insurreição se impôs entre os militantes anarquistas e algumas lideranças sindicais do Rio de Janeiro, mais do que seguir a trajetória de alguns sujeitos, se faz necessário acompanhar as lutas dos trabalhadores da Capital Federal desde as greves de 1917 até o fracasso do intento revolucionário do ano de 1918.

No início de 1917, os trabalhadores do Rio de Janeiro sofriam com o impacto da Primeira Guerra, o que se traduzia no desemprego de alguns setores especializados (especialmente os ligados ao artesanato), assim como o aumento da carestia de vida. A formação do Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra a Carestia e o Aumento de Impostos (CCAPCCAI), a partir da ação dos militantes da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e do Centro Libertário, tinha por função lutar contra esta crise, mas também objetivava mobilizar e organizar categorias profissionais que estavam "adormecidas". A medida que os comícios e outras atividades do Comitê se tornavam maiores, o foco da mobilização ia se deslocando, do protesto por melhores condições de vida para pautas de fundo trabalhista, como a luta por melhores salários e a limitação das horas de trabalho.

Os militantes ligados à Federação Operária engajaram-se em um intenso processo de organização dos trabalhadores, o que resultou na formação de entidades como a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), a União Geral Metalúrgica (UGM) e a União Geral da Construção Civil (UGCC). No mês de junho, sob o impacto de um grave acidente no Hotel Nova York que vitimou muitos trabalhadores e sob a influência da greve geral de São Paulo, o número de paralisações cresceu muito, assim como aumentou a tensão entre os trabalhadores e seus patrões. Apesar de todos estes ingredientes, a movimentação não redundou em uma greve geral com uma coordenação centralizada como aconteceu em outras capitais do país[272].

Um dos motivos para que a greve não se generalizasse era a orientação muito heterogênea que norteavam as diferentes organizações operárias na Capital Federal. Como apontou Maria Cecília Velasco e Cruz, a Federação Operária era o único lugar onde vicejava um sindicalismo mais radical, que, não por coincidência, também era o espaço onde as lideranças anarquistas tinham maior penetração. Além dos sindicatos filiados à FORJ, parte considerável dos trabalhadores organizados cariocas estavam vinculados à

[272] VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). pp.80-144.

organismos que praticavam um sindicalismo reformista, de franca colaboração com o Estado, como o Círculo dos Operários da União, a Federação Marítima e a Federação dos Condutores de Veículo. Estas entidades não participaram do Comitê de Agitação, tampouco aderiram às paralisações de junho de 1917[273]. Para os militantes e líderes sindicais próximos aos libertários, que vislumbravam na mobilização dos trabalhadores a chave para a Revolução Social, o caminho a ser trilhado se mostrava árduo e complexo.

Da mesma forma que não seria correto identificar imediatamente todo o movimento operário carioca com os grupos anarquistas, também parece uma atitude ligeira identificar todos os membros Federação Operária com estes grupos. Wellington Nébias mostrou, ao analisar a relação dos anarquistas do Rio de Janeiro com os sindicatos abrigados na FORJ entre os anos de 1917 e 1918, que, mesmo que muitos sindicalistas tivessem boas relações com os militantes ácratas (estes organizados em associações próprias como o Centro Libertário), sua atuação não pode ser identificada imediatamente com os objetivos das lideranças anarquistas, se aproximando na maior parte das vezes das práticas do sindicalismo revolucionário e mesmo em alguns casos do reformismo[274]. Mesmo discordando de Nébias quanto a uma separação tão estanque entre partidários do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, esta análise aponta para diferenças significativas nas formas de atuação da militância em espaços diversos dentro do movimento operário carioca. Neste sentido, um caráter mais puramente econômico das associações de classe podia ser, inclusive, incentivado pelos próprios anarquistas, como forma de afastar as influências político-partidárias das sociedades operárias. O fato é que, no momento em que as lideranças revolucionárias quisessem dar um caráter mais radical à luta dos trabalhadores, o "invólucro" econômico poderia se transformar em um problema. É muito significativo, neste sentido, o que diz um manuscrito de Astrojildo Pereira, provavelmente de 1917, sobre estas divergências no movimento operário carioca:

> Um grave problema tem preocupado as atenções gerais de quase todos os camaradas cariocas, e isso já vai para mais de dois anos. Referimo-nos a questão do anarquismo e do sindicalismo. Questão debatidíssima em toda parte do mundo,

---

[273] VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). pp.130-144.

[274] NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.* Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado). pp.72-147.

> ela tomou entre nós uma feição especial e radical, e, digamos o termo, particularmente azeda. Com efeito (notem os camaradas que não estou dando minha opinião sobre o assunto: exponho os fatos com imparcialidade), com efeito, dizia, uma boa parte, senão a maioria dos nossos militantes anarquistas, desde algum tempo abriu uma tenaz e implacável campanha contra a extinta Federação Operária. Nascida, engrandecia e renascida pelo esforço anarquista, a Federação desde o seu inicio em 1906, sempre constituiu o campo preferido da ação libertária no Rio de Janeiro. Os nossos melhores e mais ativos militantes, todos, direta ou indiretamente, por ali passaram e ali exerceram a sua ação revolucionária. Há, porém, coisa de três anos, começou o germe da desagregação o seu trabalho minaz de destruição do organismo federativo sindical. Aumentando dia a dia, hora a hora, a obra destruidora chegou ao momento fatal: o desabamento. Os mais ingentes esforços de alguns camaradas dedicados e discordes da ação dissolvente da maioria foram impotentes, e o edifício veio abaixo. A polícia, aproveitando-se habilmente da cisão e da discórdia, deu-lhe o golpe final – golpe de audácia que só a nossa desunião tornou possível, bom é que frisemos”[275].

É muito provável que estas divisões, assim como o crescimento da repressão, estejam na origem da formação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, que ocorreria em janeiro do ano de 1918. Este organismo, conforme seu boletim de fundação, seria "um órgão de união, de entendimento, de aliança de todos os anarquistas do Rio de Janeiro, formados em grupos ou não"[276]. No ato de fundação desta Aliança, o mesmo Astrojildo Pereira lançaria um apelo aos anarquistas, em que chamava atenção para o momento em que o mundo estava vivendo, marcado pela guerra e pela Revolução Russa, que apontava para o fim do ciclo da civilização burguesa. Seria papel de todo anarquista estar de prontidão para o momento da revolução, que não seria possível "...continuarmos no bate-boca das tricas, na lavagem de roupa suja, quando uma latíssima missão histórica nos chama á ação- a ação tenaz, constante, ardente, crepitante, numa palavra, a ação revolucionária..."[277].

Como unir os trabalhadores e como fazer com que esta potência fosse mobilizada para o grande momento da Revolução Social, cuja emergência parecia estar cada vez mais próxima? A Aliança Anarquista parece ser uma resposta a esta preocupação. Além disso, a antiga FORJ fora substituída por uma nova União Geral dos Trabalhadores (UGT), que deveria dar mais organicidade ao movimento sindical. Em agosto, líderes anarquistas, como Joaquim da Costa Pimenta e Astrojildo Pereira, estariam entre os organizadores da greve da

---

[275] Manuscrito citado em LENA JR., Hélio de. *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917-1922)* Vassouras: PPG em História da Universidade Severino Sombra, 1999. pp.27-28.
[276] *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, fev, 1918. p.1.
[277] *O Cosmopolita*. Rio de Janeiro, 1º de fev, 1918. p.2.

Companhia Cantareira, que operava os bondes e as barcas de Niterói. Nesta paralisação houve um sangrento confronto entre a população e a Força Pública do estado do Rio de Janeiro, situação em que os soldados do exército se solidarizaram com os trabalhadores, enfrentando de armas na mão aos policiais. A greve teve como vítimas um operário e dois soldados, causando grande comoção na capital fluminense. Para aqueles que esperavam uma revolta que unisse operários e soldados em uma mesma luta, aquele parecia ser o sinal de que seus sonhos revolucionários podiam ser realizados.

As lideranças anarquistas, já bastante influenciadas pela Revolução Russa, começaram uma série de articulações para promover um levante com o apoio do exército e de categorias de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro. José Oiticica passou a promover encontros em sua casa com a participação de figuras importantes do movimento libertário carioca e de militantes oriundos de outros estados como Manoel Campos, Agripino Nazaré, José Elias da Silva, João da Costa Pimenta, Álvaro Palmeira e Astrojildo Pereira. Nestas reuniões, Oiticica afirmava que era necessário instaurar um governo popular, como havia sido feito na Rússia. No dia 15 de novembro, ocorreu a reunião decisiva para o planejamento da insurreição, com a participação de líderes dos operários em fábrica de tecido e dos metalúrgicos, que prometeram apoio dos trabalhadores para a vitória da insurreição[278].

O movimento revolucionário, articulado pela Aliança Anarquista, deveria se iniciar em 18 novembro de 1918, o que coincidiria com a deflagração de uma greve geral na Capital Federal. O objetivo era levar um grande contingente de trabalhadores para o Campo de São Cristovão e esperar a chegada dos soldados que se solidarizariam com os operários: no momento em que isto ocorresse, os trabalhadores poderiam tomar o Arsenal de Guerra, dinamitar as torres de energia da Capital Federal e se encaminhar para o Palácio do Catete, onde deporiam o Presidente e proclamariam uma república dos soviets. O movimento aproveitaria da transição de poder que estava ocorrendo, pois, com a morte do recém-eleito Rodrigues Alves, assumiria seu Vice-Presidente Delfim Moreira. O Rio de Janeiro também vivia sob o efeito da gripe espanhola (que vitimou o Presidente eleito), o que dava força ao descontentamento. O plano tinha apoios fora do mundo sindical, como o jornalista baiano

[278] NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.* Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado). , p. 192-193.

Agripino Nazareth, além de um contato militar, o Tenente da Marinha Jorge Elias Ajus, que garantiria o suporte das tropas. O grande problema é que Ajus era um agente infiltrado e comunicou o plano às autoridades. No dia 18, a greve foi deflagrada e cerca de 400 operários se dirigiram para o Campo de São Cristovão, mas o movimento não contou com o apoio dos militares, resultando em um violento confronto entre o exército e os trabalhadores. As principais lideranças do movimento foram presas enquanto estavam reunidas na casa de José Oiticica, o principal líder do levante na Capital. Alguns permaneceram presos, como Astrojildo Pereira, outros foram exilados em regiões distantes do interior do Brasil, como José Oiticica[279].

Através das trajetórias de militantes como Abílio de Nequete e Octávio Brandão, e do acompanhamento das articulações dos anarquistas do Rio de Janeiro, foi possível observar como a Revolução Social deixava de ser apenas um tema de debates, para tornar-se um objetivo a ser alcançado. Para alcançar este objetivo, os militantes pensaram caminhos, constituíram projetos para tornarem reais seus sonhos revolucionários. Inicialmente, estes projetos se apresentaram como iniciativas isoladas, pouco articuladas para a tarefa de fazer triunfar a causa da revolução em um país das dimensões do Brasil. Experiências como o fracasso da insurreição operária de 1918 se incorporariam ao arcabouço crítico do movimento operário, fazendo com que os caminhos que iriam levar à Revolução Social fossem repensados.

### 2.3. A constituição do primeiro Partido Comunista do Brasil e a insurreição operária de outubro de 1919, em São Paulo

Esta seção vai tratar do momento posterior aos acontecimentos de novembro de 1918, quando novos processos de reorganização política ganharam força dentro do movimento operário brasileiro. Partindo do núcleo do Rio de Janeiro, com a participação ativa de outros centros de militância, vai ser criado o Partido Comunista do Brasil, em março de 1919; também será chamada uma Conferência Comunista para junho daquele ano. O objetivo é analisar a tentativa de estruturação de uma nova solidariedade entre os

[279] Para mais detalhes sobre a insurreição de 1918, ver ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Achiamé: Rio de Janeiro, 2002 (edição revista e atualizada). pp.101-144.

diversos núcleos de militância, à medida que as greves e a repressão policial se tornavam mais duras, processo que vai culminar com a insurreição de outubro de 1919.

A insurreição operária do Rio de Janeiro, desarticulada em 18 de novembro, tinha sido um duro baque para o movimento operário da Capital Federal. Com algumas lideranças presas e outras exiladas, era necessário repensar as formas de atuação da militância, caso o objetivo final do movimento fosse a Revolução Social. Mesmo com esta desarticulação, é provável que a eclosão do movimento (apesar de sua derrota), tenha sido vista como um incentivo para que os companheiros de outras regiões aprofundassem seu interesse pelo movimento revolucionário Se tomarmos como exemplo os comentários contidos no artigo "O maximalismo no Brasil?", publicado no jornal *Tribuna do Povo*, de Recife, 12 dias após os acontecimentos no Rio de Janeiro, veremos que o processo não foi tomado como uma "derrota". O autor do artigo, ponderando sobre as notícias que vinham do centro do país, achava natural que um movimento maximalista tivesse se iniciado, porque, como afirmava o próprio articulista "Assim pensamos porque estamos convencidos de que as teorias maximalistas serão postas em prática em todos os lugares onde houver soldados e operários, o que acontece por toda a parte". A repressão ao movimento não seria um motivo para moderar as ações dos trabalhadores ou promover algum tipo de recuo, afastando-se do exemplo dos revolucionários russos, pelo contrário, seria necessário seguir seu exemplo de forma mais consequente para se conseguir a implantação do maximalismo em nosso país: "Com uma intensa e sistemática exposição das ideias e dos métodos maximalistas, juntamente com uma forte dose de audácia, se chegará facilmente a este belo resultado"[280]. Em outro artigo do mesmo jornal, ao comentar a violência com que a greve operária havia se desdobrado em insurreição, outro articulista cita o ditado "Quem semeia ventos, colhe tempestades", para chegar a conclusão de que a atitude dos trabalhadores se originava no própria repressão policial patrocinada pelo governo[281].

O movimento operário de Recife era um dos mais engajados neste momento, além disso, a *Tribuna do Povo* era um jornal onde a Revolução Social era um tema constante, mas não parece errado pensar que este sentimento tenha sido compartilhado por muitos outros militantes em diferentes partes do país. Naquele exato momento, em locais tão

---

[280]*Tribuna do Povo*. Recife, 1º, dez, 1918. p.4.
[281]*Tribuna do Povo*. Recife, 1º, dez, 1918. p.3.

distantes entre si como Porto Alegre e Maceió, já havia militantes tentando constituir grupos com objetivos revolucionários ou que tentavam seguir o exemplo dos revolucionários europeus; neste sentido, é mais provável que a atitude dos operários cariocas tenha sido vista como um incentivo para que todo aquele que estivesse interessado em promover a Revolução Social continuasse seu trabalho. Além disso, o mês de novembro coincidiu com a desagregação final do Império Alemão, com a eclosão de uma grande revolução operária no coração da Europa. A multiplicação das notícias e o aprofundamento do debate que se seguiu à estes fatos, como procurei demonstrar no primeiro capítulo, mostram que os acontecimentos de novembro foram lidos como um novo ciclo que se abria na luta contra o Estado e a burguesia. Este momento vai ser marcado pela procura de novas formas de organização e ação, que fossem mais efetivas para fazer triunfar a causa revolucionária no Brasil, ou seja, pela construção de um novo projeto político que visasse alcançar este objetivo.

Uma das formas de dar mais organicidade à militância em sua busca pela revolução foi a organização de um partido. Conforme Dainis Karepovs indica em sua tese, remetendo-se a um fragmento de memória de Astrojildo Pereira, "foi durante o período de prisão das lideranças da insurreição de novembro de 1918, no qual mantiveram contatos regulares com os camaradas de fora, que apareceu pela primeira vez a ideia de criação do Partido Comunista do Brasil"[282]. De fato, foi apenas alguns meses após aquele episódio, no dia 9 de março de 1919, que os membros da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro formaram o que seria o primeiro Partido Comunista do país. Este partido lançou algumas "Bases de Acordo", que tratava das formas de filiação, além do funcionamento dos núcleos regionais, que deveriam relacionar-se entre si[283]. Um pouco mais complexo era o programa do partido, dividido em sete pontos que tratavam de diversos assuntos como a reforma agrária, a regulamentação das horas de trabalho, a liberdade de pensamento e que concitava os trabalhadores a lutarem pela tomada dos poderes públicos. O programa se iniciava com uma rápida analise da situação do capitalismo e seus prejuízos para a sociedade, considerando que, apesar disso, o mundo estava se transformando e que na Rússia o povo já

---

[282] KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* PPG em História da USP: São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado). p.38-36.
[283] *Bases de Acordo do Partido Communista do Brasil.* Impresso do Partido Communista do Brasil: Rio de Janeiro, 1919.Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.

estava conseguindo mudar a sociedade pela ação do Partido Comunista daquele país. Levando este exemplo em consideração, eram apresentados os sete pontos e a finalidade da organização:

> 1º. Abolição da propriedade privada que constitua base para exploração do trabalho alheio, passando a ser posta em comum; ficando, porém, a pequena propriedade em poder de seus possuidores, sempre que seja de seu exclusivo usufruto. Será de livre alvitre dos possuidores de pequenas propriedades incorporá-las ou não à comunidade, mas não poderão em sua falta, lega-las ou transferi-las à outrem e passarão a fazer parte do patrimônio comum.
> 2º. Socialização de todas as indústrias, agricultura, meios de transporte e de comunicação que serão administrados pelas respectivas associações de classe e dirigidas por profissionais competentes em cada ramo de produção e atividade. Os indivíduos encarregados de dirigir a produção e a atividade social exercerão apenas função de direção, mas nunca de mando.
> 3º. Regulamentar as horas de trabalho de acordo com as necessidades de produção e de consumo.
> 4º. Estabelecer o trabalho obrigatório para todos os indivíduos válidos, de 18 a 50 anos.
> 5º. Distribuir a produção entre os indivíduos, segundo as suas necessidades, e estabelecer a troca recíproca entre as comunidades urbanas e rurais.
> 6º. Assegurar acessível para todas as pessoas, livre e completa instrução racional.
> 7º. Garantir absoluta liberdade de pensamento e de reunião, para todos os indivíduos.
> Este programa, em síntese, é suscetível de reformas de acordo com a evolução que se operar no povo, e, para obter a sua realização, o Partido adota como meio de ação a propaganda falada e escrita a todas as pessoas do Brasil, até estabelecer uma aliança de indivíduos de diversas classes que possa garantir o êxito da transformação que o Partido Comunista do Brasil se propõe realizar.
> A ação do Partido consiste na propaganda sistemática por todo o país, do socialismo integral ou comunismo, e na arregimentação e educação do proletariado em geral para a conquista dos poderes públicos- único meio pelo qual poderá realizar o seu programa.
> A propaganda será feita por meio de folhetos, manifestos, comícios, conferências, representações teatrais, etc. e por meio de um semanário que será o órgão oficial do Partido (Este periódico tornar-se-á diário quando as circunstâncias o permitam).
> Fiel aos princípios da Internacional, o Partido Comunista do Brasil manterá relações com todos os seus afins do exterior, com os quais será solidário[284].

Coerente com o objetivo de formar uma rede de associações em várias regiões do país, o Secretariado deste primeiro PCB lançou uma Circular, que seria enviada à diversos pontos do Brasil juntamente com os documentos de fundação do partido, para incentivar o nascimento de núcleos fora da Capital Federal:

---

[284] *Programa do Partido Communista do Brasil.* Impresso do Partido Communista do Brasil: Rio de Janeiro, 1919. Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.

> Diante do entusiasmo que reina nas classes trabalhadoras e no povo em geral, pelos movimentos que se desenrolam no mundo tendentes a uma transformação social e amplamente baseados nas ideias comunistas, os libertários do Rio de Janeiro, reunidos no dia 9 do corrente, acordaram formar o Partido Comunista do Brasil, afim de desenvolver ativa propaganda entre todos os camaradas no sentido de formar núcleos em todas as localidades do país.
>
> Para esse fim, contando que seja secundado pela tua ação nessa localidade, te enviamos anexas as bases, o resumo do programa e os meios de ação.
>
> Quanto ao programa detalhado que forma a Constituição da futura organização social, ser-te-á enviado em tempo oportuno, para seu competente estudo.
>
> Avante, pois, na formação do número de núcleos possíveis, consoante as bases[285].

Conforme se pode ver pelos itens acima, o PCB não era uma associação sindical, tampouco era uma associação cultural (embora estivessem previstos meios culturais para levar a população à apoiar seu programa), mas era um grupo político, com objetivos bastante claros, que era educar a população para realizar a Revolução Social. O Programa do Partido Comunista do Brasil ou algum dos outros documentos citados foram publicados nos principais jornais operários do país, como *O Syndicalista* de Porto Alegre, *A Plebe* de São Paulo e a *Tribuna do Povo* de Recife, o que mostra que esta ação foi amplamente publicizada[286]. Na Capital Federal, o Partido promoveu uma série de conferências a partir de sua fundação. No dia 19 de março, uma sessão comemorativa à Comuna de Paris foi promovida no Centro Cosmopolita, em que o militante Antônio Fernandes fez considerações sobre aquela data histórica[287]; no dia 30, uma nova sessão foi realizada, desta vez na sede da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, em que Ulrich D'Ávila e José Elias da Silva fizeram uma refutação às críticas de Ruy Barbosa contra a Revolução Russa e à legislação social que o candidato à Presidência da República pretendia implantar se fosse eleito[288]; no dia 10 de abril, novamente na sede da UOFT, José Romero e José Elias da Silva palestraram sobre o avanço do comunismo, também sendo votada uma reprovação às violências cometidas contra os operários de Maceió e de Recife[289]. Conforme *A Plebe*,

---

[285] *Circular do Secretariado.* Impresso do Partido Communista do Brasil: Rio de Janeiro, 23, mar, 1919. Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.
[286] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 17, jun, 1919. *A Plebe*. São Paulo, p.3, 12, abr, 1919. *Tribuna do Povo*. Recife, p.2, 1º, mai, 1919.
[287] *A Plebe*. São Paulo, p.4, 29, mar, 1919.
[288] *A Plebe*. São Paulo, p.4, 5, abr, 1919.
[289] *A Plebe*. São Paulo, p.4, 19, abr, 1919.

de São Paulo, estas conferências de propaganda foram bastante concorridas, atingindo um número significativo de operários. Uma audiência bem mais massiva, porém, seria conseguida no dia 1º de maio, quando os militantes que estavam ligados ao PCB, além de diversos sindicatos, reuniram mais de 60.000 pessoas em um ato comemorativo na cidade do Rio de Janeiro[290].

A formação de um Partido Comunista não permaneceu um fenômeno carioca. Em 12 de abril, *A Plebe* noticiava que o Grupo de Vanguarda Libertária de Campinas acolhera favoravelmente a chamada do PCB, se dispondo a "contribuir com a obra que se propõe a sustentar"[291]. Mais de um mês depois, o mesmo *A Plebe* noticiava com otimismo alguns "Sintomas animadores da propaganda comunista": um militante da pequena localidade mineira de João Ayres, através de uma carta publicada no jornal *A Razão*, teria relatado o grande entusiasmo dos "lavradores e caipiras mineiros" pela propaganda do Partido Comunista, além disso, o autor do artigo também relatava a experiência de um núcleo formado na Vila Eloy Mendes, no sul de Minas Gerais, onde "De vez em quando um dos do referido núcleo monta num cavalo e vai parando pelas choupanas e roças, lendo *A Plebe* aos roceiros, explicando-lhes o que é o comunismo e a necessidade da Revolução Social expropriadora"[292]. No dia 14 de junho, era noticiada a formação de um Centro Comunista Libertário sob as bases do PCB, em Belo Horizonte, algumas semanas depois das notícias da formação dos núcleos do interior do estado[293].

Na mesma edição, *A Plebe* noticiava de forma mais sistemática (e menos bucólica), o processo de formação dos Núcleos Comunistas do estado de São Paulo. Na capital paulista, haviam se realizado duas reuniões de "elementos avançados" nas quais ficara decidido constituir um núcleo paulistano do PCB, enviando um ofício ao Rio de Janeiro para dar conta de sua constituição. Em Campinas, o núcleo comunista crescia e a notícia desta expansão era acompanhada de um grande otimismo pela multiplicação destes grupos por todo o país, que era descrita como a "livre federação dos grupos livres" em uma lógica

---

[290] Moniz Bandeira, valendo-se das informações do *A Razão*, faz referência a um comício multitudinário, com uma passeata liderada por uma comissão do PCB, que levava um pavilhão do Partido. Além disso, a assistência levava flâmulas em que se liam "Salve a Hungria livre" e "Viva a Baviera emancipada". Das escadarias do Teatro Municipal, a multidão teria votado uma série de moções de apoio à Revolução Mundial. BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 243-244.
[291] *A Plebe*. São Paulo, p.2, 12, abr, 1919.
[292] *A Plebe*. São Paulo, p.3, 24, mai, 1919.
[293] *A Plebe*. São Paulo, p.3, 14, jun, 1919.

marcadamente anarquista. Mesmo São Caetano, referido pelo jornal como um simples “subúrbio da Inglesa” já contava “em seu meio obscuro” com um núcleo partidário, que havia sido formado em um comício onde acorrera numerosa assistência[294].

A expansão dos núcleos comunistas a partir de sua fundação, na cidade do Rio de Janeiro, é um processo difícil de acompanhar, pela falta de fontes e de documentação que estes grupos poderiam ter deixado. A penetração da proposta, pelo que se pode depreender das notícias acima comentadas, parece ter sido bastante ampla, mas não ter sido sistemática, já que existem relatos da formação de núcleos partidários em pequenas cidades do interior ou subúrbios operários antes mesmo da organização do núcleo de São Paulo, que era a segunda maior cidade do país. Isto poderia significar que estes primeiros núcleos foram respostas locais à chamada feita pelos militantes da cidade do Rio de Janeiro e não um trabalho sistemático a partir de núcleos fundadores nas capitais. De qualquer forma, na metade do ano parece haver grupos (ou simpatizantes) suficientes para organizar uma Conferência Comunista, que foi realizada no Rio de Janeiro e em Niterói, entre os dias 22 e 24 de junho de 1919.

A Conferência Comunista reuniu-se com 22 delegados representando os núcleos da Capital Federal, do estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de Alagoas e de Pernambuco; além dos delegados regionais, também havia a representação da Liga Comunista Feminina, que havia sido recém-criada na cidade do Rio de Janeiro. A primeira sessão se realizou no Centro Cosmopolita, mas a segunda e terceira sessões tiveram de ser transferidas para Niterói, porque o Chefe de Polícia, Aureliano Leal, impediu a realização do evento na Capital Federal. Entre os resultados da Conferência, além da discussão do Programa e das Bases de Acordo, aparece uma preocupação com a maior organização do Partido. Neste sentido, decidiu-se que era necessário promover congressos e encontros entre os membros dos núcleos e entre os núcleos locais; também foi chamada uma grande conferência geral (cabendo a uma comissão formada pelo PCB do Rio de Janeiro organizá-la) que deveria ser realizada no final daquele ano; para este fim, os núcleos comunistas do norte, do sul e do centro do país deveriam promover sessões regionais preparatórias para este encontro nacional. Da mesma forma, ficou decidido que os

---

[294] Trata-se do atual município de São Caetano do Sul e a “Inglesa” é a companhia ferroviária São Paulo Raillway. *A Plebe*. São Paulo, p.4, 14, jun, 1919.

núcleos regionais deveriam realizar excursões de propaganda nas cidades e no campo para incentivar a formação de novos núcleos do partido; também se incentivaria os jornais de propaganda libertária e se fundaria novas folhas na medida do possível; além disso, se formaria uma comissão para relações internacionais, tarefa que ficou a cargo do Núcleo do PCB de São Paulo[295].

Em uma carta escrita ao *Rio-Jornal*, para protestar contra a intervenção policial, o militante que serviu como Secretário de Mesa (que não é citado) fez um pequeno histórico do Partido e das motivações da Conferência.

> Em março de 1919, fundou-se nesta capital o Partido Comunista do Brasil, que admite em seu seio, anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social.
> A reunião foi pública, tendo a ela assistido o Dr. Nicanor do Nascimento, não se tendo falado senão na organização do Partido.
> Realizaram-se já diversas conferências públicas de propaganda, numa das quais falou o Dr. Evaristo de Morais sobre o 13 de maio.
> Convém notar que a comemoração de 1º de maio foi obra também do Partido, e que todas as nossas reuniões tem sido e são públicas, como foi a primeira sessão do Congresso ante-ontem.
> Ora, como o Partido era do Brasil, convinha então, reunir os elementos avançados de todo o país, para numa Conferência ou Congresso, estabelecer de um modo claro e decisivo a nossa organização, bases de acordo e programa[296].

Depois do Congresso, as atividades do PCB se tornaram mais estruturadas, principalmente no que se refere à propaganda. No dia 2 de agosto foi fundado pelos membros do PCB o jornal *Spartacus*, que tinha em seu grupo editor militantes como José Oiticica, Astrojildo Pereira, Ulrich D'Ávila, Max Vasconcelos e Santos Barboza. Este jornal vai ter uma grande tiragem, chegando a seis mil exemplares e circulará em diversas partes do Brasil[297]. Através deste periódico, podemos acompanhar algumas atividades partidárias, de núcleos que iam sendo fundados, de excursões de propaganda e de conferências de seus participantes, além, é claro, de servir como uma tribuna para polemizar contra aqueles que criticavam as ações dos militantes operários. No primeiro número, por exemplo, existe uma crítica bastante dura ao jornalista Garcia Magiocco, do *A Careta*, pela forma como havia se referido à Liga Comunista Feminina. Como resposta, havia se realizado uma conferência no

---

[295] *A Plebe*. São Paulo, p.1, 28, jun, 1919.
[296] *A Plebe*. São Paulo, p.1, 28, jun, 1919.
[297] BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.223.

Centro Cosmopolita, em que Álvaro Palmeira e José Romero teriam defendido a Liga, com grande assistência "de camaradas de ambos os sexos". A LCF, cuja caixa postal estava sob a responsabilidade da militante Elisa Gonçalves, havia editado o folheto *A Família em Regime Comunista*, que era oferecido no *Spartacus* ao preço de 200 Réis[298]. Ainda no mês de agosto, *A Plebe* noticiava a formação de um Ateneu do Partido Comunista, que funcionaria na sede da UOFT, com o objetivo de ser um lugar específico para palestras e conferências destinadas a explicar o que era o comunismo[299].

Todas estas ações mostram uma atividade intensa e um nível grande de especialização das atividades do PCB na Capital Federal, com uma organização própria para as mulheres, um jornal de grande circulação e um espaço específico para atividades de propaganda, que era complementada com a venda de folhetos editados pelos militantes. Esta tentativa de fazer penetrar mais profundamente a influência do partido entre os operários cariocas também pode ser vista na multiplicação de núcleos suburbanos do PCB. No dia 23 de agosto, o *Spartacus* informava que núcleos de propaganda haviam sido formados na Praia Vermelha, em São Cristovão, no Andaraí e em Encantado, se juntando aos núcleos de Terranova e de Copacabana, que já existiam anteriormente[300]. O jornal também informava sobre as atividades de alguns destes núcleos, onde se destacava a participação de lideranças importantes em festivais de propaganda realizados em diversos bairros suburbanos. No dia 30 de agosto havia a notícia de que os militantes Nalepinski, Manzini e Minervino haviam participado, no dia 23, de uma sessão de propaganda no Núcleo de Terranova e era noticiada a participação de Anastácio Gago em uma assembleia do Núcleo de Copacabana[301]. No dia 6 de setembro, aparecia a informação de que Carlos Dias participara de uma conferência na sucursal da UOFT em Vila Isabel, em evento promovido pelo Núcleo do Andaraí; neste dia aparece pela primeira vez uma referência ao Núcleo de Cascadura[302]. No dia 4 de outubro, se noticia uma grande conferência sobre a questão social promovida pelo Núcleo de Encantado, em que falou o militante Álvaro

[298] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.3, 2, ago, 1919.
[299] *A Plebe*. São Paulo, p.1, 30, ago, 1919.
[300] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.3, 23, ago, 1919.
[301] Tratam-se muito provavelmente dos militantes Minervino de Oliveira e Antônio Nalepinski; quanto ao militante Manzini, não foi possível encontrar referências sobre ele. *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.3, 30, ago, 1919.
[302] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.3, 6, set, 1919.

Palmeira[303].

Como os Núcleos estivessem se multiplicando e começando a se organizar cada vez mais, o partido decidiu em assembleia estabelecer regras de relacionamento entre eles (o que vinha de encontro ao que estava escrito no Programa e nas Bases de Acordo). Ficou decidido que os núcleos surgiriam de forma espontânea e que estes, em conjunto, formariam a Seção do Rio de Janeiro; cada núcleo decidiria apenas questões locais, deixando as questões gerais para decisões da seção; além disso, cada associado só poderia inscrever-se em um único núcleo, embora pudesse participar de atividades em todos os núcleos da sessão[304]. Isto demonstra o grau de complexidade que o PCB estava tomando na cidade do Rio de Janeiro, com a multiplicação muito rápida de núcleos, o que exigia certa especialização administrativa, fato que havia sido raro em grupos libertários até aquele momento.

Mesmo que se tenha um esboço do "mapa" dos Núcleos do PCB na Capital Federal, não é fácil aquilatar sua real penetração nas classes populares. Um dos relatos mais interessantes neste sentido é o de uma senhora negra, que morava a mais de 30 anos no Bairro de Encantado, após assistir a uma conferência de Álvaro Palmeira: "- Posso agora morrer, dizia ela. Nunca vi tanto povo assim... E o que digo é que assim como acabou o cativeiro, também há de acabar a miséria de hoje em dia..."[305]. Se tomarmos este relato como verdadeiro, isto poderia significar que a mensagem de libertação através da Revolução Social que os militantes defendiam, estava chegando não só aos operários industriais, mas às classes populares, que reinterpretavam esta mensagem através de suas experiências particulares, se apropriando delas. Se os militantes do PCB conseguissem levar adiante seu trabalho de propaganda (e pareciam estar conseguindo), eles poderiam ter sucesso em seu plano, fazendo com que o povo tomasse a revolução mundial como a "sua" revolução.

Além deste aprofundamento "para dentro" da Capital Federal, o PCB promoveu uma aproximação com os núcleos das regiões próximas. No final do mês de agosto, por exemplo, o PCB enviou José Elias da Silva em uma excursão de propaganda para o estado de São Paulo. No dia 25, o militante realizou uma conferência sobre o comunismo na

[303] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.1, 4, out, 1919.
[304] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.2, 11, out, 1919.
[305] *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.1, 4, out, 1919.

cidade de Cruzeiro, cuja União Operária 1º de Maio reunia todo o pessoal da Rede Ferroviária Sul-Mineira. Na cidade de São Paulo, o enviado do PCB teria realizado conferências sobre o comunismo, a questão social no Brasil e uma exposição das ideias comunistas. Na viagem de volta a São Paulo, José Elias realizou uma nova conferência em Cruzeiro, no dia 31, desta vez sobre a propriedade privada e as aplicações práticas do comunismo[306]. Neste mesmo período, no dia 24 de agosto, realizou-se em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, um grande festival em auxílio de grevistas desempregados no qual José Oiticica realizou uma conferência de propaganda comunista[307]. Nesta mesma cidade, o periódico *A Aurora*, editado pelo militante Santos Junior, em sua edição de 28 de agosto, publicou os 43 pontos dos "Princípios e fins do comunismo", que José Oiticica já havia publicado no *Spartacus* (e que pode ter sido o tema de sua conferência)[308]. No número seguinte, referente ao mês de setembro, já seriam registradas as atividades do Núcleo do PCB de Petrópolis, destacando-se a decisão de fazer uma atividade contra a morte (suposta) de Máximo Gorki com a participação de oradores convidados do Rio de Janeiro[309]. Neste último caso, pode-se observar que as excursões de propaganda podiam servir não apenas para reforçar o laço entre o Núcleo do Rio de Janeiro e os de outras regiões, mas também para incentivar a formação de novos grupos comunistas, criando novos laços partidários.

Não foram somente os estados próximos à Capital Federal, mais acessíveis à excursões de propaganda, que registraram a formação de núcleos do partido. Locais mais distantes poderiam sofrer este influxo através do envio de informes e de jornais. No Rio Grande do Sul, a União Maximalista de Porto Alegre, que havia sido fundada no ano anterior, afirmava estar associada ao PCB em um panfleto em que protestava contra a intervenção policial na Conferência Comunista de junho daquele ano[310]. Neste caso, se tratava de um grupo comunista que já existia antes da formação do Partido que declarava aderir à nova associação. O mesmo não se pode dizer do Núcleo Comunista de Pelotas e da União Comunista de Rio Grande, que certamente surgiram como resultado da ação direta

[306]*Spartacus*. Rio de Janeiro, p.4, 6, set, 1919.
[307]*Spartacus*. Rio de Janeiro, p.2, 30, set, 1919.
[308] *A Aurora*. Petrópolis, p.2-4, 28,ago,1919.
[309] *A Aurora*. Petrópolis, p.10, set,1919.
[310] *Boletim de Protesto da União Maximalista (contra a intervenção no congresso comunista brasileiro)* Processo Crime 1016. Júri-Sumários. Porto Alegre, 1919.

dos militantes do PCB: no primeiro caso, as notícias referentes a este núcleo apareceram no jornal *O Rebate*, onde Santos Barboza publicava notícias sobre o movimento operário no centro do país; no segundo caso, a União publicou o programa do Partido Comunista no jornal *O Nosso Verbo*, identificando-o como sendo o seu próprio programa[311].

Outros estados distantes do centro do país, em que o debate sobre a Revolução Social tinha uma recepção significativa, eram Pernambuco e Alagoas. Não existe informação sobre núcleos comunistas nesta região, mas isto não significa que o PCB não tivesse influência nestes estados, mas que os meios de ligação com o Partido podem ter tomado formas diferentes. De qualquer maneira, algumas iniciativas, como a formação de uma Universidade Popular, que foi noticiada pela *Tribuna do Povo*, podem ter alguma ligação com os projetos de propaganda planejados durante a Conferência Comunista de junho[312].

Mais significativo que esta iniciativa, no entanto, parecem ser o projeto de realização, em Recife, de um Congresso Sindicalista do Norte e da formação de uma Seção Confederal Operária do Norte, pontos que foram anunciados na chamada da Conferência Trabalhista de Pernambuco, a ser realizada no dia 10 de agosto de 1919[313]. Durante esta Conferência, foi designada uma comissão de nove membros de sindicatos da capital e do interior de Pernambuco para discutir a realização do Congresso, mas este parece não ter se realizado[314]. Esta proposta poderia ser um reflexo da chamada para os congressos regionais do PCB, que deveriam indicar delegados e preparar uma pauta específica para a conferência geral a ser realizada no final daquele ano. Em relação a isso, pouco depois da realização da Conferência Comunista de junho, o *Jornal Pequeno* de Recife havia noticiado, com certo alarde, a organização de um congresso comunista/anarquista na capital pernambucana e que viriam militantes do Rio de Janeiro para promovê-lo, mas os representantes da Federação desmentiram o boato[315]. De qualquer forma, se isto não significar a colocação em prática do

---

[311] As notícias do *Rebate* davam conta de uma reunião do Núcleo na Liga Operária de Pelotas e da realização de espetáculos em benefício da Liga Operária de Pelotas e do Núcleo Comunista local. *O Rebate*. Pelotas, p.1, 30 de maio, 1919; p.2, 5, jun, 1919. O Programa da União Comunista de Rio Grande foi publicado no *O Nosso Verbo*. Rio Grande, p.2, 12, jan, 1920.

[312] A criação da Universidade Popular foi noticiada no dia 21 de junho. *Tribuna do Povo*. Recife, p.1, 21, jun, 1919.

[313] *Tribuna do Povo*. Recife, p.2, 2, ago, 1919.

[314] *Tribuna do Povo*. Recife, p.1, 30, ago, 1919.

[315] REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco**:** cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p. 92-93.

projeto de estruturação do PCB, certamente faz parte de uma tendência geral de tornar mais orgânica a relação entre os diversos centros operários, o que se observa desde as grandes greves de 1917.

Ao longo daqueles poucos meses de existência, o Partido Comunista do Brasil, estruturado a partir da Capital Federal, havia conseguido estabelecer núcleos e estender sua influência pelos subúrbios cariocas, mas também havia conseguido estabelecer uma rede de comunicação e solidariedade que se enraizava de forma tentacular por diversas regiões do Brasil. Sua influência atravessava os limites da cidade do Rio de Janeiro, indo, através de excursões de propaganda e do envio de jornais, em direção ao estado do Rio de Janeiro, para cidades como Niterói e Petrópolis; ao mesmo tempo estabelecia laços com os grupos comunistas de São Paulo e por intermédio da cidade de Cruzeiro, conseguia penetrar pelas cidades do sul de Minas Gerais através da Rede Ferroviária Sul Mineira (o que pode explicar porque os primeiros grupos comunistas daquele estado surgiram no interior e não na capital). O PCB, com a intensa divulgação de mensagens de seus militantes, também conseguiu chegar ao Rio Grande do Sul, onde foi apoiado pela União Maximalista de Porto Alegre e conseguiu estabelecer núcleos nos centros industriais da região sul do estado. No nordeste, o Partido contava com apoio dos grupos operários do Recife, em jornais como a *Tribuna do Pov*o e a *Hora Social*, fazendo com que textos produzidos pelos seus militantes e relatos de suas atividades alcançassem também cidades de Alagoas e da Paraíba.

Esta comunicação certamente era facilitada pela própria composição dos quadros que atuavam em favor do PCB. A seção do Rio de Janeiro não contava apenas com militantes cariocas: uma rápida passada de olhos pelas páginas do *Spartacus* mostram os nomes de personagens com atuação destacada em outros estados como José Elias da Silva em Pernambuco, Octávio Brandão em Alagoas, Antônio Nalepinsky em São Paulo, Anastácio Gago Filho e Santos Barboza no Rio Grande do Sul. O que se pode depreender disto é que o PCB havia se transformado em um projeto nacional e sua estrutura central, sediada na Capital Federal, deveria espelhar esta diversidade. Não deixa de ser surpreendente que este resultado tenha sido conseguido por um grupo político que não se organizava através de uma ideologia específica ou que agrupava trabalhadores por interesses econômicos, mas havia sido criado precipuamente para promover a Revolução Social no Brasil!

Não obstante a isso e de forma bastante contraditória, este Partido Comunista do Brasil não sobreviveu ao seu primeiro ano de existência, não se registrando atividades ligadas a ele para além dos primeiros meses de 1920. Além do mais, a memória que ficou guardada deste grupo sobreviveu de forma extremamente enviesada. Na maior parte das vezes, o primeiro PCB aparece apenas como uma reação ingênua, mesmo enganosa, dos militantes anarquistas diante do reflexo de revoluções que os haviam deslumbrado. Esta imagem pode ser condensada na agressiva descrição feita por Octávio Brandão, no seu "*Agrarismo e industrialismo*", de 1924:

> A organização era frágil. O partido da época - de comunista só tinha o nome. Era um saco de gatos, um aborto de confusionismo e uma casa de orates; não valia um caracol. A ideologia anarquista criava uma série de ilusões. O estudo da situação objetiva, a correlação das forças, as manobras da política proletária, os avanços e recuos, a ofensiva e a defensiva, a luta legal e a luta ilegal, a luta no Parlamento e a luta extraparlamentar, a combinação desses elementos e de muitos outros - tudo isso era ignorado ou era feito desordenadamente[316].

O fato do primeiro PCB ter sido criado por militantes libertários, de que as noções defendidas pelos seus membros misturavam diferentes referências ideológicas (o que ajuda a criar a ideia de confusão), de que ele tenha tido uma vida efêmera e de que muitos dos seus integrantes tenham abraçado posteriormente tendências conflitantes, fizeram com que este Partido não tivesse defensores para preservar sua memória: não havia quem identificasse o primeiro PCB como sua herança. Por este motivo, ao tentar reconstruir a história desta organização, além de analisar o alcance deste projeto, tento também resgatar uma parcela importante da memória do movimento operário brasileiro, que foi esquecida (tenha sido este resultado deliberado ou não).

Até agora, tentei examinar a constituição dos primeiros grupos surgidos naquele período de grande mobilização que se identificavam com a Revolução Social, tendo dedicado especial atenção ao Partido Comunista, fundado no Rio de Janeiro em março de 1919. Neste último caso, tentei fazer um histórico bastante detalhado das atividades daquele que considero o principal grupo revolucionário daquele período histórico. No entanto, creio que ainda seja necessário, inclusive pelas lacunas existentes nos materiais, fazer mais algumas perguntas relacionadas a este partido para que a constituição deste projeto e as

---

[316] BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil – 1924.* 2ª ed. São Paulo: Garibaldi, 2006. p.115.

suas consequências para o movimento operário brasileiro sejam mais bem compreendidas. Dando prosseguimento a esta análise, procurarei responder a partir deste ponto de minha tese qual a orientação ideológica deste primeiro PCB, quem fazia parte deste Partido e até que ponto seus militantes chegaram para concretizar a ideia de uma Revolução Social no Brasil.

O PCB havia sido criado a partir de uma iniciativa dos membros da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Tanto Octávio Brandão, em seu livro "*Agrarismo e Industrialismo"*, quanto Astrojildo Pereira, em seu "*Formação do PCB",* insistem no seu caráter anarquista e fazem isso para depreciá-lo[317]. Mesmo Moniz Bandeira, que não define de forma tão peremptória o caráter deste Partido, se refere ao "Programa Comunista dos Libertários" em um dos capítulos de seu livro *O Ano Vermelho*[318]. Estudos mais recentes sobre o movimento operário brasileiro, especialmente aqueles que dão importância ao caráter político e à orientação ideológica das organizações, tem se referido a este PCB senão como um grupo especificamente anarquista, ao menos como uma organização libertária. Esta é a posição tanto de Dainis Karepovs, quanto de Tiago Bernardon de Oliveira, que inclusive o nomeia como PCBA, ou seja, Partido Comunista-Anarquista[319].

O fato é que a existência deste Partido parece não ter sido estudada de forma sistemática[320]. Uma das formas de se definir a orientação ideológica deste primeiro PCB seria através de seu programa, mesmo assim, não existe um consenso sobre qual programa seria este. Astrojildo Pereira se refere a um programa apresentado por José Oiticica, na Conferência Comunista de junho, que depois seria publicado com o nome de *"Catecismo Anarquista".* Moniz Bandeira se refere a um longo programa apresentado no livro *"O que é bolchevismo ou maximismo: o programa comunista"*, escrito por Edgar Leuenroth e

---

[317] PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962. p.42-44. BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil – 1924.* 2ª ed. São Paulo: Garibaldi, 2006. p.115

[318] Sobre o "Programa Comunista dos Libertários", ver BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.227-236.

[319] KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). pp.38-41. No caso de Oliveira, o termo provavelmente foi retirado da proposta de Oiticica à Conferência de Julho, que viria sob o título de Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista. OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937). Niteroi:* PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). pp.125-127.

[320] Um estudo bastante exploratório do tema foi publicado por mim alguns anos atrás na revista *Aedos*. Ver BARTZ, Frederico Duarte. Partido Communista do Brazil (1919): lutas, divergências e esquecimentos. *Aedos*, Porto Alegre, n. 4, vol. 2, Novembro 2009. pp.318-330.

Antônio Candeias (sob o pseudônimo de Hélio Negro). Tanto um escrito, quanto o outro, eram apresentações sistemáticas de pontos para a reorganização da sociedade depois da revolução; no entanto, nenhum dos dois pode ser considerado um programa partidário, inclusive o segundo texto mais se assemelha a um projeto de constituição para uma futura república dos soviets no Brasil do que um programa partidário propriamente dito[321]. O primeiro texto, de fato, foi apresentado por Oiticica na Conferência Comunista de junho como um conjunto de princípios de ação, mas, conforme o próprio autor, ele sequer chegou a ser aprovado naquela ocasião. Posteriormente, esta proposta seria publicada sob o título de "Principios e fins" no jornal *Spartacus*[322]. A apresentação do segundo texto como programa partidário está sustentada no fato de que o Núcleo Comunista de São Paulo recebeu, durante a Conferência, a incumbência de formular um programa partidário. O livro de Candeias e Leuenroth, porém, já era oferecido pelo *A Plebe* antes mesmo daquele congresso, o que demonstra que este escrito tinha mais a função de explicar o maximalismo e a sociedade que surgiria da revolução, do que propriamente servir como programa de algum partido[323].

O primeiro Programa do PCB foi aquele escrito em março de 1919, quando de sua fundação, tendo sido enviado aos militantes de várias partes do país, juntamente com as Bases de Acordo e a Circular do Secretariado. Este programa (que foi transcrito algumas páginas atrás) estava divido em sete pontos, que tratavam da divisão das riquezas, da liberdade de pensamento, da universalização da educação racional e da propaganda como forma de expandir a influência da nova organização. Além disso, ele se referia à "propaganda do socialismo integral ou comunismo", além da educação do povo "para a conquista dos poderes públicos". Nestes termos, seria muito difícil considerar este

---

[321] Conforme Tiago Bernardon de Oliveira, "O significado histórico deste documento consiste no fato de seu conteúdo ser o esboço mais detalhado produzido no Brasil sobre a concepção do funcionamento da sociedade futura, apesar das ressalvas feitas pelos autores, de eventuais fragilidades e contradições do texto ocasionadas pela falta de condições ideais para a produção de um texto com tais pretensões". OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937). Niteroi:* PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). pp.133-134.

[322] Conforme o próprio José Oiticica, esta proposta foi apresentados por ele no primeiro encontro da Conferência Comunista, sendo que uma comissão estudaria a redação final de alguns pontos que não foram aceitos definitivamente. O texto da proposta teria ficado com Oiticica para "retoques" e como ele não pode comparecer ao segundo encontro da Conferência, ela acabou não sendo aprovada. No *Spartacus*, o autor ainda afirma que estes "Princípios e fins" deveriam servir de ábêcê introdutório de seu futuro livro intitulado "Catecismo Anarquista". *Spartacus*. Rio de Janeiro, p.1, 16, ago, 1919.

[323] *A Plebe*. São Paulo, p.4, 24, mai, 1919.

programa anarquista ou mesmo sindicalista revolucionário.

Como havia dito anteriormente, durante a Conferência Comunista o Núcleo de São Paulo fora incumbido de preparar um programa para o partido. No mês agosto apareceria um projeto de programa do Núcleo do Partido Comunista de São Paulo, que seria publicado no dia 30 de agosto respectivamente no *A Plebe* e no *A Razão*, de Bauru. Este projeto de programa, diferente do caso anterior, afirma claramente que um dos fins imediatos do Partido era promover a propagando do comunismo libertário e tinha como uma de suas finalidades extinguir o Estado e todas as instituições políticas[324]. O programa é bastante similar ao primeiro, mas têm como uma das suas diferenças mais significativas esta defesa explícita do comunismo libertário e a supressão de qualquer referência à conquista dos poderes públicos. Uma das conclusões que poderiam ser tiradas desta mudança é que os militantes de São Paulo pudessem ser bem mais refratários a transigir dos seus princípios libertários do que os militantes do Rio de Janeiro. De qualquer forma, parece que este projeto de programa não teve muita ressonância fora do estado de São Paulo, já que bem depois disso, em janeiro de 1920, a União Comunista de Rio Grande apresentava como programa aquele feito pelos militantes cariocas em março de 1919[325].

Analisando a declaração do militante que foi Secretário da Conferência Comunista ao *Rio-Jornal*, pode-se observar que ele declara que o Partido "admite em seu seio anarquistas, comunistas e todos os que aceitarem o comunismo social"[326]. Isto pode ser um bom indício da definição ideológica deste primeiro PCB: uma frente ampla para todos aqueles que defendiam a Revolução Social, fossem estes anarquistas, sindicalistas, maximalistas ou se identificassem com todas estas tendências de forma simultânea (o que ainda era possível naquele momento). Algo que poderia ser comparado à Associação Internacional dos Trabalhadores do tempo de Marx e Bakunin, que abarcava um número grande de tendências e opiniões diferentes, mas se mantinha coesa por um objetivo comum.

Mas, se o objetivo do Partido era reunir todos aqueles que defendiam a Revolução Social, independente de sua filiação ideológica, quem exatamente formava este PCB? Uma primeira resposta que vêm a mente é que o Partido era formado pelos membros dos seus núcleos, mas a resposta não é tão simples assim. O PCB parece não ter chegado ao nível de

---

[324] *A Plebe*. p.4, 30, ago, 1919 e *A Razão*. Bauru, p.1, 30, ago, 1919.
[325] *O Nosso Verbo*. Rio Grande, p.2, 12, jan, 1920.
[326] *A Plebe*. São Paulo, p.1, 28, jun, 1919.

institucionalização que permita identificar seus membros através de uma inscrição, embora a Sessão do Rio de Janeiro estivesse caminhando nesta direção. A pergunta aqui deveria ser direcionada sobre quais militantes o Partido teve influência, o que é algo muito mais fluído e amplo que o sistema de inscrições dos partidos tradicionais. Na Conferência Comunista, participaram membros de diversos estados, alguns dos quais não existiam núcleos comunistas (ou não foram encontrados registros deles). O delegado de Pernambuco, por exemplo, representava a Federação de Resistência, que era a principal organização sindical do estado[327]. Uma pesquisa sobre os locais de reunião dos núcleos em diversas partes do país vai mostrar que muitos deles funcionavam em íntima ligação com as federações e os sindicatos locais. No início de 1920, inclusive, chega a ser formado um Sindicato Gráfico Comunista em Porto Alegre[328]. Neste caso, é correto pensar que o primeiro PCB também reunia sindicatos e federações sindicais no seu raio de influência. Um fragmento do relatório enviado por Antônio Bernardo Canellas ao IV Congresso da Internacional Comunista, dando conta do processo de formação do PCB de 1919, ajuda a esclarecer um pouco algumas destas questões:

> Não existia em nosso seio corrente reformista, nos dois anos que seguiram ao advento da Revolução social na Rússia, não havia no Brasil discordância quanto à maneira de enxergar a revolução russa; anarquistas e anarco-sindicalistas, todos estavam solidários com as ideias que dirigiam a revolução bolchevista. Assim, o Partido Comunista que foi fundado em 1918 teve um sucesso completo: nós contamos, em certo momento, perto de 10.000 aderentes e todos os sindicatos eram nossos seguidores.
> Nós nos reunimos em um Congresso, que foi dissolvido em sua sessão inaugural por um representante do governo federal. A vida do Partido, entretanto, continuou, mas sua sorte se viu atingida pelo fracasso súbito dos sindicatos nas greves de novembro de 1918 e dos primeiros meses de 1919. Intimamente ligado com os sindicatos, o Partido foi preso no marasmo onde estes últimos tombaram no decorrer de 1919. Os diferentes grupos disseminados nos estados continuaram a se considerar solidários e á agir tacitamente de acordo, mas, de fato, como organização efetiva, o partido não existia mais[329].

[327] *Tribuna do Povo.* Recife, p.3, 21, jun, 1919.

[328] PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p.373.

[329] N'ayant pas en notre sein de courant reformiste, dans les deux années qui suivirent l'avènement de la Revolution sociale en Russie, il n'y a pas eu au Brésil de discordance quant à la maniere d'envisager la révolution russe; anarchistes et anarcho-syndicalistes, tous étaient solidaires avec les idées directrices de la Revolution bolchéviste. Ainsi, le Parti Communiste qui a été fonde en 1918 a eu un succès complete: nous avons compté, à un certain moment, presque 10.000 adhérents et tous les syndicats étaint derrière nous.
Nous nos sommes reunis en un Congrès, qui fut dissout dans sa séance inaugurale par un représentant du gouvernement fédéral. La vie du Parti a néanmois continué, mais son sort s´est trouvé atteinte par les échecs subis par les syndicats dans les grèves de novembre de 1918 et des premiers mois de 1919. Intimement lié

Mesmo que Canellas se equivoque com a data de fundação do PCB, jogando-a para 1918, seu depoimento é muito valioso por relacionar o Partido com a estrutura sindical. Mas, diferente da lógica dos sindicatos, não eram apenas trabalhadores que poderiam participar do PCB. Na realidade, o Programa indicava que um dos objetivos da organização era "estabelecer uma aliança de indivíduos de diversas classes que possam garantir o êxito da transformação que o Partido Comunista do Brasil se propõe a realizar". Na entrevista ao *Rio-Jornal*, o Secretário da Conferência inclusive cita o nome de algumas personalidades, que não faziam parte do movimento operário, que participaram ou colaboraram em ações promovidas pelo Partido: o Deputado Nicanor do Nascimento teria participado da sua reunião de fundação e o advogado socialista Evaristo de Morais teria dado uma palestra em comemoração ao aniversário da Abolição da Escravatura. *A Plebe* também havia aludido (de forma crítica) à participação do Deputado Maurício de Lacerda e de alguns acadêmicos na reunião do PCB do dia 10 de abril no Rio de Janeiro. No final do ano de 1919, o escritor paulista Affonso Frederico Schmidt fundaria o Grupo Comunista Zumbi, para congregar intelectuais que apoiavam a Revolução Social, o que poderia ser uma iniciativa ligada ao PCB voltada especificamente para a intelectualidade. Na cidade de Recife, um grupo de intelectuais marxistas, como Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho, apoiava ativamente o movimento operário junto ao Professor Joaquim Pimenta, da Faculdade de Direito daquela capital. Todos estes exemplos reforçam a imagem de uma grande frente única de apoiadores da causa revolucionária.

A forma como o PCB foi constituído e o raio de influência estabelecido por ele, lembra muito a proposta de um Congresso de Vanguardas, que havia sido convocado em 1917, com o objetivo de serem "estabelecidas as bases de uma ação conjunta entre todas as associações operárias, agremiações libertárias, centros socialistas e de estudos sociais existentes no país"[330]. Desta forma, o PCB de 1919 pode não ter sido, como apontaram os primeiros historiadores do movimento operário, uma simples reação irrefletida dos

---

avec les syndicates, le Parti a éte pris dans le marasme où ces derniéres tombèrent au courant de 1919. Les différents groupes disséménés dans les Etats continuaient à se considérer solidaires et à agir tacitement d'accord mais, en fait, comme organisation effective, le Parti n'existait plus. CANELLAS, Antônio Bernardo. Rapport du Parti Communiste du Brésil au IV Congres de l'Internationale Communiste. Moscou, 12 de outubro de 1922.

[330] *A Plebe.* São Paulo, 4, ago, 1917. p.2.

anarquistas ao influxo da Revolução Russa, mas a tentativa de realizar um projeto que estava sendo gestado desde o início das grandes greves. Assim como os idealizadores do Congresso de Vanguardas tencionavam fazer, os fundadores do PCB de 1919 se utilizaram das estruturas de solidariedade que haviam se constituído com a COB para estabelecer laços entre grupos operários de todo o país. Esta rede foi expandida através da atração de grupos libertários, maximalistas, intelectuais e políticos da esquerda republicana. Todos estes sujeitos formavam uma extensa teia de apoio à Revolução Social. Mas, se era assim, até que ponto as lideranças do movimento operário conseguiram aproveitar desta organização para alcançar seu objetivo final? O Programa partidário afirmava que um dos objetivos do PCB era conseguir um grande número de apoiadores através da propaganda escrita e falada, para alcançar os objetivos a que se propunha; na prática, os militantes foram bem além da luta através da propaganda das ideias.

O ano de 1919 foi marcado por uma mobilização ascendente do movimento operário brasileiro, com um número de greves cada vez maior, marcadas por confrontos cada vez mais violentos com as forças do Estado. Desde o mês de maio, greves generalizadas foram registradas em São Paulo, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre: isto servia de incentivo ao crescimento do PCB, que se estruturava enquanto a luta de classes se tornava mais radicalizada[331]. No mês de outubro do ano de 1919, um grave incidente desencadearia uma greve geral em São Paulo que seria duramente reprimida; como pano de fundo deste acontecimento estaria a segunda tentativa insurrecional do movimento operário brasileiro.

No dia 19 de outubro, ocorreu uma explosão em uma casa da Rua João Boemer, no bairro do Pari, o coração da comunidade portuguesa de São Paulo. Esta explosão vitimou os operários portugueses Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva, José Alves e o espanhol José Prol Bougas. A esposa deste último, Francisca Perez, sobreviveu e informou aos policiais que a explosão havia sido provocada por um foguete que um dos moradores tentou disparar. Quando os policiais procuraram sob os escombros da casa, descobriram um depósito de dinamites, bombas-relógio, um conto e duzentos Réis em dinheiro e caderneta de poupança, folhetos e jornais anarquistas, além de cartas trocadas com outros membros

[331] Uma enumeração desta "maré montante" de greves pode ser encontrada em BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.237-271.

do movimento operário. Desta correspondência, se destacavam as mensagens trocadas entre Belarmino Fernandes e o militante carioca Aquilino Lopes, que se encontrava preso por distribuir boletins entre os soldados de um quartel de artilharia. Na primeira carta, de 27 de julho, Fernandes informava à Lopes que "Com respeito à nossa "Criança", tenho a dizer-te que alimento a maior esperança de que antes de chegarmos ao final do ano andante, ela será "batizada". A mensagem terminava comentando que, "Quanto aos nossos homens de Bonet, se encontram animados das melhores intenções"[332].

Estas informações foram divulgadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, entre os dias 20 e 21 de outubro. Além de falar sobre a explosão e o material encontrado na casa, o jornal ressaltava a ligação de José Prol com o PCB, já que ele havia sido preso no dia 14 de junho distribuindo panfletos deste Partido; também informava que o militante havia sido pensionista de Everardo Ferreira, que era gerente do *A Plebe*, principal jornal operário de São Paulo. No dia 21, o conservador diário dava especial destaque à ligação da planejada revolução com a expansão do Partido Comunista:

> Os preparativos de uma grave agitação, arquitetada por elementos libertários, desde há tempos que se vinha manifestando de maneira bem clara, principalmente depois da organização do chamado Partido Comunista, que tem sua sede no Rio e as suas filiais em diversos Estados. A propaganda era feita com muita intensidade, quer por meio de boletins, folhetos ou jornais, quer por meio de conferências e reuniões, sendo essa propaganda levada ao seio dos quartéis.
> No Rio e em S. Paulo chegaram a ser dirigidos à soldadesca e entre ela distribuídos grandes boletins concitando-a a aderir ao movimento. E, a avaliar pelo que por aí se dizia, a agitação deveria principiar com uma greve geral, marcada para muito breve[333].

O "batismo da criança" se referia a este movimento revolucionário e os "homens de boné" seriam os militares que apoiariam a insurreição. Neste mesmo dia, os redatores do *A Plebe* se defenderiam, afirmando que conheciam os operários, mas não tinham ligação com eles, nem tinham consciência das bombas que fabricavam. O jornal, no entanto, deixa transparecer que o acidente com o foguete teria sido criminoso, insinuando que o rojão poderia ter sido colocado por "algum agente provocador, que depois de ter sido espreitado na porta da casa, fugiu de lá momentos antes que se desse a explosão fatal", conforme

[332] *O Estado de São Paulo.* São Paulo, p.2, 20, out, 1919; p.2, 21, out, 1919.
[333] *O Estado de São Paulo.* São Paulo, p.2, 21, out, 1919.

boato que teria circulado logo depois do acidente[334]. No dia 20 (apenas um dia depois da explosão), os trabalhadores do transporte iniciaram uma greve, que se generalizou a partir do dia 22 para outras categorias, se espalhando para as cidades do interior.

Esta greve teria como objetivo iniciar a planejada insurreição, mas a violência da repressão afogou o movimento em seus primeiros dias. A paralisação acabou resultando em violentas batalhas nos subúrbios paulistanos entre os operários e os soldados da Força Pública, com prisões em massa e a intervenção da Marinha no Porto de Santos. No dia 23, *A Plebe* relatou o início da perseguição policial e a prisão de uma série de lideranças operárias, na qual se destacavam Gigi Damiani e Sylvio Antonelli, este último redator do *Alba Rossa*[335]. O governo estadual combinou a repressão com o cerceamento das informações, pois *O Estado de São Paulo*, que havia noticiado a explosão das bombas, apresentou colunas em branco na sua edição dominical e a caricatura que serviria de propaganda ao chocolate Lacta (intitulada *A greve e o Lacta*) apareceu com a palavra "censura" no lugar da imagem[336]. Em termos de violência, a reação foi além da força policial: os estudantes da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina se colocaram a disposição para substituir os motorneiros dos bondes em greve. Como *A Plebe* tivesse criticado esta atitude, estes se reuniram para empastelar a redação do jornal no dia 31 de outubro[337]. Como resultado, durante o processo repressivo uma série de líderes como Gigi Damiani, Everardo Dias e João da Costa Pimenta foram presos e deportados para o exterior ou para outros estados do país. Havia terminado, pelo menos por enquanto, o sonho de uma Revolução Social no Brasil.

Este é um episódio pouco conhecido da história do movimento operário brasileiro. Seria difícil confiar apenas nas informações do *O Estado de São Paulo*, sendo este um órgão da burguesia conservadora, que havia se colocado de forma permanente contra os trabalhadores organizados. De qualquer forma, a data da explosão foi lembrada pelos militantes libertários de São Paulo durante dois anos seguidos com o lançamento do jornal

---

[334] *A Plebe.* São Paulo, p.1, 21, out, 1919.
[335] *A Plebe.* São Paulo, p.1, 23, out, 1919.
[336] *O Estado de São Paulo.* São Paulo, pp.8 e 10, 26, out, 1919.
[337] O empastelamento foi criticado pelo jornal *O Parafuso*, que publicou em sua primeira página uma caricatura dos estudantes destruindo os equipamentos do jornal enquanto os policiais assistiam a tudo pelas janelas vizinhas. *O Parafuso.* São Paulo, pp.1 e 3, 11, nov, 1919. Algumas semanas depois, em 22 de novembro, *A Plebe* publicaria uma edição extraordinária, para servir, nas palavras dos seus redatores, de “protesto solene contra a miseranda oligarquia paulistana, cujos processos de repressão às ideias são uma vergonha para o Brasil e a civilização”.

*19 de Outubro*, em 1920, e do jornal *Remember*, em 1921. Os jornais traziam as biografias dos militantes mortos no acidente, mostrando suas trajetórias de vida e apresentando-os como heróis revolucionários, que deveriam ser cultivados na memória de todos os operários[338]. Mais detalhes do episódio, entretanto, só apareceriam muitos anos mais tarde, através dos escritos baseados na memória de alguns dos personagens que estavam envolvidos na tentativa de insurreição. Everardo Dias, um dos militantes presos e deportados na onda repressiva, em seu livro *História das Lutas Sociais no Brasil*, deu testemunho da tentativa revolucionária de 1919 com as seguintes palavras:

> Esse movimento devia irromper simultaneamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul (1919). Estava articulado de forma a prever qualquer deficiência a tempo e hora, e dar-lhe solução imediata. Mesmo assim, a precipitação de uma corporação dos transportes [...] provocou brutal repressão, pronta e antecipada, da polícia. [...] Tais fatos inesperados e surgidos de forma tão desconcertante causaram o adiamento do movimento, que não mais conseguiu coesão e firmeza, devido à prisão de dezenas e dezenas de líderes, deportação de grande número e ocultamento de outros[339].

Gigi Damiani, outro preso e deportado, também comentaria, em relato posterior, que um acidente com uma bomba transportada para a casa que servia de arsenal para os militantes acabou pondo a perder todo o movimento revolucionário[340]. Mas a memória deste movimento não permaneceu apenas com os militantes paulistanos: Abílio de Nequete, em seus cadernos de memória, faz referência à visita de um delegado dos revolucionários paulistas, ocorrida em outubro, para buscar apoio do movimento operário gaúcho. Este enviado, que seria o gerente do *A Plebe* (na época o militante Everardo Ferreira), reuniu-se com os representantes das associações operárias gaúchas na Escola Moderna de Porto Alegre. Na ocasião, Zenon de Almeida teria proposto formar um novo organismo de atuação operária, dissolvendo os que já existiam, mas Nequete teria sido contra, frustrando seu plano. Por fim, ficou decidido que Abílio de Nequete iria para o sul do estado, para tentar levantar as cidades de Pelotas e Rio Grande em uma greve geral. A senha para o

---

[338] *O 19 de Outubro.* São Paulo, 19, out, 1920 e *Remember.* São Paulo, out, 1921.
[339] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Edaglit. 1962. p.91.
[340] Conforme Foster Dulles, este depoimento foi concedido por Damiani à seu biografo, Ugo Fedelli, que se referiu a este episódio no seu livro *Gigi Damiani: Note biografiche: Il suo posto nell'anarchismo,* publicado na Itália em 1954. Ver DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 98.

início do movimente seria “Mandei o Trigo”[341].

Reuniões como esta devem ter se repetido em diversas partes do país. Isto mostra de forma cabal que a estrutura montada a partir do Partido Comunista e a propaganda pela Revolução Social tinham como objetivo a eclosão de um movimento revolucionário, o que acabou se frustrando pela repressão da insurreição operária de São Paulo.

Chegando a este ponto, tentarei esboçar de forma mais sistemática as respostas para as perguntas que me coloquei algumas páginas atrás, que agora me ajudam a caracterizar melhor o Partido Comunista de 1919. Sobre o caráter ideológico da organização, acredito que ela não possa ser considerada apenas libertária, sendo mais propriamente uma frente ampla que tinha como ideia norteadora a defesa e a promoção da Revolução Social. Sobre a composição desta frente, certamente contava com os membros dos diversos grupos comunistas recém-formados, mas também contava com a participação de organizações sindicais, ao mesmo tempo em que se abria para fora do mundo operário, procurando integrar membros da elite política e intelectual que concordassem com seu programa. Quanto à realização de seus objetivos, a defesa e a promoção da Revolução Social, isto efetivamente estava sendo planejado, mas o incidente de outubro em São Paulo e suas consequências frustraram os planos que os militantes haviam articulado.

Sobre esta insurreição de São Paulo (assim como a do Rio de Janeiro) dificilmente poderíamos chamá-la de anarquista, já que, apesar de ter sido planejada por militantes que eram libertários, provavelmente ela não teria sido pensada sem todo o influxo de informações sobre o bolchevismo na Rússia e sobre os levantamentos na Alemanha e na Hungria. A ideia de formar um Partido Comunista é um testemunho vivo disso. No entanto, existe mais uma razão porque não poderia chamar tanto a insurreição de novembro de 1918, quanto a de outubro de 1919, somente de anarquista. Além da tradição libertária e do influxo “maximalista”, existiria um terceiro caudal, quase oculto, que alimentou estes projetos revolucionários.

É notável o papel que seria dado aos militares nas duas insurreições operárias aqui pesquisadas. Desde 1917, os militantes operários tentavam se aproximar dos soldados e em alguns casos esta tentativa teve sucesso: na cidade do Recife, por exemplo, o Tenente do

---

[341] BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: PPG em História ad UFRGS, 2008. (Dissertação de mestrado) pp.162-163.

Exército Cleto Campelo participava ativamente dos comícios operários. Além dos militares, também alguns políticos adeptos de um republicanismo radical estavam em contato com os trabalhadores durante este período insurrecional, notadamente os deputados Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento, assim como o jornalista Agripino Nazareth. Esta colaboração não era recente, pois os dois últimos haviam participado, com Astrojildo Pereira e José Oiticica, do ecumênico jornal *O Debate*, de 1917. O fato é que dois anos antes, em 1915, Nazareth e Lacerda haviam participado de outra tentativa revolucionária frustrada, cujo objetivo era derrubar Wenceslau Brás para proclamar uma república parlamentarista no Brasil. Maurício de Lacerda seria proclamado Presidente Provisório, até que o General Dantas Barreto, Presidente de Pernambuco, chegasse à Capital Federal para assumir a chefia da rebelião.

Estas informações são dadas pelo General Abílio de Noronha, em um livro chamado *“Contando a Verdade”*, no qual o militar critica o papel dos políticos e de outros civis nas rebeliões militares de 1922 e 1924[342]. Ao relembrar o episódio de 1915, Noronha acrescenta que, além dos militares, esta rebelião contaria com o apoio dos operários do Rio de Janeiro. Em artigo recente, ao analisar a participação do socialista baiano Agripino Nazareth nesta insurreição, o historiador Aldrin Castelucci aponta que os setores da classe operária que haviam sido mobilizados para o levantamento incluíam os estivadores e os operários da Light and Power. Além disso, haveriam três mil operários da estiva a postos para apoiar um novo levantamento militar que estava sendo planejado para ocorrer no ano de 1916[343]. Mesmo que estas categorias não estivessem entre aquelas sob a influência do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, esta aproximação entre operários, militares e políticos profissionais abria caminho para uma aliança que seria repetida alguns anos depois, quando os militantes revolucionários e estes republicanos radicais convergiriam em seu interesse pela derrocada do estado oligárquico.

Aquela tentativa de revolta, ocorrida em 1915, pode ser relacionada à longa tradição de levantamentos militares que se iniciaram com a Proclamação da República, em que a participação de políticos civis e elementos populares variavam conforme a ocasião. Este

---

[342] NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade*: *contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo: Oficinas da Cia Gráfica Editora Monteiro Lobato, p.8-16.

[343] CASTELUCCI, Aldrin. De Uma Conspiração à Outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário do Rio de Janeiro (1915-1918). *XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. UFRN, Natal, 2013. p.2-9.

projeto insurrecional lançava raízes no período final do século XIX, através da ação dos republicanos radicais, os jacobinos, que em associação com setores do exército desgostos com os rumos do novo regime, principalmente os florianistas (assim chamados por terem no Marechal Floriano Peixoto sua maior referência), pressionavam a elite política, mobilizando a população e clamando por reformas sociais. Esta aliança foi particularmente forte na Capital Federal, tendo alguma repercussão posterior em episódios como a Revolta da Vacina, em 1904, e durante o Governo do Marechal Hermes da Fonseca, através das salvações (intervenções) militares para "sanear" a política nos estados[344]. Não seria errado pensar que o movimento operário e seus militantes revolucionários, ao se aproximarem de políticos da esquerda republicana e de elementos militares, aproveitavam da experiência insurrecional destes sujeitos, bebendo assim de uma tradição que lançava longas raízes na história da república no Brasil.

Chegando a este ponto, é possível concluir que as insurreições operárias do final dos anos 1910, assim como os projetos revolucionários dos militantes, foram alimentadas pela tradição libertária e pela influência das revoluções europeias, mas também o foram pelas tradições "nativas" de revolta da Primeira República. Seguindo esta mesma lógica, talvez se pudessem lançar pontes entre as insurreições operárias e as revoltas que agitaram o Brasil nos 1920, mas isto se afastaria do objetivo da pesquisa que estou propondo realizar. De qualquer modo, uma das consequências mais interessantes desta proposta seria ver a história do movimento operário durante a Primeira República, com seus protestos, greves e revoltas, não como um suplemento da história nacional, mas relacionada a outros movimentos e outros grupos sociais que também possuíam projetos políticos para o país. Talvez assim, o período das grandes agitações operárias pudesse ser visto em igualdade de condições com os outros momentos decisivos que ajudaram a derrubar a ordem oligárquica e fizeram nascer o Brasil moderno.

---

[344] Sobre o radicalismo republicano e os projetos de reforma no início da república, ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Para estudos mais recentes sobre o tema, ver SAES, Guilherme Azevedo Marques de. *A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*. São Paulo: PPG em História Social da USP, 2005 (Dissertação de Mestrado) e MUZZI, Amanda da Silva. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil: 1893-1897*. Rio de Janeiro: PPG em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2006. (Dissertação de Mestrado).

## 2.4. As tentativas de criação de novos projetos políticos em um momento de refluxo revolucionário

Esta seção vai tratar dos projetos que mantiveram alguma relação com as ideias revolucionárias no período posterior à insurreição de novembro de 1919, em um momento marcado pelo refluxo das mobilizações. Dentre estes projetos, pode-se citar a formação do Grupo Clarté no Rio de Janeiro, do Centro de Estudos Sociais em Recife, da *Revista Liberal* de Porto Alegre, além de agrupações políticas, como o Grupo Social Renovação e a Coligação Social do Rio de Janeiro, todos atuantes entre 1920 e 1921. Nesta parte de meu estudo, vou analisar a dificuldade de manter a ideia de revolução em um momento em que a repressão está mais presente e começam a se delinear clivagens ideológicas mais agudas dentro do movimento operário.

O ano de 1919 foi marcado pela radicalização dos confrontos entre os grupos operários e as forças do Estado, que tornavam-se cada vez mais violentas nas perseguições que faziam contra as lideranças dos trabalhadores. A violência registrada em Alagoas, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, principalmente depois da derrota da insurreição de outubro, tiveram um impacto muito forte entre os militantes que, fazia pouco tempo, sonhavam com o mundo novo que viria depois da vitória da Revolução Social. Os relatos de deportados como Everardo Dias, que foi preso e levado para a cidade de Santos, onde foi torturado e depois jogado em um navio de onde realizaria um doloroso périplo por lugares tão distantes como Cabo Verde, Vigo, Le Havre e Liverpool, se tornaram correntes. João da Costa Pimenta, outro perseguido, foi posto em um trem na cidade de São Paulo para ser levado a um lugar desconhecido; por dias pensava-se que estivesse morto, até que enfim descobriu-se que ele havia conseguido abrigo em Porto Alegre. As perseguições não se limitaram a São Paulo e o comportamento das forças do Estado tinha a tendência a se tornar cada vez mais intolerante[345].

Não é fácil afirmar com precisão qual o impacto destes fatos para os planos revolucionários dos militantes. Não se pode dizer que a ideia da revolução tenha morrido, tampouco que os projetos que se constituíram a partir de então estavam marcados pelo

---

[345] DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.101-106.

pessimismo ou somente por uma tentativa desesperada de sobrevivência. Para muitos trabalhadores e intelectuais, a derrota de outubro deve ter se assemelhado a derrota de novembro, sofrida a menos de um ano. Se era verdade que a burguesia não havia sido derrubada, também era verdade que a classe operária e os líderes do movimento não haviam sido completamente subjugados, razão pela qual era necessário reagrupar forças e pensar novas formas de organização.

No início deste ano de 1920, o PCB ainda aparece convocando seus militantes para alguns atos políticos e participando de algumas atividades públicas. No *Spartacus* do dia 10 de janeiro, por exemplo, existe uma chamada para uma reunião e a notícia da participação do Partido em uma grande atividade comemorativa pelo aniversário da separação do Estado e da Igreja. O evento havia sido chamado pelo Centro Republicano Brasileiro, estando representados além do PCB, a Igreja Positivista, a Maçonaria, igrejas protestantes, teosofistas e outros grupos. José Oiticica falaria em nome do Partido, expressando "o ponto de vista libertário"[346]. O fato de o Partido participar de um evento tão heterogêneo mostrava que a organização não havia sido banida e podia inclusive contar com certo prestígio, mas o desaparecimento do *Spartacus* e as referências cada vez mais esparsas ao grupo são claros indícios de sua desagregação. Além disso, as diferenças entre libertários e bolchevistas começavam a se tornar mais claras, o que obrigava os militantes a novas definições quanto a sua militância e isto afetava a ampla frente formada pelos comunistas de 1919. Neste cenário novo, mais confuso e menos aberto para a concretização do sonho revolucionário, surgiram novos projetos que não tinham como objetivo a derrubada imediata do poder, mas dialogavam com este objetivo de outras formas, através da cultura e da política institucional.

Durante o ano de 1919, surgiu nos jornais operários do Brasil a notícia da fundação de uma Internacional do Pensamento. Esta organização, concebida por escritores franceses durante a Primeira Guerra Mundial, agruparia intelectuais de várias partes da Europa. O objetivo da organização era defender a independência de pensamento e lutar pela justiça social. O *Spartacus* noticiou o chamado para este Congresso da Internacional do Pensamento no dia 3 de janeiro de 1920; junto deste chamado, havia outro, da formação de um grupo brasileiro inspirado na iniciativa dos franceses, o Grupo Comunista Brasileiro Zumbi:

---

[346] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.2, 10, jan. 1920.

> Tendes amor à terra que nascestes? Desejais que ela venha fulgurar ao lado das outras pátrias na aurora que começa a despontar na Humanidade? Desejais um Brasil grandioso, sem amos, nem escravos?
> Desejais contribuir com o vosso apoio moral para combater os males que nos infelicitam, que nos degradam, como o analfabetismo, a política, o alcoolismo, a prostituição e o desfibramento das energias juvenis? Credes como nós que no Brasil, como no mundo, nem tudo está perdido? Credes num futuro mais belo? Numa vida digna de ser vivida?
> Alistai-vos imediatamente como sócio do "Grupo Comunista Brasileiro "Zumbi". Este é o nome do admirável Spartacus negro de nossa História, que reuniu em torno de si um grupo de escravos rebelados e formou a República dos Palmares. Seu nome será a bandeira dos que se rebelam contra o jugo do sindicato político, clerical e industrial em cujas garras o nosso amado Brasil se debate.
> Dentro em pouco filiá-lo-e-mos ao "Grupo Clarté" de Paris. E os brasileiros poderão colaborar com os intelectuais de todo o mundo no advento da República Universal, "fora da qual não há salvação para os povos"[347].

O texto afirmava que o novo grupo lutava pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto à criança (que se tornaria o ser humano do futuro), pela abolição dos privilégios de classe e pelo estabelecimento de uma sociedade onde prevalecesse o comum acordo entre as pessoas. O Grupo procurava correspondentes em todo o Brasil e afirmava que estavam se formando núcleos em várias cidades do país. Apenas uma semana depois deste chamamento, o mesmo *Spartacus* publicou outra notícia, que informava que estava por se realizar uma reunião para a formação de um Grupo Clarté brasileiro. Seria uma reunião de intelectuais independentes e assim que tivesse se formado o grupo, já se cogitava a possibilidade de enviar um representante para o Congresso Internacional de Intelectuais de Genebra, promovido pelo Clarté francês[348].

A participação dos intelectuais como colaboradores do movimento operário não era algo novo, inclusive alguns líderes do movimento operário tinham profissões consideradas "intelectuais". Astrojildo Pereira e José Oiticica, apenas para citar dois dos maiores líderes anarquistas do Rio de Janeiro, eram respectivamente jornalista e professor do Colégio D.

---

[347] *Spartacus.* Rio de Janeiro, p.3, 3, jan. 1920.

[348] A partir de 1916 começam a surgir na França algumas propostas para engajar os intelectuais em um projeto comum contra a Guerra Mundial, levando à ideia de se organizar uma Internacional do Pensamento. A concretização desta ideia veio com a formação do Grupo Clarté, fundado em 1919, que tinha entre os seus membros figuras como Henry Barbusse, H.G. Wels, Anatole France, Stefan Zweig e Upton Sinclair. Barbusse, um dos membros mais influentes do grupo, vai defender uma aproximação política com a Internacional Comunista, denunciando o socialismo reformista e incentivando uma expansão do movimento para outros países e continentes. Ver, PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista...Escritores brasileiros e o comunismo. 1920-1945.* Campinas: PPG em História da Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado). pp.15-17.

Pedro II. Everardo Dias, um dos articuladores da insurreição de 1919, era membro da Maçonaria, que é uma organização que congrega seus membros a partir de objetivos intelectuais e filosóficos. Octávio Brandão era farmacêutico e Abílio de Nequete barbeiro, mas os dois militantes tinham um vasto conhecimento de filosofia, sociologia e história, ambos se considerando "livres-pensadores". Para além destes casos, vai se tornando cada vez mais comum a participação de intelectuais de fora do círculo da militância dentro do movimento.

No ano 1919 circularam nos meios operários dois folhetos, "*Carta Manifesto. Aos trabalhadores"* e *"Aos trabalhadores. O maximalismo",* de autoria de um desconhecido Dr Kessler [349]. Tanto o primeiro, quanto o segundo panfleto, vinham com o subtítulo "Manifesto do Delegado da República Russa dos Soviets aos Operários da República Burguêsa dos Estados Unidos do Brazil". O tal Kessler era, na verdade, o advogado carioca Roberto Feijó, que publicou com este pseudônimo algumas cartas no jornal *A Época,* do Rio de Janeiro[350]. No ano seguinte, surgiria outro agente soviético, Ivan Subiroff, que chegou a publicar um jornal chamado *"O Jornal do Subiroff".* O periódico vinha com uma foice e um martelo estampado na capa, indicando ser um "órgão maximalista" cujo redator era o "delegado soviético em São Paulo". O jornal estava repleto de fotos de líderes soviéticos e algumas notícias sobre fatos ocorridos na Rússia, mas seu principal objetivo era criticar a elite de São Paulo, com seus desmandos políticos e policiais[351]. O verdadeiro redator era Nereu Rangel Pestana, jornalista do *Estado de São Paulo,* o que explica o endereço da redação como sendo o mesmo daquele jornal de grande circulação[352].

A colaboração de Feijó e Pestana seguiam o exemplo de Astrojildo Pereira ao publicar *"A Revolução Russa e a imprensa"* com o pseudônimo de Alex Pavel, no início de 1918. Esta forma de colaboração permitia ao autor permanecer no anonimato e aproveitava

---

[349] *Carta Manifesto. Aos trabalhadores-* Manifesto do Delegado da República Russa dos Soviets aos Operários da República Burguêsa dos Estados Unidos do Brazil, 1919. e *Aos trabalhadores. O maximalismo-* Segundo Manifesto do Delegado da República Russa dos Soviets aos Operários da República Burguêsa dos Estados Unidos do Brazil, 1919. Estes folhetos foram encontrados no Processo Crime 1016 do Júri-Sumários de Porto Alegre, de 1919; como encontrei referências ao tal Kessler em outros lugares, é provável que as cartas do personagem criado por Roberto Feijó tenham circulado em outras partes do Brasil.

[350] MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2004. pp.338-339.

[351] *O Jornal do Subiroff.* São Paulo, 30, nov, 1919.

[352] MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.338.

a curiosidade gerada pelos boatos correntes sobre a existência de agentes soviéticos no Brasil; de qualquer maneira, estas iniciativas continuavam sendo uma colaboração individual, sem uma forma de organização, nem objetivo político que a coordenasse. Esta é a grande novidade do Grupo Comunista Zumbi: tratava-se de uma organização para articular aqueles intelectuais que desejavam colaborar com o trabalho de libertação social. Neste sentido, o Zumbi também pode ser considerado um projeto político revolucionário, pois pretendia direcionar a força dos intelectuais para colaborar com o profundo projeto de mudança social que os militantes operários estavam envolvidos. Não existem informações muito detalhadas sobre o Grupo Zumbi, que havia sido fundado em São Paulo pelo escritor Affonso Frederico Schimidt e parece ter estabelecido seu centro na cidade de Rio de Janeiro[353]. Sabe-se através de relatos que ele teria entrado em contato com os "clartistas" franceses e que havia proposto questões que antecipavam a problemática do modernismo, como a importância de uma literatura social. Em depoimento posterior, Schimidt afirmou que participavam deste grupo "jovens escritores pequeno burgueses e operários que, em prosa e verso, colaboravam com semanários românticos". Entre os seus participantes estavam Maximiano Ricardo, Sílvio Floreal, Edgar Leuenroth, Andrade Cadete, Gigi Damiani, Astrojildo Pereira, Everardo Dias e Raymundo Reys[354]. Esta iniciativa não era um caso isolado, pelo contrário, parecia ser sintomática de uma tendência que existia neste mesmo momento em outras partes do país.

No Recife, em 8 de maio de 1920, foi publicado no *A Hora Social* o projeto para a formação do Centro de Estudos Sociais (CES). Tratava-se de um grande projeto de propaganda e educação promovido por indivíduos que não eram proletários, mas estava voltada para esta classe. Em seu manifesto de criação, seus fundadores afirmavam sentir necessidade de auxiliar os trabalhadores a resistir contra a Igreja, o Estado e a burguesia. Para este fim, havia sido tomada a decisão de fundar o CES, que se estruturaria a partir dos seguintes propósitos: criação de um curso de sociologia voltado principalmente para os operários; criação de um clube de debates para discutir o socialismo e suas escolas; criação um grupo de propaganda para formar oradores e jornalistas operários; criação de uma biblioteca; criação de uma liga proletária de educação, que ofereceria cursos primários para

---

[353] *A Hora Social*. Recife, p.1, 8, mai, 1920.
[354] BRITO, Mario da Silva. *História do Modernismo Brasileiro. I Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Saraiva, 1958. p.131-133.

os filhos dos operários, além de garantir a manutenção de um liceu; criação de um grupo dramático para incentivar o teatro do povo; edição de uma revista chamada Claridade, tendo como modelo a *Clarté* francesa; criação de uma comissão de propaganda chamada Grupo Comunista Zumbi, filiado ao grupo com sede no Rio de Janeiro; criação de uma oficina tipográfica para a impressão de panfletos e boletins e por último, os idealizadores encerravam a lista de atribuições do Centro ressaltando a necessidade de possuir uma sede própria, para abrigar todos estes departamentos.

Como os propositores do CES não eram proletários, havia nesta proposta inicial o alargamento do conceito de operário para além das atividades manuais, "Porque, realmente proletários somos nós outros empregados públicos, professores, jornalistas. E o somos porque constrangidos pela nossa necessidade de viver, vendemos nossa força de trabalho a troco de um salário qualquer". Dentro deste conceito mais amplo, os organizadores do Centro procuravam mostrar como o trabalho intelectual e manual partilhavam de uma mesma natureza, sofrendo com as desigualdades de classe e concitando a todos os tipos de trabalhadores a unirem forças para lutar por uma ampla mudança social: "Esperamos pois, camaradas, que só o trabalho solidário terá o poder de unir-nos e confraternizar-nos. E o caminho dessa união fraternal é sem dúvida nenhuma o CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. Pelo trabalho e pelo estudo venceremos a burguesia, que não trabalha e não estuda tampouco"[355].

Assinavam esta proposta nomes como os de Antônio Correia, Oliverio Dupont, Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho. Os dois primeiros colaboravam na *Hora Social*, jornal da Federação de Resistência, sendo que Correia era seu Redator-Chefe. Os dois últimos eram primos, sendo que Coutinho era um estudante interessado no marxismo e Cordeiro havia se tornado bacharel na Faculdade de Direito do Recife, onde estabelecera relações com o professor Joaquim Pimenta. O movimento operário de Pernambuco tinha, neste período, um caráter bem mais policlassista que os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Conforme Vamireh Chacon, em sua *História das Ideias Socialistas no Brasil*, haveria em Pernambuco uma tradição de lutas nativistas que aproximariam os intelectuais dos movimentos populares, como pode ser observado, por exemplo, na Revolução Praieira de

---

[355] *A Hora Social*. Recife, p.1, 8, mai, 1920.

1848, que foi uma das primeiras revoltas brasileiras influenciadas pelas ideias socialistas[356]. Pimenta havia sido uma ponte entre a elite intelectual do Recife e o movimento operário: conforme ele mesmo afirma em suas memórias, teria usado concepções do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels em sua tese de admissão à Faculdade, tendo, nesta ocasião, ouvido de um de seus futuros colegas que ele se tornara conhecido por defender ideias "anarquistas" quando aluno da Faculdade de Direito[357].

Durante o período das grandes greves, não só Joaquim Pimenta, mas outros bacharéis e estudantes se aproximaram dos trabalhadores de Recife, prestando apoio em suas reivindicações. Durante a greve dos operários da Companhia Tramways, em julho de 1919, uma grande passeata foi organizada pelos estudantes de Direito em desagravo a maneira como Pimenta havia sido tratado pelo superintendente daquela empresa, ato que contou com cerca de mil pessoas, a maior parte delas grevistas[358]. Em outubro de 1919, foi publicada na *Hora Social* um telegrama da Juventude Socialista, que dizia contar com um grande número de jovens das escolas superiores de Recife, em protesto contra os estudantes paulistas que haviam auxiliado na tarefa de repressão aos trabalhadores[359]. Neste mesmo ano, alguns intelectuais próximos ao movimento operário, como Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho, já haviam tentado formar um Centro de Estudos Marxistas, mas este grupo só se articularia de forma mais orgânica em 1920, através do CES. O Centro dotaria a intelectualidade socialista de Recife de um projeto conjunto voltado para o trabalho manual e mental, através de um esforço de conscientização que teria como fim último propagar a Revolução Social[360].

No dia 18 de maio seria realizada a primeira sessão preparatória do CES, com a participação de grande número de sociedades operárias. Cristiano Cordeiro foi eleito Secretário Geral, fazendo um discurso em que falou do socialismo e da necessidade da

---

[356] Sobre esta revolta, ver o capítulo “A geração quarante-huitard em Pernambuco”.CHACON, Vamireh, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p.22-100.

[357] PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado: fatos que vivi e episódios que testemunhei.* Rio de Janeiro: Editor A. Coelho Branco Filho, 1949. p.184-185

[358] REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco***:** *cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p.102-103.

[359] *A Hora Social*. Recife, p.1, 27, out, 1919.

[360] Cristiano Cordeiro conta que se aproximou do movimento operário antes de se tornar estudante, em 1913, mas este contato teria se intensificado durante seu bacharelado. Quanto a sua relação com Pimenta, Cordeiro chega a afirmar que foi por um pedido seu que o Professor começou a colaborar com os sindicatos do Recife, por ocasião de sua mediação na greve de 1919. Depoimento à Ricardo Noblat, *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro,* São Paulo, LECH, 1982, p.81-88.

união dos trabalhadores “do músculo e do cérebro” e o local para esta junção seria justamente o Centro de Estudos Sociais[361]. Nesta mesma reunião foi votada uma moção de apoio à Joaquim Pimenta, que estava envolvido em uma polêmica contra a Igreja Católica. Foi justamente Pimenta um dos pomos da discórdia para as associações operárias de Pernambuco durante este período. A partir de 1919, os trabalhadores organizados de Recife passam a viver de forma cada vez mais intensa uma divisão entre dois grupos distintos que seriam "liderados" pelo Professor Pimenta e por Antônio Canellas[362]. A fundação do CES parece estar ligada diretamente a esta divisão dos trabalhadores do Recife em dois partidos antagônicos, já que um dos seus objetivos, expresso em seu projeto de fundação, era desfazer o mal-entendido existente no meio libertário com a distinção entre operários e "intelectuais" (e os que pretendiam levantar barreiras entre estes dois tipos de militantes)[363]. Em setembro de 1920, as duas tendências chegariam a um acordo a partir da formação de uma nova federação sindical, a União Geral dos Trabalhadores. Este processo de divisão entre os trabalhadores de Pernambuco vai ser analisado com mais vagar no próximo capítulo, quando tratar especificamente da crise do movimento operário daquele estado.

Outro projeto cultural importante deste período foi a *Revista Liberal*, organizada em Porto Alegre a partir da ação dos militantes anarquistas que atuavam na Federação Operária. Não se tratava propriamente de um projeto político, mas, em um período de retração do movimento operário e de crescimento da repressão, a *Revista* foi um importante ponto de convergência dos militantes do Rio Grande do Sul. O empreendimento cultural era dirigido por Polidoro Santos, tendo durado de 1921 até 1923, sendo o mais expressivo canal de expressão dos libertários gaúchos durante os anos 1920. No seu primeiro número, de fevereiro de 1921, os editores expressavam que o objetivo desta revista era auxiliar a evolução do povo, elevando seu nível moral e intelectual. Através da discussão das questões sociais, se procurava libertar o trabalhador "do acervo de ideias falsas de que se acha imbuído por uma educação tendenciosa"[364]. Apesar de tratar de temas como o sindicalismo e fornecer algumas notícias sobre o movimento internacional dos trabalhadores, o papel da *Revista Liberal* tinha como principal sentido a formação cultural

---

[361] *A Hora Social*. Recife, p.3, 22, mai, 1920.
[362] REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco***:** *cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado) p.118-119.
[363] *A Hora Social*. Recife, p.1, 8, mai, 1920.
[364] *Revista Liberal.* Porto Alegre, p.4, fev, 1921.

da classe operária, o que pode ser observado em sua campanha pela fundação de uma escola racionalista na cidade de Porto Alegre[365].

Uma iniciativa que também procurava uma renovação cultural e se ligava diretamente aos projetos anteriormente citados era o Grupo Clarté. A ideia de formação de um Grupo Clarté brasileiro esteve presente entre os intelectuais que atuavam no movimento operário desde os primeiros dias de 1920. Este intento foi realizado em parte pelo Grupo Zumbi, que se inspirava nos clartistas franceses; da mesma forma, o Centro de Estudos Sociais bebia do "clartismo" francês como fonte de inspiração, pois além de associar-se ao Zumbi, também pretendia editar uma revista chamada *Claridade*. Mesmo com a existência destas iniciativas anteriores, um novo Clarté, que adotou o nome original do grupo Frances, vai ser fundado em setembro de 1921. Na apresentação do primeiro número de sua revista, que levava o mesmo nome do grupo, colocava-se em cena uma situação de luta da ignorância e da reação conservadora contra os espíritos que desejavam promover o esclarecimento: "À sombra oporemos a luz. À mentira denigrante dos propagandistas da ilusão combateremos com a informação exata e documentada, com a verdade meridiana, sirva ela a quem servir"[366].

No mundo saído da Primeira Guerra Mundial, sacudido pelas revoluções, era necessário seguir o exemplo dos pensadores franceses que haviam organizado uma internacional do pensamento e lutado para promover a instrução da população. Havia também um exemplo muito mais próximo, de intelectuais argentinos como Ingenieros e Iberlucea, que haviam fundado a *Claridad* com os mesmo objetivos. Desta forma, o Grupo Clarté, através de sua publicação, colocava como sua meta principal esclarecer os fenômenos sociais e criar as condições que permitiriam uma intervenção consciente na sociedade. Como ideais, eram apresentados seis pontos relacionados à ordem nacional, à internacional, às relações econômicas, à moral, aos métodos e à ação. Destes, destaco os três primeiros, por representarem de forma mais clara os objetivos políticos destes intelectuais:

> a) Na ordem nacional: federalismo que tenha por base a função social; representação proporcional das entidades produtivas nos corpos deliberativos;

[365] *Revista Liberal.* Porto Alegre, p.8, out, 1921.
[366] *Clarté.* Rio de Janeiro, p.4. 1º, set,1921.

> administração técnica e eliminação dos políticos profissionais.
>
> b) Na ordem internacional: defesa do direito de auto-determinação dos povos, contra todo o imperialismo, quer político, quer econômico; solidariedade moral com os povos que lutam pela extinção dos privilégios e tendem a organizar um regime social novo fundados na cooperação dos produtores; repudio da diplomacia secreta; negação dos pactos e ligas, feitas sem assentimento dos povos que se obrigam; ação pacifista; guerra à guerra.
>
> c)Nas relações econômicas: extensão do controle social a todos os ramos de produção e de consumo, com a fiscalização a mais rigorosa dos intermediários (enquanto existirem); posse gradativa e coletiva dos grandes meios de produção pelos produtores técnicamente organizados; eliminação dos parasitas[367].

Além de um projeto de educação social, com o combate aos preconceitos veiculados pela educação tradicional, os clartistas brasileiros almejavam uma sociedade com o controle social da produção, cooperação internacional e integração nacional por meio de solidariedade federativa. Isto se aproximava das aspirações anarquistas de uma sociedade ordenada por cooperativas de produtores, mas também se acercava da influência soviética, através da representação de entidades produtivas nos processos deliberativos. Efetivamente, neste primeiro número da *Clarté* existem dois artigos tratando do regime de trabalho e do plano de educação da Rússia soviética, presença que também vai se verificar em outros números da revista. Apesar desta influência radical, os meios para atingir seus objetivos eram bem mais vagos e elásticos que os lançados pelos grupos anteriores. O Grupo Clarté apresentava como método a convergência das forças intelectuais que lutavam por um futuro mais justo e igualitário e como meio de ação a solidariedade de todos aqueles que compartilhavam de seus princípios. Havia muito pouco da rebeldia iconoclasta com que fora apresentado o Grupo Zumbi, tampouco havia uma estrutura que servisse aos trabalhadores, como haviam planejado os mentores do Centro de Estudos Sociais ou os anarquistas da *Revista Liberal*. O que se pode dizer, por comparação, é que os clartistas tinham um projeto mais vago de mudança social; associado à isso, ainda havia uma composição de membros extremamente heterogênea.

Percorrendo os números da revista, aparecem como colaboradores os libertários Luiz Palmeira e Everardo Dias, o socialista Antônio Correia, que havia sido também um dos fundadores do Centro de Estudos Sociais, o ex-Deputado Federal Nicanor do

---

[367] *Clarté.* Rio de Janeiro, p. 13-14, 1º, set, 1921.

Nascimento (que fora "degolado" pela Comissão Verificadora na eleição anterior) e o advogado Evaristo de Morais. Pelas suas propostas e pela sua composição, é difícil definir este grupo. Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro classificaram-no como reformista moderado, tendo sido um aglutinador de intelectuais que participariam mais tarde do projeto de poder varguista[368]. Outra interpretação, de Ana Paula Palamartchiuk, aponta este grupo como sendo ligado à tradição dos intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX, com sua preocupação pela ampliação do acesso à cultura e a participação política, questões que se relacionavam à constituição do Brasil como nação[369]. Acredito que esta última interpretação esteja mais próxima da realidade. Assim como ocorreu com as insurreições operárias de 1918 e 1919, no Grupo Clarté existia um encontro de uma tradição arraigada na Primeira República de reforma social através da ação dos intelectuais, combinado com aspirações típicas do movimento operário, que apontavam para os ideais de Revolução Social. Um dos fatores que amalgamava estas tendências era a admiração pela Rússia soviética, com o enorme trabalho de renovação social e intelectual que era promovido nos primeiros anos de constituição daquela nova sociedade.

Havia outro componente que aproximava estes intelectuais da Primeira República com determinado grupo de militantes revolucionárias: as divisões que vinha sofrendo o movimento operário brasileiro. Este assunto será tratado com mais cuidado no último capítulo desta tese, mas, por enquanto, é necessário indicar que desde o ano de 1920 se avolumavam as causas de dissidência entre os trabalhadores organizados. Um dos motivos mais significativos para isso ocorrer eram as notícias que chegavam da Europa sobre as discordâncias entre anarquistas e bolchevistas. Outro motivo era a participação de políticos profissionais dentro das associações operárias. O segundo número da revista *Clarté*, de 15 de setembro, começava com um longo artigo de Nicanor do Nascimento sobre o bolchevismo e o anarquismo. O artigo tinha como principal objetivo criticar os militantes libertários, que se afastavam do bolchevismo, ao mesmo tempo em que defendia a Clarté como uma organização revolucionária. Ao final do artigo, o ex-Deputado ainda indicava que a forma de não se deixar enganar e de criar militantes conscientes era através da

---

[368] HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sergio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução dos espíritos ao Ministério do Trabalho. In PRADO, Antonio Arnini (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[369] PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista...Escritores brasileiros e o comunismo. 1920-1945*. Campinas: PPG em História da Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado). pp.15-17. p.29-30.

formação de propagandistas doutrinários "que não mudem por uma inútil verbiagem inconsciente, desviando as massas da verdade – única prática útil à consciência humana, mas expliquem e descrevam os fenômenos que conhecem e não os que imaginam. Esta obra está fazendo a Clarté"[370].

Com este objetivo, de transformar a verdade em objeto revolucionário da sociedade, os membros do Grupo Clarté continuaram divulgando informações da Rússia Soviética em suas diferentes edições. Tomando apenas os números de 1921, pode-se perceber que a Rússia revolucionária ocupou boa parte do espaço das publicações. Em seu primeiro número, foi apresentado um texto sobre o regime de trabalho na Rússia e sobre o sovietismo e a sua grande obra escolar[371]; no segundo número, foram publicados textos sobre a divergência com os libertários, a história da formação do Soviet e a continuação do artigo sobre o regime de trabalho na Rússia[372]; em seu terceiro número foi publicado um texto sobre Lênin[373]; em seu quarto número sairia um novo texto de Nicanor do Nascimento sobre o anarquismo e o bolchevismo, além de outro sobre os intelectuais comunistas[374]; em seu sexto número, a revista apresentou as resoluções do primeiro Congresso Sindical Comunista, realizado em Moscou[375]. Ao lado destas notícias sobre o processo revolucionário russo e suas consequências, estavam outros que tratavam de preocupações mais tradicionais dos intelectuais da Primeira República, como um texto sobre a instrução pública no Brasil, e problemas relacionados à militância operária, como a questão das greves. Esta mescla não foi algo específico do Grupo Clarté, sendo observada em outros projetos do mesmo período. O que talvez caracterize de forma mais particular este grupo foi a forma como estruturaram uma revista de razoável periodicidade, que permaneceria sendo publicada até o ano de 1923, combinando o radicalismo do influxo soviético com a tradição reformista do início do século XX.

Além do surgimento de projetos que congregavam intelectuais, no ano de 1920 também começou a se articular um plano de ação que combinava a tradição revolucionária do movimento operário com uma proposta eleitoral articulada em torno de alguns políticos

---

[370] *Clarté*, Rio de Janeiro, p.39, 15, set, 1921.
[371] *Clarté*. Rio de Janeiro, pp. 19-20;27-29, 1º, set, 1921.
[372] *Clarté*, Rio de Janeiro, pp.33-39; 40-43; 63-64, 15, set, 1921.
[373] *Clarté*, Rio de Janeiro, pp.79-80, 15, out, 1921.
[374] *Clarté*, Rio de Janeiro, p.110-113; 119-120, nov, 1921.
[375] *Clarté*, Rio de Janeiro, p.169-170; nov, 1921.

profissionais. Durante o ano de 1919, alguns nomes do socialismo e do republicanismo radical como Evaristo de Morais, Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento haviam entrado em contato com o Partido Comunista do Brasil. Como afirmei anteriormente, a tradição insurrecional da Primeira República, que alguns destes personagens políticos traziam consigo, serviram de instrumento para os libertários constituírem suas táticas revolucionárias. Depois da derrota da insurreição de outubro e da dispersão do PCB, estes personagens mantiveram-se ligados ao movimento operário, principalmente através do jornal *Voz do Povo,* editada pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. A partir da ação destes políticos profissionais e de militantes libertários, começaram a surgir propostas que incluíam a via eleitoral como uma possibilidade de luta.

No dia 8 de novembro, foi publicado um longo artigo na primeira página da *Voz do Povo*, chamado "A questão do partido", assinado por Carlos Rezende de Abreu. Neste texto, o articulista ponderava sobre as notícias que corriam sobre a criação de um novo partido socialista. A iniciativa recebia muitas críticas, principalmente pelas limitações que teriam os operários ao se imiscuírem nas lutas políticas da burguesia, já que "por muito honesto e corajoso que seja o partido ele não pode ousar arrancar o seu direito de greve para lhe dar o mísero direito do voto". Esta crítica não era voltada somente aos socialistas que organizavam a agremiação, mas, sobretudo aos libertários que estariam juntos nesta empreitada: "Não cremos que os camaradas tenham esquecido certos princípios cuja compreensão fê-los anarquistas, nem cremos que pelo prazer de serem possibilistas se arreneguem da maldição burguesa que generosamente os confundiu com os cafténs, assassinos, ladrões e outras vítimas da bela sociedade atual"[376]. A justificativa para a divulgação deste texto viria alguns dias depois, quando a mesma *Voz do Povo* anunciou uma assembleia geral dos organizadores, aderentes e simpatizantes da Coligação Social[377]. Dois dias depois o militante anarquista Florentino de Carvalho, através do artigo "A lição dos fatos" trata de deixar claro o que não havia sido mencionado no texto de Carlos Rezende de Abreu, ou seja, que o novo partido teria sido articulado pelo Deputado Maurício de Lacerda e que neste projeto havia levado consigo importante militantes libertários, como Álvaro Palmeira e Ulrich D'Ávila. Em seguida, Florentino de Carvalho

[376] *Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 8, nov, 1920.
[377] *Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 12, nov, 1920.

citava o resumo de uma conferência que Maurício de Lacerda fizera no Centro Cosmopolita, em que este justificava a formação da nova agremiação com estas palavras:

> Acho que estando o governo apto e preparado para a reação direta já, opor-lhe a ação direta, taco a taco, seria o remédio para salvar a liberdade social, mas como para esta não há a devida organização, segue-se que do choque já de ambas resultaria triunfante a primeira. As classes trabalhadoras têm que se organizar, poderiam fazê-lo logo intensiva e extensivamente, mas como não tem onde se entrincheirar para aperfeiçoar, concluir, ou, o que é uma dolorosa verdade, iniciar de fato a sua organização definitiva, o governo vai impedi-la fechando-lhe os jornais, as tribunas das associações e, das ruas pondo a todos fora da lei.
> Essa violência só teria um corretivo: a associação secreta e o terrorismo. Entre nós a primeira é problemática, pela nossa índole alvissareira, e a segunda contraproducente pelo fundo bondoso do caráter nacional que se revoltaria contra a dinamite, esquecido do seu provocador: o fuzil ou a espada. É forçoso, pois, que entre a reação direta e a ação direta de governo e proletários, para que esses se organizem e possam sistematizar seu esforço, no futuro próximo, contra aquela que lhes ruge às portas, se eleve uma barreira, se erga uma muralha, se improvisem os sacos de areia da ação indireta, que, em lugar de se amortecer na colaboração, surja como uma vanguarda intervindo no meio reacionário, com os seus próprios elementos, processos e práticas, de modo a nas escaramuças dessa frente arriscada favorecer a formação eficiente do proletariado uno e consciente[378].

A proposta provocou a revolta de Florentino de Carvalho, que denunciou o novo partido como uma tentativa de um “mandarim” da República de intervir na ação autônoma dos trabalhadores. Para além da acusação de oportunismo lançada pelos anarquistas, este trecho do discurso de Maurício de Lacerda, deixa entrever algumas tendências que parecem ter dado forma à ideia da Coligação Social. O projeto aparece como uma trincheira para formar e educar a ação coletiva dos trabalhadores, enquanto estes apoiavam seus representantes nas eleições parlamentares. Mais do que intervir nos rumos do Estado através de um delegado da sua classe, o que seguiria a lógica dos antigos partidos socialistas, esta agremiação aparece como uma brecha legal para ação política dos trabalhadores organizados, um espaço onde estes poderiam desenvolver uma ação política sem sofrer algum tipo de boicote. Em um momento de repressão crescente, este discurso pode ter atraído até mesmo alguns militantes libertários, que, pensando na possibilidade de fazer um lento trabalho pela Revolução Social, aceitariam participar de um grupo que tivesse uma faceta eleitoral. Neste caso, faria todo sentido o rótulo de “possibilista” dado por Carlos Rezende de Abreu, já que diante do peso da repressão, aceitar a tutela dos

[378] *Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 14, nov, 1920.

representantes parlamentares seria uma das poucas formas de continuar a obra libertária naquele momento (não se tratando, pois, de uma traição de princípios).

No dia 15 de novembro, chegou a notícia de que a Coligação Social havia sido fundada no dia anterior, tendo formado um Comitê Executivo em que se destacavam os nomes de antigos libertários como Ulrich D'Ávila, Álvaro e Luiz Palmeira. Na mesma nota de fundação vinha um aparte do militante Mancio Teixeira, explicando seu desligamento da Coligação devido a participação de figuras como o Deputado Nicanor do Nascimento. No dia 16, foi publicada uma carta de Álvaro Palmeira, enviada à Mancio Teixeira, questionando porque este deixara o projeto: "Lamento a tua retirada da Coligação. Acho que não deveria fazer o que fizeste: foste tropical demais. Que diabos tinha de ver com os poucos elementos políticos que há na Coligação? Que entendes então, por Coligação?". Mancio Teixeira, plenamente de acordo com o seu próprio temperamento tropical, respondeu que havia se oposto à entrada de Nicanor do Nascimento na Coligação desde o momento em que o militante Francisco Alexandre havia procurado aquele Deputado na Câmara Federal, para lhe fazer a proposta de adesão ao projeto. Teixeira havia abandonado o plano não pela sua ideia original, mas pela presença específica do político fluminense: "Acho que uma coligação deve conter em quesito de ideias elementos de diversos matizes sociais, admito mesmo uma salada de pelos, mas elementos reconhecidamente honestos e firmes nas suas atitudes"[379].

As críticas continuaram no número seguinte da *Voz do Povo*, da parte do militante gaúcho Zenon de Almeida, que atacava o novo organismo não só pela sua heterogeneidade, mas pela presença de elementos políticos como Maurício de Lacerda, Nicanor do Nascimento e Agripino Nazaré, que, conforme afirmara Álvaro Palmeira, apresentariam suas candidaturas pelos seus partidos de origem, o que constituiria uma prova de que eles permaneceriam ligados à estrutura vigente[380]. Apesar de todas estas críticas, o projeto da Coligação se manteve por algum tempo, ajudando a eleger Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda para a Câmara Federal nas eleições de fevereiro de 1921. Mesmo eleitos, estes não tomaram posse, pois seus nomes não foram aceitos pela Comissão Verificadora, ou seja, foram impedidos pela "degola"[381]. Diferente do que pensava Lacerda,

---

[379] *Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 16, nov,1920.
[380] *Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 17, nov,1920.
[381] KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).*

as trincheiras eleitorais não foram suficientemente fortes para resistir ao sistema arbitrário da república oligárquica brasileira.

Mancio Teixeira, após romper com a Coligação, passou a trabalhar para formação de outro grupo político, o Grupo Social Renovação. Seu periódico, chamado *Renovação*, que se identificava como um quinzenário sindicalista e comunista, vai ser lançado no dia 16 de dezembro de 1920. A orientação geral do grupo vinha explicada em um editorial intitulado "Nossa Bandeira". Neste texto, os renovacionistas se diziam defensores intransigentes do sindicalismo revolucionário, da ação direta e da destruição do Estado burguês, ao mesmo tempo em que seguiam a orientação doutrinária dos revolucionários russos, sendo a favor da implantação da ditadura do proletariado, que era encarada como uma violência necessária para uma etapa transitória da sociedade, enquanto ainda existiam as classes sociais. Para além de sua orientação, o periódico *Renovação* esperava ser uma *Clarté* do pensamento e da opinião, onde todos os "verdadeiros revolucionários" e também os "simpatizantes reconhecidamente dignos da obra de emancipação do proletariado", teriam espaço em suas colunas [382]. De forma crítica, os membros do Renovação se colocavam contra o sectarismo daqueles que criticavam a Revolução Russa e a ditadura do proletariado, se referindo especialmente aos anarquistas que procuravam conservar sua pureza doutrinária; como objetivo mais imediato, os militantes do grupo viam a necessidade de união mais coesa e orgânica do proletariado para levar adiante sua ação revolucionária:

> O problema mais básico e capital do momento para o proletariado do Brasil é o duma organização eficiente, voluntariamente disciplinada, sem a qual nada se poderá fazer de útil e prático. Eduquemô-lo na poderosa e vibrante fé revolucionária, na impiedosa guerra de classe, preparemo-lo para a decisiva greve final.
> Que a nossa bandeira vermelha se desfralde e flutue sobre o Brasil nas mãos de ferro do proletariado[383].

As ideias do Grupo Renovação articulavam várias tendências que já vinham se manifestando no movimento operário fazia algum tempo. Em termos ideológicos, o grupo

---

PPG em História da USP: São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado). p.48-49.

[382] É importante lembrar que, no momento em que o Grupo Social Renovação foi formado, a revista *Clarté* ainda não havia sido fundada, daí ter sentido o desejo de se transformar em uma *Clarté* do pensamento e da opinião.

[383] *Renovação.* Rio de Janeiro, p.2, 16, dez, 1920.

era uma combinação de princípios libertários, através do sindicalismo revolucionário, com influências do bolchevismo, o que se manifestava pela aceitação da ditadura do proletariado como objetivo político. Também havia uma tentativa de levar adiante o projeto de uma coligação social ou de um congresso de vanguardas, mas com uma disciplina maior e sem a participação de políticos profissionais. Mesmo a ideia de uma agremiação que congregasse pensadores e propagandistas estava igualmente presente. A convergência destas tendências ficava mais clara nos princípios, fins e meios do grupo, publicados no terceiro número do jornal, entre os quais se destacavam a educação e organização dos trabalhadores, estudo do problema agrário no Brasil, aceitação da ação direta e da ditadura do proletariado, negação da luta parlamentar, além da formação de uma organização partidária coesa, com Conselho Central, Comissão Executiva, assembleias, quadros sociais e sessões locais ligadas ao Comitê Central[384].

Além de Mancio Teixeira, que aparece como redator e diretor do jornal, também organizavam o periódico (ou colaboravam em suas colunas) militantes como J. Freitas, Antônio Correia, Antônio Canellas, José Palmeira e Everardo Dias. Este último militante, inclusive, protagonizou o maior debate do jornal, travado com o anarquista Domingos Passos. No primeiro número do *Renovação*, Dias saiu em defesa da Coligação Social contra os anarquistas que defendiam um "extremismo vesgo", se isolando na defesa de sua doutrina. No número seguinte saíram, da parte do próprio jornal, notas que procuravam deixar claro que o *Renovação* não era um órgão da Coligação Social, mas que o grupo adotava um programa "sem os exclusivismos da propaganda libertária"; mesmo assim, foi aberto espaço para Domingos Passos responder, da parte dos anarquistas, às acusações de Everardo Dias. A principal crítica de Passos era dirigida contra a aproximação de figuras do meio operário aos políticos burgueses, que eram remunerados com o dinheiro da população; em sua resposta, existia uma interessante referência a um tal Partido Bolchevista Nacional (que parece ter sido a ideia original da Coligação Social), que ele também havia sido convidado a participar, mas que teria caído na mais completa estagnação[385]. Everardo Dias teve sua tréplica no número seguinte, na qual atacava a hipocrisia dos anarquistas que eram remunerados nos "parlamentos operários" (referência ao cargo que Passos havia ocupado

[384] *Renovação.* Rio de Janeiro, p.2, 20, jan, 1921.
[385] *Renovação.* Rio de Janeiro, p.2, 1º, jan,1921.

como Secretário do 3º Congresso Operário que ocorrera durante aquele ano)[386]. Não tive acesso ao quarto número do jornal e não sei se este debate continuou por outros meios.

O Grupo Social Renovação, apesar de sua tentativa de dar coerência ao encontro da velha tradição do sindicalismo revolucionário com a nova lufada bolchevista, teve duração bastante efêmera. Alguns de seus colaboradores como Antônio Correia, Luiz Palmeira e Everardo Dias, se encontrariam com Nicanor do Nascimento, egresso da Coligação Social, no novo projeto da *Revista Clarté.* Outros, como Mancio Teixeira, voltariam à propaganda libertária. Os acalorados debates travados nos parcos números deste jornal, entretanto, deixam entrever alguns dos problemas que estavam colocados para aqueles militantes, naquela conjuntura de recuo generalizado dos planos revolucionários.

Os projetos políticos constituídos neste momento de refluxo do movimento operário ainda eram devedores do intento de criar uma grande frente comum de luta, que era a aspiração das lideranças do movimento desde as grandes greves de 1917, quando os militantes perceberam a força e a extensão que sua mobilização poderia alcançar. O fato é que as derrotas das duas tentativas revolucionárias, de 1918 e 1919, somadas à grande repressão, cobraram seu preço e provocaram um recuo nestes planos. Se em um primeiro momento a frente comum de luta seria liderada pelos militantes operários e seus objetivos seriam claramente revolucionários, a partir do recrudescimento da repressão e da desorganização das forças militantes, os aliados daquela frente proposta pelos militantes passam a ocupar o primeiro plano. Tanto os intelectuais, quanto os políticos profissionais, eram considerados parte importante desta frente comum, grupos sociais (junto com os militares) sobre os quais os militantes pretendiam estender sua hegemonia. Minha hipótese é que no momento em que as lideranças operárias se tornaram mais visadas pela repressão e os objetivos revolucionários ficaram bloqueados, esta "vanguarda" ficou em um segundo plano e as propostas mais factíveis passaram a ser organizadas em torno de outras lógicas, que por vezes correspondiam às funções sociais destes aliados de classe.

Como vimos, a formação do Grupo Comunista Zumbi tinha como proposta principal reunir intelectuais que auxiliassem os trabalhadores em sua obra de conscientização, algo que também estava na origem do Centro de Estudos Sociais, sendo que este último tinha como objetivo ser um espaço comum de ação para trabalhadores

[386] *Renovação.* Rio de Janeiro, p.2, 20, jan, 1921.

"mentais" e "manuais". A *Revista Liberal* de Porto Alegre tinha objetivos explicitamente culturais e os militantes participavam dela como educadores (ou como propagadores do racionalismo). O Grupo Clarté, através de sua revista, tinha uma proposta que era basicamente pedagógica, mesmo que mantivesse a mudança radical da sociedade como objetivo final de sua ação. Caminhando em outro sentido, a Coligação Social procurava construir, sobre uma proposta eleitoral, um projeto que permitisse uma convergência entre militantes revolucionários e políticos profissionais, o que poderia ser uma garantia de segurança para os primeiros. O único grupo que tentou manter forma e intenções bastante similares ao do momento anterior foi o Grupo Social Renovação, mas, mesmo este, incorporava muito da preocupação com a educação dos operários. Assim, em um momento de dificuldades, os militantes tateavam novas formas de ação e buscavam em seus aliados mais próximos as soluções para seus problemas, pois o objetivo imediatamente revolucionário havia sido perdido.

* * *

A partir das greves de 1917, uma série de mudanças começa a ocorrer dentro do movimento operário brasileiro, especialmente entre os militantes mais radicais, que se identificavam com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Junto a emergência de mobilizações nunca antes vistas nos principais centros industriais do Brasil, também chegavam notícias de uma revolução no extremo oriente da Europa, que mexia com os sonhos de liberdade acalentados pelos militantes libertários de todas as partes do mundo. A Revolução Russa, com a vitória dos bolchevistas e a posterior expansão do espírito de revolta para o centro da Europa, era um convite para os militantes brasileiros debaterem o futuro da Revolução Social em seu próprio país e isto foi feito de forma intensa através dos periódicos operários. Mas este convite não era apenas um chamado para pensar a revolução, mas também era para fazê-la, para tornar este desejo uma realidade. Neste sentido, o período estudado foi marcado pelas tentativas de criar um novo tipo de solidariedade e formas mais efetivas de ação, através de experiências que eram moldadas pelas lutas sociais e que levavam os militantes a construir novos meios, para conseguir alcançar novos objetivos.

Nestas mesmas greves do ano de 1917, os trabalhadores conseguiram impor sua força não apenas através da mobilização, mas também de novas formas de organização, que surgiram quando as lideranças militantes passaram a organizar centros e ligas em diversas cidades para gerir as inúmeras greves que iam surgindo. Estes novos organismos, além de tratarem exclusivamente das greves, se alçaram ao direito de falar em nome de toda população e assim se apresentar diante dos governos municipais e estaduais. Neste momento, de tomada de consciência de sua força, surge em São Paulo a ideia de formar um Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, unindo todos os elementos avançados da sociedade, com o objetivo de coordenar a grande luta que se delineava no horizonte. Durante o período, este foi o primeiro desenho de um projeto político que procurava dar mais organicidade á ação dos militantes e estendê-la para além dos limites sindicais (mesmo que sua estrutura se assentasse sobre as bases da Confederação Operária Brasileira). A ideia do Congresso não se realizou, mas ela deixaria frutos bastante fecundos na mente dos militantes.

Enquanto isso ocorria no Brasil, a Revolução de Outubro marcava uma nova etapa da luta social em âmbito internacional e a ideia da revolução se tornava cada vez mais atrativa para diversos militantes brasileiros, fazendo com que diversos projetos revolucionários fossem gestados a partir do ano de 1918. Foi assim com Abílio de Nequete, barbeiro libanês de Porto Alegre que atuou junto aos anarquistas da capital gaúcha: atraído pela Revolução Russa, em parte pela sua origem étnica, em parte pelo ambiente de radicalização em que estava vivendo, ele decidiu fundar uma União Maximalista para defender e propagar os princípios do bolchevismo. Foi assim também com Octávio Brandão, jovem farmacêutico de Maceió, atraído pelas ideias socialistas, influenciado pelas referências dos populistas russos e pela consciência da miséria rural de seu estado, fundou a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, para promover uma reforma agrária radical e revolucionária. Enquanto isso acontecia em outras regiões do Brasil, no Rio de Janeiro, através da Aliança Anarquista, surgiu a ideia de fazer do projeto revolucionário uma realidade.

A Aliança Anarquista havia sido fundada para unir os diversos grupos libertários do Rio de Janeiro, dispersos em sua ação por diferenças ideológicas. Este grupo vai articular uma insurreição, que deveria eclodir em novembro de 1918, a partir de uma greve geral que

contaria com o apoio indispensável de militares de baixa patente. Ao receber o apoio militar, os militantes da Capital Federal derrubariam o Presidente Delfim Moreira e proclamariam uma república dos soviets no Brasil. A insurreição foi abortada no dia 18 de novembro, pela traição do seu contato militar, provocando uma grande repressão, com a prisão de alguns líderes, como Astrojildo Pereira e o envio de outros, como José Oiticica, para longe da Capital Federal. A derrota do plano revolucionário parece ter incutido nos militantes cariocas a consciência da necessidade de se criar um organismo mais amplo e mais orgânico para ser instrumento da luta revolucionária. Com esta ideia foi criado o Partido Comunista do Brasil, em março de 1919, na cidade do Rio de Janeiro.

Este novo organismo deveria ser uma grande frente comum para unir o movimento operário em torno da defesa da Revolução Social, estendendo sua influência para todos os grupos políticos e segmentos sociais que apoiassem seus objetivos. Seu programa bastante amplo, que deveria atrair maximalistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários, foi distribuído em várias partes do Brasil, concitando todos os militantes do país a formarem seções em suas respectivas regiões. Este chamado foi atendido, sendo registrado o surgimento de grupos comunistas em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, estado do Rio de Janeiro, sendo que sua influencia também se estendia aos estados de Alagoas e Pernambuco. Além destes grupos aderentes, agremiações sindicais, intelectuais e políticos profissionais também tinham relações com o recém-surgido PCB. Esta rápida penetração permitiu aos militantes da Capital Federal chamar uma grande Conferência Comunista, que teve a participação de 22 delegados de 7 estados da federação, em junho de 1919.

O primeiro PCB foi o projeto político mais importante constituído pelo movimento operário brasileiro durante o período das grandes greves. Este novo organismo realizava, em parte, o objetivo de ser um grande congresso de vanguardas, mas seu caráter era mais especificamente revolucionário, tanto que em seu primeiro programa estava claramente indicado que um dos seus objetivos era educar o povo para a conquista dos poderes públicos. Tendo em vista este fim seus militantes iniciaram a articulação de uma nova insurreição, enviando delegados para conseguir a adesão de diferentes centros de militância, além de tentar ganhar o apoio de guarnições militares para garantir a vitória das forças revolucionárias. Nestes planos de ação, se conjugavam uma série de influências: uma longa tradição de luta libertária, através da experiência com a mobilização operária; a recente

influência do bolchevismo, com seu modelo de tomada de poder e um modelo nacional de rebelião, que costumava reunir militares, políticos dissidentes e as classes populares em levantamentos contra o governo oligárquico. A insurreição foi precipitada por um acidente ocorrido com alguns militantes operários, em 19 de outubro de 1919, na cidade de São Paulo, desencadeando uma greve geral para dar início ao movimento. A consequente repressão que se desencadeou de forma violentíssima, com inúmeras prisões e deportações, atingindo lideranças importantes como Everardo Dias e Gigi Damiani, enfraquecendo o plano, que não seria mais retomado.

A partir de 1920, com o crescimento da repressão e a desorganização da militância, torna-se mais difícil articular projetos revolucionários. A ideia de uma frente heterogênea para dar força aos militantes continuou viva, mas através de outros objetivos, como a reunião de intelectuais, como foi o caso do Grupo Zumbi ou o Grupo Clarté, ou mesmo com a formação de agremiações que incluíam uma proposta eleitoral, como a Coligação Social. Neste momento, as lideranças operárias estavam perdendo a liderança da frente que deveria viabilizar a Revolução Social ou então estavam tentando construí-la a partir de uma lógica que não era necessariamente revolucionária. Este era um sinal das dificuldades de manter o projeto que estava sendo gestado desde 1917. Um dos aspectos mais claros desta dificuldade foram as dissensões nos modelos e ideias que deveriam conduzir o movimento operário, cujas dissidências afastavam cada vez mais os militantes entre si. O processo de dissensão que marca o início dos anos 1920, acompanhado de redefinições quanto ás identidades ideológicas que os militantes iriam seguir, será o tema do próximo capítulo, que será também o último da tese.

## 3. As divisões e as disputas em torno dos caminhos para chegar à Revolução Social no contexto da crise dos anos 1920

O terceiro capítulo vai tratar da crise dos anos 1920 e das divisões do movimento operário brasileiro, causadas pelas divergências em torno do caminho para chegar à Revolução Social. Neste capítulo, desejo compreender a lógica das rupturas que marcaram aquele período, o que estas deveram a uma nova conjuntura internacional e como se relacionaram aos processos internos do próprio movimento, como o bloqueio dos projetos revolucionários pela violência da repressão estatal.

Este período vai ser marcado pela ruptura entre seguidores e críticos do modelo bolchevista, o que vai redundar na divisão entre comunistas e libertários, assim como pela crítica cada vez mais aguda dos militantes revolucionários contra a ação de políticos e intelectuais reformistas nas associações de trabalhadores. Para além destas cisões, neste capítulo também pretendo analisar mais detalhadamente que caminhos os libertários e os comunistas escolheram após esta divisão, se este era um cenário claro para os militantes e qual o peso dos diferentes centros de militância nesta nova configuração de forças. O período aqui estudado vai de 1920, quando surgem as primeiras notícias de atritos entre anarquistas e comunistas na Rússia, até 1922, quando se dá a fundação do PCB, sob as regras da Internacional Comunista. Para antecipar ao leitor o conteúdo bastante complexo deste período, a seguir apresentarei uma espécie de caracterização sintética do que será depois desenvolvido ao longo do texto.

A chamada “crise dos anos 1920” foi um tema recorrente das narrativas desenvolvidas ao longo do século passado sobre as experiências de luta dos trabalhadores brasileiros. Em um primeiro momento, nos anos 1960, quando a história do movimento operário começou a ser produzida, ela era escrita por antigos militantes que defendiam suas posições e seus papéis quanto aos acontecimentos relatados. Devido a importância do PCB, pelo menos até os anos 1970, a ideia que a Revolução Russa havia promovido um hiato no movimento operário brasileiro e o comunismo se impôs a um anarquismo pouco adaptado aos novos tempos, foi predominante nas interpretações. No momento em que as pesquisas acadêmicas na área tiveram grande desenvolvimento, a partir dos anos 1980, houve uma

revisão destas antigas versões, com uma valorização do anarquismo e do sindicalismo revolucionário nas lutas sociais da Primeira República. Se, de certa forma, esta mudança pode ser creditada a uma análise mais acurada das fontes, que não demonstrava nem um fim súbito do anarquismo, tampouco uma ascensão meteórica do jovem PCB após 1922 (que, bem pelo contrário, foi lenta e trabalhosa) também houve a valorização de outros aspectos das lutas sociais que faziam crescer a importância dos libertários. No lugar da grande política, passava para o primeiro plano a política do cotidiano, formada por pequenas lutas diárias, além dos temas ligados à construção de uma cultura operária, tópicos esquecidos pela história tradicional.

Este deslocamento de atenções não só tirou o foco do momento "epifânico" que teria sido o nascimento do PCB, mas também tirou deste acontecimento um verdadeiro status de problema. No lugar de uma mudança abrupta, existiria algo como um *degradée* de posições políticas confusas que só iriam se definir ao longo dos anos 1920. De fato, a maior parte dos trabalhos que tratam do período não se detém no processo de penetração do comunismo após 1917, tendendo a ressaltar a situação muito pouco clara em que se encontravam os militantes. Se era verdade que a Revolução Russa foi saudada quase unanimemente pelos libertários, também é verdade que houve muitas decepções e retornos ao anarquismo, principalmente depois que os militantes europeus fizeram circular notícias de que os anarquistas estavam sendo perseguidos pelos bolchevistas na Rússia. Neste ponto que quero me deter: acredito ser necessário penetrar nesta confusão! Se existiam diversos pontos de vista sobre o anarquismo e o comunismo, é preciso compreender como estes pontos de vista se diferenciaram, mesmo que isto não tenha se dado de forma coerente. Onde alguns viram desorientação, outros podem enxergar experimentação, com o florescimento de uma grande variedade de projetos políticos.

O que vou tentar mostrar nas próximas sessões deste capítulo é um quadro bastante complexo, retrato de um período em que se combinaram cisões entre os grupos militantes, com novas formas de agregação, tributárias da constituição de novos projetos políticos. A partir dos primeiros meses de 1920, notícias que davam conta de conflitos entre bolchevistas e anarquistas alimentaram uma crítica cada vez mais agressiva de alguns militantes libertários em relação à penetração das ideias maximalistas no Brasil. A fundação do semanário *A Obra* e a difusão destas críticas através do *A Plebe*, ambos de São Paulo,

vão ter um papel importante na construção de argumentos que procuravam resguardar os princípios do anarquismo em relação a uma nova realidade. Esta disputa também foi sentida no âmbito da organização sindical, como se verá logo adiante na disputa pela adesão à Internacional Comunista no 2º Congresso Regional do Rio Grande do Sul, em março de 1920.

Mesmo que estas cisões sejam muito importantes, pretendo reforçar ao longo do texto a ideia de que estas divisões não podem ser consideradas definitivas, mas parte de um processo longo e complexo. Não se pode negar que, depois que as notícias sobre os confrontos entre anarquistas e bolchevistas na Rússia começaram a chegar ao Brasil, este fato foi sentido como um duro golpe por muitos militantes libertários; mesmo assim, o choque destas notícias não pode ser supervalorizado. Entre os militantes havia uma gama muito grande de posições quando o tema tratado era o movimento revolucionário internacional. Em relação ao bolchevismo, havia aqueles que passaram de uma postura conciliadora a uma crítica contumaz; outros continuaram tentando conciliar diferentes posições ideológicas, acreditando que esta variedade tinha a função de dar força e não dividir os militantes entre si. De qualquer maneira, tentarei mostrar que a disputa seminal entre libertários e bolchevistas convivia com outras divergências que estavam emergindo naquele mesmo instante e que para os militantes, deveriam ter tanta importância quanto a querela do caminho russo para a revolução.

Além do fator "bolchevista", a participação de intelectuais e políticos reformistas se tornou, a partir do ano de 1920, um problema cada vez maior dentro do movimento operário brasileiro. No Rio de Janeiro, figuras como os Deputados Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda vão aumentar sua influência junto às associações; no Recife, o Professor Joaquim Pimenta, além de figuras como Cristiano Cordeiro, oriundo da Faculdade de Direito, terão um papel destacado nos novos projetos políticos constituídos pelos militantes pernambucanos, como o Centro de Estudos Sociais. Em relação à Pernambuco, destacarei ainda a crítica de Antônio Bernardo Canellas a estas figuras; tendo viajado para a França, ele sofreu o impacto do recuo político de setores do sindicalismo francês, aguçando os argumentos de sua crítica ao socialismo reformista. Nesta parte do capítulo, além de fazer um mapeamento destas disputas, também vou analisar um processo de aproximação dos reformistas com os grupos revolucionários, o que teve algum efeito

sobre os socialistas.

O processo que vem a seguir é marcado por um conjunto de redefinições. À medida que avançava o ano de 1921, as possibilidades de um processo revolucionário ser desencadeado pareciam mais distantes. Os anarquistas buscaram outros modelos revolucionários, como os levantes operários italianos, que contrapunham à Revolução Russa, mas estes não se efetivaram. Quanto aos militantes bolchevistas, seus projetos apresentam certa tendência à institucionalização e objetivos mais modestos. O Grupo Comunista do Rio de Janeiro acabou sendo formado por alguns militantes libertários da Capital Federal que romperam com sua matriz ideológica original; em Porto Alegre, a União Maximalista se tornou também um Grupo Comunista; em Recife, os militantes oriundos do Centro de Estudos Sociais também aderem à proposta. Do contato entre os comunistas cariocas e os grupos que haviam aderido ao bolchevismo em outras partes do Brasil, vai se estruturar uma rede de associações. Do contato do Grupo Comunista de Porto Alegre com os representantes da Internacional Comunista sediados em Buenos Aires, virá o definitivo impulso para que esta associação dispersa se reúna em um partido. Tal fato vai ocorrer em Abril de 1922, na casa de Astrojildo Pereira, em Niterói.

O novo partido tinha sua grande força no Rio de Janeiro, onde os militantes já editavam o periódico *Movimento Communista*, em Pernambuco, estado em que tinham um considerável número de membros e em Porto Alegre, que, mesmo com seus poucos adeptos, contava com as vantagens geográficas para seus contatos internacionais. A fundação deste segundo PCB, diferente do primeiro, não se deu no marco de amplas mobilizações sociais, mas estava estruturado de forma mais orgânica, inclusive ideologicamente. Para os libertários as coisas também mudavam, pois aqueles que se mantinham fiéis à causa perderam o monopólio da Revolução Social e iniciariam uma lenta fase de declínio. É necessário ressaltar, entretanto, que a nova conjuntura era devedora do período extremamente fértil que a antecedeu, cujo processo, em seu devir, tem muito mais importância que os fatos ocorridos em 1922, isto porque aquele ciclo de lutas que ali se encerrava havia colocado os trabalhadores brasileiros em um patamar político muito superior, como nunca antes estiveram na história.

Para analisar as questões que brevemente enunciei acima, o último capítulo desta tese, assim como os outros, também estará dividido em quatro seções: a primeira, *"A*

*divisão entre libertários e comunistas como um problema historiográfico a ser debatido”*; a segunda, *“Anarquistas, sindicalistas, maximalistas e as divergências em torno das ideias revolucionárias”*; a terceira, *“Militantes revolucionários, intelectuais e políticos reformistas: as divergências em torno dos novos projetos políticos"* e a quarta *"'Um período de redefinições: os novos caminhos para os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários e os novos caminhos para os militantes maximalistas e comunistas".*

### 3. 1 A crise dos anos 1920 e o processo de divisão entre os militantes como um problema a ser debatido na historiografia do movimento operário brasileiro

Nesta seção, pretendo analisar as divisões que o movimento operário brasileiro sofreu no início dos anos 1920, problematizando-as como uma questão em aberto na historiografia. Será debatida a permanência ao longo do tempo das versões comunistas e libertárias desta crise, principalmente sua relação com as justificativas construídas para explicar a retração das atividades do movimento operário. Para tanto, retomarei inicialmente um pouco da história dessas relações no movimento operário internacional, o que pode ajudar a entender como alguns argumentos que tinham suas raízes na história das tendências libertárias e marxistas serão retomadas posteriormente no movimento operário brasileiro.

A relação dos anarquistas com os socialistas de orientação marxista não havia sido muito pacífica ao longo da história. O conflito entre estas duas tendências se originou na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, em Londres. A Internacional era uma organização múltipla, que contava com a participação de correntes tão variadas quanto os trade-unionistas ingleses, os republicanos italianos, os socialistas alemães e os cooperativistas franceses. Dentro desta organização, destacou-se o conflito entre o grupo de Mikhail Bakunin, aristocrata russo que representava os trabalhadores da região suiça do Jura e Karl Marx, um dos principais líderes do movimento socialista alemão. Os marxistas defendiam (em termos muito gerais) a conquista do Estado para consolidar a vitória da Revolução Social, enquanto os seguidores de Bakunin, que se tornaria um dos principais sistematizadores do anarquismo internacional, advogavam a completa dissolução do Estado para chegar a este fim. Além de concepções diferentes, também existia entre

estes grupos uma luta para estabelecer a hegemonia sobre as outras correntes da AIT. Em 1871, os membros da Internacional tiveram uma participação importante nas lutas da Comuna de Paris, por esta razão a associação passou a ser perseguida pelos governos europeus e alguns grupos (como as trade-unions inglesas) retiraram sua representação da AIT. Apenas um ano depois da derrota dos *communards*, com a Internacional já enfraquecida, eclodiria o conflito entre marxistas e bakuninistas, que resultou na expulsão deste último grupo da associação[387].

Os anarquistas se organizariam como movimento autônomo a partir da cisão da AIT, enquanto os marxistas fundaram a II Internacional Socialista em 1894. O conflito nascido da luta de Marx e Bakunin permaneceu presente no movimento operário internacional a partir daí, já que os partidos socialistas tornaram-se cada vez mais reformistas ao longo do tempo, enquanto os libertários defendiam a ação direta e se negavam a qualquer tipo de colaboração política com os governos constituídos[388]. Este cenário mudaria com a Revolução Russa, quando uma alternativa radical ao reformismo socialista se apresentou como possibilidade de emancipação social. De início muitos anarquistas apoiaram os bolchevistas, mesmo na Rússia, alguns tendo aderido ao Partido Comunista. Ao longo do tempo, porém, e durante a Guerra Civil, mais especificamente, os conflitos entre libertários e comunistas se tornaram agudos, tendo um dos seus piores episódios na luta entre o Exército de Nestor Makhno e o Exército Vermelho na região da Ucrânia, em 1920. A luta entre bolchevistas e anarquistas impactou fortemente o movimento libertário internacional: lideranças destacadas, como Emma Goldman, denunciaram as ações do Exército Vermelho e das lideranças soviéticas como uma perseguição aos anarquistas russos. Este foi um dos motivos que reacendeu as velhas dissensões que dividiam o movimento operário internacional[389].

---

[387] Para uma visão mais próxima dos "bakuninistas" da formação e cisão da AIT, ver WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma visão das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p.127-161. Para uma visão mais próxima dos "marxianos", ver HAUPT, George. Marx e o Marxismo. In. HOBSBAWM, Eric et Alii. *História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.347-375.

[388] Sobre a formação da II Internacional, ver HOBSBAWN, Eric. A cultura europeia e o marxismo entre o séc. XIX e XX. In. HOBSBAWM, Eric et Alii. *História do Marxismo II: o marxismo no tempo da II Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 75-124. Sobre a ruptura com os marxistas e o Congresso de Saint Imier, que lançaria as diretrizes do movimento anarquista internacional, ver ENCKEL, Marianne. A A.I.T.: a aprendizagem do sindicalismo e da política. In COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004. p. 35-44.

[389] No início dos anos 1920 surgiriam três associações internacionais de trabalhadores: os reformistas formaram a Federação Sindicalista Internacional, sediada em Amsterdã, os anarquistas e sindicalistas

Ao longo do século XX estas posições se absolutizaram, ganhando uma projeção que talvez não estivesse presente antes da Revolução Russa. De fato, a oposição entre anarquistas e socialistas marxistas não havia sido a única fonte de dissidência dentro do movimento operário internacional até aquele momento. Correntes antagônicas do socialismo durante a II Internacional haviam protagonizado polêmicas duríssimas, especialmente entre os grupos reformistas, favoráveis à colaboração de classe e grupos radicais, defensores da tomada do poder pela via revolucionária. Dentro do socialismo libertário, refratário à conquista do Estado, também havia divisões entre os diferentes agrupamentos. A mais importante delas talvez tenha sido a que separou os sindicalistas revolucionários, que acreditavam que o sindicato seria o embrião da sociedade futura e os anarquistas contrários à ideia de dar às associações profissionais tamanha importância[390].

As relações entre as correntes do movimento operário eram bem mais complexas do que a divisão entre anarquistas e socialistas poderia dar a entender. Se é verdade que alguns conflitos foram praticamente esquecidos, também é verdadeiro que muitas experiências de troca e colaboração entre as correntes do movimento operário não foram guardadas na memória dos militantes com a mesma intensidade que os conflitos. Durante os dois primeiros capítulos, mostrei que a tradição anarquista e os novos aportes vindos da Europa se conjugaram em fórmulas bastante originais. Isto não foi um privilégio brasileiro, já que na Argentina e no Uruguai a simbiose entre bolchevistas e anarquistas daria origem ao anarco-bolchevismo. Esta corrente permaneceu viva, mesmo que minoritária, até o final dos anos 1920. O mais interessante é que sua memória foi apagada da consciência social do movimento operário, justamente porque ninguém reivindicava sua origem (tanto anarquistas, quanto comunistas, consideravam esta colaboração um anátema)[391]. Algo similar aconteceu com o movimento operário brasileiro. Aqui, a consolidação de uma memória conflitiva se ligava diretamente às narrativas que os militantes construíram sobre a

---

revolucionários formaram uma nova Associação Internacional de Trabalhadores, sediada em Berlim e os bolchevistas formaram a Internacional Sindical Vermelha, sediada em Moscou. Sobre esta crise (do ponto de vista libertário) ver, DE JONG, Rudolf. A A.I.T. De Berlim: de 1922 à Revolução Espanhola. COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004. p.271-290.

[390] Sobre esta polêmica, ver TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945).* Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.125-140.

[391] Sobre a trajetória deste grupo, ver DOESWJIK, Andréa. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rio-platenses (1917-1930).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1998. (Tese de Doutorado).

crise dos anos 1920.

O movimento operário brasileiro começou a sofrer uma série de problemas no início da década de 1920, depois do auge das mobilizações entre 1917 e 1919. Além do recrudescimento das perseguições, também surgiram no horizonte disputas entre diversas correntes que foram se cristalizando e dividindo o movimento no justo momento em que ele deveria fortalecer sua unidade. De modo geral, este período é identificado como a “crise dos anos 1920”, já que foi no começo desta década que as associações operárias tenderam a diminuir sua influência e passaram a apresentar muito maior dificuldade de se organizar. Naturalmente, esta “crise”, ou melhor, refluxo das mobilizações operárias, não tem uma única justificativa. Entre outras coisas, podemos pensar, se assumirmos uma lógica cíclica, que o final da década de 1910 representaria um pico de mobilização dos trabalhadores organizados nos grandes centros urbanos brasileiros e que depois deste momento, seria natural que sobreviesse um período de arrefecimento. Também se pode pensar em um novo momento dentro da sociedade brasileira, em que vários grupos sociais passaram a pressionar o sistema oligárquico que regia a Primeira República, o que mudaria o papel e o protagonismo do próprio movimento operário, já bastante visado pela repressão.

Mesmo fazendo uma longa lista para apontar os mais diversos fatores que contribuíram para este declínio, é importante frisar que, logo após aquele período, começou a ser criada uma narrativa sobre os motivos daquela tendência de desagregação. De modo geral, esta narrativa, produzida a partir de sujeitos que haviam vivido ativamente os processos de mobilização, buscavam os motivos desta crise em mudanças ideológicas que haviam afetado o movimento operário brasileiro. Um bom exemplo disto pode ser visto nas memórias do anarquista Friedrich Kniestedt, publicadas nos jornais *Der Freie Arbeiter* e *Aktion*, de Porto Alegre, na segunda metade dos anos 1930, em que ele localiza o motivo desta mudança no impacto que a Revolução Russa teve sobre os trabalhadores organizados:

> Não se consegue descrever o que se passou na cabeça de boa parte de nossos velhos amigos - num piscar de olhos tornaram-se nossos inimigos. Seria muito demorado descrever todos estes acontecimentos. É suficiente destacar que em função da decisão em favor de Moscou foi sendo gradativamente destruída toda a capacidade de ação do operariado, não só do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil e de toda a América do Sul. Os festejos de 1º de maio de 1919 ainda transcorreram em grande harmonia, mas em 1920 não mais. Em um ano o gérmen

da discórdia fizera grandes estragos [392].

Trata-se, neste caso, de uma interpretação libertária daquele processo. Devemos levar em conta o fato de que, quando estas linhas foram escritas, já haviam se passado quase vinte anos desde os acontecimentos vividos. Muitas diferenças que estavam recém se constituindo no início da década de 1920, foram apresentadas, anos mais tarde, de forma rigorosa e já bem definidas, como pode ser percebido pelas palavras de Kniested. Era como se as diferenças entre comunistas e libertários, já bastante sedimentadas nos anos 1930, tivessem sido transportadas no tempo para o início da década anterior, não deixando espaços para dúvidas ou hesitações. A cisão não havia sido apenas rápida, mas também definitiva, e assim permaneceriam até o momento em que o militante alemão estava escrevendo as suas memórias.

Por outro lado, da parte daqueles que aderiram à corrente comunista, também se constituiu uma narrativa relativa aos problemas daquela época. Mas, diferente da posição dos libertários, que viam a influência da Revolução Russa como um fator desagregador, que apenas fez surgir dissensões entre os militantes e teria rompido a harmonia que existia nas organizações operárias, os comunistas localizavam os problemas em outro lugar. Para os militantes que haviam aderido ao PCB, o problema estaria na própria falta de direção revolucionária dos militantes anarquistas e os resultados das mobilizações daquele período haviam mostrado os limites da ação libertária. Neste caso, o impacto da Revolução Russa, antes de ser um fator de desagregação, se constituía em um momento de viragem ideológica, quando o movimento operário teve oportunidade de tomar contato com uma ideologia revolucionária mais adequada à sociedade industrial moderna.

Esta interpretação aparece de forma mais estruturada no livro *"Agrarismo e industrialismo",* texto escrito por Octávio Brandão em 1924, que só seria lançado em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Meyer e tendo como local de publicação a cidade de Buenos Aires (medidas tomadas devido ao Estádio de Sítio imposto por Artur Bernardes). Neste ensaio, que seria uma das primeiras análises das condições sociais e políticas do país por

[392] Estas memórias foram posteriormente traduzidas e organizadas pelo professor René Gertz, que as publicou em livro. KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989. p. 132.

uma ótica marxista, Brandão desenvolve a ideia de que o anarquismo era a expressão da pequena burguesia artesanal, sendo que isto era motivo para erros estratégicos e concepções confusas por parte dos trabalhadores organizados:

> Enfim, como retoque final, digamos que o movimento operário e popular de 1918-1920 era bastante influenciado pela pequena burguesia. Seus líderes, vindos em grande parte desta origem, ainda não estavam libertos da ideologia dela. Preponderava o anarquismo – a teoria característica da pequena burguesia exasperada com a proletarização. Preponderavam o individualismo, a desorganização política e o terrorismo individual – terrorismo de pequeno burgueses. Vários líderes, mesmo dos sindicatos, aburguesaram-se posteriormente, tornaram-se pequenos e médios proprietários. Renegaram a classe operária – a classe definida, heroica, dinâmica, verdadeiramente revolucionária, a classe do futuro. Renegaram a classe operária por um conglomerado amorfo, confuso, oscilante como um pêndulo: a pequena burguesia.
>
> […]
>
> Os trabalhadores em fábricas de tecidos, operários da grande indústria, constituíram o melhor material para qualquer ação revolucionária. Mas os artesãos e os pequenos burgueses anarquistas não souberam organizar e conservar organizados esses trabalhadores. Compreende-se: anarquismo é sinônimo de artesanato e de agrarismo pequeno-burguês e antônimo de industrialismo[393].

Desta forma, muito cedo se criou uma concepção de que o declínio do movimento operário (ou então o fracasso, se pensarmos em termos revolucionários), havia nascido de um descompasso entre as concepções dos militantes e determinada orientação para a ação. A partir do depoimento do anarquista Friedrich Kniestedt ou então do comunista Octávio Brandão, percebe-se que algo estava “fora do lugar” naquele contexto. No primeiro caso, se tratava o impacto da Revolução Russa como se fosse responsável por um engano por parte dos anarquistas, que, no momento em que perceberam que esta não se tratava de um movimento libertário, retrocederam em seu apoio. Neste caso, alguns militantes teriam seguido a militância comunista, entrando em conflito com os que fizeram sua autocrítica e retornaram às concepções estritamente libertárias. Antes de ser vista como um incentivo para a luta ou um exemplo que alimentaria a ação dos militantes, o bolchevismo é visto como uma espécie de “veneno” que teria contaminado o convívio entre os militantes e a solidariedade que existiria até aquele momento.

---

393 BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil – 1924.* 2ª ed. São Paulo: Garibaldi, 2006. pp.117-118.

Em contraposição a este relato, está aquele dos comunistas, que consideram "a priori" o fracasso do movimento pela ação despreparada dos anarquistas. Neste caso, as mobilizações e manifestações de força em que os trabalhadores organizados estavam envolvidos até aquele momento não teriam maiores consequências, já que o movimento libertário não estava preparado para organizar estas forças de forma coerente. O problema, aqui, precede a própria "crise" dos anos 1920. Mesmo que Brandão pudesse levar em conta o peso da repressão para o refluxo da ação da militância, não haveria possibilidade de avanço em relação às perspectivas revolucionárias devido às próprias contradições ideológicas do movimento.

Levados às últimas consequências, os dois discursos apresentam aquele período como um verdadeiro beco sem saída para a ação revolucionária. As insurreições e mesmo a formação do primeiro PCB são desconsideradas, visto que estariam maculadas por um equívoco, um "pecado original" do ponto de vista dos libertários, ou não estariam orientadas pela ideologia mais propícia para a luta de classes em uma sociedade moderna, no modo de ver dos comunistas. Ao fim e ao cabo, tanto para os anarquistas, quanto para os comunistas, esta crise poderia mesmo trazer um aspecto positivo, já que depuraria os desvios ideológicos e seria propícia para mostrar aos militantes uma orientação mais coerente.

O fato é que nenhuma destas interpretações, voltadas para a própria justificativa dos militantes em relação a seu passado, valorizava uma série de avanços que haviam sido feitos no período 1917-1919. Os libertários faziam questão de diminuir a importância que a Revolução Russa havia tido para o movimento operário brasileiro; além disso, sua versão dos fatos também não levava em conta o quanto a ideia de formar um partido ou de proclamar uma república dos soviets havia tornado a ação dos anarquistas muito mais orgânica e mais projetada para objetivos revolucionários. Os comunistas, por sua vez, ignoravam a capacidade organizativa que o anarquismo havia desenvolvido entre os trabalhadores; também ignoravam o fato de que, no momento oportuno, estes haviam se aberto a outras táticas e estratégias que permitiram levar o movimento operário para o primeiro plano da arena pública das grandes cidades brasileiras. A bem da verdade, mais que um jogo de esquecimento, se tratava da construção de uma memória seletiva, que tentava ignorar o quanto havia sido importante a intersecção destas influências.

Estas interpretações (ou narrativas) não ficaram restritas ao círculo dos militantes operários ou das organizações políticas, sendo transpostas para as obras fundadoras da historiografia do movimento operário no Brasil. Astrojildo Pereira, em seu trabalho pioneiro sobre a formação do PCB, deu crédito à abnegação dos militantes libertários durante as manifestações de massa, mas não reconheceu naquele movimento a possibilidade de ir além das reivindicações econômicas imediatas: "as reivindicações formuladas, por aumento de salário, por melhores condições de trabalho, etc, constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações de um nível superior". O que faltaria naquele momento seria a orientação de um partido, como o que surgiria em 1922, para aproveitar este ímpeto de forma a direcioná-lo para um fim revolucionário de forma consequente:

> Admiráveis exemplos de firmeza, de bravura, de abnegação se verificavam um pouco por toda a parte, durante as greves e manifestações de massa que se multiplicavam de maneira contagiosa, naqueles anos. Faltava porém um centro coordenador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma – uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimir a todo o movimento. Em tais condições, era inevitável que, ao cabo de algum tempo, quebrado o ímpeto combativo das massas, pudesse a reação patronal e governamental retomar a iniciativa e desencadear uma onda de terror visando à liquidação do movimento revolucionário[394].

A direção anarquista das organizações operárias teria falhado pela própria falta de um centro coordenador, o que somente um partido centralizado e bem articulado poderia oferecer. A repressão, neste caso, não seria a principal causa do recuo do movimento operário, mas sim a falta de organização, que não poderia ser propiciada pelos anarquistas, o que permitiu o sucesso da reação conservadora. Esta interpretação, que devia muito à análise de Octávio Brandão, acabou por se tornar muito influente posteriormente. Mesmo um autor bem mais simpático quando descreve a ação dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários, como Everardo Dias, ao se remeter aos debates que ocorriam naquele momento entre os militantes favoráveis e contrários à Revolução Russa, considera que "Os anarquistas em seus trabalhos e na exposição de suas teorias sempre se mostraram privados

---

[394] PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962. p.32.

de uma clara consciência de classe, resultado das concepções pequeno-burguesas desses dirigentes"[395].

Desta forma, como pode ser observado até aqui, este ciclo de lutas aparece para os autores mais próximos da tradição comunista como um divisor de águas, onde a falta de uma orientação coerente com o caráter mais moderno da industrialização teria resultado na esterilidade das ações coletivas dos militantes, como uma poderosa onda que se desfaz entre as espumas sem muitas consequências para o rochedo onde ela quebra. Mas esta contradição já traria dentro de si sua própria solução, pois a consequência maior desta frustração seria evidenciar a orientação política mais própria à classe operária brasileira, permitindo assim uma guinada ideológica em direção ao marxismo. Moniz Bandeira, em seu *Ano Vermelho*, sintetiza esta concepção: "O surto industrial do Brasil e a Revolução Russa, criando um fato novo, superaram o movimento anarquista. O marxismo 'a expressão consciente de uma vontade inconsciente' ganhou as massas brasileiras[396]".

A interpretação que valorizava as insuficiências do anarquismo também apareceu nos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o movimento operário brasileiro. O americano Leslie Sheldon Maran, em *"Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro: 1890-1920*", se questiona sobre os causas que teriam contribuído para a desestruturação do movimento operário durante a década de 1920. Um dos motivos apontados por Maran era o voluntarismo e a espontaneidade dos anarquistas, que lhes criava dificuldade para coordenar um movimento de massas, além do fato de jogarem os trabalhadores em greves indiscriminadas, o que mostrava uma séria deficiência estratégica[397]. Boris Fausto, em seu "*Trabalho urbano e conflito social"*, segue uma linha similar quando se refere às condições excepcionais que haviam marcado o movimento dos trabalhadores no período das grandes greves, em que a influência da Revolução Russa e das outras revoluções europeias teria alimentado as reivindicações econômicas dos operários. Esta força, porém, fora em parte anulada pela falta de uma orientação mais centralizada que pudesse direcionar esta energia, o que também toca na questão da falta de organização partidária: "Do ponto de vista

---

[395] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Edaglit. 1962. p. 104.
[396] BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.pp.274-275.
[397] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1889-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.164.

organizatório, a óbvia consequência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses"[398].

As divisões do movimento operário, que marcaram o início dos anos 1920, não seriam, ao fim e ao cabo, um fator tão decisivo para seu declínio, já que teriam trazido também a possibilidade da superação de uma corrente política marcada pela desagregação política e pela falta de objetivos claros na ação sindical.

Esta visão sobre a desagregação do movimento operário foi predominante até o final dos anos 1970, mas, de forma paralela, a versão anarquista desta divisão e do declínio do movimento operário também estava sendo reelaborada ao longo das décadas. Em 1963, Edgar Leuenroth, em seu livro *"Anarquismo: roteiro de libertação social",* narrava a participação dos libertários nos movimento populares brasileiros de modo bastante diferente que os autores ligados à tradição comunista: "Fiel à sua origem, à sua base doutrinária e à sua atuação de sempre, o anarquismo mantém-se, naturalmente, ligado ao povo em seus movimentos de reivindicação de direitos e de protesto contra arbitrariedades dos detentores do poder"[399].

A influência anarquista sobre os trabalhadores aparece aqui como um fator dinamizador dos movimentos populares e os seus militantes são vistos como organizadores de lutas múltiplas, que não se reduziam apenas às reivindicações econômicas, mas se voltavam também contra a influência do clero, do militarismo, contra a carestia de vida e a favor das liberdades públicas. Mesmo que Leuenroth pouco fale sobre o processo de divisão do movimento operário naquele período, sua narrativa abre caminho para uma interpretação alternativa deste processo e para a valorização a ação anarquista naquela conjuntura. Mais explícito em relação aos atritos com os comunistas é Edgar Rodrigues, um dos maiores historiadores e memorialistas do movimento libertário brasileiro. Em seu livro "*Nacionalismo e cultura social (1913-1922)"*, de 1972, o autor trata o apoio ao bolchevismo como um "grande equívoco" dos anarquistas, que não teriam considerado a Revolução Russa como um movimento liderado por "socialistas autoritários". Nesta narrativa, que lembra bastante aquela de Kniestedt, as confusões criadas a partir deste

[398] FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social.* São Paulo: DIFEL, 1977. p.247.
[399] LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro de libertação social.* São Paulo: Editora Mundo Livre, 1963. p.119.

engano teriam prejudicado o movimento operário brasileiro, por causa das divisões causadas pelos que iriam aderir ao marxismo. Nesta narrativa, Rodrigues minimiza as divergências existentes antes da fundação do segundo PCB, reforçando a ideia de uma influência dissolvente do bolchevismo entre os trabalhadores organizados: “Só a partir da Revolução Russa, ou mais exatamente, de 1922, é que surgiram as divergências, e porque não dizer, até desavenças violentas, entre os anarquistas e os partidários da ditadura do proletariado implantada por Lenine na Rússia”[400].

No final dos anos 1970, com o surgimento de novas pesquisas na história do trabalho que passaram a valorizar o papel do anarquismo, também mudou a forma com que a crise dos anos 1920 e as divisões no movimento operário passaram a ser interpretadas. Os militantes libertários deixaram de ser vistos como seguidores de uma ideologia pequeno-burguesa ou como militantes inconsequentes, prejudicados por uma falta de direção. Ocorreu uma inversão de perspectiva e a diversidade das lutas propostas pelos libertários, seu afastamento de um aparelho burocrático e sua proximidade com as bases, foram características que passaram a chamar atenção positivamente. Como já havia apontado no primeiro capítulo, algumas modificações na área da história do trabalho, como a expansão das pesquisas acadêmicas e do acesso à fontes primárias, assim como mudanças da conjuntura política, influíram nesta nova postura diante do anarquismo. Daquele momento em diante, a militância libertária não seria mais analisada pelo que não havia se proposto fazer, mas pelo que efetivamente havia feito. Esta inflexão teria um impacto sobre a forma como os historiadores analisariam a crise dos anos 1920, assim como as causas e consequências da divisão do movimento operário brasileiro em correntes divergentes.

Uma das análises que podem ser tomadas como exemplo desta mudança de sentido está no livro *“A invenção do trabalhismo”*, de Ângela de Castro Gomes, publicado em 1988. A pesquisa de Castro Gomes não tem como tema principal o movimento operário na

---

[400] RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972. p.401. Sobre esta forma de interpretar a crise dos anos 1920, Carlos Augusto Addor, ao analisar a longa bibliografia do historiador libertário, afirma que “Para Rodrigues, a fundação deste “Segundo Partido Comunista” [de 1922] foi um grande equívoco ideológico que viria dividir irreversivelmente o proletariado no Brasil. Aliás, para Rodrigues, as diferenças e desavenças, por vezes violentas, entre comunistas e anarquistas, seriam um fator importante não só para o declínio da presença anarquista no meio operário, como mesmo para um descenço do movimento operário e sindical em seu conjunto, a partir de 1920...”. ADDOR, Carlos Augusto. *Um homem que vale um homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues.* Niterói: PPG em História da UFF, 2012. (Tese de Doutorado) p.208.

Primeira República, mas, ao tratar desta conjuntura, a autora reflete sobre as modificações ocorridas no momento de refluxo das lutas sindicais. No lugar de uma suposta mudança de orientação dos militantes em direção ao comunismo, que teria se originado pela maior eficácia desta concepção de luta em relação aos preceitos libertários, teria ocorrido um longo período de indefinições durante os anos 1920, marcado pela perseguição aos militantes e pelo fechamento das possibilidades políticas. O comunismo não teria substituído o anarquismo logo que sua influência chegou ao Brasil, pelo contrário, seus militantes teriam permanecido relativamente poucos durante os primeiros anos, devendo se passar algum tempo até o movimento operário recuperar a pujança do período de predomínio do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. A causa deste declínio não seria a concorrência comunista, mas a conjuntura política extremamente adversa:

> O declínio que então se iniciou não teve portanto como base o fracasso da militância anarquista nos sindicatos, mas sua expulsão e eliminação por forças policiais com amplo respaldo político e social. Talvez exatamente por isso os anarquistas não tenham sido gradualmente substituídos pelos comunistas, que teriam paulatinamente ocupado um espaço deixado vago pelo desgaste de um movimento e de uma doutrina. O anarquismo e os anarquistas cariocas continuaram existindo no movimento sindical, e justamente porque não houve um amplo debate precedendo a criação de um Partido Comunista, era inevitável que ele ocorresse a posteriori, em circunstâncias distintas das narradas por Astrojildo Pereira[401].

A dissidência comunista não ocorrera em um momento marcado por uma "conversão" numerosa entre os militantes operários, mas através da cisão de um pequeno grupo que resolveu se reunir sob a denominação de Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Para se contrapor à tese de Astrojildo Pereira, Ângela de Castro Gomes recorre aos relatos de José Oiticica, escritos em 1957, no seu jornal *A Ação Direta:* ao fazer uma retrospectiva do nascimento da cisão comunista, Oiticica identifica uma política de cooptação por parte dos bolchevistas que teria se dado sem debates internos ou mesmo sem conhecimento das lideranças libertárias. Além do aspecto bastante marginal do movimento comunista, também se destacava nesta nova forma de encarar a crise dos anos 1920 o aspecto de confusão que dominava o debate, o que não permitiria caracterizar uma cisão em larga

[401] GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. p. 140.

escala entre os militantes: "Se, na verdade, o movimento debatia-se num emaranhado de posições, não havia um caminhar que sugerisse o abandono da doutrina em prol de uma nova opção, no caso o bolchevismo"[402].

Outra pesquisa que vai valorizar a versão anarquista da divisão do movimento operário é a tese de Yara Maria Aun Khoury, *"Edgar Leuenroth: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista"*, de 1988. Neste trabalho, a pesquisadora se propõe analisar a trajetória de Leuenroth no movimento operário paulista, dando destaque especial à sua atividade como jornalista e editor de diversos periódicos libertários. O período das grandes greves recebe um destaque especial, tratando, entre outras coisas, da formação do primeiro PCB e das tentativas revolucionárias. No lugar de valorizar a influência da Revolução Soviética, Khoury vê nestas iniciativas uma resistência à penetração do comunismo russo: "Os discursos que acompanham a formação do PCBr (1919) evidenciam que os libertários vêm encontrando nos bolchevistas os concorrentes mais agressivos, entre as diferentes tendências que formam o movimento proletário nesse momento". Além disso, a autora ressalta que os libertários responsabilizaram os comunistas pela derrocada do movimento dos trabalhadores na próxima década, pois quando os anarquistas exerciam a liderança, havia uma coesão que vinha do respeito à iniciativa das bases. A tentativa de dirigir o proletariado teria esfacelado os sindicatos, que passaram a servir apenas ao interesse político do partido[403].

Ao se afastar da versão propagada pelos militantes comunistas, a autora acaba por minimizar a influência da Revolução Russa, que era uma referência fundamental para os projetos revolucionários dos militantes libertários. Mesmo que alguns militantes já tivessem conhecimento de problemas entre anarquistas e bolchevistas, iniciativas como a formação do primeiro PCB não parecem caracterizar uma medida que visava barrar a influência dos bolchevistas, muito pelo contrário! Além disso, a constatação da "culpa" do declínio devido à ação dos comunistas, através das palavras dos anarquistas, também se aproxima de um relato que justifica uma das posições em disputa.

Outro estudo, deste mesmo período, que se afasta da narrativa construída por

---

[402]GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. p. 152.
[403] KHOURY, Yara Maria Aun Khoury, *"Edgar Leuenroth: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista".* São Paulo: PPG em História da USP, 1988. p. 164-166.

Brandão e Pereira é *"O sonhar libertário"*, de Cristina Hebling Campos, publicado em 1988 (a tese que deu origem ao livro é do ano de 1983). Neste trabalho, a crise dos anos 1920 aparece como um processo bastante complexo, em que diferentes contradições estão envolvidas. Além do problema da repressão e do surgimento de uma dissidência comunista dentro das associações operárias, haveria uma polêmica crescente contra a participação de figuras que não pertenciam à classe trabalhadora dentro do movimento operário, como os políticos profissionais. Outro problema apontado por Campos é a polêmica entre anarquistas e sindicalistas puros, o que aparece muito pouco na memória constituída sobre esta crise. Este aspecto complexo do jogo de forças entre os militantes faria com que os trabalhadores que não estavam engajados abandonassem as mobilizações: "Os trabalhadores voltavam a seus afazeres cotidianos, resistindo neste espaço das relações informais, lugar pouco reconhecido e talvez desconhecido pelos militantes da vaguarda organizada"[404].

Ao longo dos anos 1990, com a perda de centralidade do debate sobre a revolução no movimento operário, as origens das disputas entre comunistas e anarquistas e sua relação com a crise dos anos 1920, acabaram por perder espaço nas pesquisas históricas. Como mostrei no primeiro capítulo, estudos mais recentes como os de Tiago Bernardon de Oliveira ou Alex Buzzelli Bonomo apontam para uma diversidade maior de causas, além das já citadas, para a crise do movimento operário (e mais especificamente para a crise do movimento anarquista).

De qualquer forma, não considero que o tema das divisões ideológicas no início da década de 1920 deva ser esquecido ou tomado como uma questão encerrada. No caso de meu estudo, este aspecto da história do movimento operário tem uma importância fundamental, já que as cisões no campo das ideias também implicavam divisões em termos de projetos políticos e de caminhos tomados para realizar a Revolução Social. A constatação de Campos, sobre a complexidade do cenário político, é uma pista importante para tentar retomar este problema; mesmo assim, o aspecto fluído e multifacetado desta conjuntura não pode se tornar um empecilho para a análise.

Ao estudar as divisões do movimento operário brasileiro naquele período

[404] CAMPOS, Cristina Ebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921.* Campinas: Pontes/UNICAMP. 1988. p.142.

complicado, por vezes até obscuro, minha intenção é penetrar na lógica destas disputas para compreender melhor a relação das diferentes correntes políticas entre si. Afastando-se do preconceito contra os anarquistas ou contra os comunistas, este período revela uma riqueza e uma complexidade que podem tornar mais claros os caminhos seguidos pelos trabalhadores organizados em um década ainda pouco conhecida. Além do mais, conhecer as alternativas que estavam em disputa naquele momento é necessário para analisar os caminhos que estavam sendo escolhidos para a Revolução Social.

Estas disputas não se reduzem apenas a preferências que os militantes demonstravam por alguma das correntes ou então uma simples luta pela hegemonia dentro das associações. As possibilidades que estavam colocadas eram também escolhas de caminhos específicos pelos quais se faria uma transformação revolucionária da sociedade. Para iniciar este mergulho nas turvas águas da militância operária no início dos anos 1920, explorarei na próxima seção o aspecto mais visível daquele momento de crise: a divisão entre anarquistas e comunistas. O grande problema é que esta cisão, como se verá a seguir, apenas à primeira vista parece ser uma simples questão de escolha por um ou outro caminho revolucionário.

## 3.2. Anarquistas, sindicalistas e maximalistas: as divergências em torno das ideias revolucionárias

O aspecto mais lembrado da crise que se instalou no movimento operário brasileiro foi a luta entre partidários e críticos da influência bolchevista entre os trabalhadores. O fato é que esta luta tem de ser bastante matizada. Demonstrei já no primeiro capítulo, que a orientação marxista era bem conhecida pelas principais lideranças anarquistas desde as primeiras manifestações em 1917. Além disso, deve-se destacar o fato de que esta influência da Revolução Russa e os modelos que dela emanavam, foram alvo de debate desde muito cedo no movimento operário brasileiro.

Se observarmos os textos publicados desde o ano de 1917, quando a Revolução Russa começou a ser tema constante dos periódicos, veremos que não existe

homogeneidade nas opiniões emitidas sobre este acontecimento, o que já foi amplamente demonstrado no primeiro capítulo desta tese. Entre esta vasta gama de opiniões, havia divergências que podiam mesmo tomar a forma de um debate entre militantes que falavam exclusivamente a partir de posições libertárias. No início do ano de 1919, por exemplo, uma destas divergências provocou uma reprovação do jornal *Alba Rossa* contra *A Plebe,* ambos de São Paulo. Este último jornal havia noticiado, no dia 8 de março, através do artigo "O maximalismo na Itália", a guinada do Partido Socialista Italiano em direção ao maximalismo provocada pela sua fração mais radical. Apesar da mudança de orientação ser vista de forma positiva pelo *A Plebe*, o articulista incluía uma crítica feita pelos anarquistas italianos, que tinham reservas em relação à ditadura do proletariado e opunham a este modelo a constituição de comunas libertárias: "Essas reservas são lógicas e ponderadas. A ditadura revolucionária é exclusivista e opressora e tende a exercer funções de conservação"[405]. O *Alba Rossa* atacou este artigo, já que o regime bolchevista era uma necessidade da luta de classe e suas ações se voltavam contra os grupos dominantes. "A ditadura proletária é invocação, é anelo, é luz! Essa é impelida e se eleva da assembleia do desespero. Essa tem um mando que deve cumprir e cumpre sem debilidade, sem piedosos compromissos, sem inúteis massacres"; "Explique melhor e sobretudo, seja mais reflexivo, antes de lançar vossos mesquinhos anátemas".[406].

O mesmo jornal, algumas semanas depois, publicou uma crítica à formação do primeiro Partido Comunista do Brasil, cujo programa havia sido divulgado tanto pelo próprio *Alba Rossa* quanto pelo *A Plebe.* O autor da crítica, João Calixto, afirmava concordar com quase todo o programa, mas destacava dois pontos que discordava: a manutenção das pequenas propriedades rurais depois do processo de divisão das terras e a ideia de educar a população para a conquista dos poderes públicos, que era citada no final do programa. Questionando-se qual seria o fim desta conquista, se tinha por objetivo implantar a comuna ou o soviet, o autor censura o programa por não deixar este ponto explícito. Além do mais, se não fosse para ter um fim verdadeiramente revolucionário, não

---

[405]*A Plebe.* São Paulo, p.4, 22, fev, 1919.
[406] *Alba Rossa*. São Paulo, p. 1, 8, mar, 1919. "La ditadura proletaria é invocazione, é anelito, é luce! Essa si spingione e se eleva da assemblee da disperazione. Essa ha un mandato che deve compiere, e compie senza debolezze, senza pietosi compromessi, senza inutili massacri". Ao final, o texto se encerrava com a seguinte censura: "Spiegatevi meglio: e, sopratuto, sia piu riflessive, prima di lanciare vostri meschine anatemi".

seria necessário fundar uma nova agremiação, bastaria os partidos socialistas existentes[407]. Isto não deve causar estranheza, já que era normal que convivessem opiniões divergentes entre os jornais libertários ou mesmo dentro de um mesmo jornal. Em relação à isso, o próprio *Alba Rossa* comenta que esta atitude era muito característica da imprensa operária e que, no caso da sua crítica ao *A Plebe*, ao menos tratava-se de dois jornais distintos e em línguas diferentes, "Pior era quando, no mesmo jornal, escrito na mesma língua, se predicava aos trabalhadores: Organizem-se! Não se organizem!"[408].

Na última frase, o *Alba Rossa* fazia menção, muito provavelmente, às polêmicas entre os anarquistas que defendiam a ação individual ou a formação de grupos estritamente libertários e aqueles sindicalistas revolucionários e anarquistas que sustentavam a necessidade dos militantes participarem das associações de trabalhadores (o que havia causado uma série de debates até aquele momento). A resposta do *Alba Rossa* demonstra que os militantes sabiam que o movimento operário não era homogêneo, mas este não era um motivo para que as organizações por si só se esfacelassem. Além disso, o principal tema de debate em relação ao bolchevismo se relacionava a um modelo de revolução a ser seguido, não somente à organização. A relação dos militantes libertários com este novo modelo revolucionário variou muito, alguns inclusive defendendo que o bolchevismo apontava um caminho para a sociedade sem Estado que realizaria a anarquia, mas esta postura não está presente em todos os militantes anarquistas. De modo mais geral, o maximalismo (pelo menos até 1919) foi visto como forma de realizar o programa máximo do socialismo, ou seja, era um novo tipo de processo revolucionário e sua interpretação permanecia algo aberto; mais ainda, suas apropriações eram seletivas, com os militantes tendo a possibilidade de acolher partes do modelo que facilitariam a ação revolucionária entre os trabalhadores.

O debate em torno da pertinência ou não de novos modelos não atingiu mortalmente a solidariedade entre os militantes, nem desatou rusgas e acusações mútuas. Como mostrei no segundo capítulo, o movimento operário brasileiro percorreu um caminho de radicalização que tornou suas associações mais orgânicas, o que se deu junto à preparação

---

[407] *Alba Rossa*. São Paulo, p. 1, 12, abr, 1919.
[408] *Alba Rossa*. São Paulo, p. 1, 8, mar, 1919. "Peggio era cuando, nel medesimo giornale, scritto nella medesima língua, si predicava ai lavorattori: Organizzatevi! Non vi organizzate!"

de uma estratégia para tornar a revolução vitoriosa. Este movimento de ascensão coincide com os primeiros debates sobre a não correspondência da Revolução Russa com os princípios libertários, mas este fato não foi um empecilho para as apropriações que me referia logo acima. O fato a ser destacado é que a partir dos primeiros meses do ano de 1920, existe uma forte inflexão no discurso de militantes históricos do anarquismo em relação à influência do bolchevismo no movimento operário brasileiro. A explicação mais lógica para tal movimento é a difusão das notícias sobre as perseguições aos anarquistas na Rússia, mas, como neste período nada é simples, vale a pena acompanhar as condições de emergência destas críticas e como elas coincidem com processos que não se relacionavam a ela.

No dia 28 de fevereiro de 1920, o jornal *A Plebe* publicou um artigo de Neno Vasco intitulado "O que somos", em que o autor, falando em nome da coletividade dos militantes, se identifica como socialista e anarquista. Socialista porque combatia a exploração da burguesia sobre os trabalhadores, além da propriedade desta classe sobre as matérias primas e os meios de produção. Anarquista porque combatia o Estado, o aparelho de governo, que, com sua burocracia e através da cobrança de impostos, perpetuava uma sociedade dividida em classes, protegendo os detentores do poder econômico e político. Esta instituição barraria o progresso dos indivíduos, promovendo apenas os interesses da elite. Desta forma, Neno Vasco (e todos os militantes a quem esta definição de princípios se dirigia) considerava-se seguidor de uma doutrina própria, com princípios específicos e um modo de luta particular:

> Somos pois, anarquistas, porque queremos uma sociedade sem governo – uma organização política livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação, com desprezo de barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sobre o livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideias e sentimentos dos indivíduos. É para nós essa a organização política corresponde ao socialismo: a anarquia é o vaso que pode conter e garantir a igualdade de condições econômicas.
>
> Concepção integral, o socialismo anarquista tem um método próprio de ação, baseado sobre a livre iniciativa e a solidariedade.
>
> [...]
>
> Dentro das sociedades operárias de resistência, de que fazemos parte como trabalhadores com interesses idênticos aos dos outros, defendemos o abstencionismo eleitoral, a neutralidade da associação na política parlamentar.

> Fora desta, há largo campo de ação, de comum acordo, sem distinção de partidos. E assim como a sociedade de resistência, neutral em matéria religiosa, não deixa de combater as uniões de fura greves católicos e os padres que se põe do lado dos patrões, assim também, embora neutral em eleições, não deixa de lutar contra as prepotências do poder político. É preciso não confundir a luta dum partido com a luta de classe[409].

Este texto poderia ser interpretado apenas como uma carta de princípios ou uma tentativa de formulação mais orgânica por parte de um militante que tenta definir o que é o socialismo anarquista. Seria assim caso este texto fosse escrito antes do ano de 1917, mas, depois da Revolução Russa e de todo o período revolucionário que o movimento operário brasileiro (e mundial) havia passado, estas colocações e seus silêncios se tornam muito eloquentes. A definição sobre "O que somos" pode ser entendida como uma resposta à aproximação com o maximalismo efetuado por um grande número de militantes nos anos anteriores, que havia produzido muitas experiências e amalgamas teóricas ao longo daquele período. Também poderia servir como um alerta sobre algumas questões fundamentais que não poderiam ser colocadas de lado, como a crítica ao Estado, mesmo que este aparecesse como uma ditadura da classe operária. Outro elemento interessante deste texto é a referência à neutralidade das associações de classe, o que ganha um significado especial se pensarmos que o momento anterior havia sido marcado pela aproximação com indivíduos que não eram oriundos da militância operária, como os Deputados Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento.

Este posicionamento de Neno Vasco também poderia sugerir uma resposta à possíveis críticas ao anarquismo. Este aspecto da "crise ideológica" do movimento pode ser observado com mais clareza algumas semanas depois, no artigo "Falência do Anarquismo" de Florentino de Carvalho. Neste texto o militante libertário responde às críticas de Rodolfo Cerchiai, que havia escrito um artigo sobre a crise do anarquismo e de sua tendência teórica diante de um fenômeno prático que era a conquista do poder pelos bolchevistas. Para Carvalho, os anarquistas apoiariam qualquer movimento maximalista ou sindicalista que se insurgisse contra o poder constituído, mas tentariam dar um caráter libertário a eles, como na Rússia em que lutaram verdadeiras batalhas contra os bolchevistas ou na Itália em que se opuseram ao estatismo. Em sua crítica, o autor do texto supõe que se trata mais da perda de

[409] *A Plebe*. São Paulo, p.1-2, 28, fev, 1920.

ânimo de Cerchiai (que usa o pseudônimo de Cândido) diante dos fatos do que uma perda de valor do anarquismo em si![410].

A tomada de posição de Neno Vasco e os questionamentos de Rodolfo Cerchiai (que podemos conhecer através da resposta de Florentino de Carvalho) são indícios de que havia um reposicionamento dos militantes em relação à orientação ideológica que os grupos operários seguiam. No momento em que alguns proclamavam a falência do anarquismo, outros tentavam mostrar que ele continuava válido se tivesse seus princípios preservados. Este parece ser o princípio que guiou a fundação do periódico *A Obra*, semanário de cultura popular surgido na cidade de São Paulo em 1º de maio de 1920. Através dele pode-se observar como se articularam as polêmicas em torno da defesa das ideias libertárias na capital paulista, tendo por responsável de sua redação o militante Florentino de Carvalho. Também vão colaborar neste mesmo periódico, outros militantes libertários importantes como Octávio Brandão, Fábio Luz, Everardo Dias, Alexandre Montenegro e Primitivo Soares. No primeiro número, em um editorial intitulado "A nossa razão de ser", que define a função e as ideias norteadoras do periódico, o redator aponta a necessidade de colaborar para a educação e o esclarecimento da população através da imprensa: "Aos arautos da justiça, à imprensa livre, já existente, vimos juntar nossa voz de iconoclastas e idealistas, dispostos a colaborar com todas as nossas forças na grande obra de regeneração humana e de harmonia universal"[411].

De fato, o primeiro número do *A Obra* está repleto de temas caros à tradição anarquista, com textos críticos ao nacionalismo, à influência do catolicismo, sobre a história das reivindicações operárias e denúncias da ação policial contra os militantes. Um artigo, porém, chama atenção por fugir deste padrão: "A Nova Triplice". Trata-se do relato de um enviado do Soviet de Pequim, chamado Chi-Cam-Fu, sobre sua visita ao Brasil para estabelecer uma aliança entre a República Soviética Chinesa, a República Soviética Russa e a República Burguesa do Brasil. O texto é vazado por uma fina ironia contra as classes dirigentes brasileiras, mas, também pode deixar entrever uma crítica à Rússia, que se estruturava cada vez mais como um Estado com interesses próprios[412].

---

[410]*A Plebe*. São Paulo, p.2, 20, mar, 1920.
[411]*A Obra*. São Paulo, p.4, 1º, mai, 1920.
[412]*A Obra*. São Paulo, p.8, 1º, mai, 1920.

Bem mais explícito é o texto "O sindicalismo não é marxista: a ditadura do proletariado, clausula do marxismo, não é finalidade do sindicalismo”. No início deste artigo, de autoria do militante espanhol Arnald Danel, o autor ressaltava a necessidade de esclarecer àqueles companheiros que haviam se empolgado com o termo “bolchevismo”, pois este não passava de um conceito neo-comunista, uma modalidade do socialismo marxista. O modelo revolucionário defendido pelos partidários de Lênin não poderia ser um exemplo a ser seguido pelos adeptos do sindicalismo, já que se baseava na ditadura do proletariado. A autoridade estabelecida pela revolução se tornaria, ao longo do tempo, um estorvo para a realização dos princípios anárquicos, que não aceitariam nenhum tipo de autoridade de casta ou de classe. Tomando como exemplo a Revolução Francesa, poderia se perceber que as autoridades que assumiram o poder em nome do povo acabaram por instituir um novo governo, cuja continuidade reprimiria o levante comunista de Babeuf. Neste caso, não poderia haver apoio dos sindicalistas ou dos anarquistas ao bolchevismo:

> Demais não é este o momento de detalhar nosso plano e concepções para reorganizar a vida no sentido anarquista desde o primeiro instante que triunfe a revolução. Insistimos, porém: de nenhuma maneira o Sindicalismo - que há de abrir as portas da Anarquia, se cumprir sua missão histórica, - pode fazer uso do Estado a maneira do “marxismo” para realizar com “ukases” mais ou menos jacobinos, mais ou menos autoritários, a desejada transformação. O decoro que consequentemente radicou em nosso campo aversão ao “marxismo”, não pode arrojar-se ao chão, na alvorada do dia, quando, já maduros os frutos, aprestamo-nos para a colheita. O ideal está mais alto que todos os oportunismos, não pode descender e involucionar. E a ditadura do proletariado, executada por uma representação de seus homens, instituindo um novo poder; fazendo uso da tirania, ainda que provisória, a outra coisa não equivaleria[413].

Este artigo não foi escrito por um militante brasileiro: na verdade ele já havia sido publicado primeiramente no *O Syndicalista* de Porto Alegre, que o havia reproduzido do *Rebelión*, de Cádiz[414]. De qualquer forma, este texto traz uma série de inflexões na maneira de ver a Revolução Russa e seu modelo revolucionário, que devem ser detalhadas. Em primeiro lugar, o movimento russo deixa de ser um exemplo inspirador, como havia sido anteriormente, porque sua origem não era compatível com a ação dos libertários. Até aquele

---

[413]*A Obra*. São Paulo, p.9, 13, mai, 1920.
[414] *O Syndicalista*. Porto Alegre, p.3, 20, abr, 1920 (este número saiu com a data de 15 de abril em sua primeira página, constando a errata na página 2).

momento, esta fidelidade à origem não era uma questão que impossibilitasse adesão a certos aspectos do bolchevismo, até porque a própria noção de maximalismo era tão aberta que permitia uma amálgama teórica por parte dos militantes. Em segundo lugar, o desenlace histórico da Revolução Russa (e de qualquer revolução inspirada no marxismo) deixava de ser vista com otimismo, como um condutor para anarquia. A chave desta modificação pode ser encontrada na mudança de sentido na comparação com a Revolução Francesa: os russos não mais completariam as tarefas dos franceses, mas, possivelmente, seguiriam seus mesmos erros rumo a uma tirania. Em terceiro lugar, as possíveis oposições entre o anarquismo e o sindicalismo são apagadas em relação à uma terceira corrente teórica que era o bolchevismo. Mesmo que houvesse um histórico de embates entre militantes com concepções sindicalistas revolucionárias e anarquistas, tal questão é desconsiderada diante da ameaça de um terceiro elemento que é o socialismo autoritário.

A publicação deste texto é importante porque testemunha uma mudança de concepção em relação ao futuro da Revolução Social. Após 1917, a Revolução Russa, como um movimento vitorioso, servia como exemplo para os militantes brasileiros, como uma confirmação da possibilidade de que a burguesia, o clero e o militarismo poderiam ser derrotados mesmo sob condições muito desfavoráveis. A origem marxista dos líderes bolchevistas não havia sido problema para esta apropriação. A perda deste referencial significava uma mudança na própria rota a seguir para realizar a Revolução Social no Brasil, já que o exemplo russo havia alimentado os sonhos revolucionários dos trabalhadores brasileiros desde o primeiro momento. Este problema era enfrentado pelos militantes ligados ao *A Obra* com um reforço das concepções anarquistas em artigos como "O sol dos nossos ideais"[415], "A inteligência, o trabalho, a terra e o capital"[416] ou "A universalidade da doutrina libertária"[417].

Outra forma de se afastar do modelo russo foi tentando encontrar outro exemplo revolucionário internacional. No dia 15 de agosto foi publicado "A luz vem da Itália": neste artigo o movimento social naquele país é descrito como um novo horizonte para o qual todos os libertários deveriam voltar os olhos. Os camponeses se apoderavam dos campos e

---

[415]*A Obra.* São Paulo, p.4, 23, jun, 1920.
[416]*A Obra.* São Paulo, p.4, 14, jul, 1920.
[417]*A Obra.* São Paulo, p.3, 15, ago, 1920.

os operários das fábricas, “É “ipso facto” a revolução econômica realizando-se sem teatro, sem messias”. Este modelo é contraposto aquele surgido da Revolução Russa:

> A diferença mantém-se enorme entre o advento do Bolchevismo e a aurora social que desponta na Itália. Entre Malatesta e Trotsky há a oposição do dia e da noite. Um todo bondade radiante (relei o retrato que dele faz Koprotkin no livro "Em volta de uma Vida"). O outro, ditadura implacável, que no alto do Poder se recorda das humilhações e das misérias passadas.
> [...]
> Na Itália a exploração comunista dos campos e das fábricas inspira-se visivelmente no ideal Koprotkiniano que é o de Malatesta, que é o que queremos prevalecer.
>
> É o que faz o interesse superior deste movimento, o que no-lo torna tão simpático, tão profundamente atraente[418].

O movimento revolucionário italiano não teve sucesso, mas, por um momento, pareceu uma boa alternativa para os libertários do *A Obra.* No número seguinte, Florentino de Carvalho, no artigo "Que se rompa y no se doble", insiste na necessidade dos anarquistas não se deixarem levar pelo exemplo do bolchevismo: "Quem não se investir desta armadura, não poderá resistir à onda avassaladora, que ameaça a derrocada ideológica da liberdade". Assim como no caso do exemplo italiano, este aviso servia como uma forma de preservar um caminho específico para a Revolução Social, que era contraposto àquele dos bolchevistas: "Nas nossas doutrinas encontramos processos para todas as realizações, isto é, para provocar a transformação social, para agir antes da revolução, na revolução e depois da revolução". Inclusive para o autor do artigo, aqueles que desviariam o movimento operário de sua verdadeira orientação seriam mais nocivos do que aqueles que participavam das instituições policiais, pois os primeiros arrastariam consigo muitos simpatizantes, o que causaria a divisão interna do movimento[419].

Este problema vai ser abordado no artigo "O Bolchevismo: sua repercussão no Brasil", também de autoria de Carvalho e publicado no dia 15 de setembro. De modo geral, o texto é tão crítico ao bolchevismo quanto os anteriores, mas, desta vez, existe também o cuidado de apontar alguns efeitos concretos desta repercussão no país. No Rio de Janeiro alguns militantes anarquistas estariam se engajando na formação de um partido bolchevista,

---

[418] *A Obra.* São Paulo, p.11, 15, ago, 1920.
[419] *A Obra.* São Paulo, p.7, 1º, set, 1920.

que teria por fim, entre outras coisas, a conquista do Estado burguês, empregando o processo eleitoral para transformá-lo em Estado maximalista: "Esta atitude, além de produzir uma cisão nos elementos avançados, significa uma retratação dos princípios que disseram sustentar e uma traição à causa da emancipação humana"[420]. A crítica, muito a propósito, era dirigida aos primeiros movimentos em direção à formação da Coligação Social. Se compararmos esta atitude de Florentino de Carvalho com a recepção que a formação do primeiro PCB, de 1919, teve entre os libertários, veremos um grande abismo. O instrumento de luta que promoveria a ação conjunta dos trabalhadores não era mais visto como ponto de encontro, mas de divisão entre os militantes.

Estes textos, publicados no semanário *A Obra*, mostram que um grupo de militantes libertários de São Paulo, com destaque para Florentino de Carvalho, já durante o ano de 1920, haviam se proposto a esclarecer os seus companheiros sobre a necessidade de manter fidelidade aos ideais anarquistas. Os principais argumentos para isto eram o caráter marxista e autoritário do bolchevismo, que afastaria os militantes de práticas libertárias, um verdadeiro "canto da sereia" que separaria uma parte do movimento desviando-o de concepções que já estavam consagradas na tradição das lutas operárias. Os textos do *A Obra* parecem dar razão à narrativa construída pelos anarquistas anos depois, que apresentavam a influência da Revolução Russa como um terrível engano que apenas havia trazido rivalidades para o convívio entre os militantes.

Este periódico ajuda a compreender quais eram os argumentos usados pelos militantes anarquistas em sua crítica ao bolchevismo, mas isto não quer dizer que estes argumentos ou mesmo esta atitude fosse a mesma em toda parte. Uma das complicações que existem para quem se atêm apenas ao debate teórico é que se torna muito difícil compreender a forma como estas disputas se refletiram nas organizações operárias, no convívio direto entre os militantes. Um exemplo mais concreto deste embate pode ser visto no 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, onde a adesão à III Internacional provocou um grande debate entre seus participantes.

O 2º Congresso deveria ter ocorrido no ano de 1919, mas provavelmente devido aos problemas relacionados às perseguições policiais, ele foi realizado apenas no ano de 1920.

[420] *A Obra*. São Paulo, p.4, 15, set, 1920.

Para encaminhar suas teses havia sido formada uma Comissão composta por Friedrich Kniestedt, Abílio de Nequete e Carlos Tóffolo. Kniestedt era um dos principais redatores de *O Syndicalista* e tesoureiro da Federação Operária do Rio Grande do Sul, Nequete era o líder da União Maximalista de Porto Alegre e Carlos Tóffolo era Secretário da União Metalúrgica, sendo também membro da associação maximalista da capital[421]. O Congresso se realizou do dia 21 ao dia 25 de março de 1920. Em sua primeira sessão, Carlos Tóffolo teria apresentado uma moção para filiar a FORGS à III Internacional de Moscou. A proposta, apoiada por Nequete, teria desatado uma grande discussão entre os delegados do Congresso, tendo sido combatida por Kniestedt, que conseguiu adiar sua votação para o último dia do evento, o que teria sido fatal para a intenção dos maximalistas. No relatório retirado do boletim publicado durante os trabalhos, este debate aparece de forma muito opaca, sem o detalhamento de seus termos:

> O presidente entrega à discussão do Congresso a primeira tese. Faz uso da palavra o seu relator, Alberto Lauro, esclarecendo o espírito da mesma. Abílio de Nequete apresenta um projeto de organização, provocando longos debates. O delegado dos gráficos faz várias considerações e apresenta uma proposta, retirando-a, em seguida, em virtude de explicações obtidas de Abílio de Nequete.
> Fala o representante da Federação Pelotense e alonga-se no estudo da organização operária, mostrando a necessidade de se seguir nova orientação.
> Fazem, ainda, uso da palavra os representantes dos alfaiates, dos pedreiros da U.T. de Bagé e do S.O.V. de Caxias.
>
> O representante do Sindicato dos Sapateiros numa longa e fundamentada oração, faz uma exposição do sindicalismo, dizendo aceitá-lo e que se ele não tem dado melhores resultados, é por culpa dos próprios operários.
>
> A discussão dessa tese prolonga-se até 19 e ½ horas, sem se chegar a uma conclusão, o que prova o interesse dos congressistas em resolver com serenidade e consciência as questões suscitadas. Por fim, devido as opiniões desencontradas, o delegado de Pelotas propõe que seja nomeada uma comissão para dar parecer sobre o assunto, o que foi aprovado[422].

As fontes que nos fazem conhecer mais a fundo o debate sobre a adesão à Internacional Comunista são as memórias de Friedrich Kniested e de Abílio de Nequete. O

---

[421] A composição da Comissão havia sido publicada em *O Syndicalista* em janeiro daquele ano. *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.4, 24, jan, 1920 (este número saiu com a data de 24 de novembro de 1919 em sua primeira página, constando a errata na página 2).
[422] Citado por PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 378.

primeiro afirma que durante a formação da Comissão preparatória ele havia feito todo o trabalho sozinho, porque tinha mais experiência, sendo que Nequete e Tóffolo haviam trabalhado apenas para sabotar o encontro. O líder maximalista, por sua vez, lembra o episódio de outra forma: ele teria sido o autor das teses do Congresso, mas sua palavra teria sido cassada por ele não representar nenhuma associação sindical. Para Friedrich Kniestedt, os maximalistas queriam transformar uma organização sindical, que não deveria tratar de temas políticos ou religiosos, em um campo de disputa política. Seu esforço para transferir esta escolha para o terceiro dia de reunião teria sido fatal para as pretensões dos apoiadores de Moscou, tendo sido aprovada a adesão à Internacional Apolítica de Berlim[423]. Quanto à Abílio de Nequete, ele diz ter defendido à adesão à Internacional e no terceiro dia do Congresso, teria citado Marx e desistido da aprovação desta moção. Com este resultado, ele nada mais teria o que fazer entre os militantes da FORGS, o que teria provocado seu afastamento daquele grupo[424].

A proposta debatida não está explícita nos relatos do Congresso, que apenas registra para este dia uma moção de apoio aos trabalhadores revolucionários da Rússia, Argentina, Itália e Alemanha. Os dois relatos, no entanto, convergem em muitos pontos, o que torna a disputa em torno da adesão à Internacional de Moscou bastante plausível. O que as memórias dos dois protagonistas não deixam muito claro é o fato desta cisão não ter surgido repentinamente durante o mês de março de 1920, pois ela estava se gestando fazia algum tempo. Para compreender a lógica desta cisão é necessário retroceder um pouco os fatos e abordar as relações entre as associações sindicais durante as greves do ano anterior.

As associações operárias de Porto Alegre haviam passado por um período de greves muitas intensas e de fortes mobilizações ao longo do ano de 1919[425]. Abílio de Nequete explica, em suas memórias, que o movimento estava dividido em três tendências diferentes:

---

[423] Neste caso, trata-se da Internacional Sindicalista de Amsterdã, reformista, que havia sido fundada no ano anterior. As reuniões preparatórias para a formação da AIT de Berlim só começariam em dezembro de 1920 e seu primeiro Congresso ocorreria em 1922.

[424] KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989. pp. 131-132. e PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Anotações dos cadernos de Abílio de Nequete.* Datilografado. s/d.

[425] QUEIROZ, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades. Relação entre governo estadual patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919).* Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2012. (Tese de Doutorado). p.69-90.

os anarquistas que comandavam a FORGS; outro grupo anarquista, que controlava o Sindicato dos Trabalhadores da Força e Luz, que era rival dos anarquistas da Federação e os maximalistas, que se reuniam na União Maximalista de Porto Alegre. O relato de Nequete pode ser considerado parcial, mas ele aponta algo que dificilmente seria tornada público em um momento de esforço comum dos trabalhadores contra seus patrões, que é a existência de rivalidades que poderiam enfraquecer a ação dos militantes. A luta entre o grupo ligado ao Sindicato da Força e Luz e o grupo ligado à FORGS não teria nenhum fundamento ideológico, mas um interesse de controle político, já que o líder dos trabalhadores do setor elétrico, Orlando de Araújo Silva, havia proposto à Nequete dar um golpe na Federação, o que ele recusara[426]. O fato é que o Sindicato da Força e Luz, como forma de demonstrar seu poderio, convocou para o dia 7 de setembro de 1919 um comício em frente à Intendência Municipal que resultou em violenta repressão policial. Depois deste incidente, a Federação Operária foi fechada, muitos militantes foram presos e os jornais da capital gaúcha, como *A Federação* (do Partido Republicano), publicaram trechos do *O Syndicalista* como prova das intenções revolucionárias dos trabalhadores organizados.

O relato do líder maximalista é importante porque ajuda a relativizar a harmonia que existiria entre as associações operárias no período anterior às disputas originadas com a decepção diante da Revolução Russa. Além disso, este relato é importante para penetrar na lógica das relações entre as organizações operárias, o que ajuda a jogar luz sobre as disputas posteriores. Neste caso, alguns meses depois do incidente em frente à Intendência Municipal existe uma mudança na relação da União Maximalista de Porto Alegre com a Federação Operária do Rio Grande do Sul. Nequete afirma que nunca havia feito parte da FORGS, mas participava de suas reuniões. Isto parece bastante crível, já que no jornal da Federação, *O Syndicalista*, quase não existe menções à Nequete, nem à sua União Maximalista, até a data do incidente de setembro[427]. Depois da forte onda repressiva que se abateu sobre os militantes, ocorre algo no mínimo interessante: um dos companheiros que Abílio de Nequete mais cita em suas memórias, o espanhol Maximiliano Ouriques, aparece como gerente do *O Syndicalista* na edição de 20 de janeiro de 1920[428]. O líder dos

[426]PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Anotações dos cadernos de Abílio de Nequete.* Datilografado. s/d.
[427] O que existe de publicação sobre a União Maximalista é um pedido de doação de livros para a formação de uma biblioteca, no dia 2 de agosto de 1919.
[428] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.2, 24, jan, 1919.

maximalistas, por sua vez, aparece escrevendo uma coluna no jornal da FORGS nesta mesma data, chamada *As Evidentinas* (por causa de seu pseudônimo, Máximo Evidente)[429]. Além disso, Nequete também escreve um artigo, sob pseudônimo de Pavel Pawlovsky, chamado "A República desrespeita a sua Constituição"[430]. É interessante assinalar que foi neste mesmo mês de janeiro que o jornal publicou a formação da comissão preparatória do Congresso, que teriam dois membros da União Maximalista, Carlos Tóffolo e Abílio de Nequete, além de Friedrich Kniestedt[431].

O que parece ter ocorrido foi o crescimento da influência maximalista em um contexto de dispersão das forças sindicais, um momento em que era necessário unir esforços para enfrentar a repressão e reorganizar o movimento. Tendo isto em vista, é importante lembrar que alguns meses antes, no dia 8 de novembro, havia sido publicado um artigo de Friedrich Kniestedt intitulado "Os problemas futuros do sindicalismo operário". O aspecto mais interessante deste texto é antecipar alguns questionamentos que surgiriam no meio anarquista nos primeiros meses do ano seguinte. Em resumo, o autor aponta que o verdadeiro caráter da Revolução Social não seria político, que o instrumento para a transformação da sociedade seria os sindicatos, porque eles permitiriam uma educação da população para tornar viável esta transformação: "Queremos realizar uma revolução social e não uma revolução política, são fenômenos completamente distintos. Para o fim que temos em vista significa qualquer desvio para o terreno político a perda de força propagandística em favor da boa causa". Uma revolução feita por decreto permaneceria letra morta.[432].

Uma característica de Friedrich Kniested que torna sua atuação bastante singular é que ele havia sido um militante sindical quando vivia na Alemanha. Em sua terra natal ele entrou em choque com os social-democratas marxistas, que eram os principais organizadores do movimento operário daquele país. Quando chegou ao Rio Grande do Sul, o militante alemão já tinha consciência de questões que separavam os militantes marxistas do movimento libertário, o que ele deixa bastante claro em suas memórias. Outro aspecto

[429] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 24, jan, 1919.
[430] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 24, jan, 1919.
[431] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.2, 24, jan, 1919.
[432] *O Syndicalista.* Porto Alegre, p.1, 8, nov, 1919.

interessante dos textos de Kniestedt é o papel que o sindicalismo tem na sua crítica ao aspecto político da Revolução Social. Mesmo se identificando posteriormente como um anarquista, seus argumentos se aproximam muito mais do sindicalismo revolucionário. Quando Abílio de Nequete afirma que teve sua palavra cassada por não representar uma associação sindical, podemos fazer um exercício de imaginação e pensar que os argumentos usados por Kniestedt poderiam ter ligação ao aspecto sindical que o movimento operário deveria privilegiar. Não é de estranhar que o primeiro ataque explícito ao bolchevismo publicado em *O Syndicalista*, através do texto "O sindicalismo não é marxista", se referia ao caráter não sindicalista desta doutrina!

O choque entre anarquistas (com argumentos sindicalistas) e os maximalistas ocorrido no Congresso Regional do Rio Grande do Sul é muito esclarecedor em relação à alguns aspectos da crise dos anos 1920. Em primeiro lugar, percebe-se, pela comparação entre as memórias e os escritos dos militantes naquele momento, que os conflitos não podem ser reduzidos aos efeitos das notícias veiculadas pelo movimento libertário internacional sobre a situação dos anarquistas na Rússia ou sobre a decepção com o caráter autoritário do bolchevismo. Neste caso, o conflito vinha se desenhando desde o ano de 1919, quando estas críticas mais duras não eram veiculadas ainda pelos jornais operários. Além disso, Kniestedt conhecia o marxismo desde sua militância na Europa, o que não supõe uma mudança de postura por parte deste militante pela constatação do autoritarismo dos maximalistas. O que é mais provável é que este "choque" tenha ocorrido pela influência cada vez maior que o grupo maximalista vinha conseguindo desde os últimos meses de 1919. Desta forma, além de uma questão ideológica, este debate aparece também como uma luta por hegemonia dentro do movimento operário gaúcho; a reação de Kniested faz sentido se pensarmos que ele devia estar bastante preocupado com a ascendência crescente que seus adversários vinham conseguindo até o momento do Congresso.

Os motivos que moveram os libertários em suas críticas ao bolchevismo também são mais complexos do que parecem. Kniestedt não se refere ao anarquismo quando argumentava sobre as formas como as associações de trabalhadores poderiam tomar uma posição revolucionária, mas ao sindicalismo e a própria ação sindical, que não se adaptavam à doutrinas políticas. Neste caso, o libertário alemão estaria repetindo contra os maximalistas o argumento histórico que os anarquistas haviam utilizado para afastar os

socialistas dos sindicatos depois do 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Por último, outro aspecto que se afasta bastante da memória de Kniestedt é que antes desta cisão não havia tanta harmonia quanto ele acreditava existir. A divisão das associações operárias de Porto Alegre, segundo Nequete, vinha desde o período anterior, quando as mobilizações viviam seu ápice. O artigo que Kniestedt publicou em novembro sobre o sindicalismo do futuro já faz sentir uma disputa surda entre os dois líderes que se enfrentariam em março de 1920. Além disso, o próprio afastamento de Nequete da Federação, depois daquele Congresso, deve ser relativizado, pois no mês de abril de 1920, quando *O Syndicalista* reproduz o artigo "O sindicalismo não é marxista", Abílio de Nequete ainda publica sua coluna chamada "As Evidentinas"[433].

Ainda sobre a questão das divisões ideológicas, é interessante comparar o que aconteceu no Congresso Regional com a posição do 3º Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no mês de abril de 1920 no Rio de Janeiro. Neste encontro, os militantes apenas reforçaram os princípios sindicalistas do 1º e do 2º Congressos e trataram de forma bastante marginal a influência do bolchevismo no movimento operário (até porque este não era seu objetivo). No Boletim da Comissão Executiva, que trazia informações do evento e materiais de propaganda sindical, estava publicado o texto "O Proletariado e a Revolução Russa", de A. Batalha, que parecia traduzir a posição da COB sobre o tema. O autor do texto afirma que os trabalhadores brasileiros deveriam apoiar os bolchevistas na sua luta contra as forças da opressão, mas não defendia a adesão aos métodos russos "porque a revolução não pode ser de uma uniformidade absoluta; os movimentos sociais dos vários países têm características tão acentuadas que isso é completamente impossível". Mesmo assim, Batalha se apoia no argumento do espanhol Salvador Segui, cuja hipótese era de que se o sindicalismo tivesse se desenvolvido na Rússia, o clamor do povo de Petrogrado em 1917, teria sido de todo poder aos sindicatos e não aos soviets! Mesmo com estas ressalvas, o balanço final é de apoio ao movimento russo: "defendemos a Revolução Russa através de tudo e contra todos; quanto a suas teorias não as aceitamos em absoluto, e quanto aos seus métodos de ação não os conhecemos tão bem que acerca deles possamos pronunciar-nos com segurança"[434].

---

[433]*O Syndicalista.* Porto Alegre, 20, abril, 1920. p.3.
[434] *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, n.º 1, ago. 1920. p.16.

A posição do Congresso Operário Brasileiro parece querer preservar o que havia de revolucionário na conjuntura internacional, jogando com a possibilidade de que a Revolução Russa ainda pudesse desaguar em uma mudança social libertária. De outro modo, este apoio com ressalvas se assemelha também a uma solução de compromisso, própria de um momento em que as fraturas em relação a este tema (a Revolução Russa) estavam definindo novas posições ideológicas, em que alguns militantes como Friedrich Kniestedt ou Florentino de Carvalho faziam uma crítica sistemática à influência da Rússia dos soviets, enquanto outros, como Astrojildo Pereira e Antônio Canellas, continuavam admirando o bolchevismo, mesmo que se dissessem libertários.

Analisando o caso do movimento operário de São Paulo e do Rio Grande do Sul, podem ser feitas algumas considerações sobre a crise ideológica e as disputas que teriam surgido pelo impacto da Revolução Russa entre os trabalhadores. Em relação aos militantes paulistas, o surgimento de um semanário como *A Obra* testemunha uma mudança de postura de alguns libertários quanto ao bolchevismo. Os debates sobre a ditadura do proletariado ou sobre os soviets não eram novidades, mas a campanha contra o "desvio" que estaria atraindo muitos anarquistas era algo novo, que surgira nos primeiros meses de 1920. Quanto aos trabalhadores gaúchos, me parece bastante claro que o apoio à Internacional Comunista provocou, no Congresso Regional de março daquele ano, a primeira ruptura séria entre anarquistas e comunistas do movimento operário brasileiro. Um olhar um pouco mais atento sobre a intrincada e conflituosa relação entre as associações operárias de Porto Alegre vai mostrar, no entanto, que este conflito estava encubado fazia tempo e mais do que isso, se mesclava a outras disputas entre grupos operários que eram identificados como anarquistas. Diante destes processos, a pergunta a ser feita não é porque os militantes libertários começaram a atacar a Revolução Russa, mas porque esta rivalidade emergiu naquele momento, nos albores do ano de 1920.

A resposta, em minha opinião, não deve ser procurada em uma mudança no conteúdo das informações que chegavam do exterior ou na decepção dos anarquistas diante de uma esperança que deixava de ser promissora, mas em uma mudança de conjuntura dentro do movimento operário brasileiro, em um novo momento que parece ter sido entendido como um bloqueio das possibilidades revolucionárias. Os debates realizados durante o ano de 1920 dão a entender que os problemas não estavam apenas na escolha de

um determinado caminho revolucionário, mas na possibilidade de efetivação deste caminho. Alguns militantes começaram a questionar a capacidade do movimento operário levar adiante uma Revolução Social vitoriosa. Diferente de outros períodos de repressão, como o período posterior às greves de 1917 ou da insurreição de novembro 1918, a reação oriunda da repressão não redundou em um rearranjo que resultaria em um novo acumulo de forças, como havia ocorrido das outras vezes, mas em uma dispersão dos militantes.

A repressão sobre o movimento operário fez vir à tona uma série de problemas que poderiam ser considerados secundários no período imediatamente anterior, marcado pelo acúmulo de forças por parte dos trabalhadores organizados. Este aspecto está presente na escrita dos militantes que viveram aquele momento, como Abílio de Nequete e Everado Dias. Com isto não quero superestimar a força da repressão, tampouco minimizar o poder de reação dos militantes perante uma conjuntura difícil, mas existe uma situação que foi entendida como distinta no princípio daquela década de 1920. Ângela de Castro Gomes está correta quando afirma, referindo-se ao movimento operário carioca, que algo singularizava aquela conjuntura e que ia além da repressão, já que se formara uma ampla aliança social contra o movimento operário que incluía nacionalistas, religiosos, jornalistas, a burguesia e os políticos que governavam o país[435]. Este não foi um fenômeno exclusivamente carioca, tendo se repetido em todos os lugares em que os trabalhadores se alçaram para o primeiro plano da arena pública das grandes cidades brasileiras, onde contestaram os poderes constituídos de uma forma massiva e coordenada como não havia ocorrido até aquele momento.

Esta dificuldade de se organizar, de levar adiante o sonho da Revolução Social, aparece nas palavras dos militantes que escreviam nos jornais operários. Ulrich D´Ávila, ao responder a Octávio Brandão sobre uma crítica à luta parlamentar, faz referência a isso quando afirmava em determinado momento de seu texto que:

> Eu também já fui vítima das mesmas entusiásticas ilusões com que você ainda agora se embriaga. Hoje, porém, suponho que a revolução social não pode surgir e desenvolver-se em qualquer lugar e hora apenas pela vontade heroica de alguns tantos de seus batedores, defendam estes, embora, os seus princípios, com as mais

[435] GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. p. 139-140.

inteligentes e generosas razões[436].

Outro texto bastante revelador é "Os anarquistas e o problema social do Brasil", publicado na *Voz do Povo* do Rio de Janeiro, de autoria do militante pernambucano Antônio Correia. O artigo inicia constatando que entre o proletariado das grandes cidades brasileiras vinha se desenvolvendo uma mudança importante em relação às ideias avançadas, mas grande parte da população continuava presa ao analfabetismo e ao subdesenvolvimento. A elite brasileira era bacharelesca e os males do país não vinham de hoje, porque nossa colonização havia sido feito a partir de muitos erros. O Brasil era um país com uma diversidade de climas e populações muito grandes, por isso era necessário a todos aqueles que se tornassem propagandistas das ideias avançadas, conhecer muito bem as particularidades de cada região do Brasil, para que o resultado das lutas políticas e sociais pudesse ter um efeito concreto na vida das pessoas:

> Sairemos inteiramente dos domínios em que nos temos mantido até hoje para preparar - isto é que é o importante - o ambiente destinado a receber a transformação político-social - econômica, que propugnamos, de acordo com a fisionomia peculiar à cada região, em particular do Brasil. Feito assim, desde que o objetivo comum seja sempre visado, cada partícula, diversa pelos seus aspectos, formará, não obstante, um todo homogêneo - porque é preciso convir que a identidade de interesses que liga o povo brasileiro deve ser aproveitada na nossa obra vastíssima.
>
> A continuar, como até agora, exclusivamente sob o ponto de vista teórico das doutrinas, sem procurar um meio para adaptá-la convenientemente, não há dúvida que muito se faz, mas não se faz o que é essencial – a obra do futuro.
>
> Precisa-se adaptar cada povo às doutrinas que se propagam, e não as doutrinas a cada povo, o que será obra quase impossível.
>
> Teremos que agir como os lavradores experimentados, que praticam a lavoura nacional: o conhecimento exato do terreno é coeficiente de valor na cultura que se deseja fundar.
>
> Há que se descer um pouco da "Turris Eburnea" das ideias libertárias para o campo experimental. Se continuarmos lá em cima, acastelados, esperando que as massas subam, teremos nos enganado. Além disso, quem quer - acerta o aforismo - vai e quem não quer... Nós, pelo menos, temos demonstrado saber o que é querer; resta que queiramos, agora, que é o período aproveitável para realizações fecundas[437].

---

[436] *Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 30, ago, 1920.
[437] *Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 30, nov, 1920.

O mesmo Antônio Correia desenvolveria uma tese bastante interessante alguns meses mais tarde, em janeiro de 1921, no jornal *Renovação*, da mesma capital. No artigo "O problema social do Brasil", ele toca em uma questão que era relativamente negligenciada no movimento operário dos grandes centros urbanos, que era a composição basicamente rural da população brasileira. Este aspecto fez com que o militante modificasse o conceito mesmo de Revolução Social, em comparação ao que vinha se defendendo até aquele momento. Na verdade, Correia observava que a industrialização nas cidades brasileiras era algo incipiente, um "arremedo" do que se encontrava na América do Norte e na Europa. Disto se depreendia a necessidade de algo que ele chamou de "revolução imediata", conceito um pouco obscuro, que o autor não chega a desenvolver, mas que parece estar em ligação com o desenvolvimento das forças materiais da sociedade como um todo:

> Somente após uma revolução imediata, pelo fato material, desde que tudo tenderia, à modificação do meio, que faz o homem, seria operada a verdadeira revolução social – que é a destruição profunda da sociedade capitalista, do Estado capitalista, do poder da classe capitalista e a edificação de uma nova sociedade comunista[438].

Aqui, o conceito de revolução imediata estaria ligado a modificações anteriores à possibilidade concreta de uma Revolução Social de caráter libertário ou mesmo maximalista. A ideia do desenvolvimento material faz lembrar os argumentos do revisionismo marxista ou então uma antecipação da visão etapista do processo revolucionário, que indicaria a necessidade de uma revolução burguesa que fizesse a classe operária adquirir um papel importante na sociedade e que permitisse o desenvolvimento da riqueza para sua posterior divisão. Esta postura seria pouco provável nos anos anteriores, mas o bloqueio das possibilidades revolucionárias havia trazido uma situação muito mais complexa para os militantes, onde eles teriam de repensar seus modos de ação para manter vivo o ideal de Revolução Social.

O problema apontado por Antonio Correia, sobre os limites da ação do movimento

---

[438]*Renovação*. Rio de Janeiro, p.2, 1º, jan, 1920.

operário sobre a sociedade, faz levantar uma questão: se os trabalhadores organizados não são capazes de realizar a Revolução Social, quem o seria? Quais seriam os promotores desta pouco clara revolução imediata? Não custa lembrar que, no auge das mobilizações, as lideranças do movimento operário haviam tentado colocar sob suas bandeiras atores sociais tão distintos quanto intelectuais, militares e políticos reformistas. Como demonstrei no segundo capítulo desta tese, o papel destes atores sociais nos projetos políticos havia passado por uma mudança no período de refluxo das mobilizações: além de um problema ideológico, havia também uma questão relativa às alianças sociais construídas no período de ascensão das lutas, que se mostravam problemáticas exatamente neste momento de bloqueio das possibilidades revolucionárias. Por este motivo, o papel dos intelectuais e dos políticos reformistas no movimento operário também vai ser um aspecto importante da crise que se instaurou entre os trabalhadores organizados no início da década de 1920.

### 3.3 Militantes revolucionários, intelectuais e políticos reformistas: as divergências em torno dos novos projetos políticos

Analisando a fundo a crise do movimento operário brasileiro, pode-se perceber que ela foi muito mais complexa do que havia ficado registrado na memória dos militantes. Alguns aspectos se perderam ao longo do tempo, ficando destacadas apenas as divergências entre os comunistas e os anarquistas. Um dos principais debates naquele início de década girava em torno da participação de sujeitos sociais que tradicionalmente não se relacionavam com as sociedades de resistência. Neste sentido, o principal pomo da discórdia era a atuação de intelectuais e políticos reformistas nos projetos que procuravam manter vivo o espírito revolucionário que havia predominado até 1919. Muito além da questão da conquista do Estado e da institucionalização da ditadura do proletariado, este problema dizia respeito à interferência de representantes do Estado brasileiro e das elites dentro do movimento. Longe de ser um aspecto secundário, esta questão ocupava um lugar tão importante para os militantes quanto às divergências ideológicas em torno da Revolução Russa.

Os libertários, tanto anarquistas, quanto sindicalistas revolucionários, haviam

conseguido impor sua hegemonia no movimento operário brasileiro combatendo os socialistas que defendiam a colaboração com o Estado[439]. Apesar de ser correto dizer que a maior parte das associações de resistência, que incorporavam um discurso revolucionário, ser de orientação libertária, muitos outros grupos de trabalhadores organizados permaneciam sob a orientação reformista. Grupos considerados reformistas ou revolucionários poderiam colaborar entre si, no contexto de uma greve, por exemplo; além disso, muitas vezes ocorria uma mudança de orientação das organizações ou dos militantes, conforme as circunstâncias. Digo isto porque, apesar da grande importância que estou dando aos militantes revolucionários e ao período iminentemente revolucionário em que viveram, a atuação dos socialistas reformistas não é algo desprezível neste contexto e a própria intensidade das manifestações favoreceu uma aproximação entre estes grupos.

Para se ter uma ideia mais clara das razões dos conflitos entre militantes revolucionários e reformistas no contexto da crise dos anos 1920, é necessário retroceder um pouco e observar como os socialistas, ao seu modo, vinham desenvolvendo propostas próprias para a classe operária brasileira, passando a colaborar com os militantes mais radicais em diversas ocasiões.

Ao mesmo tempo em que ocorria a construção dos projetos revolucionários, existiu, entre os anos de 1917 e 1920, uma intensa atividade socialista em diversas partes do Brasil. Em 1917, os socialistas do Rio de Janeiro formaram o Partido Socialista Brasileiro, que se tornou mais ativo com o lançamento de seu jornal, a *Folha Nova*, em 1919. Neste mesmo ano formaram-se também a Liga Socialista de São Paulo, o Partido Socialista Cearense e o Partido Operário do Rio Grande do Sul. Em 1920, seriam fundados o Partido Socialista Amazonense e o Partido Socialista Baiano, além disso, em Recife, havia tratativas para a fundação de um Partido Socialista local, que deveria se articular com agremiações de estados vizinhos[440].

---

[439] Estou utilizando o termo socialismo reformista para me referir a uma série de expressões políticas multiformes que, na virada do século XIX para o XX, combinavam ideais de modernização e inclusão social. Estes ideais eram alimentados por uma gama muito ampla de influências, que iam desde o positivismo e o jacobinismo até aportes da social democracia europeia. Para o socialismo na Primeira República, ver BATALHA, Claudio H. M. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil – Vol. II: Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

[440] Parte destas informações sobre os militantes socialistas e sua relação com o movimento operário estão em

Isto mostra que, enquanto os libertários, influenciados pela Revolução Russa, tentavam construir alternativas revolucionárias, outros militantes, aproveitando do clima de intensa mobilização, procuravam oferecer alternativas legalistas de mudança social para a classe operária; neste contexto, pode-se mesmo falar de uma radicalização do reformismo, devido à própria conjuntura de lutas e ao bloqueio de reformas legais dentro da estrutura do Estado oligárquico. Como afirmei anteriormente, estes sujeitos não viviam em compartimentos separados da realidade; a conjuntura de greves e protestos sociais intensificou o contato entre os diferentes tipos de militantes, o que adquiriu um aspecto ora conflituoso, ora de colaboração.

Logo depois das Greves de 1917, quando começaram a se constituir os primeiros projetos políticos revolucionários, se iniciou uma colaboração de personagens considerados reformistas com os grupos mais radicais do movimento operário. No Rio de Janeiro, os anarquistas mantiveram uma relação de trocas de apoio e experiência com os Deputados Federais Nicanor de Nascimento e Maurício de Lacerda, que representavam o estado do Rio de Janeiro na Câmara Federal; estes legisladores, muito a propósito, vão tentar aprovar em 1918 um Código de Trabalho no Congresso Nacional, o que acabou por não se concretizar. Outro sujeito alheio aos meios libertários, mas com relações bastante estreitas com o proletariado carioca, era o advogado Evaristo de Morais, que mesmo se declarando socialista, participou de comícios organizados pelo PCB em 1919. Em Pernambuco, a atuação do Professor Joaquim Pimenta e outros intelectuais nas organizações operárias foi aceita durante o ano de 1919, sendo que sua participação era concomitante à dos militantes anarquistas e sindicalistas mais radicais. No Rio Grande do Sul, a influência de Francisco Xavier de Costa logo após a greve geral de 1917, mostra que o movimento operário gaúcho podia alternar momentos de influência reformista ou revolucionária conforme a conjuntura [441]. Toda esta movimentação mostra a necessidade de se estudar mais a fundo as propostas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.201-225. Outra fonte de informação são os jornais partidários, como *1º de Maio*, lançado em São Paulo em 1º de maio de 1920, *O Ceará Socialista*, lançado em 14 de julho de 1919, *A Folha Nova*, lançado a 4 de janeiro de 1919. *O Extermo Norte*, de Manaus (que não pertencia ao Partido), informou a fundação do Partido Socialista Amazonense na edição do dia 12 de junho de 1920.

[441] Sobre a experiência política de alguns líderes socialistas deste período, ver SCHIMIDT, Benito Bisso. *Em busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas.* Porto Alegre, Palmarinca, 2004 (neste caso, Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco); MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Morais: tribuno da República*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 e CASTELLUCCI, Aldrin Amstrong Silva.

reformistas e como elas interagiram com projetos mais radicais, em uma sociedade marcada por intenso conflito e exclusão social[442].

Durante a fase de maior mobilização do movimento operário brasileiro, entre a insurreição ocorrida no Rio de Janeiro em novembro de 1918 e aquela ocorrida em São Paulo, em outubro de 1919, a reunião de diversos grupos sociais em torno de um projeto revolucionário comum era um objetivo perseguido pelos militantes libertários influenciados pelo bolchevismo. No segundo capítulo, tentei deixar isto claro quando expliquei a formação do primeiro PCB. O problema é que esta aliança heterogênea tornou-se um fator de discórdia dentro do movimento operário depois da diluição das perspectivas revolucionárias no ano de 1920. No momento em que as ideias tornaram-se um quesito em disputa, por causa do antagonismo entre bolchevistas e anarquistas, o convívio dos militantes revolucionários com políticos e intelectuais reformistas também se tornou problemático.

Isto ocorreu porque a aproximação entre socialistas e libertários acabou por ter uma consequência não prevista para estes últimos: o aumento da influência de figuras reformistas entre os militantes revolucionários, principalmente a partir do ano de 1920, quando as lideranças radicais estavam mais debilitadas pelas perseguições sofridas depois da insurreição de outubro de 1919. Este é o contexto em que se articulam de forma mais veemente as críticas contra a participação de políticos e intelectuais dentro do movimento operário brasileiro.

Após esta longa contextualização, é necessário observar como emergem efetivamente as críticas contra o reformismo. Nesta tese, já fiz referência à tradição libertária que se contrapunha à colaboração de classe e à participação de tendências políticas dentro dos sindicatos. Este foi um ponto que foi reforçado no 3º Congresso Operário Brasileiro de abril de 1920. No Boletim da Comissão Executiva da COB, havia

---

Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, 2012. Sobre a ação legislativa de parlamentares reformistas, como Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda, e suas tentativas de propor uma legislação social para o Brasil, ver GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.55-84.

[442] Para uma proposta de estudo do reformismo, incluindo a lógica do conflito de classes e da ação de grupos radicais para a compreensão de suas propostas, ver OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela Reforma, Contra a Revolução: notas sobre o reformismo e o colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro na Primeira República. *Revista Crítica Histórica*. Maceió, Nº 5, julho de 2012.

um texto de N.V. (provavelmente Neno Vasco) intitulado "A propósito da formação de um partido operário no Brasil", que trazia a crítica do velho militante português contra o uso da tática eleitoral e da luta política entre os trabalhadores. No lugar de um partido parlamentar, ele defendia a formação de um verdadeiro "partido do trabalho", em que os operários se organizassem fora destas estruturas tradicionais, em uma associação que fosse construída a partir de suas bases de classe[443]. Em outro texto do mesmo Boletim, "Democracia e sindicalismo: contra a política parlamentar e pela ação direta", o militante A. Batalha aponta para o engano com que estaria baseada a lógica da soberania popular, da representação parlamentar e do voto em relação à ação direta a partir da luta sindical, que era a única forma, como bem havia indicado Neno Vasco, de atuação política dos trabalhadores na sociedade[444].

Estas reflexões feitas no Congresso e em seu Boletim poderiam ser apenas profissões de fé que os membros dos sindicatos faziam, em vista de uma tradição que havia se conformado ao longo dos anos na crítica da representação política e na defesa da ação direta. Mas, neste caso, havia algo que ia além de uma posição que deveria ser marcada. Esta questão volta a ser um problema porque estas propostas tornaram-se cada vez mais presentes no início de 1920, principalmente entre os militantes cariocas, com o plano para a formação de um grupo político que reuniria trabalhadores em uma alternativa eleitoral. Este projeto se tornaria a Coligação Social, mas, antes de se concretizar, ela provocou sérios atritos entre os militantes.

No dia 20 de agosto de 1920, Octávio Brandão escreveu na *Voz do Povo* um artigo cujo título era "Aos trabalhadores do Brasil". O texto se iniciava remetendo-se ao Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril daquele ano, afirmando que ele havia reafirmado o predomínio da única tendência que o operariado consciente poderia seguir: a anarquista-comunista. A trajetória de lutas do movimento operário até aquele momento tinha mostrado que a única forma dos trabalhadores agirem na sociedade era através da ação direta, através do sindicalismo e das greves revolucionárias. O texto de Brandão reafirma uma série de princípios da tradição libertária e quem se ativesse apenas neste ponto, veria muito pouca diferença entre as afirmações de Brandão e os textos publicados

[443] *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, n.º 1, ago. 1920. p.3.
[444] *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, n.º 1, ago. 1920. p.14.

no *A Obra* e *O Syndicalista*, que defendiam a primazia do sindicalismo em relação à influência do socialismo "autoritário". O surpreendente é que no texto do militante alagoano, o marxismo e o bolchevismo aparecem como exemplos positivos do socialismo, quando comparados com outras tendências de inspiração reformista: "Nada de panos mornos como o parlamentarismo e outros quaisquer socialismos, à exceção do marxismo, que é genuinamente revolucionário, conduzindo as massas à subversão como aconteceu com os russos em outubro de 1917!"[445].

Octávio Brandão havia sido um grande admirador da Revolução Russa, tanto que procurou criar, em Alagoas, a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, inspirada nas ideias mais avançados do populismo russo. Quando se retirou de Alagoas e foi para o Rio de Janeiro, em 1919, logo se uniu aos militantes que passaram a construir o Partido Comunista do Brasil, sendo que ele provavelmente foi o representante alagoano na Conferência Comunista daquele ano. A defesa do anarquismo, naquele momento, não estava voltada contra a influência do bolchevismo entre os operários, mas estava voltada contra outra ameaça, a dos políticos reformistas que atuavam nos parlamentos:

> Trabalhadores de todos os rincões da terra brasileira: desconfiai dos leaders, dos oradores, dos juristas, dos sacerdotes, dos políticos, porque eles têm sorrisos de crianças e garras de abutres; desconfiai dos socialistas; desprezai os caçadores de votos; não vos deixeis levar pelos exploradores patrioteiros e nacionalistas, e meditai sempre nestas poucas palavras que resumem todo o vosso grandioso ideal: organização sindicalista revolucionária; revolução e posse do poder; transformação da sociedade burguesa em sociedade anarquista-comunista[446].

A resposta não demorou muito a chegar: no dia 30 de agosto, ou seja, na edição seguinte da *Voz do Povo*, Ulrich D'Ávila publicou na primeira página uma "Carta Aberta à Octávio Brandão". No início de seu texto, ele alude a um boato que Brandão provavelmente teria ouvido sobre a formação de um partido parlamentar, o que era visto como negativo por muitos anarquistas. Mesmo que isto fosse atrair a antipatia de muitos companheiros, ele era favorável a uma tática mais ampla, que fosse além da organização por ofício e por ideias, que não ficasse confinada apenas aos sindicatos e pudessem atrair para o movimento

[445]*Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 22, ago, 1920.
[446]*Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 22, ago, 1920.

os melhores elementos da sociedade. Isto seria importante mesmo porque não eram todos os operários que estavam sindicalizados e muitas pessoas eram avessas ao anarquismo. Este exclusivismo poderia ser muito prejudicial para a ação dos trabalhadores; mesmo os líderes mais radicais do marxismo (que Brandão havia citado) eram favoráveis à uma tática que combinasse a luta sindical com a luta parlamentar.

O argumento se torna mais interessante quando seu autor teoriza sobre a possibilidade da Revolução Social se concretizar no Brasil: caso os operários conseguissem levar adiante uma insurreição em seus moldes estreitos, apenas dos sindicatos operários que existiam em poucas cidades, de tal movimento surgiria uma ditadura mais violenta e exclusivista que o regime dos soviets na Rússia. Considerando que os trabalhadores organizados não nasceram no Brasil, esta revolta provocaria logo uma contrarrevolução não somente burguesa e capitalista, mas também nacionalista. Além disso, se este regime não fosse derrotado, afirma D'Ávila, a imposição desse "pseudo-comunismo" a uma população de milhões de habitantes a quem o anarquismo sequer chegou, não poderia ser chamada corretamente de anarquista:

> Uma última hipótese ia-me esquecendo considerar, e essa a mais favorável ao seu ponto de vista. E vem a ser que, desmantelados, em breve, os regimes plutocráticos nas grandes potencias mundiais aqui repercutisse de tal modo a derrocada, que as nossas classes dominantes, desmoralizadas e em pânico, tombassem ao primeiro embate duma ofensiva operária; ao passo que, por covardia, as classes médias se deixavam passivamente arrastar nessa aventura, para a realização de uma obra que desconhecem, sem interesse pela mesma, visto que não tem a sua compreensão, nem foram nunca chamados a tê-la...
> Então neste caso quase todos os indivíduos que, exercendo uma função mais ou menos útil à sociedade, não são, todavia, propriamente obreiros. Mas é preciso não esquecer que também a maioria dos trabalhadores no Brasil, principalmente os do interior, não tem a mínima noção do que seja socialismo ou comunismo e muito menos dos meios a empregar para a sua realização...[447].

A resposta que este militante desenvolve contra o argumento de Octávio Brandão é muito ilustrativa para compreender a lógica das divisões que o movimento operário sofria naquele momento. O autor da carta era um militante libertário que atuava na Capital Federal, havia sido companheiro de Brandão no PCB, escrevendo vários textos para o

[447]*Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 30, ago, 1920.

jornal *Spartacus;* levando isso em consideração, impressiona a distância existente entre este texto e aqueles que os militantes vinham escrevendo até o ano anterior, principalmente quanto ao compromisso com a Revolução Social. Os dois militantes, que também eram lideranças dentro das organizações operárias, se envolveram com os planos revolucionários e sofreram as perseguições que decorreram de seu fracasso e tanto a crítica de Octávio Brandão, quanto a justificativa de Ulrich D'Àvila, se inserem em um contexto de bloqueio das opções revolucionárias. Isto fica muito claro nas palavras de D'Ávila, que exprime o pessimismo de quem viu se esfumar uma esperança a muito acalentada, ao mesmo tempo que busca manter viva, mesmo que de forma recuada, alguma expectativa de mudança social. Este é justamente o contexto de desagregação da militância, em que as formas mais duras de autocrítica ajudam a potencializar um ambiente atribulado por acusações mútuas entre os militantes.

Um dos principais pontos de discordância, no caso do movimento operário carioca, era a presença de representantes do Parlamento entre os trabalhadores. Alguns, como o Deputado Maurício de Lacerda, já tinham uma relação próxima aos sindicatos e escreviam artigos na *Voz do Povo*, o que se transformava em motivo de crítica para muitos libertários. A situação se tornou mais tensa à medida que amadurecia a ideia de um partido político com representação parlamentar que agregasse também as organizações operárias. No dia 8 de novembro apareceu na *Voz do Povo* o artigo "A questão do partido", de Carlos Rezende de Abreu, em que este atacava duramente a participação de militantes operários em um projeto partidário. Assim como Octávio Brandão, o autor do texto colocava a orientação comunista anarquista muito acima de qualquer partido, atacando a abdicação da ação direta pelo direito de voto: a única forma de o partido conseguir seu respeito seria fazendo com que quatro ou cinco milhões de eleitores se abstivessem de votar, porque, desta forma, eles não teriam conseguido uma eleição, mas uma greve![448].

No dia 14 de novembro, Florentino de Carvalho aprofundaria a crítica contra esta proposta no artigo "A lição dos fatos", fazendo uma pequena retrospectiva do processo que havia levado ao crescimento da proposta parlamentar. O Deputado Maurício de Lacerda havia feito conferências entre os trabalhadores do Rio de Janeiro e Carvalho criticara esta

[448]*Voz do Povo.* Rio de Janeiro, p.1, 8, nov, 1920.

iniciativa, pois acreditava que ela representava interesses nocivos aos operários. De fato, no jornal *A Obra*, de São Paulo, no dia 15 de julho, Florentino de Carvalho já havia publicado uma crítica contra os artigos de Maurício de Lacerda na *Voz do Povo*, oriundos destas mesmas conferências, acusando o parlamentar de defender apenas o nacionalismo econômico, que nada teria a ver com o interesse dos trabalhadores[449]. Logo depois disso, teria vindo o debate entre Octávio Brandão e Ulrich D'Ávila, onde este último expunha seu apoio à proposta de adesão à luta eleitoral. A partir daí o parlamentar teria "levado" parte de seus companheiros (como Ulrich D'Ávila e Álvaro Palmeira), provocando a divisão, o enfraquecimento e a desmoralização das organizações operárias:

> Subtraiu-nos bons ex-camaradas, semeou entre as classes operárias o veneno do reformismo, do legalismo, da politicagem e fez germinar entre nós o pomo da discórdia e a consequente decadência das nossas organizações operárias e anarquistas, o enfraquecimento da nossa propaganda, além do ridículo em que fez muitas organizações e camaradas caírem, descambando pelo declive das transigências, das incoerências e da quebra de princípios, que parece não ter fim[450].

No mesmo dia em que Carvalho publicou sua crítica, era fundada, no Rio de Janeiro, a Coligação Social, do qual faziam parte militantes operários e políticos reformistas que concorreriam ao Congresso Nacional. Sua organização e funcionamento já foram analisados nesta tese, no capítulo anterior, mas, para reforçar o caráter contraditório de sua formação, basta lembrar que no momento de sua fundação desligou-se o militante Mancio Teixeira, que iria formar o Grupo Social Renovação, fragmentando ainda mais as organizações operárias. Observando os comentários feitos por Florentino de Carvalho sobre o efeito que os políticos reformistas tinham sobre o movimento operário, pode-se fazer uma comparação com as críticas feitas pelo mesmo militante à influência da Revolução Russa entre os trabalhadores. Assim como o bolchevismo, o socialismo parlamentar, como elemento estranho à tradição de luta dos libertários, desfazia uma tessitura que era mantida pelo anarquismo fazia muitos anos. O que causa estranheza é que nem a influência do bolchevismo, nem os políticos reformistas, estavam afastados do movimento quando este

---

[449] O artigo em questão era "Os inestimáveis serviços do Deputado Sr. Maurício de Lacerda". *A Obra*. São Paulo, p.5, 14, jul, 1920.
[450]*Voz do Povo*. Rio de Janeiro, p.1, 14, nov, 1920.

atingiu o ápice de sua combatividade entre 1917 e 1919. Se isto era verdade, a grande diferença para aquela conjuntura era a perda do elemento norteador (especialmente das lideranças) que não era uma suposta pureza do ideal libertário, mas sim a esperança na Revolução Social. Se nos ativermos apenas ao que diziam os militantes anarquistas, este fator não é tão evidente, isto, porém, fica bastante claro quando prestamos atenção tanto nos argumentos dos defensores da alternativa parlamentar e daqueles que criticavam os limites da propaganda anarquista na sociedade brasileira.

Outro centro de militância que se viu dividido pela luta entre reformistas e militantes revolucionários foi a cidade de Recife. Para compreender de forma mais clara esta divisão, recapitularei alguns fatos relacionados à organização operária nesta cidade. A falta de pesquisas mais generalizadas sobre o movimento operário da região fez com que eu me detivesse com mais cuidado na descrição dos processos de mobilização dos trabalhadores pernambucanos. Desta forma, mesmo que o relato a seguir pareça um tanto pesado, ele se justifica pela grande riqueza que o movimento operário de Pernambuco aporta para o tema dos conflitos entre revolucionários e reformistas no período aqui estudado. Cabe ao leitor ficar atento e remeter, quando possível, sua memória à realidade dos outros centros, principalmente do Rio de Janeiro, onde os reformistas tinham maior força.

Assim como em outras partes do Brasil, Recife viveu muitas mobilizações operárias entre 1917 e 1919, com greves de grandes proporções. Desde 1918, as associações de trabalhadores do estado de Pernambuco vinham sofrendo um processo de reorganização, com a concentração dos sindicatos mais combativos em torno do jornal *Tribuna do Povo*, que havia sido fundado por Antônio Bernardo Canellas quando este chegara de Alagoas[451]. Quando este jornal foi fundado, em março de 1918, se destacava como órgão de combate que estava voltado para a classe trabalhadora recifense. Com o passar do tempo, o jornal que Canellas havia fundado passou a receber o apoio de outros militantes, como o socialista Alcides Rosa e também se tornou mais dinâmico, informando sobre a atividade sindical

[451] O Governador Manoel Borba havia conduzido uma política de repressão muito dura após a greve generalizada de 1917. Além disso, se somava também as tentativas de cooptação para um projeto político eleitoral, com a fundação de um Centro Repúblicano Operário, em outubro de 1917 e uma propaganda sistemática contra os militantes revolucionários. REZENDE, Antonio Paulo de Morais. Aspectos do Movimento Operário e Socialista em Pernambuco. In. BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii (org.) *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco.* Recife: NEEPD/UFPE, 2011. p.18-22.

local e de outros estados, já que a *Tribuna do Povo* passou a ter agentes em Alagoas e na Paraíba[452].

Este dinamismo se refletiu na possibilidade de representar os trabalhadores organizados da cidade de Recife e de Pernambuco. No dia 10 de julho, a *Tribuna do Povo* apareceu como órgão da Sociedade União dos Estivadores de Pernambuco; no dia 20 de julho se agregou a representação da União de Resistência dos Trabalhadores em Armazém e Carregadores; no dia 10 de agosto, da União dos Fundadores e Agulheiros; no dia 20, da União dos Carvoeiros. O jornal, que defendia o sindicalismo e o anarquismo, havia se tornado um ponto importante de agregação dos trabalhadores na capital pernambucana. Esta reorganização resultou na formação da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, de orientação sindicalista: as bases de acordo da Federação vão ser publicadas dia 20 de novembro e no dia 1º de dezembro a *Tribuna do Povo* já iria aparecer como seu órgão oficial[453].

Antônio Bernardo Canellas viajou para a Europa com o intento de participar da Conferência Sindical de Berna (para a qual não chegou a tempo) e posteriormente de Amsterdã. Com este intuito, ele chegou à Espanha, de onde fez um longo percurso por Portugal, Bélgica e França, onde se estabeleceu na cidade de Paris. Mesmo não tendo conseguido permissão para viajar até a Holanda, sua permanência na capital francesa foi muito importante para sua formação política, pois ele entrou em contato com os líderes da Confederation General du Travail (CGT) e teve oportunidade de observar de perto a postura cada vez mais moderada desta federação depois da Primeira Guerra. A frustração de uma greve geral europeia, em julho de 1919, que o militante acreditava poder desencadear um amplo movimento revolucionário no continente causou uma impressão extremamente negativa em Canellas, principalmente pelo fato da paralisação ter sido desbaratada pelas lideranças moderadas da CGT, pressionadas pelo governo francês.

---

[452] O apoio de Alcides Rosa havia sido publicado no segundo número do jornal, em 10 de março. As primeiras notícias operárias aparecem no número seguinte, de 20 de março. A informação dos agentes em outros estados surge a primeira vez no dia 1º de abril de 1919.

[453] Sobre a orientação, no 8º artigo das Bases de Acordo existe a resolução de que a Federação não poderia seguir nenhuma orientação política ou religiosa, nem participar de nenhum ato político ou religioso, no que concorda com as próprias bases da Confederação Operária Brasileira. De qualquer forma, textos defendendo princípios libertários e mesmo o bolchevismo eram constantes nas páginas de seu órgão de imprensa. *Tribuna do Povo*. Recife, p.4, 25, nov, 1919.

Além desta decepção com o sindicalismo francês, Canellas também aguçou sua crítica contra o socialismo parlamentar, o que contrapunha a radicalidade dos bolchevistas russos. A ação dos partidos socialistas e trabalhistas nos maiores países europeus, colaborando com as forças políticas tradicionais e agindo para tornar mais moderada a ação dos trabalhadores, fez com que ele desenvolvesse duros ataques contra os reformistas. No relatório à Federação de Resistência, escrito em sua viagem de volta (e publicado em 1920), Canellas chegava a seguinte conclusão:

> O socialismo-parlamentar, na Europa, já está enraizado nos hábitos do povo e *hay que gramalo*. Mas o que eu acho inadmissível é que se procure criá-lo entre nós, onde ele nunca existiu e portanto onde ele não está ainda nos hábitos do povo. Seria preciso destruir a metade do que, em matéria de propaganda, tem sido feito no Brasil para se criar um partido socialista-parlamentar digno de nota. Nada de mais insensato do que se tentar tal coisa[454].

Ao passo que Canellas aguçava sua crítica contra o socialismo parlamentar em Paris, na cidade de Recife uma personalidade importante havia se aproximado do movimento operário: Joaquim Pimenta, Professor da Faculdade de Direito de Recife. Mais ou menos neste mesmo período, começou a ter cada vez mais influência entre os trabalhadores organizados um grupo de jovens vindos da mesma universidade que se sentiam atraídos pelas ideias revolucionárias, entre os quais se contavam Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho. Estes jovens estudantes se aproximaram do maximalismo também por uma questão teórica, pois tinham interesse filosófico pelo marxismo. Esta entrada dos intelectuais na militância, embora não se trate necessariamente de uma consequência direta da atuação de Pimenta, reforçou o caráter heterogêneo do movimento operário pernambucano, tirando espaço de lideranças puramente libertárias.

Pelas informações que chegaram através das memórias dos participantes destas lutas, o Professor Joaquim Pimenta não era uma figura comum na elite intelectual do

[454] *Relatório da viagem à Europa realizada por Antonio Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco (21 de janeiro a 6 de setembro de 1919)*. Edição do autor: Recife, 1920. p.67-68. Sobre o sindicalismo francês deste período, ver COLSON, Daniel. A crise do sindicalismo revolucionário na França e a emergência do fenômeno comunista. In. COLOMBO, Eduardo et alii *História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004.p.291-322.

Recife, pois participava de comícios operários e se vestia com capa e boina de bolchevista, tratando seus companheiros de camaradas. Apesar deste carisma popular, ele tinha ligações com segmentos da elite de Pernambuco, tanto que tomou partido nas disputas eleitorais de seu estado, apoiando o candidato Manoel Borba (que se tornaria Presidente do Estado) contra a facção do General Dantas Barreto nas eleições estaduais de 1915. Além disso, Pimenta também tinha ligações com setores militares, tanto que muitos de seus *meetings* foram guardados pelo Tenente Cleto Campelo. Desta forma, Joaquim Pimenta não era apenas um intelectual que apoiava o movimento revolucionário dos trabalhadores (como Affonso Frederico Schimidt em São Paulo), mas um membro da elite intelectual do estado que oferecia e procurava apoio nas classes populares, ao mesmo tempo em que atuava no campo da "grande política"[455].

Ao voltar para Recife, no mês de setembro de 1919, Antônio Bernardo Canellas assistiu ao crescimento da influência de Joaquim Pimenta com olhos muito críticos. Conforme explicou Michel Zaidan em suas *"Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930"*, durante a greve dos trabalhadores da Tramways, em setembro de 1919, os gerentes da empresa se recusavam a receber os representantes dos trabalhadores, por esta razão a Federação de Resistência convidou Joaquim Pimenta para assessorar juridicamente a comissão de negociação. A partir deste momento a influência do professor socialista só cresceria entre os trabalhadores, já que a greve acabou com um desfecho vitorioso para os grevistas[456]. Outro sinal identificável de uma mudança de orientação foi a substituição do jornal *Tribuna do Povo*, que havia sido fundado por Canellas, pelo *A Hora Social*, como órgão oficial da Federação de Resistência, sendo que este último tinha uma orientação muito mais popular do que o anterior, que era mais claramente sindicalista.

De forma concomitante a esta inflexão, também se seguiram greves derrotadas e um crescimento da repressão, como de resto ocorria em todo o Brasil. A ameaça da dispersão

[455] CORDEIRO, Cristiano. Depoimento à Ricardo Noblat, *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, São Paulo, LECH, 1982. p.82-83.

[456] ZAIDAN, Michel. Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930. BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii (org.) *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*. Recife: NEEPD/UFPE, 2011. p.114. Sobre a greve, ver REZENDE, Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p.90-114.

do movimento era lembrada em um artigo do *A Hora Social* que pedia pela "Centralização de Forças", em sua edição do dia 21 de dezembro de 1919. O articulista via no peso da reação a causa da desolação entre os militantes: "Ao insucesso do último movimento devido tão somente à poderosíssima reação organizada do nosso incipiente capitalismo, deve-se apenas este ambiente desolador que vai pelos sindicatos pernambucanos"[457]. Esta situação criou um ambiente propício para o crescimento da influência reformista, pelo recuo dos militantes mais combativos, aprofundando uma cisão que já se desenhava no horizonte das organizações de classe. No mês de março de 1920, Canellas resolve reeditar, em número único, seu antigo jornal *Tribuna do Povo*, para criticar a influência do socialismo reformista entre os operários e defender o sindicalismo como verdadeira forma de ação. Em um dos artigos do jornal, existe um pequeno histórico das lutas operárias no estado, explicando as razões de sua decadência exatamente na entrada destes elementos "estranhos" à classe operária:

> O maior obstáculo que em Pernambuco encontrou a propaganda sindicalista, foi a tendência político-partidária do povo trabalhador desta terra, tendência que elementos pouco escrupulosos desenvolviam em seu proveito.
> Mas os sindicalistas puros, que nesse tempo - como ainda hoje - eram apenas um punhado de denodados, abriram contra essa tendência e contra esses elementos uma campanha memorável, cujo coroamento foi a destruição da soi disant Confederação Operária de Pernambuco e a constituição do Sindicato dos Estivadores, e de Ofícios Vários. Estas duas organizações, impulsionadas por um punhado de abnegados que constitui a maior parte do nosso grupo, realizaram em Pernambuco uma colossal obra de propaganda, cujos melhores frutos começaram a aparecer nos fins de 1918 e chegaram à sua completa maturação em Julho de 1919.
>
> Aí é que começou o declínio porque os semeadores da seara não eram quem ia ceifa-la, porque uma meia dúzia de adventícios suspeitos empolgou a situação, ficando à margem aqueles que tudo fizeram para que essa situação fosse tão brilhante e promissora. A organização operária tinha nessa época - Agosto a Novembro de 1919 - aparências de progresso mas estava fatalmente condenada ao declínio porque a ideia que a fizera progredir - o sindicalismo revolucionário - estava sendo abandonada para se seguirem as novas (?) ideias do socialismo-reformista. Antes mesmo de essa pústula do socialismo reformista vir a furo, já estava envenenando o corpo da organização operária pernambucana os com seus humores malignos[458].

---

[457] *A Hora Social.* Recife, p.1, 21, dez, 1919.
[458] *Tribuna do Povo.* Recife, p.3, 8, mar, 1920.

No restante de seu texto, o autor do artigo (que provavelmente é Antônio Bernardo Canellas) acusa os "adventícios" (que suponho serem Joaquim Pimenta e os estudantes e bacharéis da Faculdade de Direito), de terem se erigidos em chefes do movimento, para depois abandoná-lo, porque não atendiam às suas necessidades pessoais. Aqueles que haviam restado, afastavam os militantes da velha guarda, segregando os verdadeiros sindicalistas: "Eles fizeram monopólio do sindicalismo, decerto para dá-lo a qualquer aventureiro político". A ligação de Joaquim Pimenta com a facção política de Manoel Borba fazia com que sua influência sobre a classe operária fosse entendida como uma forma de trazer-lhe dividendos políticos, sob o risco de transformar o movimento em massa de manobra. A partir deste momento, Canellas passa a ministrar para os trabalhadores uma série de conferências sobre a necessidade de instruir o proletariado no objetivo de sua emancipação, desejando instalar uma escola para este fim.

Nestas palestras, que tinham como título "Uma obra necessária", o militante fazia muitas referências à sua estadia em Paris, que lhe marcaram de forma decisiva, principalmente no modelo de escola nova de Sebastian Faure (chamada de Ruche), que se voltava à educação técnica, moral e intelectual dos filhos dos trabalhadores. Um dos aspectos mais interessantes desta ideia era a formação de operários que compreendessem o verdadeiro socialismo para poder implantá-lo, já que o fracasso desta tentativa vinha do fato da maior parte dos trabalhadores não compreendê-lo plenamente. Não seria o caso de se aliar à intelectuais ou membros mais esclarecidos da elite, mas de tornar o trabalhador um intelectual que também pudesse criar: "Não quero a aliança da inteligência com o trabalho: quero antes um trabalhador inteligente. A inteligência terá de ser um atributo do trabalhador e não um atributo de um aliado do trabalhador, que sempre considera sua aliança uma "proteção" e não quer ser ouvido, mas sim obedecido"[459].

Apesar de Antônio Canellas citar por diversas vezes a influência negativa do socialismo reformista, esta disputa entre as tendências do movimento operário não ganhou contornos de confronto teórico. Uma prova disso é que *A Hora Social*, que era dirigido pelo militante Antônio Correia, aliado ao grupo de Joaquim Pimenta, por diversas vezes defendeu as ideias libertárias. No dia 21 de fevereiro, apareceu na primeira página do jornal

[459] *Uma obra necessária. Conferência sistemática em propaganda da Colméia, por Antônio Bernardo Canellas (resumo).* Editado pelo autor, Recife, 1920. p.30-31.

o texto de Malatesta "Socialismo e Anarquia"[460] e no dia 28 foi publicado "Porque somos anarquistas"[461]; o órgão da Federação de Resistência também não abandonara a defesa das ideias revolucionárias, tanto que em sua preparação do 1º de maio de 1920 publicou em letras garrafais a seguinte chamada: "Trabalhadores de Pernambuco: preparai-vos para a Revolução Social"[462]. Neste mesmo número, porém, apareceu publicada uma carta aberta do militante J. Elesbão ao diretor Antônio Correia, que fazia referência à desconfiança mútua que tomava conta dos membros da Federação, em decorrência dos boatos sobre a formação de um partido parlamentar entre os militantes operários. Neste caso, mais do que uma adesão aos princípios do socialismo reformista por parte do grupo de Joaquim Pimenta, tratava-se de uma tentativa de engajamento dos militantes que defendiam ideologias revolucionárias (anarquistas, sindicalistas revolucionários ou maximalistas) em torno de um projeto político que se destinava à disputa eleitoral.

De fato, Joaquim Pimenta informa através de suas memórias que neste período pensou em formar um Partido Socialista Pernambucano, inclusive já teria seu programa pronto, mas acabou desistindo da ideia pela oposição que encontrou entre alguns setores dos trabalhadores[463]. Se o Partido acabou por não se concretizar, alguns militantes que atuavam na Federação de Resistência (como Antônio Correia) e os jovens intelectuais oriundos da Faculdade de Direito de Recife (como Rodolpho Coutinho e Cristiano Cordeiro) formariam, no mês de maio de 1920, o Centro de Estudos Sociais, que tinha como objetivo unir os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores manuais em um mesmo projeto político. Neste mesmo momento, a Federação de Resistência, através do *A Hora Social*, lançava uma moção para unir todos os grupos operários que defendiam ideias revolucionárias, enquanto procurava desmentir a todo custo os boatos sobre a formação de um partido político[464].

O atrito entre o grupo que seguia Canellas e o grupo próximo à Pimenta teve um desfecho que não era difícil de prever, pois o resultado desta disputa foi a divisão das

---

[460] *A Hora Social*. Recife, p.1, 21, fev, 1920.
[461] *A Hora Social*. Recife, p.1, 28, fev, 1920.
[462] *A Hora Social*. Recife, p.1, 30, abr, 1920.
[463] REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco***:** *cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado). p.123
[464] *A Hora Social*. Recife, p.1-2, 8, mai, 1920. A notícia de fundação e a moção ocuparam a mesma página da Hora Social, enquanto o desmentido ocupava a página 2.

associações sindicais de Pernambuco em duas federações: a Federação de Resistência das Classes Trabalhadores de Pernambuco, onde se agrupavam os apoiadores de Pimenta e a Federação Sindicalista de Pernambuco, onde se congregavam os apoiadores da Canellas. Este problema chegou a ser tratado no Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, publicado em junho daquele ano, quando sua comissão executiva tentou intervir para acabar com o problema:

> Há meses surgiu uma desavença no seio do operariado organizado de Pernambuco, em consequência de fatos que foram interpretados como perturbadores das normas sindicalistas revolucionárias. Provocou isso uma cisão, que separou algumas associações da Federação das Classes Trabalhadoras, reunidas depois na Federação Sindicalista. Esse fato preocupou seriamente os militantes do nosso meio, sendo ventilado no Congresso, e serviu também de objeto de atenção à CE [Comissão Executiva], que resolveu esforçar-se no sentido de se conseguir reestabelecer a harmonia entre companheiros em divergência[465].

A Federação Sindicalista surgiu levando consigo as associações dos operários gráficos, trabalhadores em fábricas de tecidos, alfaiates, entre outras categorias. Este sindicato passou a editar um jornal chamado *Avante*, que saiu no dia 9 de junho de 1920, defendendo abertamente o sindicalismo revolucionário contra o socialismo parlamentar, criticando duramente o caminho que havia tomado a Federação de Resistência. No seu primeiro número, inclusive, existe uma crítica ao Centro de Estudos Sociais, como se este fosse um espaço onde a maioria dos participantes poderia ter boas intenções, mas alguns teriam "mania parlamentarista" e manteriam vivo o projeto da criação de um partido político[466]. A existência do *Avante* parece ter provocado uma reação no *A Hora Social*, pois seus principais redatores enviaram uma proposta à Federação para reformular o jornal, dando a ele um caráter mais claramente anarquista, apesar da orientação sindicalista revolucionária que era seguida pelos sindicatos[467]. A mudança alegada se devia ao desconhecimento da doutrina anarquista no meio sindical, o que enfraquecia a ação dos trabalhadores; no entanto, esta reação pode ser atribuída tanto às dificuldades que o movimento passava, pelo seu refluxo, quanto pela existência de outro polo agregador

---

[465] *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, n.º 1, ago. 1920. p.19.
[466]*Avante*. Recife, p.2, 9, jun, 1920.
[467]*A Hora Social*. Recife, p.1, 21, fev, 1920.

representado pelo *Avante*.

A querela mantida entre as duas tendências do movimento operário só se resolveu no mês de setembro de 1920, quando as duas organizações decidiram dissolver-se, com a demissão dos seus antigos delegados, para formar uma nova federação, a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco, que editaria um novo órgão de imprensa chamado *A Vanguarda*[468]. O *Avante* desapareceu e Canellas empreendeu uma nova viagem para a França, com o intuito de, a partir de Paris, alcançar a cidade de Moscou[469]. *A Hora do Povo* se transformou em um "órgão do povo e para o povo", continuando a ser publicada pelo menos até o final de 1920. Quanto a Joaquim Pimenta, ainda manteve bastante influência entre os operários de Pernambuco e mais especificamente os membros do Centro de Estudos Sociais, como se verá mais adiante.

O contexto em que se desenvolveu a crise do movimento operário pernambucano é bastante exemplar quando comparada às outras dissidências ocorridas naquele mesmo período Diferente do caso do Rio de Janeiro, onde os militantes disputaram pelas páginas da *Voz do Povo* a sua adesão à um projeto político que não era encabeçado pelos trabalhadores, em Recife, todos os problemas relativos à este projeto foram levados para dentro da Federação, provocando sua cisão e posterior dissolução. Aqui, as questões ideológicas relativas à possibilidade da Revolução Social não se relacionavam com a escolha entre o socialismo libertário e o "autoritário", como em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, mas repousava na questão da autonomia ou da heteronomia da classe trabalhadora. O enfraquecimento do movimento operário e o consequente bloqueio da Revolução Social abriu caminho para o crescimento da influência de Joaquim Pimenta. Talvez exista exagero por parte dos críticos do "pimentismo" quanto ao controle exercido pelo líder socialista sobre os trabalhadores, mas é bastante plausível que a presença de uma figura politicamente importante entre as associações operárias pode ter sido interpretada pelos militantes como um porto seguro, alguém a quem poderia se recorrer em um momento atribulado, marcado por duras perseguições.

Voltando nossa atenção novamente para o Rio de Janeiro, perceberemos que o

---

[468] *Avante*. Recife, p.2, 4, set, 1920.
[469] SALLES, Iza. *Um Cadáver ao Sol: a história de um operário que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p.66-67.

fracasso político da Coligação Social não significou um abandono das propostas reformistas na Capital da Federal, pelo contrário, elas foram rearticuladas a partir de um projeto intelectual. Como havia apontado em outra parte desta tese, alguns membros da Coligação Social como Everardo Dias, Francisco Alexandre, Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda acabaram por constituir o Grupo Clarté em princípios de 1921. Para o Clarté também entraram alguns militantes que haviam feito parte do Centro de Estudos Sociais como Alcides Rosa, Antônio Correia, além do próprio Joaquim Pimenta[470]. Este novo projeto, que unia políticos e intelectuais reformistas junto com militantes operários, também foi bastante criticado pelos libertários e outros militantes revolucionários que viam na iniciativa uma intromissão de indivíduos que não eram comprometidos com a classe trabalhadora junto às associações operárias. Diferente dos agrupamentos anteriores, o Grupo Clarté publicou uma revista onde procurava rebater as críticas que eram voltadas contra seus membros, o que permite a possibilidade de analisar também a posição dos reformistas em relação à seus críticos.

Junto a seus textos sobre a Revolução Russa e sobre a necessidade de reformas sociais, os clartistas dedicaram muitas páginas de sua revista a uma crítica sistemática aos anarquistas e os sindicalistas revolucionários. Estas críticas eram uma resposta àqueles que, fazia algum tempo, vinham atacando Nicanor do Nascimento, Maurício de Lacerda e Joaquim Pimenta, tanto pelo seu reformismo, quanto por uma suposta tentativa de aparelhamento eleitoral das organizações operárias. Uma das primeiras críticas aos libertários foi veiculada pelo artigo "Anarquismo e Bolchevismo", de Nicanor do Nascimento, publicado no dia 15 de setembro de 1921. Este artigo já foi rapidamente comentado no capítulo anterior, quando eram analisadas as ideias norteadoras da revista *Clarté*, mas vale a pena retomar aqui alguns de seus argumentos.

O artigo de Nascimento estabelecia um paralelo entre a ação de Lênin na Rússia e a postura dos anarquistas brasileiros em relação aos bolchevistas. Enquanto Lênin havia mantido a coerência ao longo do tempo, seguindo sua orientação marxista, os anarquistas brasileiros haviam passado de um incrível entusiasmo pela Revolução Russa, o que era usado contra os reformistas e a favor da propaganda libertária, para uma atitude de ataque

---

[470] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Edaglit. 1962.p. 106.

constante contra o regime que, de uma hora para outra, havia se convertido para eles em sinônimo de tirania. Além disso, em sua análise positiva da Revolução Russa, o político fluminense procurava demonstrar a importância do Estado e de sua instrumentalização como fator de mudança social:

> O Estado socialista-comunista, socializará, tomará toda a riqueza, os instrumentos de produção, monopolizará a grande indústria; e, com este processo de concentração, e com estatísticas seguras de produção e de consumo, regularizará a produção, partindo toda a energia do Motor Central, que será o Conselho Econômico de toda a Rússia, elemento da Defesa Nacional. Para isto, a República dos Soviets tem dois governos: um, político – é o Soviet; outro, econômico – é o Conselho Econômico. Para realisar o trabalho e conseguir a produção, ao contrário do que pensam os anarquistas, verificou que a "cooperação voluntária" leva à miséria, à fome, à desorganização de toda a produção; e por isto decretou o trabalho coercitivo e assumiu a direção das fábricas socializadas, as quais entregou a diretores técnicos competentes. [471]

Acredito que Nicanor do Nascimento, ao apontar o valor da ação estatal como instrumento da Revolução Social, não estava apenas se contrapondo aos militantes anarquistas em um ponto que lhes era particularmente sensível, mas também estava justificando o reformismo e a ação parlamentar, buscando nos bolchevistas a legitimidade para suas concepções estatistas. Assim como para os anarquistas mais convictos o recurso ao Estado era um ponto de "perdição", para os reformistas da *Clarté* ela aparece como "tábua de salvação", pois aproximava a velha tradição socialista, tão atacada por sua tibieza, das ideias revolucionárias mais avançadas, dando força à seus argumentos.

Além de se apoiar na Revolução Russa para criticar o anarquismo, os membros da do Grupo Clarté também dirigiram sua crítica ao idealismo dos militantes libertários. Em um texto da edição de novembro, a revista responde às acusações do periódico *Renovação*[472] sobre um suposto elitismo dos clartistas. Mais do que se defender, a revista *Clarté* mostra a ideologia anarquista, que supostamente orientariam seus críticos, como uma versão laica do mito religioso do paraíso terrestre:

---

[471] *Clarté,* Rio de Janeiro, p.37-38, 15, set, 1921.

[472] Trata-se de uma nova publicação com nome *Renovação*, de caráter mais nitidamente libertário, que surgiu no Rio de Janeiro nesta mesma época. Conforme Edgar Rodrigues, o primeiro número desta revista saiu em outubro de 1921, constando no seu cabeçalho o nome da militante anarquista Elvira Boni e sendo dirigido por Marques da Costa. RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922*). Rio de Janeiro: Laemmert, 1972. p.443.

> A ilusão da bondade, a ilusão de uma liberdade completa, absoluta, sem disciplina nem lei, é sonho perigoso, iluminismo, que impede o progresso, perturba o conhecimento. É preciso ter, como ponto de referência, a liberdade maior, principalmente a de pensar. Mas o sonho da Anarquia, a religião da Anarquia, pondo numa época remota e imprevisível a felicidade, com o desprezo da felicidade possível de hoje, é erro tão daninho como a renúncia dos religiosos, que punham a esperança no sacrifício terreno, na resignação à dor presente para obter a felicidade remota...
> Temos que ser homens, animais conscientes, que temos direito já à nossa parte no banquete terrestre. Não temos porque abdicar do nosso direito atual. Devemos aspirar a liberdade máxima no futuro, mas realizar já a parte de ventura possível[473].

Nesta mesma edição, Nicanor do Nascimento publicou outro texto (talvez uma continuação do anterior) intitulado "Anarquismo e Bolchevismo", mas, desta vez, seu autor se concentrou em apontar as possibilidades de uma realização prática da Revolução Social. Tendo em vista as condições de produção no sistema capitalista, marcadas pela grande propriedade agrícola, a extensão das benfeitorias realizadas para o incremento da produção e o uso da ciência para tornar esta mais eficiente, Nascimento mostrava que as cooperativas livres que defendiam os anarquistas não seriam viáveis no mundo contemporâneo: "Só a capitalização, a conjugação dos valores e sua aplicação técnica podem manter e desenvolver a obra coletiva da riqueza, que deve levar ao bem estar comum". Como prova, aponta que na Rússia a formação dos comitês de fábrica havia levado à administração empírica pelos trabalhadores e excluído os técnicos, o que tinha se mostrado muito negativo para a economia russa. Por este motivo, Lênin havia decretado o trabalho obrigatório e uma disciplina militar para o aumento da produção. Isto, por si só, já demonstraria o fracasso dos planos anarquistas para a reorganização econômica da sociedade[474].

Estes dois textos, quando lidos conjuntamente, tem muitos pontos em comum. A frase "Devemos aspirar a liberdade máxima no futuro, mas realizar já parte da ventura possível" é bastante ilustrativa, já que não se tratava apenas de criticar o anarquismo, mas demonstrar que o caminho que poderia levar à Revolução Social não era imediato. Isto já havia sido aventado por muitos libertários no momento mesmo em que os militantes se engajavam em projetos revolucionários, admitindo uma fase transitória até a sociedade

---

[473] *Clarté,* Rio de Janeiro, p.100, nov (nº 4) 1921.
[474] *Clarté,* Rio de Janeiro, p.110-113, nov (nº 4) 1921.

comunista. Aqui, no entanto, isto aparece de forma diferente, pois é a ação organizadora do Estado que poderia ser a indutora de melhorias sociais e mesmo de reformas profundas. Seguindo a mesma lógica de bloqueio do projeto revolucionário, a *Clarté* aparece como um órgão embrionário de uma organização possibilista, cujo projeto de Revolução Social estava submetido a contingência do presente, sugerindo uma ação paulatina de melhorias sociais. Esta hipótese ganha força quando pensamos que estes textos foram escritos por um membro do Partido Republicano Fluminense. A ampliação do campo de ação dessas lideranças reformistas, durante o período de refluxo, coincide com uma tentativa mais clara por partes destes sujeitos de construírem uma alternativa aos libertários no campo do socialismo.

Além de críticas ao anarquismo, sob o ponto de vista das mudanças sociais, os clartistas também atacaram o sindicalismo revolucionário e o tipo de ação sindical praticada pelos libertários. No texto "Contribuição para a história do movimento operário brasileiro: notas sobre o movimento operário em Pernambuco", do militante pernambucano Antônio Correia, a organização baseada nos princípios sindicalistas, que nortearam a Federação de Resistência durante as grandes mobilizações de 1918 e 1919, era mostrada como sendo responsável pela dissolução do movimento operário daquele estado. O federalismo seria uma mentira teórica e a própria natureza da luta exigiria maior centralização. "A preocupação dos diretores tem sido demonstrar força, positivar poder, atirando-se em empreitadas, como a de 18 de novembro e outras, associações operárias sem consistência, sem disciplina, gelatinosas"[475]. O militante não apresentou alternativa àquela orientação, mas a *Clarté* publicou, no mesmo número, informações sobre a Internacional Vermelha e suas relações com os Partidos Comunistas, o que poderia apontar uma possibilidade frente ao sindicalismo revolucionário das federações influenciadas pela COB[476].

Em suas críticas, a postura dos clartistas antecipam alguns argumentos que serão utilizados mais tarde pelos comunistas contra os militantes libertários. Chega a ser surpreendente observar a tese desenvolvida alguns anos depois por Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, sobre a inconsistência organizativa dos anarquistas como responsável pelo recuo das mobilizações, sendo desenvolvido de forma tão precoce por um militante

---

[475]*Clarté*, Rio de Janeiro, p.136-138, nov (nº 5), 1921.
[476]*Clarté*, Rio de Janeiro, p.159-160, nov (nº 5), 1921.

que estava ligado aos socialistas reformistas, como Antônio Correia! O que deve ser ressaltado é que, naquele momento específico, os grupos comunistas ainda estavam se organizando e estas especulações não eram de uso exclusivo de apenas um grupo político.

Quando se observa o complexo cenário que marcou as organizações operárias brasileiras nos primeiros anos da década de 1920, tem-se a impressão de estar a frente de um cenário confuso, sem uma lógica aparente ou dominado apenas pela grande decepção dos anarquistas frente ao bolchevismo. Analisando mais de perto, no entanto, percebe-se que o bloqueio das possibilidades revolucionárias provocou um rearranjo das forças políticas dentro do movimento, dando forma aos principais debates que foram travados naquele momento. Como já havia explicado, os projetos revolucionários se alimentaram da tradição organizativa dos libertários no movimento sindical, do impacto da Revolução Russa sobre os militantes e da busca de apoio entre atores sociais de fora da classe trabalhadora, como os membros dissidentes da elite política. Esta heterogeneidade marcou os projetos revolucionários na sua fase de acúmulo de forças, mas também marcaria sua dissolução. Com isto não quero afirmar que a heterogeneidade daqueles projetos era um problema em si, de forma alguma, tanto que aquela ampla aliança era vista como sinal de força pelos militantes. O fato é que, no período de refluxo, esta amplitude se traduziu em contradições que alimentaram as principais linhas de força nos debates que envolviam o futuro da Revolução Social. Desta forma, as principais disputas giraram em torno da preservação da tradição libertária ou da adesão aos princípios do maximalismo, por um lado, e da adesão de intelectuais e políticos reformistas aos projetos dos militantes ou o rechaço destes sujeitos das associações operárias, por outro. Mesmo que estas discussões pudessem se interpenetrar ou variar seus argumentos, a maior parte dos debates girou em torno destes termos.

Depois de um período em que este refluxo do movimento operário causou uma maior dispersão dos militantes, os grupos que estavam se definindo através destes mesmos debates começaram um processo de reestruturação. Em fins de 1921, os militantes que se definiam como comunistas e como libertários passaram a constituir novas estruturas, enquanto os reformistas iam perdendo terreno. Este processo levaria, entre outras coisas, à formação do segundo Partido Comunista do Brasil, em abril de 1922.

### 3. 4. Um período de redefinições: os novos caminhos para os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários e os novos caminhos para os militantes maximalistas e comunistas

Na seção final deste capítulo, pretendo analisar como se reestruturam os grupos que se identificavam como comunistas ou maximalistas, no processo que levou até a formação do PCB, e também como se portaram os libertários diante de uma situação política que se modificava com o surgimento de uma tendência rival no campo revolucionário. Acho importante deixar claro que a formação do Partido Comunista de 1922, não é entendida nesta tese como ponto de chegada, ou melhor, como resultado óbvio e único das lutas anteriores; neste sentido, a resposta dos libertários e a reafirmação de suas diretrizes ideológicas também foi um dos resultados do período revolucionário do movimento operário brasileiro.

Quanto aos reformistas, eles também viviam um processo de reestruturação política. Alguns membros do Grupo Clarté projetavam formar um Partido Socialista que deveria unir a luta sindical com a atividade parlamentar. Esta agremiação deveria ser organizada a partir da ação de Joaquim Pimenta em Recife e de Nicanor do Nascimento na Capital Federal. Conforme Everardo Dias, o partido tinha por objetivo orientar a luta do movimento operário, devido às insuficiências do sindicalismo de ação direta. Este novo organismo teria como principais bandeiras a luta pela educação dos trabalhadores, pela co-participação destes nos lucros das empresas, o estabelecimento de uma assistência médica e jurídica que servisse à classe operária, assim como outras medidas que procurassem "favorecer o avanço do movimento socialista no Brasil"[477].

Mesmo não sendo um partido com fins somente parlamentares, não se tratava de um organismo revolucionário. Sua constituição parece ter ligação com as experiências anteriores da Coligação Social e do Centro de Estudos Sociais, além do Grupo Clarté, e caso tivesse sucesso, poderia resultar na institucionalização de uma proposta de socialismo reformista no Brasil. Mas, como as tentativas anteriores de formação de um Partido Socialista no país, esta acabou caindo no vazio. Logo depois das revoltas tenentistas de 5 de julho de 1922, qualquer organização que pretendesse arregimentar as massas, mesmo por

[477] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Edaglit. 1962 p.110

via legal, seria imediatamente fechada. Esta tentativa, mesmo que frustrada, é interessante de ser observada, porque mostra que também os socialistas sentiram necessidade de pensar novas formas de organização depois da grande onda mobilizatória que agitou a classe operária brasileira, apenas que, devido às mais diversas circunstâncias, esta iniciativa não encontrou terreno fértil para medrar.

Por este motivo, vou privilegiar aqui o processo reorganizativo da militância comunista e anarquista, que sobreviveram como as principais correntes do movimento operário revolucionário, mesmo sob o Estado de Sítio do Presidente Artur Bernardes.

Em relação aos comunistas, sua reorganização em torno de um projeto político coeso pode ser seguida através de dois processos paralelos: o primeiro, a partir da ligação da União Maximalista de Porto Alegre com a Internacional Comunista, via Bureau da IC sediado em Buenos Aires; e o segundo, através da Constituição do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que se ligaria a grupos similares em outras regiões do Brasil, para criar uma rede de solidariedade entre aqueles militantes que permaneciam fiéis ao bolchevismo. O processo foi relativamente rápido, iniciando nos meses finais de 1920, para terminar com a fundação do PCB em abril de 1922. Apesar de não ter mobilizado um grande número de militantes, nem ter sido levado a cabo através de grandes mobilizações, esta ação consolidou, pelo menos simbolicamente, a separação da corrente comunista dos grupos libertários no Brasil.

A aproximação com a Internacional Comunista deu-se a partir do grupo de Porto Alegre, que era liderado por Abílio de Nequete. Conforme suas memórias, após o Congresso Regional de abril de 1920, com a negativa de filiar a FORGS à IC, Nequete se afastou das organizações que eram controladas pelos libertários. Esta decisão e a atitude cada vez menos receptiva que os anarquistas tinham para com aqueles que seguiam o bolchevismo, limitaram o campo de atuação da União Maximalista de Porto Alegre. Além disso, a repressão sobre o movimento operário também era um limitador para as ações dos maximalistas, principalmente porque eles traziam em seu próprio nome a marca de uma ideologia considerada subversiva pelo Estado. Por esta razão, seu líder procurou nos países vizinhos contatos que pudessem alargar seus horizontes de ação.

Quando os militantes de São Paulo articulavam a insurreição de outubro de 1919, enviaram um delegado revolucionário para Porto Alegre, para se entenderem a respeito dos

métodos que seriam usados para efetivar o levante. Na ocasião, havia ficado decidido que Abílio de Nequete levantaria os operários do sul do estado em uma greve geral. A insurreição fracassou, mas o militante afirma que sua viagem acabou sendo bastante proveitosa, porque ele tomou contato pela primeira vez com materiais de divulgação marxistas. Isto ocorreu na cidade de Pelotas e tratava-se da revista *Documentos del Progreso*, do Partido Socialista Argentino. Algum tempo depois, já em 1920, veio lhe cair nas mãos o diário *Justícia* do Partido Socialista Uruguaio. Através dos endereços contidos no periódico, ele teria conseguido entrar em contato com os socialistas uruguaios e argentinos[478].

Os militantes do Rio Grande do Sul haviam estabelecido contatos importantes com o movimento operário de Montevidéu e Buenos Aires fazia muito tempo. Não deve ter sido tão fortuito o início destes contatos com o exterior, como Nequete deixa supor quando escreve sobre os periódicos encontrados em Pelotas. As ligações entre os militantes platinos e gaúchos eram muito intensas e existia uma significativa circulação de trabalhadores pela Bacia do Rio da Prata, tanto isto é verdade que o militante gaúcho que aparece atuando no PCB, na Capital Federal, durante o ano de 1919, era o uruguaio Anastácio Gago.

No mesmo período em que os maximalistas e os anarquistas se desentendiam no Congresso Regional do Rio Grande do Sul, o movimento operário e os grupos de esquerda da Argentina e Uruguai passavam por uma série de transformações. Os debates que atingiam o movimento operário europeu e brasileiro, sobre a adesão ao bolchevismo, também atingiam o Rio da Prata, mas nesta região eles impactaram de forma muito mais violenta os grupos reformistas. Uma parte importante dos militantes que compunham os partidos socialistas destes dois países, estruturados sob a influência da Segunda Internacional, havia sofrido um processo de rápida radicalização. Como consequência, vicejaram dentro destas agremiações propostas de adesão à Internacional Comunista e isto atraiu a atenção de Abílio de Nequete: nos primeiros meses de 1921, ele entrou em contato com o *Justícia*, estabelecendo correspondência com o Deputado Celestino Mibielli, que defendia a proposta de filiar o Partido Socialista Uruguaio à IC[479].

---

[478] *Anotações dos Cadernos de Abílio de Nequete feitas por Silvia Petersen*. Datilografado. s/d e Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevidéu, 1º de fevereiro de 1922.

[479] Conforme explica o historiador Universindo Diaz, a cisão do Partido Socialista Uruguaio se deu no seu 8º Congresso, no mês de setembro de 1920. A tendência favorável à adesão à IC contava com o apoio do

O contato entre o deputado socialista e o líder maximalista foi bastante frutífero, pois Nequete conseguiu um importante ponto de apoio internacional; segundo suas memórias, ele teria dado a Mibieli uma representação (simbólica) no Congresso de formação do Partido Comunista Uruguaio (PCU), sendo assim, a União Maximalista teria sido o primeiro grupo comunista do Brasil a fazer-se representar em uma reunião internacional. Em um primeiro momento, pode parecer um pouco ingênua a importância dada por Nequete a esta "delegação de poderes", mas, se levarmos em conta que a União Maximalista de Porto Alegre era um grupo pequeno e relativamente isolado, este gesto tem um poder de legitimação bastante significativo. Foi através da legitimidade dada à União Maximalista pelo contato com o PCU, que o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, sediado em Buenos Aires, vai fazer seu primeiro contato com os comunistas brasileiros[480].

A partir de 1919, quando foi fundada a Internacional Comunista em Moscou, o Partido Comunista Russo procurou estabelecer uma rede de solidariedade para unir os diversos grupos socialistas radicais que se alinhavam com os métodos dos bolchevistas. Para tornar este alinhamento efetivo, foram estabelecidos 21 princípios que deveriam orientar os recém-formados partidos comunistas. Em um primeiro momento, a maior parte destes grupos comunistas associados à IC estava localizada em países europeus, considerados de capitalismo avançado, mas logo após sua formação, a organização iniciou uma expansão visando agrupar organizações de países periféricos, distantes do centro do capitalismo. Para a América do Sul, o país escolhido para sediar o escritório regional da Internacional foi a Argentina, tanto porque seu Partido Socialista era o mais organizado da região, o que propiciaria a formação de um PC mais estruturado, quanto pelo desenvolvimento econômico desta nação. Buenos Aires era o principal polo industrial da

---

Secretário Geral do Partido, o próprio Deputado Mibielli, tendo vencido por larga margem de votos. O primeiro Congresso do PCU se daria em abril do ano seguinte, onde seriam aceitas as condições de adesão à Internacional. DÍAZ, Universindo Rodriguez. *Repercusiones de la Revolución Rusa (1917-1923) entre los trabajadores y los anarquistas.* Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion/UDELAR, 1992. (Informe sobre seminário realizado em novembro de 1987) p.10-11.

[480] Existe uma crônica de Affonso Frederico Schimidt chamada “O Cometa de Manchester”, sobre um misterioso delegado da Internacional Comunista chamado Ramison, que teria procurado, em São Paulo, um representante do movimento operário brasileiro para a fundação de um Partido Comunista. Edgar Leuenroth indicou Astrojildo Pereira e desta visita, nasceu a ideia do segundo PCB. Como não encontrei, nem em Pereira, nem nos documentos da IC indicações sobre o acontecimento, me atenho apenas à versão de Abílio de Nequete.

América do Sul, e, embora as associações anarquistas e sindicalistas revolucionárias tivessem uma presença importante, também havia uma tradição socialista (e marxista) bem mais significativa do que nos outros países da América do Sul, como o próprio Brasil[481].

No início do ano de 1921, o Bureau da Internacional resolveu chamar Abílio de Nequete para uma reunião em Montevidéu. Na capital uruguaia, ele conheceu Celestino Mibieli, além de ter participado de reuniões partidárias, das quais saiu com má impressão, por causa do representante do Sindicato dos Marítimos, o qual achou ainda muito apegado aos princípios do anarquismo. Também se reuniu com Alex Alexandrovsky, um russo-argentino que era, segundo Nequete, representante do Bureau[482]. Nesta reunião ficou decidido que o líder maximalista faria um relatório sobre a situação do movimento comunista no Brasil e ficaria encarregado de organizar os grupos dispersos existentes em território nacional em um Partido Comunista local. O relatório, datado de 1º de fevereiro de 1921, não era muito otimista quanto ao estado dos grupos organizados, tanto pela dispersão que havia caracterizado qualquer tentativa de organização, quanto pela dificuldade de ação frente aos grupos anarquistas:

> A campanha anarquista contra a revolução russa deu como resultado uma cisão entre os intelectuais, tendo uma parte destes fundado a COLIGAÇÃO SOCIAL com fins de organizar um partido político do proletariado, ou seja o partido comunista. A hostilidade e a inconsistência dos membros da coligação fez tudo desaparecer em pouco tempo. Os mais decididos membros da ex-coligação, fundaram, há vários meses, o grupo CLARTÉ, no Rio de Janeiro. Estão em correspondência conosco tanto como estavam quando existia a Coligação. Os camaradas do grupo CLARTÉ padecem, também, pela falta de conhecimentos doutrinários.
> A eles estamos remetendo os diários que recebemos dos camaradas uruguaios e argentinos. Outros membros dissidentes do anarquismo, no Rio de Janeiro, fundaram, há dois meses um grupo comunista para defesa e propaganda do programa da III Internacional. Por sua vez sofrem um desconhecimento muito grande de doutrina. Comunica-nos o referido grupo, ser ideia sua promover criação de grupos similares nos diversos pontos do país a fim de, em breve, convocar um Congresso, do qual, deverá sair regularmente organizado o PC do Brasil, e que em Recife, capital do Estado de Pernambuco, existe já um grupo comunista[483].

---

[481] Sobre o Bureau Sul-Americano e sua relação com os comunistas brasileiros, ver PINHEIRO Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935).* 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[482] Não encontrei referências de quem seria Alexandrovsky. Dainis Karepovs supõe que possa ser a mesma pessoa que assina R. Vaterland e envia uma mensagem de saudação ao Congresso de Fundação do PCB em nome do Bureau Sul-Americano. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). p.40.

[483] Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevidéu, 1º de fevereiro

Como afirma o próprio Nequete, um pouco antes destas reuniões com os comunistas uruguaios, havia sido formado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, principalmente a partir da ação de Astrojildo Pereira. Desde o ano de 1921, os militantes do Rio de Janeiro tentavam se estruturar em novas organizações. A Coligação Social havia sido desfeita, com a "degola" de seus deputados que haviam sido impedidos pela Comissão Verificadora de assumir seus cargos na Câmara. Os intelectuais da revista *Clarté* estavam em franco combate contra os anarquistas e suas formas de organização. Os libertários, por sua vez, continuavam com sua ação nos sindicatos, mas o importante jornal *Voz do Povo*, que era o órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e havia se constituído como espaço de divulgação das propostas anarquistas, fora extinto no ano de 1921, por falta de recursos. Desta forma, o movimento parecia entrar em um momento de grande dispersão em suas atividades de luta.

Astrojildo Pereira e outros militantes procuraram então organizar um Comitê de Socorro aos Flagelados Russos. A Guerra Civil na Rússia havia terminado no ano anterior, mas as consequências haviam sido muito trágicas para o país; além disso, problemas climáticos e a reforma nas estruturas produtivas causaram um verdadeiro colapso produtivo na área da Rússia Central, o que provocou uma epidemia de fome. O auxílio a estes flagelados da região do Volga tinha um apelo bastante grande para os militantes revolucionários do Rio de Janeiro: além de seguir a tradição de solidariedade internacional que vinha de longa data, também era uma forma de reunir apoio em torno de um projeto de ajuda à Rússia dos soviets. O Comitê se formou no dia 15 de setembro de 1921, contando com a presença das principais lideranças do movimento operário e da militância libertária que atuava na Capital Federal, como José Oiticica, José Elias da Silva, Octávio Brandão, Laura Brandão, Elvira Boni, Domingos Passos, Fábio Luz e Astrojildo Pereira, que era seu Secretário[484].

O Comitê de Ajuda pode não ter sido constituído como um projeto de fins especificamente políticos, mas, ao fim e ao cabo, ele acabou adquirindo uma função política. Mesmo que as principais lideranças libertárias tenham feito parte de sua nominata,

---

de 1922.

[484] *Diário do Povo*, Recife, p.2, 22, set,1921.

este acabou se tornando o espaço onde se agregaram os militantes que se identificavam com Rússia soviética e que estavam dispostos a aceitar as condições da Internacional Comunista, ou seja, ele foi o gérmen do Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Muitos anos mais tarde, uma das principais lideranças anarquistas da Capital Federal, José Oiticica, denunciaria este processo como um ato de traição de Astrojildo Pereira aos trabalhadores organizados, como se tivesse montado o Comitê com a função de dividir o movimento operário carioca:

> Foi quando faliu a Voz do Povo e Astrogildo com outros promoviam um arrebanho de donativos para os famintos da Rússia. Todos devem ter ciência, pois o cinema divulgou a tragédia, do que foi essa fome no país dos sovietes. Numa reunião promovida por Astrogildo na Rua José Maurício (sindicato dos Padeiros se não me falha a memória), Astrogildo visivelmente embaraçado, com meias frases, titubeando, expôs-nos a necessidade de acudir ao povo russo pois seria ajudar a revolução proletária no mundo.
>
> Eu, Gonçalves, Fábio Luz e outros entreolhamo-nos e não demos trégua a Astrogildo demonstrando-lhe que já não nos iludíamos com Lênin, Trotsky e outros quejandos "revolucionários".
>
> Astrogildo não insistiu. Dias depois, entrando eu no mesmo sindicato, vi, reunidos na saleta da entrada, com Astrogildo à cabeceira da mesa, além deste, Brandão, Elias, Diniz e mais outro. Astrogildo falava, como sempre, mansinho. Ao me verem, calaram-se. Foi quando Elias alvitrou: “Gildo, não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa”?.
>
> Astrogildo, sem levantar a cabeça de um papel que segurava, respondeu displicentemente: “É...é melhor"!
>
> E Elias, voltando-se para mim, na sua linguagem de ex-embarcadiço, proferiu esta frase expressiva: "Oiticica, nós agora é na exata"!
>
> Nada mais disse porque, compreendendo tudo, retruquei apenas: "Já sei, vocês são bolchevistas"! Eles confirmaram e eu retirei-me[485].

Este é o relato de José Oiticica. Assim como nos relatos de outros militantes que viveram aquele período, devem ser levados em consideração o tempo e as mudanças ocorridas a cada um dos sujeitos envolvidos. No caso em questão, é difícil não perceber o enorme ressentimento que José Oiticica tinha de Astrojildo Pereira, que deve ter sido amplificado pela considerável diminuição da importância do anarquismo como corrente política ao longo dos anos. Isso se percebe quando ele mostra a formação do grupo comunista como uma ação quase que exclusivamente surgida da cavilosidade de Pereira, a

---

[485] *Ação Direta.* Rio de Janeiro, p.1-3, mar,1957.

quem contrapõe a sinceridade um tanto ingênua de José Elias da Silva. Para Oiticica, "ele havia, sem dizer nada, minado os sindicatos, propagado o vírus da ditadura do proletariado e a férrea disciplina, a exata de Elias".

Ao contrário de uma ação individual de Astrojildo Pereira, a formação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro surge como mais uma tentativa de reorganização do movimento operário, no qual militantes que continuaram se identificando com o bolchevismo acabaram por se reagrupar. A grande diferença estava no fato que desta vez este movimento se dava em direção a uma organização exclusivamente bolchevista, o que significava o abandono das inúmeras tentativas de formar "frentes amplas" revolucionárias, que vinham sendo tentadas desde 1917. Neste sentido, José Oiticica percebeu na "exata" de José Elias da Silva uma disciplina férrea, quando ela talvez significasse mais corretamente o abandono (mesmo que temporário) de uma política de amplas alianças, de laços menos rígidos, que havia caracterizado o movimento operário carioca nos anos anteriores.

O Grupo Comunista do Rio de Janeiro foi fundado no dia 7 de novembro de 1921, com a reunião de 12 militantes. A partir de sua fundação, a nova organização entrou em contato com outros centros de militância, para articular associações similares em outras partes do país. Os primeiros grupos comunistas que surgiram fora da Capital Federal (além de Porto Alegre, que era anterior) foram os de Cruzeiro do Sul, Juiz de Fora e Recife[486]. Não encontrei as referências de formação dos dois primeiros núcleos, mas no caso de Cruzeiro, isto parece ser a prova de que os laços estabelecidos com os trabalhadores da Rede Ferroviária Sul Mineira, quando da formação do primeiro PCB, havia sedimentado o apoio ao bolchevismo entre os militantes daquelas duas cidades.

Quanto à capital pernambucana, as informações são mais abundantes. Neste período, as associações operárias de Recife passavam por um novo momento de reorganização: no dia 13 de setembro, Joaquim Pimenta fundou o jornal *O Diário do Povo*, do qual ele era o editor, juntamente com Raul Azedo. O Professor Pimenta estava coordenando uma campanha contra o orçamento do governo estadual e procurava apoio entre os trabalhadores. Por este motivo, este diário era apresentado "como órgão dos interesses coletivos de Pernambuco" e trazia uma Coluna Operária, onde as organizações de trabalhadores poderiam publicar suas notícias; mais ainda, conforme o próprio jornal, este seria um

[486] *Movimento Communista.* Rio de Janeiro, jun, 1922. p.178.

espaço para propagar as ideias políticas e promover a agitação da classe trabalhadora[487].

Neste jornal foi publicada, no dia 22 de setembro de 1921, uma longa carta de Astrojildo Pereira noticiando a formação e pedindo apoio para o Comitê de Ajuda aos Flagelados Russos. No dia seguinte, ocorreu a reunião que formou a seção recifense deste Comitê, que tinha Cristiano Cordeiro como Secretário, Rodolpho Coutinho como Tesoureiro, além de Eusébio Manjon, José Bezerra, Alexandre Vieira, José Elesbão, Adolfo Correia e José P. Lyra. Na notícia de sua fundação, também se afirmava que haviam sido formadas comissões de delegados junto aos diversos grupos de trabalhadores[488].

No dia 25, João Simplício publicou um longo texto sobre a solidariedade revolucionária e a importância de ajudar os famintos do Volga, enquanto o Comitê de Ajuda publicava uma longa lista de delegados entre os principais sindicatos da capital (Gráficos, Alfaiates, de Resistência, Panificadores, Metalúrgicos, Liga Mista, Estivadores, Veículos, além de associações operárias do Pina e do Campo Grande) e uma Comissão para o Interior[489]. O grupo organizou no domingo, dia 9 de outubro, um grande festival na localidade de Fernandinho, com piquenique e exibição de luta greco-romana e no dia 30 organizou-se um espetáculo teatral no Bairro do Pina. Ambas as iniciativas tinham com objetivo arrecadar fundos para enviar aos flagelados da Rússia, o que teve como consequência a agregação de mais trabalhadores e organizações para a iniciativa[490]. O Comitê também distribui exemplares do jornal *Solidariedade*, feito exclusivamente para auxiliar os flagelados e que podia ser comprado na redação do *Diário do Povo*[491].

O Centro Comunista surgiria no dia 4 de dezembro de 1921. O *Diário do Povo* noticiou sua formação, informando que este contava com os elementos mais avançados do movimento socialista pernambucano, tendo apoio do operariado organizado, de muitos estudantes e intelectuais. A fundação obedecia a um projeto dos militantes do Rio de Janeiro, que planejavam a realização de um Congresso de onde nasceria o Partido Comunista Brasileiro, Seção da III Internacional. As adesões e informações poderiam ser conseguidas através de Máximo (pseudônimo de Cristiano Cordeiro), que era o Secretário

---

[487] *Diário do Povo*. Recife, p.2, 13, set, 1921.
[488] *Diário do Povo*, Recife, p.1, 24, set, 1921.
[489] *Diário do Povo*, Recife, p.1-2, 25, set, 1921.
[490] *Diário do Povo*, Recife, p.1, 7, out, 1921.
[491] *Diário do Povo*, Recife, p.2, 20, nov, 1921.

do Centro e o endereço para correspondência era a Coluna Operária do *Diário do Povo*[492].

O Centro Comunista foi fundado a partir da ação preponderante de Cristiano Cordeiro, conforme ele próprio explicaria em depoimento posterior[493]. Observando de forma retrospectiva (e comparando com o que aconteceu com o movimento operário carioca), se observa que o Centro Comunista tomou forma a partir do Comitê de Ajuda aos Flagelados Russos, que foi organizado basicamente por antigos membros do Centro de Estudos Sociais, que através deste Comitê haviam conseguido reestabelecer relações com as organizações operárias de Recife. O *Diário do Povo* teve um importante papel neste processo, já que Maximo, melhor dizendo, Cristiano Cordeiro, era um colunista frequente da Coluna Operária deste jornal; além disso, tanto o Comitê de Ajuda, quanto o Centro Comunista, davam publicidade de suas atividades através do diário de Joaquim Pimenta. Diante desta colaboração, é necessário formular a seguinte questão: Qual a relação do socialismo reformista com o comunismo neste momento de definição de posições?

Diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, os comunistas de Recife mantiveram ainda uma relação bastante próxima com um líder reformista, que deu espaço, através de seu jornal, para que estes continuassem fazendo propaganda de suas atividades. Mesmo que Pimenta e os jovens comunistas tivessem projetos, em última instância, muito distintos entre si, isto não parece ter sido problema para a continuação desta colaboração. Através do *Diário do Povo*, Cristiano Cordeiro publicou sua longa conferência "Doutrina Contra Doutrina", em que destacava o papel do socialismo marxista como orientação revolucionária; também foi através deste jornal que era oferecida a assinatura da revista *Movimento Communista*, publicada no Rio de Janeiro[494]. Naquele momento Joaquim Pimenta estava em plena campanha pela candidatura presidencial de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, além de dar seu apoio a José Henrique Carneiro da Cunha para o governo de Pernambuco. Mesmo que os comunistas não apoiassem estas iniciativas, a força do *Diário do Povo* (e de seu editor) devia pesar como um fator importante para que o grupo não se desvinculasse totalmente de Joaquim Pimenta. Prova disso é que mesmo depois da

[492] Máximo era um dos pseudônimos de Cristiano Cordeiro. *Diário do Povo*, Recife, p.2, 6, dez, 1921.
[493] CORDEIRO, Cristiano. Depoimento à Ricardo Noblat, *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, São Paulo, LECH, 1982. p.83.
[494] Publicado no *Diário do Povo* em 10 fragmentos, do dia 24 de janeiro ao dia 4 de fevereiro de 1922. O texto na íntegra pode ser encontrado no segundo número da revista *Memória e História*. Ver. CORDEIRO, Cristiano. Doutrina Contra Dourtina. *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, São Paulo, LECH, 1982. p.89-109.

fundação do PCB, em abril de 1922, seus militantes continuaram publicando suas atividades no *Diário do Povo*[495].

No Rio de Janeiro, o Grupo Comunista, já formado, passou a editar a revista *Movimento Communista,* a partir de janeiro de 1922. Esta revista publicava artigos de figuras importantes do movimento comunista internacional e textos de militantes brasileiros. No primeiro caso, podem ser citados os exemplos de "O Partido Comunista Russo durante a revolução"[496] de Zinoviev, "A tática da Internacional Comunista[497]" de Karl Radek, "A revolta na Índia"[498] de N. Roy, "A luta de classes na América"[499] de Upton Sinclair, "Os homens perante a fome na Rússia"[500] de Victor Serge, "A concepção marxista de Estado"[501] de Bukharin, além de muitos outros textos, que davam conta dos debates que iam constituindo as ideias da Internacional Comunista. Os textos dos autores brasileiros serviram para agregar apoio de militantes de diversas partes do país e para a própria luta pela definição das posições do grupo. Isto se percebe nos artigos de combate (ou de defesa) contra o anarquismo, como "Não nos assustemos com o debate"[502], de Astrojildo Pereira ou "Os anarquistas e a ditadura do proletariado"[503], que Antônio Bernardo Canellas enviara de Paris. Ao longo do ano de 1922, outros militantes como Octávio Brandão, Everardo Dias, Cristiano Cordeiro e Carlos Passos também contribuíram com textos para a revista *Movimento Communista*, o que significava dar apoio ao projeto de reorganização que a publicação representava.

O resultado desta redefinição foi a formação do segundo Partido Comunista do Brasil, desta vez aprovando as regras que eram exigidas pela Internacional Comunista, depois de um Congresso que teve lugar no Rio de Janeiro e Niterói entre 25 e 27 de março de 1922. O número de núcleos comunistas havia crescido e o de aderentes também. O Secretário Geral escolhido foi Abílio de Nequete, do Grupo de Porto Alegre; além dele, também participaram Astrojildo Pereira do Grupo de Niterói, Joaquim da Costa Pimenta de

---

[495] Pesquisei os números do *Diário do Povo*, que estavam disponíveis, até agosto de 1922; até esta data ainda havia informações do Centro Comunistra de Recife sendo veiculadas.
[496] *Movimento Communist*a. Rio de Janeiro, p.44-48, fev, 1922.
[497] *Movimento Communista*. Rio de Janeiro, p.82-88, mar, 1922.
[498] *Movimento Communista.* Rio de Janeiro, p.119-122, abr, 1922
[499] *Movimento Communista*. Rio de Janeiro, p.124-132, 1º, mai, 1922.
[500] *Movimento Communista*. Rio de Janeiro, p.171-174, jun, 1922.
[501] *Movimento Communista*. Rio de Janeiro, p.197-200, jul, 1922.
[502] *Movimento Communista.* Rio de Janeiro, p.68-70, mar, 1922.
[503] *Movimento Communista.* Rio de Janeiro, p.107-109, abr, 1922.

São Paulo, Cristiano Cordeiro de Recife, Hermogêneo Silva de Cruzeiro do Sul e pelo Distrito Federal José Elias da Silva, Manuel Cendón, Joaquim Barboza e Luis Perez (Juiz de Fora e Santos não se fizeram presentes). Os delegados representavam o total de 123 militantes: os grupos com maior representação eram o de Niterói e do Rio de Janeiro, que juntos contavam com 70 filiados, e o de Recife, que contava com 45. Porto Alegre com 15 membros, Juiz de Fora e Cruzeiro, com 13 cada, São Paulo com 7 e Santos, com apenas 2, completavam o quadro de aderentes[504]. Logo depois deste encontro, o PCB nomearia Antônio Bernardo Canellas e o estudante francês Mario Barrel, que estavam em Paris, delegados ao IV Congresso da IC[505]. As decisões do Congresso de fundação, assim como o Programa do Partido, foram publicados na edição da *Movimento Comunista* de julho de 1922.

Os anarquistas, de sua parte, também passaram por um momento de redefinições. À medida que os militantes comunistas iam dando forma a um novo projeto político, que se concretizou com o segundo PCB, os libertários também viram a necessidade de tornar mais claras suas posições, algo que se tornava fundamental pelo apoio massivo que estes, em um primeiro momento, haviam dado à Revolução Russa. Este movimento foi particularmente forte em São Paulo, onde os anarquistas mantinham a primazia dentro das associações de trabalhadores, o que pode explicar, ao menos em parte, a falta de aderentes ao grupo comunista local. Em janeiro de 1922, a Aliança Anarquista de São Paulo lançou o jornal *O Libertário*, que tinha por função esta autodefinição, enquanto combatiam a influência cada vez mais organizada dos bolchevistas.

O primeiro número do jornal, de 1º de janeiro de 1922, abria sua edição com o artigo "Em defesa da anarquia". Como um editorial, o texto reafirmava o compromisso dos anarquistas com a liberdade social, econômica e política. Para se conseguir chegar a este estágio, seria necessário educar a população para este fim, o que se opõe a ideia dos "ditadores vermelhos" de estabelecer um governo transitório de um partido que só teria como resultado uma tirania. Além disso, pergunta-se o autor do editorial, para que os libertários firmariam compromissos com este partido, se "logo após a vitória da nova

---

[504] KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). p.40-41.
[505] Credencial. Ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Rio de Janeiro, 29 de março de 1922.

moralidade teriam de se insurgir contra o despotismo vermelho?"[506]. Neste mesmo número, *O Libertário* também publicou uma conferência de Fábio Luz, realizado na Liga Operária de Construção Civil de Niterói, que se intitulava "Maximalismo e Anarquismo ". Mais do que uma caracterização de dois corpos de ideias, o Professor Luz tenta desconstruir a imagem positiva que o regime soviético poderia ter ainda entre os trabalhadores. Bem menos significativo que uma verdadeira Revolução Social, o que havia ocorrido na Rússia havia sido um "pronunciamento", um golpe de estado efetuado por Lênin, que havia logrado sucesso por se aproveitar da revolta dos camponeses e haver dado à luta internacional um caráter de classe. As estruturas de Estado continuavam existindo, como passaportes, exércitos e a máquina burocrática: "O que poderia ser a base de uma verdadeira sistematização revolucionária libertária, se transformou por imposição de um partido em armadilha governamental para a consolidação de um novo governo"[507].

Esta atitude agressiva dos anarquistas diante dos bolchevistas diferia muito do que ocorrera nos anos anteriores. Não somente os comunistas haviam abandonado a ideia de uma grande frente comum das forças revolucionárias (ou populares), como os anarquistas também se afastavam de um diálogo possível tanto com os comunistas, quanto com os reformistas. Por mais que os libertários desejassem se remeter a uma tradição anarquista e a uma fidelidade às suas ideias, o surgimento do Partido Comunista resultou em uma nova atitude, muito menos aberta e flexível do que era visto no período anterior. Para o historiador Tiago Bernardon de Oliveira este momento é marcado pela perda, por parte dos militantes libertários, do monopólio sobre o discurso revolucionário, já que durante os anos 1920, outros grupos sociais, como os tenentes e as oligarquias dissidentes, além dos próprios comunistas, apresentariam projetos de revolução para a sociedade brasileira[508]. Para Alex Buzeli Bonomo, o período que se inaugura em 1922 aparece como de cristalização da doutrina anarquista, quando estes militantes tenderam a refluir para dentro de suas próprias organizações ideológicas, preservando sua pureza teórica, mesmo que sacrificando sua influência sobre os trabalhadores[509].

---

[506] *O Libertário.* São Paulo, p.1, 1º, jan, 1922.
[507] *O Libertário.* São Paulo, p.2-3, 1º, jan, 1922.
[508] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937).* Niteroi: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p.153-209.
[509] BONOMO, Alex Buzeli. O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935). São Paulo: PPG em História da PUCSP, 2007 (Dissertação de Mestrado). p.412-424.

Nos dois casos existe uma mudança de postura, que se torna mais defensiva ao longo tempo, adotando, por vezes, um discurso de martirização diante de outras correntes, como a comunista. O importante aqui é frisar que, da mesma forma que ocorreu com os que se tornaram comunistas, e em menor medida com os socialistas reformistas, o período revolucionário do movimento operário brasileiro deixou marcas profundas nos libertários. Por mais que, anos mais tarde, muitos militantes anarquistas tenham revisitado seu passado e visto nesta negação do bolchevismo uma retificação de seus antigos rumos, aquelas grandes mobilizações não haviam passado em vão. Não era possível uma volta ao período anterior a 1917 (a "era de ouro" do anarquismo); além do mais, um exame cuidadoso daquele período mostraria que a relação dos militantes anarquistas com sua própria doutrina nunca foi homogênea, o que é bastante evidente quando pensamos nas polêmicas em torno do sindicalismo revolucionário. Nesta tentativa de retificação de suas posições, o anarquismo defendido pelo jornal *O Libertário* parece ter mudado seu acento, tornando-se mais intransigente e menos permeável.

Esta lógica, que já mostrei no primeiro número do jornal *O Libertário*, permanece uma constante nos números posteriores. Em sua edição de 15 de janeiro, destaca-se o artigo "O Estado e Anarquia", em que Joaquim Gonçalves mostra as condições de vicejamento da Revolução Social, que seria a abolição do Estado e da propriedade privada. Nenhum destes elementos poderia se dar de forma isolada, porque resultaria no fracasso desta tentativa. O contraponto disto seria visto na ideia marxista de revolução, que manteria o Estado, mesmo tentando abolir as classes sociais. A única saída viável era dada pelos libertários, já que o comunismo seria o antagonismo da propriedade privada, como a anarquia seria do Estado[510]. Outro texto similar é "Os equívocos bolchevistas", que tenta combater alguns argumentos que eram utilizados pelos neo-comunistas (chamados assim em oposição ao comunismo anarquista), para fazer valer sua posição: a de que toda a burguesia lutava contra o bolchevismo, por isso era necessário apoiá-lo e que a ditadura do proletariado era um fato consumado, que havia se imposto e vencido[511]. O argumento de refutação mostrava que nenhuma destas proposições podia ser sustentada, especialmente a do fato consumado, já que abriria espaço para aceitar outros fatos como a guerra. De qualquer forma, é

[510] *O Libertário.* São Paulo, p.1, 15, jan, 1922.
[511] *O Libertário.* São Paulo, p.2, 15, jan, 1922.

interessante observar que estes provavelmente eram argumentos recorrentes entre os militantes operários. A luta da burguesia contra a Rússia soviética certamente dava força moral aos comunistas e a vitória dos bolchevistas, e mais que isto, toda a reconstrução social que vinha se dando na Rússia, podia ser utilizada como prova de sucesso desta nova ideia. Aos anarquistas caberia o ônus de desconstruir estes argumentos de força.

Na edição do dia 4 de fevereiro, *O Libertário* publicou um texto muito significativo, que tinha relação direta com o momento em que os anarquistas estavam vivendo: "O nosso dever na hora atual", de Errico Malatesta. O líder italiano dava um panorama dos últimos anos no movimento social de seu país, quando todos os grupos sociais, desde a burguesia até o proletariado mais radical, desejavam ou temiam uma revolução que parecia estar muito próxima. Nesta ocasião, os membros do Partido Socialista, de onde saíram os principais fundadores do Partido Comunista, acreditavam que o tempo lhes favorecia e tenderam a postergar algum tipo de ação revolucionária. Os anarquistas, por sua vez, propagavam a ideia de uma frente única com os socialistas, mas acabaram por sofrer as consequências desta escolha, pois quando os libertários passaram a serem perseguidos, os socialistas logo retiraram seu apoio. A conclusão a que Malatesta chega não é a de que os socialistas haviam se tornado traidores, mas que os libertários haviam sido ingênuos! O dever que os militantes deveriam impor a si mesmos, dali para adiante, era o do fortalecimento de seus quadros. Isto não era o mesmo que se negar a cooperar com aqueles que tinham convergência de opiniões, mas, em todo caso, os libertários não deveriam contar senão com eles mesmos: "Tornarmo-nos fortes, suficientemente fortes, para podermos trabalhar sem a necessidade dos outros – eis o que é preciso"[512].

O que havia passado no Brasil era sensivelmente diferente do que Malatesta descrevia para a Itália, já que em nosso caso os militantes libertários (mesmo que sob a influência da Revolução Russa) haviam liderado a formação daquela frente ampla de forças sociais que se traduziu na formação do primeiro Partido Comunista. O caso é que para os libertários de São Paulo, a orientação de fortalecer o anarquismo era muito bem vinda quando se pensava em uma cisão que tornava muito difícil a possibilidade de um trabalho conjunto. Naquele exato momento, os militantes deveriam passar de uma fase de refluxo (marcado pelos equívocos e experimentações) para um novo momento de reafirmação.

---

[512] *O Libertário.* São Paulo, p.1-2, 4, fev, 1922.

Esta lógica continua presente no quarto número do jornal, de 15 de fevereiro, no artigo "A ditadura do proletariado e os anarquistas", em que um dos questionamentos colocados é este: "Há necessidade de instituir nos países revolucionários a ditadura do proletariado?". Novamente, os anarquistas de *O Libertário* tentam mostrar que a existência de uma experiência concreta da revolução não era suficiente para se deixar levar pelos argumentos dos bolchevistas. Para estes militantes, a resistência à guerra poderia ser levada à cabo sem a sujeição à um Estado ou a um partido dominante. Também se repetia que a única forma de não se fazer desviar a Revolução Social dos objetivos libertários era através de uma organização fortemente anarquista e solidamente apoiada nos organismos sindicais revolucionários[513]. Esta necessidade de agrupamento, assim sentida pelos anarquistas, parece encontrar eco em uma pequena chamada na última página do jornal intitulada "Nosso Congresso": se comunicava que em uma reunião da Aliança Anarquista havia sido aventada a ideia de se fazer um congresso em que tomassem parte todos aqueles que defendessem os ideais anárquicos. "Este Congresso, hoje, mais do que nunca, se fez necessário em vista de andarem os anarquistas por vias tortuosas, a defenderem teorias obtusas, julgando fazerem verdadeira propaganda do anarquismo"[514].

Esta chamada para um congresso exclusivamente anarquista não está desvinculada da movimentação dos comunistas, que fariam seu próprio congresso apenas um mês depois. Também não está desvinculada de todos os argumentos que os militantes estavam desenvolvendo nas páginas do próprio jornal. Analisando de forma muito minuciosa os números de *O Libertário*, pode se perceber que, às vésperas da fundação do segundo Partido Comunista, os militantes anarquistas não se preocupavam somente em desconstruir os argumentos que tornavam a proposta bolchevista atraente aos olhos dos trabalhadores. Acima de tudo, havia a necessidade de organizar os militantes anarquistas através de um arcabouço de ideias que fossem apresentadas de forma cada vez mais clara. Não foi possível encontrar referências deste Congresso Anarquista, que provavelmente não aconteceu. O que ocorreu, porém, foi o lançamento de um longo manifesto para tornar a orientação destes militantes mais coerente com a sua doutrina.

No dia 18 de março de 1922, *A Plebe* de São Paulo publicou um manifesto-

[513] *O Libertário.* São Paulo, p.1, 15, fev, 1922.
[514] *O Libertário.* São Paulo, p.4, 15, fev, 1922.

programa chamado "Os anarquistas no momento presente", assinado por Edgar Leuenroth, Rodolfo Filipe, Antonino Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Martins e João Penteado. A razão da publicação do documento era o momento pelo qual o movimento anarquista estava passando, marcado por uma fase de confusão e dispersão de forças. Mantendo-se fiéis aos seus princípios, os autores acreditavam que não havia nenhum problema com as concepções ácratas, sendo preciso tomar posições, definir claramente as ideias e os métodos de luta a serem seguido. Em termos econômicos, devia-se lutar pelo comunismo anarquista; em termos políticos, era necessário defender uma sociedade sem governo, organizada livremente e como método de atuação, a ação direta. Além destes princípios, os anarquistas defendiam ser imperiosa a organização dos elementos libertários, concitando estes a se congregar em grupos e federações, que seriam base para uma associação maior da tendência no país inteiro:

> Nas grandes cidades, em cada um dos seus bairros, no seio dos sindicatos, como nas localidades do interior onde haja três ou mais camaradas de acordo entre si, deve ser iniciado desde já um ativo trabalho neste sentido. Com a constituição de vários grupos numa mesma localidade, dever-se-á tratar com urgência da constituição de um comitê de relações, formado de representantes de cada um, com o encargo de desenvolver a obra de conjunto. Os grupos formados em uma mesma zona ou região relacionar-se-ão entre si por meio de uma federação regional, constituída de acordo com as maiores possibilidades de comunicação. As federações regionais terão um comitê de relações formado de representantes de um ou mais grupos da localidade destinada para sua sede, realizando-se periodicamente convênios de representantes diretos dos grupos das várias localidades. Com o desenvolvimento dessa obra de organização, realizar-se-á um congresso de representantes das agrupações de todo o país para tratar da constituição da organização geral libertária do Brasil[515].

Apesar desta urgência em estabelecer uma organização de caráter anarquista, a atitude em relação aos sindicatos não era muito diferente do período anterior, defendendo-se a atuação dentro das associações de trabalhadores, mas sem dar a estes organismos uma coloração doutrinária específica, resguardando-os da influência político-partidária. Reforçava-se o afastamento das alianças políticas institucionais, combatendo a atuação parlamentar; além disso, o manifesto dava especial atenção ao papel da imprensa libertária, que sempre fora o principal veículo de informação dos militantes. A longa exposição de princípios se encerrava dando ênfase à crítica dos caminhos que seguia a Revolução Russa,

[515] *A Plebe*. São Paulo, p.1 e 4, 18, mar, 1922.

à ditadura do proletariado e ao atrelamento dos grupos operários à Internacional de Moscou, julgando indispensável a construção de uma sólida instituição libertária internacional, razão pela qual declaravam apoio ao Secretariado Internacional Anarquista da Suécia e a Federação Internacional Anarquista que estava se formando no Uruguai.

Desta forma, os militantes libertários também tentavam se redefinir diante de uma conjuntura que era nova e mais adversa para eles. Não tive acesso a materiais de outras regiões deste mesmo período, o que talvez possa significar que este processo fosse uma particularidade do movimento operário paulista. Comparando, entretanto, com o que estava acontecendo em outros centros de militância e a natureza dos debates que os anarquistas levantavam contra bolchevistas e reformistas, considero muito provável que algo similar estivesse ocorrendo nas outras regiões. O que singulariza o caso paulista é a força que os libertários tinham entre os operários, o que permitiu que esta redefinição encontrasse forma tão eloquente quanto no manifesto "Os anarquistas no momento presente".

Acredito ser importante deixar claro que este momento de redefinições não pode ser entendido como algo definitivo, como um marco que definiu de forma absoluta a postura dos militantes em relação à suas respectivas correntes. Em minha opinião, tanto a formação do PCB, aderindo às condições da Internacional, quanto a publicação de "Os anarquistas no momento presente", podem ser compreendidos como marcos temporais importantes para as organizações operárias diante de um novo equilíbrio de forças. Mas, se as organizações tenderam a se identificar mais claramente em termos ideológicos, esta identificação não pode ser estendida a todos os militantes; além do mais, os processos de conflito interno dentro das correntes podia mudar a trajetória dos sujeitos envolvidos.

Dois exemplos muito claros disso se deram com lideranças que foram fundamentais para o surgimento do PCB: Abílio de Nequete e Antônio Bernardo Canellas. O primeiro deixou o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista depois de seis meses da fundação do PCB, abandonando a agremiação após denunciar ao Bureau da IC a permanência dos "vícios" do anarquismo entre seus dirigentes (o que fez com que fosse também expulso pelos seus companheiros). Canellas, depois de participar do Congresso da IC em 1922, fez uma série de críticas às lideranças bolchevistas e também acabou sendo expulso da agremiação. Por outro lado, Octávio Brandão, que teria um papel muito destacado durante um longo período da vida do PCB, não aderiu de imediato ao grupo, mantendo-se ainda

simpático ao anarquismo por algum tempo[516].

As próprias correntes não permaneceram necessariamente estanques em relação à outros grupos. Os comunistas fariam uma aliança estratégica, em 1923, com a Confederação Sindicalista-Cooperativista Operária Brasileira, uma organização nitidamente reformista, que abriu espaço para os bolchevistas divulgarem suas notícias no jornal *O Paíz*[517]. Os anarquistas, no ano seguinte, em 1924, durante a ocupação da cidade de São Paulo pelos tenentistas, deram apoio aos militares, mesmo que estes não defendessem o mesmo programa revolucionário dos libertários. Além do mais, anarquistas e comunistas marchariam juntos, uma década depois, contra a ameaça fascista, quando combateram os integralistas na célebre Batalha da Praça da Sé em São Paulo, mais conhecida como a Revoada dos Galinhas Verdes[518]. O que quero frisar é que o ano de 1922 pode ser considerado um marco importante, mas não permanente nos processos de definição política entre as correntes do movimento dos trabalhadores.

Outro aspecto significativo, principalmente em relação ao PCB, é que sua formação não foi o ponto de culminância de uma longa experiência de luta da classe operária brasileira, nem foi o resultado lógico de suas lutas, foi apenas um dos resultados possíveis, conseguido sob condições bem mais difíceis que algumas de suas experiências anteriores. As palavras de Antônio Bernardo Canellas, em relatório enviado a Moscou no fim de 1922, são bastante significativas neste sentido:

> Por que esta desproporção entre os efetivos do Partido que nós havíamos fundado em 1918 e aquele que foi reconstituído agora? Em 1918, milhares de membros, em 1922, um pouco mais de 500. A explicação deste fato é muito simples. O outro Partido foi formado em uma atmosfera de entusiasmo irrefletido e continha muito do elemento que enxergava o comunismo através de um ponto de vista sentimental. Agora, as situações estão definidas: uma parte dos militantes anarquistas e sindicalistas aderiram de plena consciência aos princípios, às táticas, aos meios e aos objetivos da Internacional Comunista, e os iluminados se separaram de nós, constituindo o grupo de dissidentes anarquistas que perseguem

[516] PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Anotações dos cadernos de Abílio de Nequete.* Datilografado. s/d; SALLES, Iza. *Um Cadáver ao Sol: a história de um operário que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p.131-169 e BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p.230-234.

[517] KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado). p.49-68.

[518] BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935).* São Paulo: PPG em História da PUCSP, 2007 (Dissertação de Mestrado). p.105-116 e OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).*. Niteroi: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado). p.196-209.

> sempre e de qualquer maneira, o sonho tolo de uma sociedade futura se estabelecendo pela aceitação espontânea de todos os seres da Criação, sem violência, sem período transitório, sem qualquer restrição contra quem quer que seja[519].

Por mais que Canellas valorize a maturidade e clareza teórica dos militantes que junto a ele formaram o segundo PCB, de 1922, não deixa de ter um tom cinzento e um tanto melancôlico quando comparados aos milhares de entusiastas que aderiram ao PCB de 1919, sob as cores "sentimentais" da esperança na Revolução Social. As organizações formadas até aquele momento haviam sobrevivido através de projetos revolucionários que apontavam para o horizonte de uma sociedade nova, mas elas se espatifaram em pedaços, junto com estes mesmos projetos, ao se chocarem contra o muro da reação, ao verem o desenvolvimento deste caminho bloqueado pelas dificuldades de mobilização e pelas cisões internas. Caberia aos anarquistas e aos comunistas, a partir de 1922, tentar reconstituir estes projetos, como se colassem cada um ao seu modo os cacos destes sonhos que haviam sido acalentados desde 1917, desta vez, porém, de forma mais incompleta e modesta, sob as novas circunstâncias que se impunham com o encerramento daquele ciclo revolucionário e que fogem à delimitação desta tese.

* * *

O movimento operário brasileiro, entre os anos de 1917 e 1919, alcançou seu maior nível de mobilização durante a Primeira República. Existiam condições econômicas importantes para isto, como a expansão da planta industrial das principais cidades brasileiras, associada à queda de nível de vida da população mais pobre; estes fatores,

[519] Pourquoi cette disproportion entre les effectifs du Parti que nous avions fondé en 1918 et celui qui a eté reconstitué maintenant? En 1918, des milliers de membres; en 1922, un peu plus de 500. L'éxplication de ce fait est très simples. L'autre Parti s'était formé dans une atmosphère d'enthousiasme irréfléchi et comprenait beaucoup d'elements qui envisageaient le communisme à travers un point de vue sentimental. Maintenant les situations se sont définies: une partie des militants anarchistes et syndicalistes a adhéré en pleine conscience aux principes, à la tactique, aux moyens et aux buts de l'International Comuniste; et les illuminés se separèrent de nous, constituant le groupe des dissidents anarchistes qui porsuit toujours et quand même le rêve insense d'une société future s'établissant par l'acceptation expontanée de tous les êtres de la Creation, sans violence, sans période transitoire, sans aucune contrainte contre qui que soit. *Rapport du Parti Communiste du Brésil au IV Congres de l'Internationale Communiste.* Moscou, 12 de outubro de 1922.

porém, não explica por si só toda aquela conjuntura, existindo causas políticas, dos quais o mais importante foi a influência da Revolução Russa, que fizeram com que os militantes mais radicais fizessem com que estas mobilizações tomassem um caráter revolucionário.

A luta que se estabeleceu nos principais centros urbanos levou ao aumento da repressão e à estruturação de uma aliança social que passou a combater a ação dos militantes por sua ameaça ao domínio da oligarquia agrária e dos industriais. Este talvez seja o fator determinante que tenha desatado a crise do movimento operário dos anos 1920, já que esta crise, como procurei demonstrar, está diretamente ligada a uma percepção de que as portas que levariam à Revolução Social estavam se fechando. A maneira como os fatores que constituíram esta crise se articularam, entretanto, não podem ser relacionadas simplesmente à repressão, já que ela foi um fator presente em toda a Primeira República, mas se relacionam às divisões que o movimento sofria e que não haviam sido um problema essencial no momento anterior.

Em primeiro lugar está colocada a divisão ideológica entre os trabalhadores organizados. No início do ano de 1920, já chegavam ao Brasil as primeiras notícias que davam conta que a diferença entre libertários e marxistas, ou entre anarquistas e maximalistas, havia se transformado em um conflito aberto na Rússia soviética. Este fato abriu caminho para uma crítica sistemática dos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários contra o regime bolchevista. O confronto entre as duas correntes foi um dos aspectos mais notáveis da crise dos anos iniciais da década de 1920, que permaneceu durante muito tempo como referência para militantes libertários e comunistas, que se acusavam mutuamente pelo enfraquecimento das organizações operárias.

O fato é que esta divisão não pode ser compreendida (e nem poderia ser) apenas através das informações que chegavam do exterior. Isto seria desconsiderar os processos internos do movimento, como a relação entre os militantes e suas experiências anteriores. No caso brasileiro, mostrei alguns exemplos concretos de como esta cisão se deu, por exemplo, no Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul e da articulação de um discurso crítico ao bolchevismo por parte do jornal *A Obra* de São Paulo. Nos dois casos o questionamento que deve ser feito não é porque alguns anarquistas se voltaram contra a Revolução Russa, mas porque esta reação tomou forma mais orgânica naquele momento,

mas não antes. Parece claro que os questionamentos e cisões sempre existiram, mas eles aparecem como mais graves, com consequências mais significativas, quando os militantes se viram em uma conjuntura de refluxo das mobilizações, os ressentimentos vieram à tona e as dúvidas quanto aos novos métodos revolucionários se tornaram mais constantes. Desta forma, a luta entre anarquistas e maximalistas não se origina somente de uma "descoberta" do autoritarismo dos bolchevistas, mas se gesta na dúvida quanto as possibilidades de seguir adiante o caminho da Revolução Social. Esta dúvida acentuou a diversidade de objetivos, momento em que as diferenças se traduziram em divisões e, em muitos casos, em rancores que não puderam ser mais apagados.

Outro fator desta crise, que não é muito destacado pelos memorialistas do movimento operário, é a disputa entre militantes que passaram a apoiar projetos que contemplavam uma aliança com membros da elite política e aqueles que acusavam esta prática como reformista. Como no caso anterior, o problema também não surge de imediato: a ampliação das mobilizações havia atingido os socialistas moderados, políticos e intelectuais reformistas, fazendo com que estes se aproximassem do movimento operário. Esta aproximação também tinha sido promovida pelos militantes mais radicais e fazia parte do projeto de ampliação da frente social que apoiaria os seus projetos revolucionários. Quando a Revolução Social deixou de estar no horizonte imediato do movimento, os projetos reformistas pareceram ser mais viáveis, cativando uma parte dos militantes. Aqueles que permaneceram fieis ao programa libertário se revoltaram contra esta concessão à autonomia da classe, criticando todas as soluções que fugissem da lógica da ação direta.

Isto aconteceu no Rio de Janeiro, quando da formação da Coligação Social, que pretendia congregar-se em torno de candidatos para o pleito federal do ano de 1921, assim como aconteceu com o Grupo Clarté, que contava com a participação destes mesmos políticos reformistas. Em Recife, a participação ativa de intelectuais ligados à Faculdade de Direito dentro das organizações operárias provocou um debate acalorado, com críticas muito duras por parte daqueles que pretendiam continuar seguindo o modelo do sindicalismo revolucionário. Em termos de importância, é bem provável que, para muitos militantes anarquistas, o perigo que os socialistas representavam naquele momento superasse a ameaça dos assim chamados "neo-comunistas". Neste caso, o motivo desta cisão não ser lembrada com tanta ênfase se deve ao fato de uma proposta reformista de

longo alcance não ter prosperado, ou seja, esta rivalidade não se perpetuou no tempo.

Estes debates não eram desligados uns dos outros, podendo muitas vezes estar associados. Desta forma, um político reformista poderia muito bem utilizar a Revolução Russa como exemplo concreto para o sucesso de soluções estatistas, enquanto os libertários poderiam fazer uma crítica associando as duas propostas, reformista e bolchevista, como similares. Ao longo do tempo, porém, esta divisão acabou resultando na conformação de duas tendências que seguiriam caminhos independentes, com a ação dos militantes anarquistas e comunistas se articulando a partir de organizações específicas e na maior parte das vezes antagônicas. A fundação do segundo PCB e a divulgação do manifesto "Os anarquistas no momento presente", ambos os fatos ocorridos em 1922, são marcos importantes deste processo.

Os comunistas desenvolveriam sua militância tendo como referência uma coordenação existente em seu partido, que lhes dava o norte e estabeleciam seus objetivos, enquanto os libertários permaneceram atuando em alguns sindicatos, defendendo sua neutralidade política e ideológica. Quanto aos reformistas, estes não conseguiram estabelecer um projeto unificado, permanecendo sua ação, na maior parte das vezes pulverizada entre grupos diversos e indivíduos dispersos. Os libertários, seguindo táticas anarquistas ou sindicalistas revolucionárias, demonstravam a necessidade de retomar seus princípios de luta, afastando-se do experimentalismo que tinha marcado todo o período anterior. Os comunistas, que estavam formando uma nova corrente, desenvolviam sua crítica às antigas concepções, voltando-se para uma nova realidade e um novo modelo de transformação da sociedade.

A partir daquela reestruturação, os militantes teriam de estabelecer novas táticas e estratégias, pois o movimento operário estava dividido, enfraquecido e, pelo menos por enquanto, o caminho da Revolução Social permaneceria fechado.

# Conclusão

Nesta tese, procurei estudar as ideias revolucionárias e os projetos políticos constituídos pelos militantes operários brasileiros entre 1917 e 1922. Não foi uma tarefa fácil, visto que tentei, ao longo deste texto, resgatar uma série de experiências políticas pouco valorizadas na historiografia do trabalho brasileira, como a formação do primeiro PCB; além disso, esforcei-me para construir novas sínteses sobre um período que foi, durante muito tempo, principal foco de atenção para os historiadores do movimento operário em nosso país. De qualquer forma, não me ative somente ao tema das greves, nem me debrucei apenas sobre a ideologia libertária dos militantes, mas me esforcei por valorizar o caráter político dos projetos de mudança radical da sociedade constituídos naquele contexto, que deram forma a um período revolucionário do movimento operário brasileiro na Primeira República.

Os militantes operários viveram um período de agitação muito intensa entre os anos de 1917 e 1922. Em realidade, este foi o momento de maior mobilização dos trabalhadores organizados em toda a Primeira República. Esta intensidade pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais uma conjuntura econômica desfavorável, que mesclava uma intensificação da carga de trabalho com o desgaste das condições de vida da classe trabalhadora; além disso, havia uma longa tradição de luta que preparou o terreno para estas mobilizações. Movimentos de massa como greves generalizadas, orientadas para ganhos econômicos, não era uma novidade na nossa república oligárquica: o que singularizava aquela conjuntura era a possibilidade da Revolução Social, que deixava de estar em um horizonte hipotético para tornar-se uma questão urgente para um número muito grande de militantes.

A Revolução Social estava no horizonte (pelo menos teórico) de vários grupos políticos atuantes no movimento operário brasileiro. Desde os anos 1890, quando surgiram os primeiros partidos socialistas, o anseio por ser agente de um processo revolucionário, que elevaria o nível de vida e garantiria a dignidade a todos os trabalhadores, estava presente entre os militantes operários. Neste primeiro momento, em que os trabalhadores iniciavam a construção de projetos autônomos e tinham de enfrentar uma estrutura social e

política muito excludente, a ideia de revolução se projetava em direção a um futuro distante, que seria antecedido por uma lenta conquista de direitos e de espaços de representação institucional. A luta dos socialistas brasileiros para construir partidos operários tinha este objetivo, que, se não colocava a Revolução Social como um fim imediato, não a descartava como uma consequência almejada depois de uma longa caminhada na construção da solidariedade de classe.

Nos primeiros anos do século XX, as palavras de ordem revolucionárias começaram a ser proferidas com mais frequência e veemência entre os militantes brasileiros. A partir de 1906, no 1º Congresso Operário Brasileiro, e com a fundação da Confederação Operária Brasileira em 1908, os militantes anarquistas, utilizando-se das táticas do sindicalismo revolucionário, se tornaram mais presentes entre os trabalhadores organizados. Tanto o anarquismo, quanto o sindicalismo revolucionário, predicavam que a classe operária deveria recorrer à ação direta em sua luta contra a burguesia e o Estado, ou seja, os trabalhadores deveriam abandonar a ideia de representação partidária e resolver os conflitos de classe através das greves ou outro tipo de manifestação de força ante o patronato. Para estes libertários o apelo à Revolução Social tinha grande importância, isto porque, para eles, as mudanças sociais não viriam por meio de conquistas graduais e cumulativas, mas através de um grande levantamento popular que extinguiria a estrutura do Estado, acabaria com o poder da burguesia e abriria espaço para a construção da sociedade nova.

Mesmo que a ideia de Revolução Social tivesse centralidade para os militantes libertários, os defensores do anarquismo e do sindicalismo revolucionário não se lançaram em um plano imediato para a derrubada do poder constituído. Mantendo um objetivo revolucionário no horizonte futuro, sua preocupação foi educar a população por meio de jornais e outros meios culturais, organizando os trabalhadores através das sociedades de resistência. Desta forma, os militantes libertários conseguiram posição de destaque na mobilização da classe operária, já na década de 1910, em centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre. A eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, em 1914, durante este processo de consolidação dos anarquistas nas sociedades de resistência, reforçava a esperança dos militantes em uma Revolução Social causada pela falência generalizada do capitalismo. Em 1917, estas esperanças se tornariam cada vez mais verdadeiras.

A Revolução Russa de 1917 surgiu para os militantes mais radicais como um farol em meio ao triste cenário da guerra europeia, anunciando uma grande rebelião popular que havia conseguido colocar em xeque um regime político autocrático e violento. Este fato era tão excepcional que despertou de pronto o interesse de muitos trabalhadores, sendo tema constante da imprensa operária de várias partes do Brasil. As notícias chegavam rápidamente da Europa, através das principais agências internacionais; além disso, existia um sistema de distribuição de jornais operários vindos do velho mundo que abastecia a militância com debates que não tinham espaço na grande imprensa. Ao mesmo tempo em que isto acontecia, os trabalhadores de São Paulo realizaram, em junho de 1917, o maior movimento paredista já visto em todos os tempos no Brasil. Os ecos da greve paulista se espalharam e movimentos similares ocorreram em diversas capitais, colocando no primeiro plano o tema da "questão social" para o restante da sociedade.

Esta é a primeira grande singularidade que marcou esta conjuntura. Se não pode se dizer que as ideias revolucionárias influenciaram o movimento paredista, o contrário não é verdadeiro: a enorme mobilização, associada ao cenário internacional, abriu espaço para que os militantes pensassem na revolução operária como uma proposta viável para o Brasil. Estes projetos foram discutidos animadamente nos principais órgãos da imprensa operária do país, como *A Plebe* de São Paulo, o *Spartacus* do Rio de Janeiro, a *Tribuna do Povo* do Recife e *O Syndicalista* de Porto Alegre. A imprensa operária vai ser fundamental para a divulgação e para o debate sobre as novas ideias que chegavam da Europa; além disso, eles também se constituíram em um espaço privilegiado para os militantes divulgarem novas formas de ação.

Estas ideias, no entanto, não eram estáticas no tempo, tampouco eram estáticos os temas de interesse para os militantes revolucionários. Em um primeiro momento, ainda sob a vigência da Revolução de Fevereiro na Rússia, o interesse maior recaiu sobre a colaboração entre operários e soldados, tema que foi bastante debatido durante as greves de 1917. Depois da Revolução de Outubro, o interesse dos militantes recaiu principalmente sobre os maximalistas ou bolchevistas, pois este grupo político havia sido responsável pela tomada do poder pelos soviets. Durante o ano de 1918, reinava grande expectativa sobre a possibilidade de uma Revolução Social na Alemanha: muitos militantes esperavam que o espírito de revolta contagiasse o centro da Europa, iniciando um levante generalizado

contra o capitalismo. Depois da queda do Império Alemão, em novembro de 1918, e durante todo o ano de 1919, os debates acumulados nos anos anteriores se aprofundaram em questões mais cruciais para a concretização de um processo revolucionário. Desta forma, passou a ser discutida a necessidade de reunião dos diversos grupos operários em uma frente comum de luta, a importância da adoção do soviet como forma de organização da futura sociedade e a ditadura do proletariado como meio de implantação deste novo modelo social.

Mas este debate não ficou limitado às ideias revolucionárias, ele também gerou uma série de projetos políticos para fazer com que a Revolução Social se tornasse factível. Já no ano de 1917, a emergência de um movimento de massa fez surgir um novo tipo de articulação política para gerir as greves, como as ligas e comitês, que apareceram como representantes dos trabalhadores e das classes populares perante a burguesia e os poderes de Estado. Neste momento chegou a se aventar a articulação de um Congresso de Vanguardas, que provavelmente foi frustrado pela repressão. Aqui está outro ponto que singulariza este período em relação aos anos anteriores: a tentativa de alçar-se para além da luta econômica e cultural, de caráter puramente local, para buscar formas de ação mais coordenadas nacionalmente, tornaria mais ambiciosa as expectativas dos militantes em relação a seus planos revolucionários.

Esta urgência por uma maior organicidade coincidiu com o debate sobre novas formas revolucionárias que estavam sendo articuladas na Rússia, Alemanha, Hungria e em outros países europeus. Este influxo de informações e as discussões sobre os novos rumos da Revolução Social permitiram algumas apropriações bastante particulares, que se traduziram na constituição de novos projetos políticos. Em Porto Alegre, foi fundada a União Maximalista para propagar os ideais que norteavam a Revolução Russa e em Maceió foi criada a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, com objetivo de promover e divulgar as propostas de uma revolução agrária. No Rio de Janeiro, os membros da Aliança Anarquista, articulados com lideranças sindicais e buscando o apoio de militares, promoveriam a primeira tentativa de levar a ideia de insurreição do terreno teórico para o prático. No dia 18 de novembro, estes militantes tentaram derrubar o Presidente da República com a finalidade de implantar uma república dos soviets no Brasil, mas a insurreição operária foi imediatamente reprimida e o movimento resultou na prisão ou

deportação das principais lideranças.

O ano de 1919 marcou o ápice das mobilizações sociais naquele período histórico, coincidindo com o momento de maior articulação dos militantes em diversas partes do país. Por iniciativa das lideranças que haviam planejado a insurreição de novembro de 1918, foi constituído o primeiro Partido Comunista do Brasil, que tinha como principal consigna organizar e educar os militantes para levar adiante um projeto revolucionário. Este PCB, formado como uma frente ampla, um verdadeiro congresso de vanguardas, reunia núcleos comunistas, federações sindicais, militantes libertários, assim como procurava atrair para si todos aqueles que apoiassem seu programa. Alguns intelectuais e políticos reformistas se aproximaram da agremiação recém-formada; além disso, os militantes do Partido também tentaram atrair o apoio de militares de baixa patente. Foi através desta vasta aliança, onde os militantes revolucionários procuravam construir um exercício de hegemonia sobre a classe trabalhadora e estender sua influência sobre outros grupos sociais, que uma segunda insurreição operária foi preparada, tendo eclodido em outubro de 1919 em São Paulo. O movimento, marcado pela precipitação das ações e pela crueldade da repressão, acabou se dispersando, tendo mais um grande número de lideranças presas ou deportadas.

Este é outro ponto singular da ação dos militantes naquela conjuntura: a diversidade de influências que alimentou os projetos políticos construídos pelo movimento operário. Os trabalhadores organizados, pelo menos no que se refere às sociedades de resistência, tinham uma tradição de luta alimentada pelas ideias libertárias, constituída pela ação dos anarquistas, que haviam se afirmado através das práticas do sindicalismo revolucionário, defendendo a ação direta e criticando a colaboração de classe. Nesta conjuntura, porém, outras influencias se juntaram a este caudal da tradição libertária, tornando os projetos mais complexos e multiplos.

Para pensar a tomada do poder, ou seja, as formas práticas como se daria o processo revolucionário, os sujeitos se apropriaram do fluxo de informações e exemplos que vinham da Europa, visto que o objetivo almejado pelos militantes brasileiros já havia sido alcançado em outros países. Por este motivo, pensar nos objetivos planejados naquele momento sem levar em conta o maximalismo, o soviet ou a ditadura do proletariado, é algo impossível. Além disso, a aproximação com os políticos e intelectuais reformistas forneceu aos trabalhadores organizados um exemplo mais próximo para a tomada do poder, que era

oferecido pela tradição insurrecional republicana, que articulava militares, políticos dissidentes, intelectuais inconformados e as classes populares para alcançar mudanças no sistema oligárquico.

Quando a repressão policial aumentou, no início da década de 1920, foi bastante difícil manter a esperança da Revolução Social no horizonte. Especialmente depois do fracasso da insurreição de outubro de 1919, as forças repressivas do Estado agiram de forma muito mais violenta, combinando-se a esta reação uma crítica mais articulada de parte de grupos sociais conservadores para condenar a atuação da militância operária. Pode-se dizer, sem muito exagero, que houve um fechamento das perspectivas de uma mudança revolucionária, consequência da desarticulação que atingiu as organizações de trabalhadores em todo o país. Isto não quer dizer que projetos que defendiam objetivos revolucionários deixaram de ser constituídos no Brasil. O que houve foi um processo em que esta finalidade começava a ficar em segundo plano, como no Centro de Estudos Sociais e no Grupo Clarté, criados com propósito de educar a classe trabalhadora ou da Coligação Social, que atrelava o projeto de revolução à uma proposta eleitoral. Foi neste contexto, de repressão e de recuo da militância, que as disputas entre os trabalhadores organizados se tornaram cada vez mais duras. No início de 1920, começam a chegar as notícias dos conflitos entre anarquistas e bolchevistas na Rússia, o que indispõe muitos libertários com as propostas maximalistas, que vinham sendo defendidas por muitos militantes ácratas. Ao mesmo tempo, a participação de sujeitos sociais que tradicionalmente não compartilhavam dos mesmos espaços políticos que os militantes revolucionários, como intelectuais e políticos partidários do socialismo reformista, também se tornou um foco de tensão dentro das organizações.

Diferente do que fora consagrado pela memória, tanto anarquista, quanto comunista, não foi apenas a constatação das diferenças entre libertários e bolchevistas a grande responsável pela crise dos anos 1920, mas sim a repressão que se abateu sobre os trabalhadores, que tirou as suas perspectivas revolucionárias e fez com que as divisões entre os militantes se tornasse cada vez mais intolerável. A forma como estes aspectos se conjugaram tornou muito difícil uma ação hegemônica ou mesmo a busca de um objetivo comum entre aqueles sujeitos. Os socialistas tentaram criar um partido que articulasse a ação parlamentar e sindical, mas foram frustrados pelas circunstâncias desfavoráveis das

revoltas tenentistas. Os partidários do bolchevismo, através de uma dupla articulação dos militantes do Rio Grande do Sul com a Internacional Comunista e daqueles do Rio de Janeiro com outros estados do Brasil, chegaram à fundação do segundo Partido Comunista do Brasil, disciplinado pelas regras da IC, em 1922. Quanto os anarquistas, eles voltaram às seus métodos de luta, mas com uma crítica muito mais dura em relação ao Estado e à colaboração com outras correntes políticas. Pode-se dizer que nenhum dos grupos políticos que atuavam no movimento operário brasileiro passou incólume por aquela experiência de luta.

Acredito que este período, apesar de ter sido bastante estudado, ainda fornece um arsenal de questionamentos muito ricos sobre o comportamento e os planos de ação dos trabalhadores organizados. A trajetória do movimento operário brasileiro não é apenas um suplemento do restante da história do nosso país; neste momento histórico, especificamente, a classe trabalhadora fez uma de suas primeiras aparições na arena pública das grandes cidades brasileiras e suas lideranças apresentaram projetos que tinham o intuito de mudar profundamente a sociedade brasileira. Neste sentido, as grandes mobilizações não foram apenas aparições espetaculares que se esvaíram depois de um curto espaço de tempo; em minha opinião elas deixaram marcas perenes na história do Brasil, sendo um fator determinante para o enfraquecimento do sistema oligárquico da Primeira República. Mesmo que não tenham realizado a Revolução Social almejada, suas ações ajudaram a conformar a classe trabalhadora como agente político autônomo, que deveria ser levado em conta na construção de alternativas àquele sistema político cujas bases começavam a ruir.

Por fim, caberia questionar o que aquele tempo, com todas as suas particularidades, poderia oferecer-nos como exemplo ou como tema de reflexão. Acredito que o entusiasmo pelas ideias revolucionárias, pela busca de uma mudança que nos leve a uma sociedade mais justa, ainda esteja na ordem do dia; também considero que a capacidade de mobilização daqueles sujeitos, que paralisaram cidades e colocaram milhares de pessoas nas ruas, também nos ofereça inspiração. Penso, entretanto, que a capacidade de constituir projetos políticos que canalizassem estas forças, a despeito das grandes diferenças entre os militantes e das condições extremamente adversas que eles enfrentaram, seja o que mais nos convide a refletir. Os seus ideais revolucionários não foram vitoriosos, mas é certo, porém, que suas lutas não teriam alcançado tal magnitude sem o esforço coletivo para a

construção destes projetos, que foram múltiplos e abrangentes, mas tinham uma grande capacidade de agregação social. Estes sujeitos, que viveram quase cem anos atrás, construíram seus projetos em uma luta heroica em busca de uma sociedade nova; cabe a nós, que ainda hoje lutamos contra as desigualdades e as injustiças, construirmos os nossos.

# Fontes de pesquisa

Arquivos Pesquisados:

Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro da UFRJ (AMORJ) no Rio de Janeiro.
Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP (AEL) em Campinas.
Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP) em São Paulo.
Arquivo Nacional (AN) no Rio de Janeiro.
Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) em São Paulo.
Arquivo Público Estadual João Emerenciano (APEJE) em Recife.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) no Rio de Janeiro.
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) em Porto Alegre.
Biblioteca Nacional de Uruguay (BIBNA) em Montevidéu.
Bibliotheca Rio-Grandense (BRG) de Rio Grande.
Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) em São Paulo.
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) de Recife.
Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (NPH) em Porto Alegre.

Jornais:

*1º de Maio* - São Paulo – 1920.
*19 de Outubro* – São Paulo – 1920.
*A Aurora* - Petrópolis – 1919.
*A Hora Social* – Recife – 1919-1921.
*A Luta* – Porto Alegre – 1918.
*A Obra* – São Paulo – 1920.
*A Razão* - Bauru – 1919.
*A Semana Social* – Maceió – 1917.
*A Vanguarda* - São Paulo – 1919.

*Ação Direta* - Rio de Janeiro – 1957.

*Alba Rossa* – São Paulo – 1919.

*Avante* - Recife – 1920.

*Diário do Povo* - Recife - 1921-1922.

*Folha Nova* - Rio de Janeiro – 1919.

*Movimmento Comunista* – Rio de Janeiro – 1922.

*O Ceará Socialista* - Fortaleza – 1919.

*O Cosmopolita* – Rio de Janeiro – 1917-1918.

*O Debate* – Rio de Janeiro – 1917.

*O Estado de São Paulo* - São Paulo – 1919.

*O Extremo Norte* - Manaus – 1920.

*O Inflexível* - Porto Alegre – 1918.

*O Jornal do Subiroff* – São Paulo – 1920.

*O Jornal do Povo* - Belém – 1918.

*O Libertário* - São Paulo – 1922.

*O Nosso Verbo* – Rio Grande – 1920.

*O Parafuso* – São Paulo – 1919.

*O Povo* – Maceió – 1918.

*O Rebate* - Pelotas – 1919.

*O Rebelde* - Rio de Janeiro – 1919.

*O Syndicalista* – Porto Alegre –1919-1920.

*Remember* – São Paulo – 1921.

*Revista Liberal* – Porto Alegre – 1921-1922.

*Renovação* – Rio de Janeiro – 1920-1921.

*Spartacus* – Rio de Janeiro – 1919.

*Tribuna do Povo* - Recife - 1918-1920.

*Tribuna do Povo* - Viçosa – 1916.

*A Plebe* – São Paulo – 1917-1922.

*Voz do Povo* – Rio de Janeiro – 1920-21.

Panfletos, opúsculos, programas e boletins:

*A Revolução Russa e a imprensa.* Rio de Janeiro, 1918.

*Ao Povo. O programa maximalista*. Porto Alegre, 1919.

*Aos Trabalhadores. O Maximalismo - Segundo Manifesto do Delegado da República Russa dos Soviets aos Operários da República Burguêsa dos Estados Unidos do Brazil*, 1919.

*Bases de Acordo do Partido Communista do Brasil.* Rio de Janeiro, 1919.

*Boletim da Aliança Anarquista.* Rio de Janeiro, 1918.

*Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, n.º 1, ago. 1920

*Boletim de Protesto da União Maximalista (contra a intervenção no congresso comunista brasileiro).* Porto Alegre, 1919.

*Carta Manifesto. Aos Trabalhadores - Manifesto do Delegado da República Russa dos Soviets aos Operários da República Burguêsa dos Estados Unidos do Brazil*, 1919.

*Circular do Secretariado.* Rio de Janeiro, 23, mar, 1919.

*Do Canhão à Peste.* Porto Alegre, 1918.

*Grupo de Operários e Soldados Brasileiros. Ao povo rio-grandense*. Porto Alegre, 1917.

*Programa do Partido Communista do Brasil.* Rio de Janeiro, 1919.

*Relatório da viagem à Europa realizada por Antonio Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco (21 de janeiro a 6 de setembro de 1919).* Recife, 1920.

*Uma obra necessária. Conferência sistemática em propaganda da Colméia, por Antônio Bernardo Canellas (resumo).* Recife, 1920

Correspondência e documentos pessoais:

Anotações dos Cadernos de Abílio de Nequete feitas por Silvia Petersen. Datilografado. s/d

Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevidéu,

1º de fevereiro de 1922.
Credencial. Ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Rio de Janeiro, 29 de março de 1922.
Rapport du Parti Communiste du Brésil au IV Congres de l'Internationale Communiste. Moscou, 12 de outubro de 1922.

Processos crime e outros documentos policiais:

Inquérito Militar 1432. Foro Federal. Porto Alegre, 1917.
Processo Crime 1016. Júri Sumários. Porto Alegre, 1919.

# Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2002 (edição revista e atualizada).

ADDOR, Carlos Augusto. *Um homem que vale um homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues.* Niterói: PPG em História da UFF, 2012. (Tese de Doutorado)

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do fascismo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social (UNICAMP)*, v. 14/15, p. 157-173, 2008.

BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920).* Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2008 (Dissertação de Mestrado).

BARTZ, Frederico Duarte. Partido Communista do Brazil (1919): lutas, divergências e esquecimentos. *Aedos*, Porto Alegre, n. 4, vol. 2, Novembro 2009.

BATALHA, Claudio H. M. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*

– *Vol. II: Os influxos teóricos.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2001.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. "Nós, filhos da Revolução Francesa', a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX". *Revista brasileira de história,* São Paulo, vol. 10, n° 20, 1990.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República, *Ciências sociais hoje*, São Paulo, 1990.

BIONDI, Luigi. *Entre organizações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado).

BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho: ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935).* PPG em História da PUCSP: São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado).

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil – 1924.* 2ª ed. São Paulo: Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRANDÃO, Octávio. *O caminho*. Maceió: EDUFAL, 1997.

BRANDÃO, Octávio. *Octávio Brandão (depoimento, 1977).* Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.

BRITO, Mario da Silva. *História do Modernismo Brasileiro. I Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Saraiva, 1958.

BROUÉ, Pierre, *União Soviética: da revolução ao colapso.* Porto Alegre: Síntese Universitária/Editora da UFRGS. 1996.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operária nos anos de 1917 a 1921*. São Paulo: Pontes/Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASTELLUCCI, Aldrin. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, 2012.

CASTELUCCI, Aldrin. De Uma Conspiração à Outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário do Rio de Janeiro (1915-1918). *XXVII Simpósio Naciona de História. Conhecimento histórico e diálogo social.* UFRN, Natal, 2013.

CASTELUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República.* Salvador: PPG em História da UFBA, 2008 (Tese de Doutorado).

CHACON, Vamireh, *História das Ideias Socialistas no Brasil,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLSON, Daniel. A crise do sindicalismo revolucionário na França e a emergência do fenômeno comunista. In. COLOMBO, Eduardo et alii *História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004.

CORDEIRO, Cristiano. Depoimento à Ricardo Noblat, *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro,* São Paulo, LECH, 1982.

CORDEIRO, Cristiano. Doutrina Contra Dourtina. *Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro,* São Paulo, LECH, 1982.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega. 1977.

DÍAZ, Universindo Rodriguez. *Repercusiones de la Revolución Rusa (1917-1923) entre los trabajadores y los anarquistas.* Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion/UDELAR, 1992. (Informe sobre seminário realizado em novembro de 1987).

DICKENS, Charles. *A tale of two cities*. Londres: J. M. Dent & Sons Ltd, 1942.

DOESWJIK, Andréa. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rio-platenses (1917-1930)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1998. (Tese de Doutorado).

DE JONG, Rudolf. A A.I.T. De Berlim: de 1922 à Revolução Espanhola. In.

COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENCKEL, Marianne. A A.I.T.: a aprendizagem do sindicalismo e da política. In COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004. p. 35-44.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo: DIFEL, 1977.

FEIJÓ, Martin Cézar. *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil.* São Paulo: Editora Ática, 1988.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo: Editora da UNESP e Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: o movimento operário: documentos (1889-1930).* São Paulo: Alfa Omega, 1979.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: condições*

*de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado: documentos (1889 a 1930).* São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: orientação, lutas e controle, *Remate de males*, Campinas, v.5, 1985.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sergio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução dos espíritos ao Ministério do Trabalho. In PRADO, Antonio Arnini (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!:* v*ida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAUPT, George. Marx e o Marxismo. In. HOBSBAWN, Eric et Alii. *História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWN, Eric. A cultura europeia e o marxismo entre o séc. XIX e XX. In. HOBSBAWN, Eric et Alii. *História do Marxismo II: o marxismo no tempo da II Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930).* São Paulo: PPG em História da USP, 2002. (Tese de Doutorado).

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgar Leuenroth: uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista.* São Paulo: PPG em História da USP, 1989. (Tese de Doutorado).

KONRAD, Diorge Alceno. *O Fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão*

*policial e os movimentos sócio-politicos (1930-1937).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado).

LENA JR., Hélio. *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917-1922)* Vassouras: PPG em História da Universidade Severino Sombra, 1999 (Dissertação de Mestrado).

LÊNIN, Vladmir Illich Ulianov. *?Que hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento (estudio introductorio por Atílio A. Boron).* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

LEUENROTH, Edgar e NEGRO, Hélio. *O que é maximismo ou bolchevismo: programa comunista.* São Paulo: Editora Semente, s/d. (edição original de 1919).

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió*. Recife: PPG em História da UFPE, 2004.

MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista.* São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. O manifesto comunista no Brasil, *Varia história*, Belo Horizonte, n. 22, jan. 2000.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Morais: tribuno da República*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007.

MUZZI, Amanda da Silva. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil: 1893-1897*. Rio de Janeiro: PPG em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2006. (Dissertação de Mestrado).

NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores.* Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado).

NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade*: *contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo: Oficinas da Cia Gráfica Editora Monteiro Lobato, 1924.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937). Niteroi:* PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In. QUEIRÓS, Cesar de e ARAVANIS, Evangelia. (Org.). *Cultura operaria: trabalho e resistências.* Brasília: Ex-Libris, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela Reforma, Contra a Revolução: notas sobre o reformismo e o colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro na Primeira República. *Revista Crítica Histórica*. Nº 5, julho de 2012.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista...Escritores brasileiros e o comunismo. 1920-1945.* Campinas: PPG em História da Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado).

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: historia e memória do PCB.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, 1985.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos.* Alfa-Ômega: São Paulo, 1979.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operaria brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIROS, Cesar de. e ARAVANIS, Evangelia. (Org.). *Cultura operaria: trabalho e resistências.* Brasília: Ex-Libris, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania.* São Paulo: Scritta, 1997.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Fugitivos ou Deportados: percursos e efeitos da circulação de agitadores indesejados no movimento operário brasileiro. *Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História - ANPUH.* João Pessoa, 2003.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

PINHEIRO Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935).* 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da primeira república em Porto Alegre (1917/1919).* Porto Alegre: PPG em História UFRGS, 2012 (Tese de Doutorado).

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REMOND, Renè. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. *A classe operária em Pernambuco***:** *cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado).

REZENDE, Antonio Paulo de Morais. Aspectos do Movimento Operário e Socialista em Pernambuco. In. BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii (org.) *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco.* Recife: NEEPD/UFPE, 2011.

ROSITO, Renata I. H. *O pensamento político de Abílio de Nequete*. Porto Alegre: PUCRS, 1972. (Monografia para a Cadeira de Política do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais).

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

SAES, Guilherme Azevedo Marques de. *A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*. São Paulo: PPG em História Social da USP, 2005 (Dissertação

de Mestrado).

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).* Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2005. (Tese de Doutorado.)

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva. In. COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004.

SÁ MOTTA, Rodrigo Pato de. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva, 2002.

SCHIMIDT, Benito Bisso. *Em busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas.* Porto Alegre, Palmarinca, 2004.

SFERRA, Giuseffina. *Anarquismo e anarcossindicalismo.* São Paulo: Ática. 1987.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.* Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n.5, julho, 1996.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. O Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito historiográfico. In. D'ANGELO, Ana Lúcia Vellinho. *Histórias de Trabalho.* Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SIMONSEN. Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da USP. 1973.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência.* Petrópolis: Vozes, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. V.1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TOSO, Sergio Grez. *História del comunismo em Chile: la era Recaberren (1912-1924).* Santiago: Lom Ediciones, 2011.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa. 3 volumes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

VALDES, Eduardo Devés. El transpaso del pensamiento de América latina à África a través de los intelectuales caribeños, *História UNISINOS,* São Leopoldo. Vol. 4, n. 2, jul./dez. 2000.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.* Rio de Janeiro: PPG em História do IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado).

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma visão das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

ZAIDAN, Michel. Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930. BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii (org.) *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco.* Recife: NEEPD/UFPE, 2011.